

EDILSON WANDERLEI PEDROSO JÚNIOR

ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SEBERI-RS

Rio Grande
2009

**Universidade Federal do Rio Grande
Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Edilson Wanderlei Pedroso Júnior

ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SEBERI-RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Geografia.

Área de Concentração
Análise Urbano-Regional

Orientador
Prof. Dr. César Augusto Avila Martins

Rio Grande-RS
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO
BANCA EXAMINADORA

Dr. César Augusto Avila Martins

Universidade Federal do Rio Grande-FURG

Dr. Solismar Fraga Martins

Universidade Federal do Rio Grande-FURG

Dr. Carlos José Espíndola

Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

SUMÁRIO

SUMÁRIO	i
LISTA DE FIGURAS	iii
LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS	vi
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	07
1.1 UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA HISTÓRIA	07
1.2 OS AGENTES E OS OBJETOS TÉCNICOS	09
1.3 OS AGENTES SOCIAIS E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO	11
1.4 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A TÉCNICA	13
1.5 OBJETIVOS	16
1.6 METODOLOGIA	18
CAPÍTULO 2 - CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA OCUPAÇÃO DA REGIÃO FISIAGRÁFICA DO ALTO URUGUAI	24
2.1 A INFLUÊNCIA DO MEIO NATURAL NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO FISIAGRÁFICA DO ALTO URUGUAI	24
2.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO EFETIVA DAS TERRAS	33
CAPÍTULO 3 - DUAS FASES DE DEPENDÊNCIA DE PALMEIRA DAS MISSÕES (de 1879 à 1925 e de 1925 à 1948)	43
3.1 1ª FASE (1879-1925): “A TERRA É DE TODOS; A TERRA É DE NINGUÉM”	44
3.1.1 Situação da ocupação territorial do Alto Uruguai a partir dos relatos do explorador Maximiliano Beschoren	44
3.1.2 A revolução de 1893 e o início da ocupação da zona florestal de Palmeira das Missões	53
3.1.3 A Revolução de 1923 e sua interferência nos fluxos migratórios	66
3.2 2ª FASE (1925-1948): A INTENSIFICAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS APÓS A REVOLUÇÃO DE 1923	71
3.2.1 A retomada dos fluxos migratórios em Palmeira após 1925 e a atuação da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira	71
3.2.2 A importância da atividade madeireira	78
3.2.3 A formação da zona pioneira com intrusos e colonos	87

	CAPÍTULO 4 - 3ª FASE (1948-1959): O DESENVOLVIMENTO DO GRUPO ZANCHET E O MOVIMENTO EMANCIPATÓRIO	97
4.1	OS SINAIS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS INDÚSTRIAS NATURAIS DO DISTRITO DE SEBERI	97
4.2	A COMISSÃO PRÓ-EMANCIPAÇÃO DE SEBERI	126
	CAPÍTULO 5 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO POSTERIOR À OBTENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO	138
5.1	ALGUNS DADOS SOBRE SEBERI APÓS A EMANCIPAÇÃO	138
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
	ANEXOS	167

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Áreas de mata e zonas de povoamento do Rio Grande do Sul	25
Figura 2: Vias férreas do Rio Grande do Sul e datas de início de suas operações	29
Figura 3: Parte de um mapa publicado na Revista Brasileira de Geografia no ano de 1947 mostrando os sentidos de deslocamentos populacionais no Brasil. Destaque para o noroeste gaúcho e oeste catarinense	30
Figura 4: Localização do município de Seberi e de alguns outros municípios que também já tiveram áreas pertencentes ao município de Palmeira das Missões e relação dos nomes dos municípios e das respectivas datas de emancipação	32
Figura 5: Parte do mapa das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização/Secretaria das Obras Públicas-1916	36
Figura 6: Parte do mapa das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização/Secretaria das Obras Públicas-1918	37
Figura 7: Parte do mapa das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização/Secretaria das Obras Públicas-1925	39
Figura 8: Agrupamento de municípios do Rio Grande do Sul de acordo com os anos em que obtiveram sua emancipação política	42
Figura 9: Desenho ilustrativo de um monjolo	51
Figura 10: Mapa elaborado por Maximiliano Beschoren datado de 1886. No detalhe, a porção norte do município de Palmeira-RS. A linha vermelha indica o caminho percorrido por Beschoren entre Palmeira e o rio Uruguai. Este caminho foi denominado de “Picada de Exploração” e chegava ao “Passo da Boa Esperança”. A linha verde mostra o limite entre a zona de campos naturais e a zona de mata fechada, além da provável localização do Rincão da Fortaleza	55
Figura 11: Parte de um mapa elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização, com data de 1916. Como este mapa definia a borda da zona florestal, demarcamos sobre o mesmo a área aproximada que ficou sob a jurisdição da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, criada no ano de 1917, com o polígono na cor azul	58
Figura 12: Transporte de madeira pelo rio Uruguai (fotografia sem data definida)	60
Figura 13: Transporte de madeira pelo rio Uruguai (fotografia sem data definida)	61
Figura 14: Telegrama enviado pelo eng. Frederico Westphalen ao Diretor de Terras em Porto Alegre no ano de 1920	61
Figura 15: Telegrama enviado pelo eng. Frederico Westphalen ao Diretor de Terras em Porto Alegre no ano de 1920	62
Figura 16: Informações populacionais do município de Palmeira e de seus distritos no Recenseamento do Brasil realizado no ano de 1920	65
Figura 17: Fotografia da construção de uma casa de banhos no povoado de Iraí, no ano de 1926	73
Figura 18: Mapa elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização indicando os distritos, sedes de distritos e lotes coloniais da porção de terras localizada na zona florestal do município de Palmeira das Missões, além de grandes áreas de posse e seus requerentes. A linha amarela mostra os limites da área emancipada de Seberi no ano de 1959. A linha branca mostra os limites atuais (ao norte e ao sudeste de Seberi os limites não sofreram alterações, por isso parte das linhas amarelas mostram limites ainda em vigor). Mapa sem data definida, mas pode-se afirmar que foi elaborado em	

data posterior ao ano de 1944 pela identificação de topônimos que passaram a vigorar após esta data	76
Figura 19: Carta-compromisso autorizando a exploração de madeira - janeiro de 1943	82
Figura 20: Autorização concedida pela Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen, no ano de 1941, para derrubada de mato branco	83
Figura 21: Recibo de pagamento do serviço de fornecimento de energia elétrica em Frederico Westphalen, no ano de 1942	84
Figura 22: Recibo de pagamento do serviço de fornecimento de energia elétrica em Iraí, no ano de 1931	85
Figura 23: Recibos de fornecedores de combustíveis para Palmeira das Missões e seus distritos. Casas comerciais localizadas em Panambi (A), Palmeira das Missões (B) e Iraí (C e D)	86
Figura 24: Requerimento de um lote colonial no distrito de Fortaleza. Sem data definida	88
Figura 25: Licença concedida para uso das terras de um lote rural mediante compromisso de regularização posterior de sua situação - fevereiro de 1941	92
Figura 26: Bilhete de encaminhamento de um colono interessado em terras de um lote rural definido pelo Inspetor local como abandonado	93
Figura 27: Fotografias do povoado de Seberi no ano de 1950, obtidas do alto da torre da igreja católica. <u>A</u> : Direção NO-SE; <u>B</u> : Direção N-S; <u>C</u> : Direção NE-SO; <u>D</u> : Direção SE-NO	96
Figura 28: Informações fornecidas à Comissão Pró-Emancipação de Seberi sobre a usina hidroelétrica do grupo Zanchet, em 5 de abril de 1958	101
Figura 29: <u>A</u> e <u>B</u> : O responsável pela construção da usina hidroelétrica do grupo Zanchet, Sr. Lourenço Nardin (no ano de 1947, aproximadamente), durante a fase de obras. <u>C</u> e <u>D</u> : Usina em funcionamento a partir do ano de 1948	103
Figura 30: <u>A</u> e <u>B</u> : Evolução da construção do moinho do grupo Zanchet & Cia Ltda entre os anos de 1950 e 1955. <u>C</u> : Casa de comércio do grupo Zanchet integrada ao moinho e ao silo de grãos-1957	104
Figura 31: <u>A</u> : Extração de madeiras das matas de Seberi-sem data; <u>B</u> : Serraria e marcenaria do Grupo Zanchet-1957; <u>C</u> : Caminhões carregados de madeira em frente à casa comercial do Grupo Zanchet em Seberi-1957	106
Figura 32: Frota de caminhões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul no distrito de Seberi, vindos da estação de Santa Bárbara-RS	107
Figura 33: Histórico das atividades da “Granja Santa Terezinha”, administrada por Marcelo Zanchet	112
Figura 34: <u>A</u> e <u>B</u> : Colheita de trigo na Granja Zilmar, no distrito de Seberi, no ano de 1957. <u>C</u> e <u>D</u> : Criação de suínos da Granja Zilmar de Luiz Júlio Gemelli-1957	113
Figura 35: <u>A</u> : “Gasosaria” de Zanoni Hemielewski (ano aproximado da fotografia: 1957); <u>B</u> : Revenda das bebidas da Brahma (cerveja e refrigerante), de Zanoni Hemielewski e Sobrinhos, no ano de 1966	117
Figura 36: Fotografias do povoado de Seberi no ano de 1957 tiradas do alto do moinho Zanchet. <u>A</u> : Direção N-S; <u>B</u> : Direção NE-SO; <u>C</u> : Direção E-O; <u>D</u> : Direção SE-NO ..	126
Figura 37: Circular, datada de 30 de setembro de 1957, informando a criação da Comissão Pró-Emancipação de Seberi	128

Figura 38: População do distrito de Seberi e de parte dos distritos de Erval Seco e Rodeio Bonito. Dados fornecidos pelo IBGE à Comissão Pró-Emancipação de Seberi.	132
Figura 39: Correspondência emitida à Comissão Pró-Emancipação de Seberi por Paulo Pflueger (responsável pela empresa colonizadora Mayer), em abril de 1958, informando a entrega de um mapa da área urbana e sub-urbana da Vila de Erval Seco	133
Figura 40: Fotografias da sede do distrito de Erval Seco no ano de 1957. <u>A</u> : Moinho colonial; <u>B</u> : Casa comercial; <u>C</u> : Cooperativa dos agricultores de Erval Seco	134
Figura 41: Resultado final do plebiscito, realizado em 30 de novembro de 1958, sobre a emancipação de Seberi e parte dos distritos de Erval Seco e Rodeio Bonito	137
Figura 42: Fotografias da Agroindústria de Doces e Conservas Kinkas Ltda	152
Figura 43: Fotografias indicando o investimento em uma agroindústria para produção de suco de uva (fotos superiores); indústria de erva-mate no município de Seberi	156
Figura 44: Fotografias de edificações do distrito de Seberi no ano de 1957 e a situação destas mesmas edificações no ano de 2008	157
Figura 45: Fotografias da usina de geração de energia e barragem da CRELUZ no município de Seberi em janeiro de 2008	158

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1: Cronologia da alteração dos topônimos dos atuais municípios de Palmeira das Missões e Seberi a partir de 1874	03
Tabela 1: Informações populacionais do município de Palmeira e de seus distritos no Recenseamento do Brasil realizado no ano de 1920	64
Tabela 2: Relação de concessionários de lotes coloniais e informações complementares, elaborada pela Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen. Sem data do levantamento dos dados	91-92
Tabela 3: Dados populacionais do RS, Palmeira das Missões e Seberi	94
Tabela 4: População de fato, por sexo e situação do domicílio, segundo os municípios e distritos	95
Quadro 2: Cronologia do grupo Zanchet	98-99
Quadro 3: Principais indústrias de Palmeira das Missões e seus ramos de atividade, em 1955	114
Quadro 4: Lista das indústrias existentes no distrito de Seberi e principal matéria-prima encontrada no distrito, baseado no documento fornecido pelo IBGE, em 28 de março de 1958, à Comissão Central Pró-Emancipação de Seberi	115
Quadro 5: Firmas comerciais e industriais existentes no distrito de Seberi de acordo com dados fornecidos pela exatoria estadual no ano de 1958	122-125
Quadro 6: Evolução dos dados populacionais do município de Seberi, por sexo e total da população, a partir de 1960 até 2007	139
Gráfico 1: Evolução dos dados populacionais do município de Seberi, por sexo e total da população, a partir de 1960 até 2007	139
Quadro 7: Evolução dos dados populacionais do município de Seberi, por situação do domicílio, a partir de 1970 até 2007	140
Gráfico 2: Evolução dos dados populacionais do município de Seberi, por situação do domicílio, a partir de 1970 até 2007	141
Tabela 5: População recenseada, por grupos de idade, no município de Seberi nos anos de 2000 e 2007	143
Gráfico 3: População recenseada, por grupos de idade, em Seberi no Censo Demo-gráfico 2000	144
Gráfico 4: População recenseada, por grupos de idade, em Seberi na Contagem da População 2007	144
Tabela 6 - Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção dos principais produtos das lavouras tempo-rárias e permanentes, em ordem decrescente de área colhida, segundo os Municípios Rio Grande do Sul – 2006	145
Quadro 8: Informações sobre indústrias existentes no município de Seberi em 2009	148
Tabela 7: Áreas dos imóveis rurais do município de Seberi nos anos de 1960, 1970 e 1985	153

Tabela 8: Estabelecimentos por grupo de área total. Dados do Censo Agropecuário 1995-1996 para o município de Seberi	154
Tabela 9 - Uso de força de tração animal e/ou mecânica utilizada pelos estabelecimentos, por tipo, segundo UF, Mesorregião, e Município – 2006	155

LISTA DE SIGLAS

- CAFW – Colégio Agrícola de Frederico Westphalen
- CEDOPH – Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai
- CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
- Cia Ltda – Companhia Limitada
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CRELUZ – Cooperativa de Distribuição de Energia
- EAD – Ensino à Distância
- FURG – Universidade Federal do Rio Grande
- ha – hectare
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PEIES – Programa de Ingresso ao Ensino Superior
- PR – Paraná
- RS – Rio Grande do Sul
- SA – Sociedade Anônima
- UAB – Universidade Aberta do Brasil
- UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
- UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná
- UPF – Universidade de Passo Fundo
- URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
- VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

RESUMO

Neste estudo buscamos analisar alguns fatores que consideramos importantes para a formação do município de Seberi-RS. Partimos do pressuposto de que Seberi foi uma área de ocupação tardia dentro do estado do Rio Grande do Sul e, assim, buscamos compreender os motivos que acabaram transformando a porção norte do município de Palmeira das Missões em uma das últimas grandes reservas de terras disponíveis para os projetos de colonização do estado gaúcho. Buscou-se compreender os motivos que proporcionaram a valorização deste espaço, atraindo, assim, grupos de imigrantes de outras regiões do estado e a importante atuação do Estado através da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira. E que, num período aproximado de 30 anos, transformaram o então sertão de Palmeira em uma das áreas de maior densidade demográfica do Rio Grande do Sul. Esta dinâmica populacional acabou favorecendo a economia local e influenciando a formação de grupos de pessoas atuantes em cada uma das sedes distritais. Para que pudéssemos compreender a formação do município de Seberi, resgatamos aspectos históricos importantes sobre os agentes/atores que, ao se organizarem, visualizaram a possibilidade de buscar maior autonomia para o desenvolvimento de suas atividades econômicas através da emancipação do distrito de Seberi do município sede, Palmeira das Missões.

Palavras-chaves: valorização do espaço; colonização; Seberi

ABSTRACT

In this study we analyzed some factors that we consider important for the formation of a city called Seberi-RS. We started from the estimative that Seberi was an area of delayed occupation inside Rio Grande do Sul State, through this way, we tried to understand the reasons that turned the portion north of the city Palmeira das Missões into one of the last available land reserves for the settling project of the State. We looked for understanding the reasons that had provided the valuation of this space, attracting groups of immigrants from other regions of the state and the important performance of the State through the Land Commission and Settling of Palmeira. Who, during a period about 30 years, had transformed the hinterland Palmeira in one of the areas of bigger demographic density of Rio Grande do Sul. This dynamics population finished favoring the local economy and influencing the formation of groups of people operating in each one of the headquarters districts. For us to understand the formation of Seberi, we rescue important historical aspects on the agents/actors who, organizing themselves, had visualized the possibility to search a greater autonomy for the development of its economic activities through the emancipation of the Seberi district of the headquarter city, Palmeiras das Missões.

Word-keys: valuation of the space; settling; Seberi

Introdução

As relações de poder econômico e político no estado do Rio Grande do Sul sempre estiveram muito próximas uma da outra e ajudaram a construir uma identidade política e cultural peculiar. A imagem do gaúcho pilchado e montado em seu cavalo é um dos símbolos que representa esta identidade. Entretanto, quando a história de parcela significativa das pessoas que chegaram para colonizar este estado (como os imigrantes italianos e alemães) é analisada de forma mais detalhada, constatamos que eles não passavam o dia em cima de cavalos galopando pelas colinas, e que o boi nem sempre significou uma mercadoria, mas parte das ferramentas de trabalho. Considerando que quase metade do estado era tomada por uma mata densa (muito diferente da imagem das grandes pastagens da Campanha associadas ao estado) que não oferecia as melhores condições naturais para cavalgadas. Esses novos habitantes ficaram conhecidos como colonos e foram conduzidos a ocupar as áreas ainda não ocupadas oficialmente: as zonas de mata. Porém, a imagem do colono não é associada à figura tradicional do gaúcho e somente é lembrada em festejos étnicos.

Sem as melhores condições naturais para a prática da pecuária, quando do momento de sua chegada, passaram estes colonos a sobreviver da agricultura e da extração de madeira e erva-mate. É importante destacar que, para desenvolver estas novas áreas, as vias de comunicação foram fundamentais para o sucesso dos projetos coloniais. As linhas férreas se constituíram em importante ferramenta de penetração dos colonos nas zonas de mata e de impulso das atividades econômicas coloniais.

Com a intensificação da colonização na região fisiográfica Alto Uruguai, formaram-se, nas décadas de 40, 50 e 60 do século XX, pequenas indústrias que utilizavam como matérias-primas principais os produtos agrícolas e extrativistas, denominadas por Castro (1977) de “indústrias naturais”. Com base na bibliografia consultada podemos afirmar que, em grande número dos casos, essas pequenas indústrias foram implantadas por comerciantes que haviam acumulado capital através da comercialização de produtos agrícolas das áreas coloniais e de fornecimento de produtos essenciais para a sobrevivência e manutenção dos colonos agricultores.

A implantação dessas pequenas indústrias foi possível através do “saber-fazer” dos imigrantes europeus e de seus descendentes, além do aproveitamento de oportunidades econômicas da época que favoreceram e importação dos equipamentos necessários. Como no Brasil as indústrias de equipamentos industriais ainda não estavam bem desenvolvidas, parte dos equipamentos era importada da Europa (Itália, Inglaterra e Alemanha, principalmente) e dos Estados Unidos.

Estes investimentos impulsionaram o desenvolvimento econômico/industrial do estado e contribuíram para a consolidação da imagem do colono empreendedor. No mesmo período onde percebemos um desenvolvimento técnico mais acelerado e a efetiva ocupação das áreas de mata do Alto Uruguai (na região norte e noroeste do Rio Grande do Sul) por colonos, ocorreram duas grandes guerras mundiais (1914-1917 e 1935-1945) que acabaram influenciando e impulsionando o desenvolvimento das pequenas indústrias dessa área juntamente com o restante das indústrias nacionais que passaram a ter a responsabilidade de abastecimento do mercado interno e, em alguns casos, até mesmo do mercado externo.

Concomitantemente ao desenvolvimento da “economia colonial”, a crise da pecuária gaúcha marcava o enfraquecimento dos grandes pecuaristas. O prestígio desta atividade ficou marcado na identidade do gaúcho, mas perdeu grande parte de seu poder dentro da política. Em seu lugar, pessoas com sobrenomes italianos e alemães passam a se destacar, e com elas, a imagem de um estado industrializado e no caminho de um desenvolvimento ainda maior.

É dentro deste contexto que realizamos nossa investigação sobre a formação do município de Seberi. Suas terras se localizam dentro da área denominada de novas colônias e se caracterizam pela atração de migrantes de outras áreas coloniais do Rio Grande do Sul, formando uma zona de colonização mista, ou seja, não apresenta uma homogeneidade étnica como nas áreas das chamadas antigas colônias onde se destacam os imigrantes alemães e italianos.

O município de Seberi, antes de sua emancipação, era um dos distritos do município de Palmeira das Missões e é mencionado na história local como uma das portas de entrada dos colonos na Colônia Guarita (na área da antiga colônia Guarita encontramos, hoje, trinta municípios que, juntos, formam a região fisiográfica do Médio Alto Uruguai), fundada em 1917 pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Esta característica deu origem a uma de suas primeiras denominações conhe-

cidas: “Boca da Picada”. Essa denominação foi logo substituída pelo topônimo Fortaleza sobre o qual conseguimos mostrar que, apesar do povoado e do principal rio do distrito serem conhecidos pelo mesmo topônimo, a origem destes topônimos é distinta.

Acrescentemos o fato de que o topônimo Seberi passou a ser utilizado somente a partir do ano de 1944 uma vez que seu topônimo anterior (Fortaleza) era utilizado na identificação de outra área. De acordo com depoimento de Sadi Missel (*in*: Prefeitura Municipal de Seberi, 1986:13) “as instruções do Conselho Regional de Geografia determinavam que na escolha dos novos nomes se desse preferência aos nomes de origem tupi-guarani, por essa razão nosso distrito e a vila passaram a se chamar Seberi, que na língua tupi-guarani era o antigo nome do Rio Guarita”. Com o propósito de facilitar a leitura deste trabalho apresentamos, no quadro 1, as modificações da toponímia da área do atual município de Seberi e também modificações da toponímia que identificava o atual município de Palmeira das Missões.

Quadro 1: Cronologia da alteração dos topônimos dos atuais municípios de Palmeira das Missões e Seberi a partir de 1874.

Ano	Alteração de topônimos	Fonte
1874	Em 06 de maio de 1874 é criado o município de Santo Antônio da Palmeira com áreas de Passo Fundo e Cruz Alta.	Soares (2005, P.132)
1879	O topônimo Rincão da Fortaleza é mencionado nos relatos de Maximiliano Beschoren para definir uma área que, atualmente, faz parte do município de Seberi.	Beschoren (1989, p.88, 99)
-	O local onde hoje está situada a sede do município de Seberi é conhecida, informalmente, pela denominação de Boca da Picada entre os anos de 1917 até 1930, aproximadamente. Esta denominação foi dada pela localização do acesso à picada (caminho no meio do mato) que dava acesso ao povoado de Iraí.	Battistella (1969) Reátegui (1988)
1918	É criado o Distrito de Fortaleza, no município de Santo Antônio da Palmeira pelo ato municipal nº 165.	Soares (2005)
1944	Através do Decreto-Lei nº 720 de 29 de dezembro de 1944, seguindo uma determinação do IBGE, vários topônimos do estado do RS são alterados, entre estes estão: Palmeira é alterado para Palmeira das Missões; Fortaleza é alterado para Seberi e o rio Fortaleza passa a ser denominado como rio Ogaratin.	Diário oficial do Estado do RS de 30 de dezembro de 1944.
1959	Através da lei nº 3.696, de 30 de janeiro de 1958 fica criado o município de Seberi.	Reátegui (1988, p.94)

ORGANIZAÇÃO: Edilson W. Pedroso Jr.

O distrito de Seberi é emancipado no ano de 1959 com uma economia baseada na agricultura (com destaque ao cultivo de trigo e suínos) e na exploração de madeira. Essa base econômica foi suficiente para dar origem a pequenas indústrias naturais que, naquele momento histórico, impulsionaram a economia local e indicavam um futuro promissor. Este mesmo processo ocorreu simultaneamente nos municípios e distritos próximos à Seberi.

Porém, para que Seberi obtivesse sua emancipação foi necessário um conjunto específico de condições mínimas que permitiram sua separação da área territorial de Palmeira das Missões. A formação de um grupo econômico que investiu recursos no ainda distrito de Seberi é percebido em nosso trabalho como sendo a pedra fundamental que levou os comerciantes, agricultores, industriais e profissionais liberais a visualizar a possibilidade de obter maior desenvolvimento como uma área autônoma, ou seja, como um novo município. Levamos em consideração o momento de intenso desenvolvimento do parque industrial brasileiro e do bom momento da economia do pós-guerra. A necessidade de auto-abastecimento propiciou que pequenas indústrias surgissem espalhadas pelo estado do Rio Grande do Sul. Isto só foi possível devido ao isolamento proporcionado pela precariedade dos meios de transporte e pela existência de um mercado consumidor satisfatório, originado da distribuição de terras em lotes coloniais de aproximadamente 25 ha por família, o que aumentou, significativamente, a densidade populacional das áreas coloniais.

Devido aos diferentes fatores analisados que influenciaram no processo de ocupação da área do atual município de Seberi e que tiveram períodos de duração específicos, optamos em dividir nossa análise sobre a formação do município de Seberi em fases. Identificamos 3 fases distintas onde processos econômicos, políticos e demográficos foram agrupados desde o marco inicial de nossa pesquisa (1879) até o fim de nosso recorte temporal (1959) onde é criado, efetivamente, o município de Seberi. Mas, antes de entrar realmente na análise dessas 3 fases, realizamos uma discussão sobre nosso referencial teórico metodológico e tecemos algumas considerações sobre a região fisiográfica do Alto Uruguai. Portanto, nosso trabalho ficou assim distribuído:

- No Capítulo 1 apresentamos nosso referencial teórico-metodológico que justifica o caminho adotado durante o processo de pesquisa, análise/interpretação, e síntese do tema estudado. A opção de apresentar o referencial

teórico metodológico no início do trabalho é o de informar ao leitor a perspectiva pela qual visualizamos a problemática do estudo. Para o leitor mais familiarizado com o referencial teórico da geografia, a leitura deste capítulo pode ser um tanto quanto cansativa. Porém, consideramos a possibilidade de pessoas não familiarizadas com os conceitos e categorias de análise da geografia virem a ler este trabalho, o que torna este capítulo importante para a melhor compreensão da pesquisa desenvolvida.

- No Capítulo 2 buscamos, através da revisão bibliográfica de autores consagrados, os fatores que influenciaram para que a região fisiográfica do Alto Uruguai se tornasse a última área do estado do Rio Grande do Sul a ser oficialmente colonizada. E, posteriormente, os fatores que influenciaram na valorização desta área, pela atuação do Estado gaúcho através da implantação de infra-estruturas de transporte e do controle da distribuição e/ou comercialização das terras públicas.
- No Capítulo 3 mostramos as características das duas primeiras fases da dinâmica da formação do município de Seberi. Na primeira fase, que compreende o período entre os anos de 1879 e 1925, a área do atual município de Seberi possuía poucos habitantes, proporcionando o abrigo de bandidos e refugiados políticos das revoluções ocorridas nos anos de 1893 e 1923. Na segunda fase, que compreende o período entre os anos de 1925 e 1948, destaca-se a atuação da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira e do chefe desta comissão (o engenheiro Frederico Westphalen) como grandes responsáveis pela intensificação dos fluxos migratórios para a zona colonial de Palmeira das Missões. A unificação de duas fases dentro de um único capítulo deve-se ao motivo de que nestas duas primeiras fases, o distrito de Seberi era totalmente dependente de Palmeira das Missões, o que começa a ser modificado na terceira fase.
- No Capítulo 4 destacamos o aumento da dinâmica econômica da zona colonial de Palmeira das Missões, destacando o surgimento das indústrias naturais e o processo de modernização da agricultura no distrito de Seberi. O surgimento do grupo Zanchet e os importantes investimentos feitos por este grupo no distrito proporcionam melhorias na vida dos habitantes deste distrito e fortalecem os fluxos comerciais através do desenvolvimento das atividades

econômicas do grupo. A partir deste surto de desenvolvimento e influenciados pela recente emancipação de Frederico Westphalen, foi organizada uma comissão com o objetivo de buscar a emancipação e maior autonomia nos rumos do distrito.

- No Capítulo 5 apresentamos dados sobre a situação atual do município, modificações na estrutura fundiária e nas características da distribuição da população. Também apresentamos a relação atualizada das indústrias de Seberi, além de um breve demonstrativo sobre a situação atual de algumas das principais edificações de Seberi fotografadas no ano de 1957, para a elaboração do relatório para o processo de emancipação.

É importante esclarecer que na bibliografia consultada e em alguns documentos antigos encontrados no processo de pesquisa mostram a presença de indígenas nas matas do Alto Uruguai, entretanto, por necessidade de delimitação de um recorte temático não abordaremos a questão indígena no Alto Uruguai devido a grande complexidade do tema e por acreditarmos que este tema mereça uma atenção especial devido as suas características peculiares.

CAPÍTULO 1

O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA HISTÓRIA

A compreensão da realidade social atual passa, obrigatoriamente, pelo entendimento do passado que propiciou sua formação. Ao mesmo tempo em que, no presente, sofremos a ação condicionante do passado, é, também, no presente que articulamos formas de condicionar o futuro. Ou seja, o presente é, ao mesmo tempo, condicionado (pelo passado) e condicionador (do futuro). Essa relação contínua entre as heranças do passado, as permissões do presente e as possibilidades do futuro se realizam no espaço geográfico. Como a Geografia tem como objeto de estudo o espaço de atuação do homem, “parte-se do entendimento da geografia humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história” (MORAES, 2005, p.41).

Dessa forma, a compreensão das ações e materializações do passado se constitui como elemento básico e essencial da interpretação das atividades humanas no presente, pois entendemos que nossa realidade atual é condicionada por heranças históricas. Essas heranças são apreendidas dentro da Ciência Geográfica como um conjunto de normas sociais e de objetos técnicos que são formados dentro de um contexto histórico e social. À Geografia caberia a tarefa de analisar e interpretar o contexto que leva a criação dessas normas e objetos, que leva à materialização das relações entre o homem e seu meio e entre o homem e seus semelhantes.

O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo. Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local. A epistemologia da

geografia deve levar isso em conta. A técnica nos ajuda a historizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica. (SANTOS, 1997, p.40)

Uma das formas apontadas por Milton Santos (1997) para a análise do espaço é analisá-lo como portador de um sistema de objetos e de um sistema de ações.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS, 1997, p.51)

Com a finalidade de realizar uma descrição e, conseqüentemente, uma explicação mais próxima possível da realidade, deve-se buscar dados e informações em diversas fontes (relatos de história oral, documentos pessoais, documentos públicos, fotografias, jornais, outras pesquisas já realizadas,...) e realizar um confronto entre estas informações a fim de eliminar contradições. O pesquisador também deve ter conhecimento do momento histórico existente nas escalas superiores (estadual, nacional, continental, mundial) que possam trazer alguma influência ao recorte definido. Dessa maneira é possível a elaboração de teses que devem constantemente ser questionadas. As teses válidas irão originar uma síntese que também deve passar por um questionamento a partir do surgimento de novas informações (até então desconhecidas) ou da consideração de novas perspectivas de análise.

Quando compreendemos que cada momento histórico está imerso em um contexto social (legitimado por um discurso hegemônico) entendemos a importância de reconhecer os agentes dominantes e suas intencionalidades a fim de minimizar qualquer abuso de poder do agente dominante que possa vir a prejudicar ao todo social.

Os discursos geográficos [...] variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, dentro de formas de pensar historicamente determinadas, com *epistemés* próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana. (MORAES, 2005:23)

1.2 OS AGENTES¹ E OS OBJETOS TÉCNICOS

“As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1997, p.25). Se não fizéssemos uso de técnicas, provavelmente nossa relação com a Natureza seria semelhante à dos animais primitivos adaptados a tipos específicos de ambientes. Não seríamos capazes de realizar modificações no ambiente natural com o propósito de criar “facilidades” sem o desenvolvimento de técnicas específicas a esta finalidade.

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que *determina* os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica de instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. (SANTOS, 1997, p.34)

Somente a existência de um objeto técnico não modifica nada. Alguém precisa utilizar esse objeto, dar uma finalidade a ele. Esse alguém é o homem em suas diversas escalas de ação (o pequeno agricultor, o grande latifundiário, o engenheiro agrícola, o secretário da agricultura, o ministro da agricultura, a empresa multinacional do setor agropecuário,...). A existência dos objetos técnicos nos fornece possibilidades de ação, ao mesmo tempo em que confere um conteúdo diferencial a quem os utiliza.

É o emprego diferenciado dos objetos que reforça o caráter das desigualdades do espaço geográfico. Se nos tempos pré-históricos era a configuração do ambiente que dava origem as diferentes formas do homem se relacionar com o meio, na análise da micro-escala os homens somente se diferenciavam por sua condição etária e sexual (homem, mulher, criança, jovem, adulto). Atualmente, a escala global nos fornece uma aparente igualdade das condições de existência através da simultaneidade de objetos técnicos como celulares e computadores que nos fornecem informações em tempo real. Entretanto, na análise da micro-escala, constatamos a existência de profundas desigualdades nas condições de vida entre os indivíduos, independentemente do sexo ou da idade.

Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo *uni-*

¹ Em nosso trabalho consideraremos os termos “agentes” e “atores” como sinônimos e que podem ser associados à instituições, grupos ou pessoas que se relacionam socialmente.

versal. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente a qual regula também o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza. Daí o caráter pleno e exclusivo de processo *social*, comandado pelas ações e decisões emanadas do movimento das sociedades. Tais formas – que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo – substantivam na paisagem (congelam em certo sentido) relações sociais específicas. A vivência social do espaço cria *rugosidades* que duram mais que estímulos e objetivos que lhes deram origem. Tal característica fundamenta a condição de processo *mediador*, que retroage na interação com outros processos. Tem-se, assim, um espaço produzido herdado (formas pretéritas, estoques de valor concentrados pontualmente na superfície da Terra) que sobredetermina continuamente o uso dos lugares, abrindo possibilidades analíticas para uma dimensão geográfica na interpretação da história humana. (MORAES, 2005, p.41)

Deve-se frisar que por trás de todo objeto técnico é necessário haver um agente criador e um agente utilizador desses objetos (não eliminando a possibilidade do agente ser criador de objetos que atendam, única e exclusivamente, suas próprias finalidades).

Ao instar a restauração da importância dos atores e do comportamento no pensamento econômico regional, não estou sugerindo o abandono da atenção ao contexto. A tradição da economia política sempre insistiu na importância do comportamento e do contexto. Minha queixa é que o primeiro foi suprimido tanto na geografia econômica recente quanto na economia regional, com consideráveis prejuízos para o poder de explicação. (MARKUSEN; 2005, p.58)

A cada novo conjunto de objetos técnicos, abrem-se novas possibilidades de atuação do homem sobre o meio. É esse caráter do poder transformador dos objetos que acentua o conteúdo diferencial do espaço socialmente construído, uma vez que a disseminação das técnicas não ocorre simultaneamente ao momento de sua criação e nem sempre eles possuem um caráter universal de aplicação.

O espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo. (SANTOS, 1997, p.45)

1.3 OS AGENTES SOCIAIS E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

A capacidade diferencial dos agentes em utilizar um conjunto de objetos técnicos existentes proporciona uma valorização diferenciada dos lugares junto à uma capacidade singular de gerar formas-conteúdo que acentuam desigualdades espaciais e conferem uma valorização “artificial” desse espaço.

Do mesmo modo que qualquer processo social, a valorização do espaço também se transforma historicamente, nesse sentido em que é também um *processo histórico*. Suas manifestações concretas ocorrem guiadas por determinações gerais do modo de produção em que estão contidas. A temporalidade submete a espacialidade, e o processo universal de valorização do espaço torna-se, em si, denso de particularizações temporais e espaciais. (MORAES, 2005, p.43)

[...] a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um *território*. Este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial. (MORAES, 2005, p.44)

Percebe-se que o território só tem existência concreta pela capacidade do homem de destinar uma função social ao solo e a tudo que nele se relaciona. Essa característica é acentuada, ainda mais, com a consolidação do modo de produção capitalista como modo de produção dominante.

O território seria, ao mesmo tempo que *chão/terra-matéria*, lugar de atuação das diferentes classes sociais e do Estado, que opera no sentido de respaldar a produção e a reprodução do capital. O *território* é, assim, o espaço concreto das relações sociais. Os homens, diferenciados em classes sociais, estão sempre construindo sua história, que é, ao mesmo tempo, a história do trabalho produtivo e a história do território. (RÜCKERT, 1997, p.34)

A dinâmica social impõe, a cada instante, novas formas ao espaço. Estas novas formas são cristalizações de momentos específicos e indicam os agentes modeladores do espaço. As formas materiais servem para indicar a territorialização dos agentes. Cada agente possui escalas diferenciadas de atuação (local, regional, nacional,...) e as materializações espaciais trazem consigo estas informações e delimitam o território de atuação de cada um dos agentes considerados.

[...] esse conceito [território] é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural. Tal conceito traz, assim, duas vantagens: impede qualquer retorno às concepções naturalistas (que tanto marcaram a geografia tradicional) e aponta para uma visão social do objeto geográfico, posto, não mais como lugar (a paisagem ou a superfície da Terra),

mas diretamente como a relação sociedade-espaço em si. E mais, equacionando como entidade movente – *formação* – resgata também a unidade dialética entre forma e processo, vital para a ótica geográfica que se busca. (MORAES, 2005, p.45)

A valorização diferencial do espaço (tornado território) é possível de ser analisada através de uma perspectiva do desenvolvimento de objetos que ampliam a capacidade humana de intervenção no meio. São os objetos criados para a exploração dos conteúdos, espacialmente localizados, que permitem aos agentes sua territorialização. Sem a compreensão desses dois elementos (os agentes e os objetos técnicos) a análise territorial será deficiente e não oferecerá respostas satisfatórias.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 1997, p.51)

[...] a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem que ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado) e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva). (MORAES, 2005, p.59)

A história da evolução humana é uma história da utilização e evolução dos objetos técnicos. Diferentes objetos criados e adequados para configurações espaciais específicas originaram diferentes sociedades por todo o mundo, extremamente diferenciadas em suas relações sociais. Essas diferentes sociedades concebem formas únicas de se relacionar espacialmente.

A formação territorial é, do ponto de vista espacial, um processo cumulativo que articula os resultados de formas de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se ao lado

das características do meio natural como elementos de qualificação dos diferentes espaços.

Contudo, a apropriação de espaços e sua colocação na órbita de uma dada dominação política, que o qualifica como seu patrimônio, obedece sempre à lógica societária vigente, permitindo a identificação de padrões (historicamente delineados) de objetivação deste processo. (MORAES, 2005, p.54)

Aceitando que a sociedade se transforma, cada vez mais, em um todo desigual sob diversos enfoques, podemos compreender a valorização diferenciada do espaço ao longo do tempo e de acordo com os conteúdos técnicos disponíveis. A percepção da função de um objeto técnico não é fácil de ser medida. Constatamos apenas que em algumas sociedades há uma rápida assimilação desses objetos, enquanto em outras, a resistência em introduzir novos objetos, que irão interferir nas formas de relação social, é muito grande. De acordo com Moraes (2005:45) “na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço”.

Os usos do solo, os estabelecimentos humanos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam os resultados das lutas, hegemonias, violências, enfim, são resultados de atos políticos. A produção do espaço agora sendo vista como processo teleológico, isto é, sustentado em projetos e guiado por concepções de atores sociais específicos. Logo, a construção dos territórios envolvendo representações, discursos, consciências e articulações práticas. Nesse quadro, o discurso geopolítico, por exemplo, aparece como a fundamentação dos desígnios de um dos atores mais poderosos nesse jogo: o Estado. Um ator que ao emergir na cena histórica tende a monopolizar as ações básicas do processo de formação territorial. (MORAES, 2005, p.46)

1.4 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A TÉCNICA

As discussões a respeito da técnica dentro da ciência geográfica são muito freqüentes, principalmente sob a forma de redes técnicas. Seus impactos, dinâmicas, qualidades e problemas são assuntos muito estudados atualmente. Entretanto, é necessária uma atenção muito grande do pesquisador para não esquecer que sem os agentes sociais, a técnica e suas manifestações não existiriam.

[...] as regras que governam a vida econômica e social são feitas pelo homem e não estabelecidas por certa lógica capitalista inextinguível. Sim, são elaboradas no contexto de culturas, instituições e crises cíclicas historicamente desenvolvidas. Não obstante, são formuladas por seres humanos em contextos organizacionais onde

abundam criatividade, coragem e covardia, luta pela sobrevivência, malícia e enganos. (MARKUSEN; 2005, p.59)

A função essencial da existência das técnicas é a de suprir alguma necessidade humana:

O que a técnica vem a ser, nos casos decisivos, não é uma imitação ou um modelo natural (se bem que um vago análogo possa se encontrar realizado na natureza por acaso); é algo que, em relação à natureza, é 'arbitrário'. A técnica cria 'o que a natureza está na impossibilidade de realizar'. Uma roda em torno de um eixo, uma carne cozida, um piano, signos escritos, a transformação de um movimento de rotação em movimento linear alternado ou a transformação inversa, assim como uma rede de pescador, são 'criações absolutas'. (CASTORIADIS; 1987, p.245)

Nesse sentido, podemos perceber que habitamos um mundo que a cada dia se torna mais tecnificado e que seria impossível a sobrevivência dos seres humanos, atualmente, sem a utilização de seu conhecimento técnico e de seus objetos técnicos. Marcuse (1999, p.74) expressa muito bem a dupla face da técnica ao afirmar que “a técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo”. Já Markusen (2005, p.60) afirma que “a tecnologia não é uma força desincorporada. É produto de ações concertadas das empresas, governos e indivíduos, e as decisões que cada uma destas partes tomam constituem elementos muito importantes em toda a história”.

Sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada. Apenas o valor relativo é o valor. E o valor relativo só é identificado no interior de um sistema da realidade, e de um sistema de referências elaborados para entendê-la, isto é, para arrancar os fatos isolados da sua solidão e seu mutismo. (SANTOS, 1997, p.38)

Podemos pensar, então, que o grande problema da humanidade não é o desenvolvimento técnico e, sim, o uso a que se destina esse desenvolvimento. Os problemas sociais não podem ser percebidos como problemas dos avanços técnicos, mas da apropriação e da aplicação indevida desses conhecimentos aplicados ao exercício do poder para suprir necessidades individuais e não coletivas. No momento atual, o poder tecnológico está intimamente relacionado ao poder econômico e, conseqüentemente, ao poder político. É a busca constante da humanidade pelo poder que impulsiona o desenvolvimento do conhecimento técnico.

A técnica é também utilizada para a demarcação da territorialidade dos agentes. O espaço, então, torna-se portador de múltiplas territorialidades. Quanto

mais avançado o mundo se torna, mais complexas se tornam as relações sociais e, conseqüentemente, suas territorialidades, que podem se mesclar, se excluir, se limitar, se combinar,...

Espaço e território não podem ser entendidos da mesma forma. O território está contido no espaço; é uma delimitação de uma porção do espaço.

O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. [...] Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN; 1993, p.144)

Nesse sentido, as redes técnicas (sejam elas de comunicação ou de transporte) podem tanto aproximar lugares quanto isolá-los; podem tanto integrar quanto desintegrar territórios. Sua finalidade atende a determinados segmentos da sociedade. A rede pode tanto alavancar o desenvolvimento quanto impedi-lo; pode acentuar desigualdades sócio-espaciais quanto diminuí-las, pois, como nos diz Castoriadis (1987, p.251), “o próprio conjunto técnico é privado de sentido, técnico ou qualquer que seja, se o separarmos do conjunto econômico e social”.

[...] a rede transforma a relação com o tempo e com o espaço, uma vez que a velocidade de transporte de informação, a conexão, é imediata. Pode-se, então, dizer-se que a rede é vista como um operador espaço-temporal (ela elimina as lentidões e tempos de espera de informação, de transacção, que levantavam problema há bem pouco tempo). Mas não é tudo, ela é também não hierárquica, cibernética (a interação é aí fortemente sublinhada), flexível, ela liga campos heterogêneos, não dependendo as entradas dos actores na rede de uma situação preestabelecida, mas simplesmente da sua acção no momento presente. (SFEZ, 2002, p.74)

As redes técnicas potencializam a ação de agentes poderosos, mas também criam possibilidades de integração e de fortalecimento de grupos sociais excluídos, e que buscam unir esforços com outros grupos que estejam passando por algum tipo de opressão.

[...] o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios. Esses sistemas de malhas não são únicos; existem diferentes tipos, de acordo com a própria natureza das ações consideradas. Observações análogas, senão idênticas, poderiam ser feitas para os nós e as redes. Ainda uma vez, a axiomática do poder em matéria territorial não é uma demarcação de uma outra axiomática geométrica, mas um prolongamento que deve contar com a heterogeneidade das condições reais nas quais se manifesta.

Não se trata de uma axiomática fechada, bem ao contrário, e ainda mais porque os atores têm comportamentos que resultam das

probabilidades. Enfim, também porque todo axioma é sustentado por uma psicossociologia e uma ideologia. Toda axiomática é histórica, e para atingir o seu significado é preciso construir, ou reconstruir, o contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual procede. (RAFFESTIN, 1993, p.149)

As novas tecnologias criam possibilidades de ação, e são os agentes sociais, em diversas escalas de atuação (Estado, grandes empresas, pequenas empresas, indivíduos, entre outros), que irão optar entre as possibilidades disponibilizadas. Cada agente buscará suprir as suas necessidades imediatas e, dependendo do grau de conhecimento das possibilidades disponibilizadas, saberá aproveitar ao máximo o potencial das novas tecnologias.

1.5 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é o de analisar uma série de dados históricos sob o enfoque da geografia com o propósito de fornecer uma interpretação possível (dentro do grande leque de possibilidades possíveis de explicações da realidade) sobre a dinâmica que leva a formação do município de Seberi dentro do recorte temporal que abrange o período compreendido entre os anos de 1879 e 1959. Nossa intenção foi a de identificar os principais agentes e os processos que levaram, inicialmente, a formação do distrito de Fortaleza e, posteriormente, a emancipação do município de Seberi, que estabeleceu como sua sede o antigo povoado de Fortaleza.

No processo de elaboração do projeto de pesquisa, algumas inquietações foram fundamentais no processo de problematização do tema a ser estudado. Uma dessas inquietações foi o processo de formação e consolidação de líderes locais que coordenaram o processo emancipatório. Outra nos remete as relações de poder e controle territorial no período anterior a sua emancipação. Como ocorre a fixação do colono? Quem ordena o uso das terras, o colono ou o Estado? Qual o contexto da formação das pequenas indústrias? Que tipo de relações existiam entre os pequenos colonos, os grandes proprietários fundiários, os comerciantes locais e os proprietários de pequenas indústrias? Dentro do contexto sócio-econômico-espacial das escalas nacional e estadual, o que podemos destacar de interessante na escala local? Quais as conseqüências da Revolução de 1923 na área de estudo?

Para responder a essas dúvidas, elegemos alguns conceitos norteadores para nosso trabalho: **valorização do espaço** e **formação territorial** (MORAES,

2005), e **sistema de objetos** e **sistema de ações** (SANTOS, 1997). A forma como estes conceitos serão utilizados na operacionalização deste projeto está descrita na metodologia.

Considerando que o espaço geográfico é dinâmico e está constantemente em transformação, um de nossos objetivos foi a elaboração de uma periodização marcando as principais rupturas sócio-espaciais da dinâmica territorial local. Para este estudo, consideramos como rupturas momentos que demarcam mudanças da formação sócio-econômica-espacial do recorte proposto. Na consolidação do município de Seberi, identificamos 3 fases importantes que, de alguma maneira, interferiram na dinâmica dos processos que levam até a fase de sua emancipação. Descreveremos brevemente as três fases e seus marcos delimitadores, lembrando que alguns dos assuntos, fatos e pessoas mencionadas serão melhor analisados em seus respectivos capítulos:

1ª Fase (1879-1925) – esta fase inicia com os relatos de Maximiliano Beshchoren indicando a fixação de algumas pessoas no chamado Rincão da Fortaleza e a inexistência de moradores dentro da zona florestal de Palmeira². Essa fase se estende até o período da Revolução de 1923. Inicialmente, havíamos definido o ano de 1917 como marco final desta fase, sendo que esta data marca o início dos trabalhos da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, mas, devido ao início da Revolução de 1923, os trabalhos desta Comissão ficaram paralizados. Somente com o término da revolução, por volta do ano de 1925, é que os trabalhos da Comissão de Terras de Palmeira ganharam novo impulso.

2ª Fase (1925-1948) – inicia com a retomada dos projetos de colonização para a zona florestal de Palmeira, destacando-se a importância das águas termominerais de Iraí que influenciaram na formação do município, de mesmo nome, no ano de 1933. Entretanto, os processos que levam a formação deste município não podem ser aplicados no estudo de Seberi. No estudo da formação de Seberi, Iraí teve importância por ter atraído investimentos em infra-estrutura para a zona florestal de Palmeira, favorecendo, indiretamente, o desenvolvimento de Seberi e de outros povoados de Palmeira. Após a Revolução de 1923, migrantes de diversas etnias (alemães, italianos, poloneses, russos, açorianos, luso-brasileiros, ...) com

² Com a incorporação da zona florestal de Palmeira aos projetos de colonização do estado, a zona florestal se transformou na zona colonial de Palmeira das Missões.

origem em outras regiões do estado (Guaporé, Ijuí, Taquari, Alfredo Chaves, Casca, Panambi, ...) alteraram a dinâmica sócio-econômica da zona colonial de Palmeira. Após o ano de 1945 formou-se, no então distrito de Seberi, a Sociedade Zanchet-Gemelli, para a exploração econômica de madeira, da agricultura e do comércio. No ano de 1948 este grupo inaugurou sua própria usina hidroelétrica, vendendo o excedente energético (o que não era aproveitado em seus empreendimentos) para a Vila de Seberi e seus habitantes. Esta usina trouxe alterações na dinâmica de investimentos no distrito, por isso, o início das operações desta usina marcam a ruptura entre a segunda e a terceira fase do estudo da dinâmica da formação territorial de Seberi.

3ª Fase (1948-1959) – a inauguração da usina hidroelétrica do grupo Zanchet proporcionou, aos habitantes da Vila de Seberi, a oportunidade de terem energia elétrica em suas residências e casas comerciais, melhorando a qualidade de vida de seus moradores. Com a disponibilidade de energia elétrica, abriu-se a possibilidade de utilizar este recurso para fins econômicos, melhorando e/ou oferecendo serviços que necessitavam de eletricidade. O grupo Zanchet construiu o maior moinho de Seberi, aproveitando o recurso energético que eles mesmos produziam. No ano de 1954 o distrito vizinho de Frederico Westphalen obteve sua emancipação, dando origem a um novo município. Como o distrito de Seberi também crescia, acompanhado o ritmo dos investimentos econômicos, as lideranças locais uniram esforços e buscaram sua emancipação política, obtida no ano de 1959.

1.6 METODOLOGIA

Na totalidade dos objetos e das ações existentes no espaço geográfico somos chamados a definir critérios que nos permitam fornecer explicações possíveis da realidade social, pois, dentro das ciências humanas, não há como falar em explicações exatas ou definitivas. E dentro do campo disciplinar da Geografia, existem diversos “olhares” para um mesmo objeto de estudo.

Utilizamos um grande número de dados históricos com o objetivo de fornecer uma análise geográfica dos acontecimentos que proporcionaram a formação do município de Seberi. Dessa forma, constatamos a necessidade de compor uma teia

de fundamentos teóricos que sustentem a posição assumida: ver a geografia humana, em si, como uma modalidade de história.

Parte-se de uma tradição epistemológica que concebe a *totalidade* não como um macroobjeto – uma representação exaustiva que engloba o conhecimento de todo o existente – mas fundamentalmente como um recurso de método: um modo associativo de pensar o real, que busca relações e conexões entre os fenômenos analisados. Quando se entende que esta *visão totalizadora* opera por sucessivos trânsitos entre níveis abstratos e concretos de reflexão e análise – em outras palavras, através de um contínuo fluxo entre a universalidade e a singularidade contida nos objetos tratados – pode-se tomar o estabelecimento dessas relações e conexões como uma ação *particularizadora*, visão que fundamenta a possibilidade de abordagens histórico-dialéticas em ciências humanas. Nestas, a historicidade não é dissociada do ser, mas vista como caminho único de sua apreensão enquanto parte movente (e só enquanto movimento passível de ser apreendida) do real. (MORAES, 2005, p.39)

A escolha dos recortes analíticos mais apropriados depende do tema a ser estudado. No caso deste trabalho, foi proposta uma análise da dinâmica da formação territorial do município de Seberi-RS). Para sua operacionalização e elaboração de explicações possíveis (sem a pretensão de serem definitivas), a análise da dinâmica econômica e da dinâmica política são consideradas fundamentais. Para Moraes (2005, p.40) “cada mediação particularizadora, em sua explicitação empírica e teórica, permite a abertura de uma discussão específica e relativamente autônoma”, entretanto, consideramos que a consolidação do poder político de determinados agentes pode ser explicado através do entendimento da dinâmica econômica e, também, que o sucesso econômico de determinados grupos em relação a outros pode ser explicado através dos projetos políticos de incentivo de determinadas atividades econômicas. Por isso, a análise da dinâmica política foi feita paralelamente à análise da dinâmica econômica.

Definidos os recortes, buscamos as informações necessárias e iniciar o processo de descrição e explicação dessas informações. Para Santos (1997, p.16):

Descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema. Quando este faz falta, o que resulta em cada vez são peças isoladas, distanciando-nos do ideal de coerência próprio a um dado ramo do saber e do objeto de pertinência indispensável.

Com o propósito de compreender a dinâmica territorial que leva à formação do município de Seberi, buscamos analisar os relatos históricos presentes em

Beschoren (1989), Battistella (1969), Soares (2005), Oliveira (1974) e Grassi (1996), além dos depoimentos de antigos moradores de Seberi organizados em Reátegui (1988). Nesses relatos e depoimentos, buscamos perceber as especificidades políticas e econômicas desta área. Para compreender o contexto dos processos gerais que interferiram na dinâmica local, destacamos como leitura básica as obras de Waibel (1949 e 1979), Bernardes (1997), Roche (1969), Zarth (1997), Brum (1988), Rückert (1997 e 2003), Félix (1996) e Pesavento (1983 e 2002), que apresentam estudos históricos e geográficos sobre o Rio Grande do Sul, e as obras de Castro (1971 e 1977) e Furtado (2005) que nos forneceram os subsídios sobre o contexto da evolução da economia brasileira.

Além da leitura dessas obras, buscamos dados que atestassem a ocorrência de determinados processos territoriais. Entre os dados buscados destacamos: recenseamentos populacionais, correspondências relacionadas à Comissão de Terras de Palmeira, mapas antigos da área estudada, fotografias antigas e diversos documentos antigos (correspondências, notas fiscais, contratos, balancetes, ...). Na Prefeitura Municipal de Seberi tivemos acesso aos documentos do processo emancipatório, com um levantamento minucioso sobre aspectos da Vila de Seberi no final da década de 50 do século XX.

Através da análise de todo o material pesquisado, optou-se por dividir a história do município nas três fases citadas, priorizando, em cada uma das fases, os principais acontecimentos e agentes desencadeadores e, assim, analisar as particularidades de suas ações.

Ou seja, foi necessário perceber a complexidade de agentes e de interesses que concorreram para que ocorra a valorização do espaço em cada uma das fases estabelecidas. Moraes (2005, p.46) afirma que “sem captar o jogo político que o objetivava, e as determinações político-culturais que o enredam, não se consegue entender em profundidade um processo concreto de valorização do espaço. O território, nesse sentido, expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais”.

Valorização do espaço e formação territorial, dois níveis de abordagem de um mesmo processo. De um lado, as determinações genéricas, fornecendo os macroindicadores que delimitam grandes períodos e iluminando suas lógicas estruturais de funcionamento. De outro, a malha fina do desenrolar das conjunturas, permitindo identificar vontades e posicionamentos individualizados, interesses espe-

cíficos, enfim, movimentos singulares. Tem-se, assim, dois planos de análise e reflexão, em cuja união se desenha o projeto de uma Geografia interpretativa, social e histórica. (MORAES, 2005, p.47)

A “valorização do espaço” pode ser avaliada através das políticas vigentes e dos objetos técnicos disponíveis em um determinado tempo e lugar (o nível técnico visto como indicador da potencialidade de intervenção no espaço) e a “formação territorial” pode ser analisada através das relações de poder dos agentes locais, onde o poder econômico aparece como um dos indicadores de maior ou menor poder dos agentes (é comum que o poder econômico se materialize no espaço de diversas maneiras: um monumento, um nome de rua/praçça, um edifício,...). Por isso, para compreender os processos de valorização do espaço da zona florestal de Palmeira das Missões (onde está localizado nosso objeto de estudo) buscamos subsídios na historiografia regional e, para compreender os processos de formação territorial (na escala regional) buscamos diversos tipos de dados específicos, além da análise dos depoimentos e relatos encontrados no decorrer da pesquisa.

Entendemos que a análise dos objetos técnicos enquanto materializações de relações dos agentes territorializados e o entendimento do contexto (interno/externo) político, econômico, sócio-cultural, que levam os indivíduos a se fixarem nesta determinada porção do espaço geográfico tenha sido um bom caminho para a análise do tema proposto.

Trata-se, portanto, não mais de descrever e caracterizar um território, tomando-o como um acidente geográfico da superfície da Terra, mas de captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre. A análise sincrônica de tais processos num mesmo âmbito espacial – que envolve as dimensões econômica, política e cultural da vida social – permite o resgate da história de como se conformaram os atuais territórios existentes no mundo contemporâneo. Tem-se, assim, o território como produto explicável pelo processo de sua formação, abrindo-se portanto para a ótica de conceber a geografia como uma história territorial. (MORAES, 2005, p.53)

Para buscar as informações necessárias para a concretização deste estudo, contamos com diversos tipos e fontes de dados. Entre os dados realmente utilizados em nosso estudo apresentamos:

- Fotografias antigas de moradores de Seberi (desde meados da década de 40 até meados da década de 60);

- Documentos particulares diversos (correspondências, notas fiscais, certidões e escrituras de terras,...) obtidos no Museu Municipal de Frederico Westphalen e com moradores do município de Seberi;
- Mapas antigos existentes no CEDOPH-URI, na Prefeitura Municipal de Seberi, no Museu Municipal de Frederico Westphalen e no livro sobre os relatos de Maximiliano Beschoren;
- Documentos do processo de emancipação existentes na Prefeitura Municipal de Seberi contendo diversos tipos de informação sobre a economia, a população, a infra-estrutura, os aspectos urbanos e os aspectos culturais da Vila de Seberi, além de importante levantamento fotográfico;
- Revisão bibliográfica de obras que apresentavam assuntos de interesse sobre o tema abordado (principalmente as obras que analisam a questão da colonização do Rio Grande do Sul e de seu arranjo político);
- Recenseamentos nacionais dos anos de 1872 e 1920, recenseamentos do IBGE (agrícola, industrial e populacional) das décadas de 40, 50 e 60 e publicações do IBGE (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros-1959 e Revista Brasileira de Geografia);
- Relatos orais de antigos moradores de Seberi (entrevistas feitas na década de 80 para o “Projeto Raízes” que resultou na publicação de um livro³) e realização de novas entrevistas.

Entre os dados levantados, três deles merecem um destaque especial:

1. Um mapa (planta geral) na escala 1:50.000 indicando a divisão da zona colonial de Palmeira das Missões em lotes, seções e distritos, além de indicar as sedes dos povoados e áreas de posses de terras com o nome dos beneficiados e o tamanho das propriedades concedidas. Neste mapa, fica evidenciada a linha que demarca a transição da área de campos naturais da zona florestal pela dicotomia entre grande propriedade e pequena propriedade rural. O trabalho de digitalização de um mapa que mede, originalmente, 2,20m de

³ O Projeto Raízes foi um trabalho de resgate da memória de fatos ocorridos no município através da busca de, principalmente, depoimentos de pessoas que acompanharam fatos importantes da história do município. O conjunto de entrevistas e a compilação de outros dados resultou na publicação de um livro, patrocinado pela prefeitura municipal de Seberi em meados da década de 80, intitulado “Seberi: 109 anos de história”. Tivemos acesso às entrevistas originais (já em formato digital) na Secretaria de Educação e nos foi fornecida uma cópia com todas as entrevistas completas.

altura por 1,60 de largura gerou mais de 60 fragmentos de arquivos digitais que foram cuidadosamente montados como um grande quebra-cabeça. Este mapa não possui a informação do ano em que foi elaborado, mas é possível afirmar que é posterior ao ano de 1944 devido a presença do topônimo Seberi (que substituiu, neste mesmo ano, o topônimo Fortaleza, por determinação do IBGE).

2. Arquivos de áudio com entrevistas feitas em meados da década de 80 junto a moradores idosos do município. A tarefa de ouvir mais de 15 horas de entrevistas foi muito desgastante devido a má qualidade em foram gravadas algumas das entrevistas, mas, ao mesmo tempo, foram muito esclarecedores alguns dos depoimentos analisados.
3. Documentos do processo emancipatório de Seberi. Um levantamento minucioso sobre diversos aspectos sócio-econômico-culturais da então Vila de Seberi foi realizado com o propósito de justificar a viabilidade de criação de um novo município. Complementando os dados documentais, também há um considerável levantamento fotográfico relacionado à área emancipada.

CAPÍTULO 2

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA OCUPAÇÃO DA REGIÃO FISIAGRÁFICA DO ALTO URUGUAI

2.1 A INFLUÊNCIA DO MEIO NATURAL NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO FISIAGRÁFICA DO ALTO URUGUAI

A ocupação do território sul-riograndense pelos colonizadores luso-brasileiros e os, assim denominados, colonos europeus (principalmente quando se referem aos imigrantes alemães, italianos e eslavos⁴) não ocorre de forma homogênea, nem no tempo e nem no espaço. A existência de dois grandes tipos de formações vegetais naturais no Rio Grande do Sul vai influenciar diretamente na territorialização dos diversos agentes e estes, diferencialmente territorializados, irão se materializar no espaço geográfico em formações sócio-econômicas diferenciadas. “A vegetação do sul do Brasil consiste de dois tipos principais: as densas matas sempre verdes que, excluindo as araucárias, são compostas de árvores tropicais de folhas laminares, e campos limpos, que fisionomicamente se assemelham às estepes das zonas temperadas” (WAIBEL, 1949, p.162) (Figura 1, p.25).

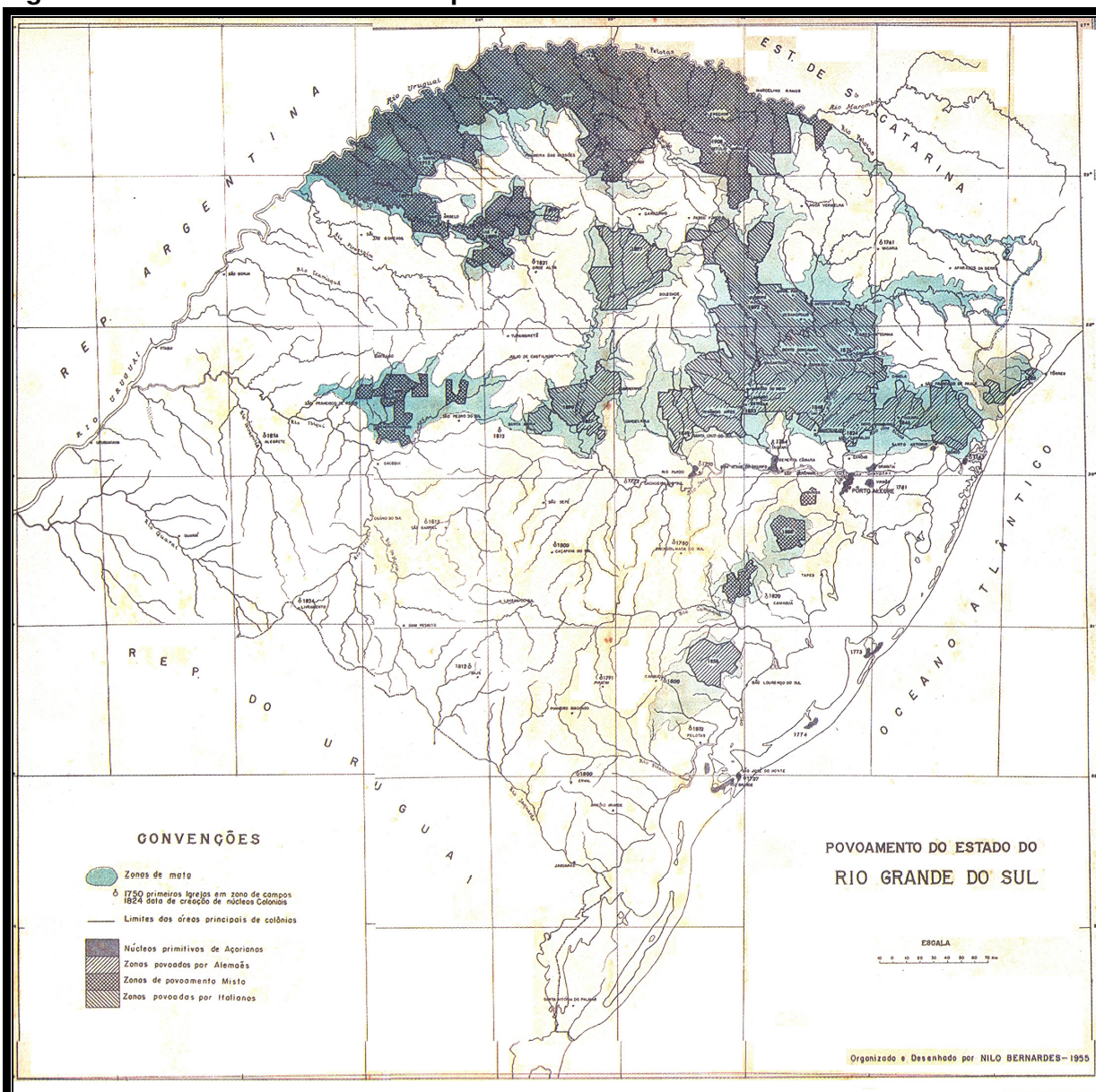
As diferentes formações sociais, então constituídas, darão origem a diferentes formas de exploração econômica desse espaço natural herdado e socialmente modificado a partir do momento em que passa a ser ocupado pelo colonizador “branco”. De acordo com Waibel (1949, p.165) “a mata e o campo são dois mundos inteiramente diferentes no sul do Brasil. São diferentes quanto às condições naturais, tanto quanto às econômicas, sociais e raciais.” Essa diferenciação entre dois espaços próximos só é possível de ser compreendida pela valorização diferencial do espaço em um determinado tempo histórico.

⁴ Apesar do perigo da generalização, entendemos como povos eslavos todos os imigrantes russos, poloneses, ucranianos e lituanos.

De acordo com Bernardes (1997, p.83):

[...] as principais zonas florestais são bem identificadas pelas áreas médias de propriedades inferiores a 45 hectares e, mesmo, esboçam-se alguns casos em que as mesmas não se afastam muito de 50-60 hectares. Isto vem confirmar nossa assertiva de que em poucas regiões do Brasil se pode surpreender, sob vários pontos de vista, um contraste tão nítido entre duas modalidades de povoamento.

Figura 1: Áreas de mata e zonas de povoamento do Rio Grande do Sul



Fonte: BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

Ao analisarmos o contexto da economia nacional (transformação da terra em mercadoria e o aumento do fluxo de mercadorias entre as diferentes regiões brasileiras) e os meios técnicos do último quartel do século XIX, como a implantação de importantes ramais ferroviários, podemos compreender a grande valorização das

áreas de campo em relação às áreas de mata. Até aquele momento, a produção pecuária ainda conferia um grande destaque a economia gaúcha e, conseqüentemente, uma forte influência na formação dos representantes políticos regionais (intendentes e vereadores) e estaduais (presidentes do estado e deputados estaduais). Além disso, as dificuldades de escoamento da produção e a precariedade de equipamentos e conhecimentos técnicos inviabilizavam a prática de uma agricultura de escala comercial no Rio Grande do Sul. De acordo com Bernardes (1997, p.65):

Até a terceira década do século XIX, as numerosas cidades e povoações que se originaram no Rio Grande do Sul situavam-se todas em campo aberto ou, quando muito, na borda da mata. As grandes áreas de terras florestais eram, sem nenhuma força de expressão, regiões anecumênicas. [...]

Contudo, nessa época já se dera início ao desbravamento das matas e um novo ciclo povoador se desencadeava. Mas os heróis da nova arrancada não são mais os audazes paulistas e lagunistas, os ilhéus bisonhos ou os soldados portugueses, mineiros ou fluminenses. O povoamento luso-brasileiro esmoreceu na fímbria da mata, até onde ia o espaço livre para rodar o laço ou atirar as boleadeiras. Daí para diante se necessitava de quem manejasse o machado, para abrir as clareiras, e a enxada, para cultivar entre os troncos abatidos.

Os colonizadores luso-brasileiros não tinham interesse em explorar economicamente as áreas de mata. Não que eles desconsiderassem a importância da atividade agrícola, pois:

nas terras de campo fazia-se também uma rudimentar agricultura [...] principalmente nas regiões em que os capões e manchas de mata eram raros senão ausentes. Mas nunca foi, essa, uma atividade que os moradores dos campos julgassem compatível com sua dignidade de homens livres, cujo gosto era cavalgar e pelejar. (BERNARDES, 1997, p.64).

A preferência dos luso-brasileiros em ocupar as áreas de campos tem como resultado evidente a formação de verdadeiros “desertos demográficos” nas áreas de matas do Rio Grande do Sul, o que causava preocupações fronteiriças aos governantes pela possibilidade de que os argentinos passassem a requerer essas áreas para seu domínio. Este cenário começa a ser modificado através da fixação de colonos europeus nestas áreas.

A partir do ano de 1824 chegam os primeiros grupos de colonos alemães, que irão se instalar em áreas próximas e/ou de fácil acesso à Porto Alegre (hoje, essas áreas correspondem aos atuais municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo,

Estrela, entre outros)⁵. Após o ano de 1876, são os italianos que se destacam através de grande fluxo migratório direcionado ao Rio Grande do Sul. Como as áreas de vales já estavam ocupadas pelos alemães, os italianos foram direcionados a ocupar as encostas da serra gaúcha (de formação basáltica e que compõem a Serra Geral, depositada sobre a Bacia Sedimentar do Paraná). Entretanto, a Serra Gaúcha permanece como uma espécie de barreira natural que dificulta o acesso dos colonos europeus às áreas de planalto existentes na Serra Geral, principalmente pela precariedade dos meios de transporte e comunicação neste período que não conseguiam transpor o relevo acidentado e os cursos d'água com suas carroças. "O que mais surpreende o europeu, quando toma contato com o continente americano, é a imensidão do espaço e a dificuldade das comunicações" (ROCHE, 1969, p.55). Porém, estas dificuldades não impediram que os luso-brasileiros ocupassem as áreas de campos naturais existentes nas áreas mais planas da Serra Geral existentes na região do Alto Uruguai.

O colonizador luso-brasileiro já se tinha assenhorado das áreas campestres de Passo Fundo, Soledade, Cruz Alta, Palmeira das Missões e Santo Ângelo, aí multiplicando suas fazendas desde 1825. Toda a área de campos repartia-se nas imensas sesmarias de criação de gado, enquanto as zonas florestais, apenas na sua periferia, eram instaladas pequenas roças de produtos de subsistência ou penetradas para a extração da erva-mate. Realmente, as áreas florestais permaneciam à margem da valorização econômica que se esboça na região com as primeiras ocupações (IBGE, 1964, p.303).

Entretanto, no fim do século XIX, com a Revolução Federalista de 1893 agitando o cenário político gaúcho, as áreas de matas da região do Alto Uruguai não permaneceram totalmente desabitadas pelos luso-brasileiros⁶:

[...] a mata densa, ao contrário dos pampas da campanha, constituía-se em local de fácil refúgio até para a fuga pelo Rio Uruguai, o que terminou fazendo da região, no Império e na República Velha, sobretudo de Palmeira das Missões, um reduto de grande concentração de bandidos e marginais, responsável pelo alto grau de violência que acompanhou a história deste município. Sua posição geográfica explica-nos a base econômica e também a diferenciação de comportamento político em relação ao resto do estado e, sobretudo, a dife-

⁵ Pode-se dizer que até 1870 a Alemanha, enquanto país (ou Estado-Nação), ainda não existia. Era apenas um aglomerado de feudos, cuja única ligação entre eles residia em alguns traços culturais comuns. Inexistia qualquer unidade econômica ou política. O início do que se pode chamar de integração alemã começa a se formar no decorrer do século XIX, concluindo-se em 1870, com a unificação nacional.

⁶ A Revolução Federalista de 1893 foi marcada por uma disputa belicosa pelo poder entre os dois partidos existentes no Rio Grande do Sul: os Republicanos (chimangos), que representavam a situação e o apoio ao governo republicano federal; e os Federalistas (maragatos), que eram contrários às políticas impostas por Floriano Peixoto como presidente do país e queriam implementar um governo parlamentar no estado gaúcho.

rença entre dois municípios próximos e originários da mesma formação: Cruz Alta e Palmeira. O primeiro, juntamente com Passo Fundo, formado por tropeiros paulistas e paranaenses e voltado para a criação de gado, enquanto Palmeira, de formação heterogênea, com bandidagem oculta na mata. (FÉLIX, 1987, p.84)

Esse isolamento proporcionado pelo relevo e pela vegetação, aliado ao desconhecimento de recursos naturais de grande valor econômico e à sensação de insegurança pela presença da “bandidagem oculta na mata”, fez da região do Alto Uruguai a última grande reserva de terras do Rio Grande do Sul. Porém, a existência de espécies vegetais que ofereciam madeiras de boa qualidade e de considerável valor econômico atraía o interesse de colonos e de luso-brasileiros que já exploravam este recurso em outras áreas. Além disto, as terras das áreas de mata eram conhecidas, entre os colonos de origem européia, como terras de grande aptidão para a agricultura. A grande dificuldade era, realmente, o escoamento da produção.

Só, posteriormente, quando as melhores condições viárias, com a construção da ferrovia (1890-1910), permitiram o transporte da madeira foi que a extração e a serragem do pinho entrou na vida econômica da região.

Esse povoamento, no entanto, permaneceu extremamente disperso e rarefeito até fins do século passado. Foi, sem dúvida, o novo ciclo povoador desencadeado com o movimento colonizador da última década do século XIX, o responsável pela integração econômica da região do Planalto Médio e Alto Uruguai. (IBGE, 1964, p.304).

As linhas férreas que atingiram o Alto Uruguai no início do século XX foram um fator de grande importância no sentido de atrair imigrantes para esta área⁷. Havia dois ramais que praticamente demarcavam os limites a leste e a oeste da região do Alto Uruguai e que se encontravam em Cruz Alta. De Cruz Alta, um dos ramais seguia para Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, enquanto o outro ramal seguia para Passo Fundo, Erechim e ligava o Rio Grande do Sul a Santa Catarina e São Paulo (figura 2, p.29).

Com uma maior facilidade proporcionada pelas linhas férreas em escoar a produção agrícola e adquirir mantimentos, equipamentos, máquinas e todo o tipo de produtos necessários, a ocupação do Alto Uruguai ocorre através de uma migração

⁷ “A ampliação do povoamento, por estrangeiros, para o planalto, só foi possível pela ampliação da rede ferroviária gaúcha (1895), integrando as cidades de Santa Maria, de Cruz Alta, de Passo Fundo e de Marcelino Ramos. Nesse último município, a rede gaúcha liga-se a rede nacional pela Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande” (SILVEIRA, 2003, p.188)

espontânea (figura 3, p.30), diferentemente da migração orientada realizada nos períodos do Império e início da República.

Foi, sem dúvida, a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (atual Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul), o elemento impulsionador do povoamento das áreas florestais do Alto Jacuí e do Alto Uruguai, atraindo empresas particulares de colonização.

Realmente, a possibilidade de estabelecer relações mais rápidas e fáceis tanto com Pôrto Alegre e a área da Campanha, de um lado, como com São Paulo de outro, naquela rota já secular de ligação entre o extremo sul e o estado bandeirante, foi fator de relevância para que a região se tornasse foco de atração de novas correntes imigratórias (IBGE, 1964, p.304).

Figura 2: Vias férreas do Rio Grande do Sul e datas de início de suas operações.



FONTE: Roche, 1969, p.64

Além disso, a dinâmica territorial, coordenada pela Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, transformou um “deserto demográfico” em uma das regiões de maior densidade populacional do Rio Grande do Sul (como consequência

direta da política de formação de pequenas propriedades coloniais)⁸. Entretanto, a maior ou menor proximidade dos ramais ferroviários fez com que as terras do Alto Uruguai obtivessem uma rentabilidade diferencial para sua produção agropecuária.

Figura 3: Parte de um mapa publicado na Revista Brasileira de Geografia no ano de 1947 mostrando os sentidos de deslocamentos populacionais no Brasil. Destaque para o noroeste gaúcho e oeste catarinense.



FONTE: Neiva, 1947, p.98

De acordo com Roche (1969, p.66):

Ainda hoje, a estrada de ferro é um fator de atividade e prosperidade para os estabelecimentos agrícolas que serve. Com efeito, mais nos afastamos dela, mais a produção baixa em volume e valor. Basta comparar ao município de Santa Rosa, testa de linha, os de Três Passos e Palmeira que lhe ficam a uma distância de 40 a 60 quilômetros.

Santa Rosa, o menos extenso dos três municípios, é o que tem maior superfície cultivada. A de Três Passos conta apenas o terço dela, e a de Palmeira, o quinto, sendo o valor de sua produção agrícola muito mais baixo, quer em números absolutos, quer em proporção (respectivamente 32% e 15%). Graças à estrada de ferro, o hectare de terra rende 4 vezes mais em Santa Rosa do que em Três Passos, e 10 vezes mais do que em Palmeira.

Por interferir positivamente na rentabilidade da terra, a proximidade de uma linha férrea também influenciava no valor da terra. “Em Ijuí, o valor das terras dobrou no ano em que se seguiu à inauguração da ferrovia. [...], em Santa Rosa as vendas

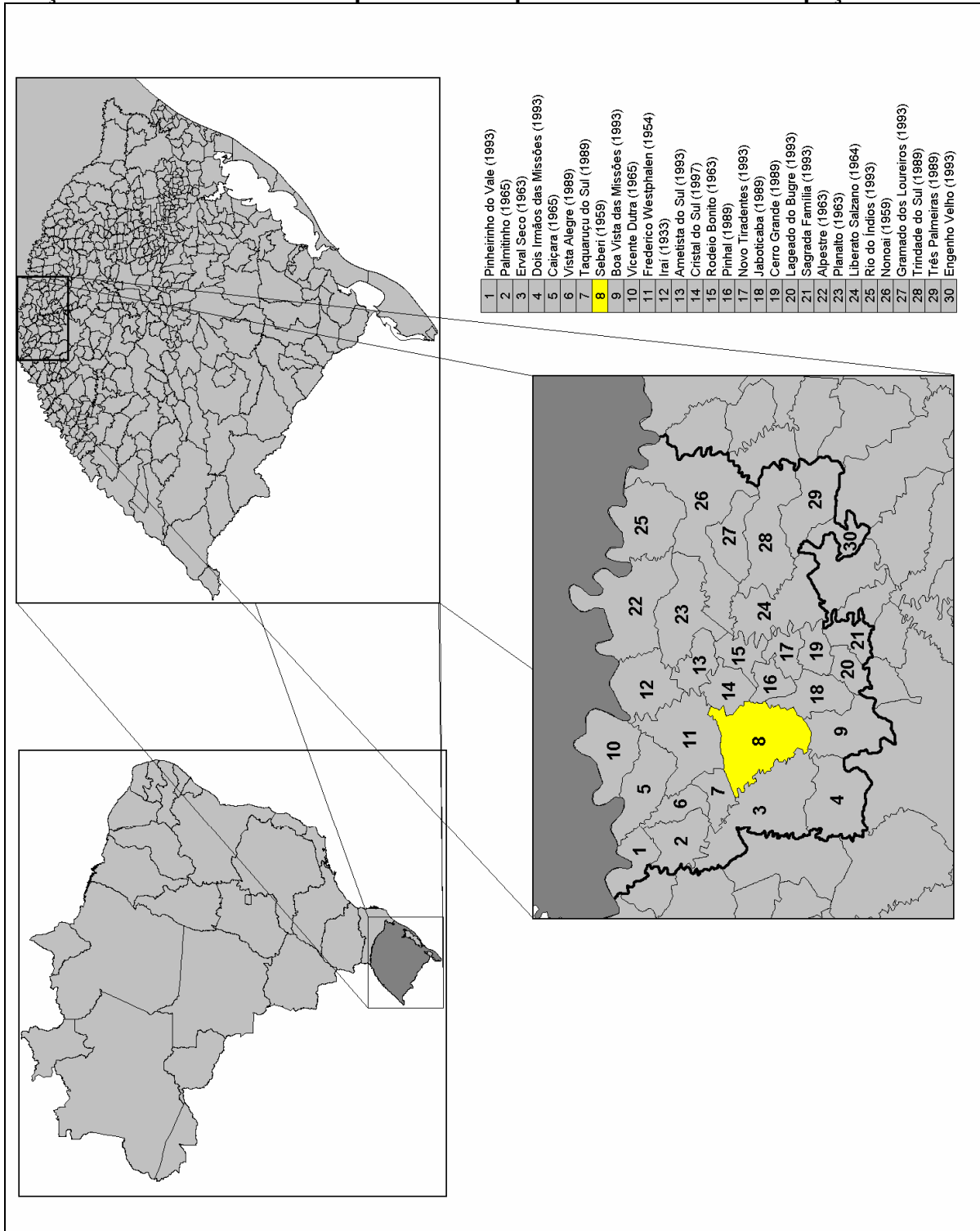
⁸ No Capítulo 3 faremos uma análise mais aprofundada sobre a criação e a função da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira e analisaremos a sua influência na formação do município de Seberí.

de terras acompanhavam o progresso da construção da Estrada de Ferro Santo Ângelo-Giruá: entre 1934 e 1936, passaram de 87.292 para 543.934 mil-réis, alcançaram mais do sêxtuplo em três anos” (ROCHE, 1969, p.63).

Podemos afirmar, então, que a existência de um grande número de pequenos municípios na região fisiográfica do Alto Uruguai, pode ser considerada como uma conseqüência direta da territorialidade formada nesta região. Destacamos que, atualmente, as áreas de matas que antes se localizavam ao norte do município de Palmeira das Missões hoje fazem parte de um grande número de municípios que passaram e reivindicar emancipação política a partir do ano de 1933⁹, e entre estes novos municípios formados está o objeto de estudo proposto: o município de Seberi, conforme podemos visualizar na figura 4 (p.32). Deve-se ressaltar que a figura mostra os limites atuais do município de Seberi, e não os limites definidos no momento de sua emancipação política, obtida no ano de 1959. Os distritos de Erval Seco e Rodeio Bonito obtiveram sua emancipação no ano de 1963, diminuindo os limites territoriais do município de Seberi. No ano de 1989, Seberi perdeu mais uma parte de seu território municipal com a emancipação de Pinhal e, em 1997, com a emancipação de Cristal do Sul.

⁹ Ano em que se emancipa o município de Iraí, que será analisado detalhadamente no Capítulo III.

Figura 4: Localização do município de Seberi e de alguns outros municípios que também já tiveram áreas pertencentes ao município de Palmeira das Missões e relação dos nomes dos municípios e das respectivas datas de emancipação.



FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. ADAPTAÇÃO: Edilson W. Pedroso Jr.

2.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO EFETIVA DAS TERRAS

A ocupação das áreas de campo do Alto Uruguai não se efetivou com a mesma intensidade como ocorreu, posteriormente, a ocupação dos lotes coloniais nas áreas de mata¹⁰. Mas a Lei de Terras de 1850 e o aumento de fluxos migratórios planejados pelo governo imperial acentuaram uma série de arbitrariedades na corrida por legitimar as propriedades em situação irregular que garantiram a posse de grandes extensões de terras a muitos luso-brasileiros.

Neste período (por volta do ano de 1874), um engenheiro agrimensor chamado Maximiliano Beschoren se dirigia para a região do Alto Uruguai a fim de realizar uma série de levantamentos topográficos junto com outro colega, também engenheiro (o único nome encontrado deste outro engenheiro foi Schmitt)¹¹. Em sua jornada até o Alto Uruguai, partindo de Santa Cruz do Sul, muitos dias de viagem seriam necessários para vencer o percurso. Ao pararem para pernoitar em um lugar situado entre Santa Cruz do Sul e Soledade, Beschoren descreveu a situação em que se encontravam muitos proprietários de terras deste período:

Na casa de João Castelhana encontramos, por acaso, o Juiz Comissário de Passo Fundo, o escrivão e um agrimensor alemão, Curt V. Reutter, que também trabalhava sob a responsabilidade do Engenheiro Schmitt.

Essa Comissão de Medições estava aqui há algumas semanas, para legalizar diversas propriedades e cujo trabalho pretendiam concluir dentro de dois dias. [...]

Schmitt, há anos, trabalha no grande município de Passo Fundo, com o respectivo Juiz Comissário (Juiz das Medições), nas legalizações das terras. Havia tantas solicitações para demarcações de propriedades que um agrimensor não dava vencimento. Como Schmitt tinha que ir para o Alto Uruguai, iniciar igual tarefa, decidi, de antemão, ficar no município de Passo Fundo, executar as medições, e depois seguir também para a região do Alto Uruguai. (BESCHOREN, 1989, p.24)

Beschoren descreve um grave problema estrutural que impedia o cumprimento da Lei de Terras de 1850 (colocada realmente em execução a partir de 1864, conforme relato de Beschoren, 1989, p.25) se efetivasse: a necessidade de

¹⁰ “O lote rural (‘colônia’) recebido pelo imigrante colono variou de tamanho: até 1851, era de 77 hectares; de 1851 a 1889, foi de 48,4 hectares; e, de 1889 em diante, passou a ser de 25 hectares.” (BRUM, 1988. p.27)

¹¹ **Maximiliano Beschoren** (1847-1887) foi um engenheiro agrimensor alemão que se dirigiu ao Rio Grande do Sul com a finalidade de conseguir trabalho e algumas “aventuras” exploratórias (como ele mesmo descreve no início de seus relatos, que deram origem ao livro). Chegou ao Brasil no ano de 1869 e em 1874 recebeu uma proposta onde ele deveria seguir para a região do Alto Uruguai com o propósito de realizar alguns levantamentos topográficos. Ele acabou falecendo no ano de 1887, aos 40 anos de idade, durante a realização de alguns levantamentos topográficos nas proximidades de Nonoai.

registrar as posses de terras. Como os proprietários de terras conseguiriam registrar suas terras se não havia agrimensores em número necessário para a tarefa? É importante ressaltar que Beschoren era um agrimensor e que estava vivendo aquele momento. Isso nos permite dizer que esta era a percepção de um problema que ele estava vivenciando em seu dia-a-dia. Em seus relatos ele tece o seguinte comentário:

A lei determina que os que adquiriram terras doadas, terão que mandar medi-las com a finalidade de receber o título legal de “Proprietários”.

Do mesmo modo também deverão agir os POSSEIROS que se estabelecerem ao caso em terras do governo. Na execução da legalização das propriedades dos posseiros, será medido o terreno cultivado e mais tanto em florestas. A legislação de terras tem a finalidade de motivar a legalização e a divisão das propriedades particulares, das terras do governo (terras devolutas). [...]

Esta lei não foi bem aceita pela maioria, porém foi uma necessidade absoluta. A execução encontrou grande dificuldade, não só na oposição dos grandes proprietários, “os barões”, e no povo, mas também pela grande falta de homens tecnicamente capacitados. [...]

O Presidente da Província tinha o direito de prorrogar a legalização da moratória: o prazo era apenas de seis meses. Essa prorrogação foi efetuada até 1884. Nesse ano, ele outorgava a última moratória de seis meses, com o esclarecimento de que aquele que durante esse período não requeresse a legalização de sua propriedade, teria o direito de posse apenas das terras efetivamente cultivadas. As não aproveitadas caberiam ao governo. (BESCHOREN, 1989, p.25).

Sobre o mesmo problema das posses de terras de campo e da especulação econômica dessas terras durante o período imperial, também destacamos os comentários de Félix e Bernardes, respectivamente:

As origens das propriedades privadas no município [de Cruz Alta] são provenientes de duas fontes: concessões outorgadas pelos presidentes da província ou por doações provisórias despachadas pelos comandantes de armas. Posteriormente, as concessões provisórias foram devidamente legalizadas por lei especial, passando a incorporar o patrimônio dos que haviam recebido doações de sesmarias. Os requerimentos eram feitos, às vezes, pelo interessado em outros nomes de familiares, de sorte que o estancieiro depois reconquistava os direitos de terceiros, por algumas patacas, dando origem aos latifúndios. (FÉLIX, 1987, p.87)

A lei de 1.850, que tendia a regular o direito de particulares permitindo-lhes a compra de terras que até então ocupassem ou sobre as quais tivessem direito de ‘posse’, abriu as comportas da especulação, em prejuízo dos bisonhos colonos. Muitos particulares registravam glebas como se fossem de sua ‘posse’ ou ocupação e,

antes mesmo de receberem o título definitivo, retalhavam-nas e vendiam-nas em lotes coloniais. (BERNARDES, 1997, p.71)

Foram somente as áreas de mata que “sobraram” sob o controle do Estado para a divisão em lotes coloniais dentro dos projetos da Diretoria de Terras e Colonização que viriam a ser ocupadas, predominantemente, por descendentes de italianos, alemães e eslavos que migraram das áreas de antigas colônias em busca de terras férteis e baratas. Essas terras eram também chamadas de terras devolutas. Entretanto, “nas áreas de colonização do estado não foram raros os casos de lusobrasileiros que procuravam obter um lote para nele estabelecer seus lares, tornando-se pequenos lavradores” (BERNARDES, 1997, p.82). Nas áreas denominadas de “colônias velhas” muitas propriedades apresentavam solos esgotados devido a utilização de técnicas inadequadas e, também, não havia mais terras próximas que pudessem ser ocupadas, além do fato das famílias possuírem um grande número de filhos que precisavam de novas terras para continuar a trabalhar.

O que interessa notar é que nas zonas de campo, especialmente as da Campanha, Depressão Central, Serras do Sudeste e Litoral, o excedente populacional, via de regra, transforma-se no proletariado urbano.

Mas os descendentes dos colonos mantêm-se de preferência colonos. Quando não é mais possível economicamente a subdivisão da propriedade nas regiões mais antigas, passam eles a constituir nova vanguarda do povoamento e se deslocam para as zonas pioneiras distantes. (BERNARDES, 1997, p.96)

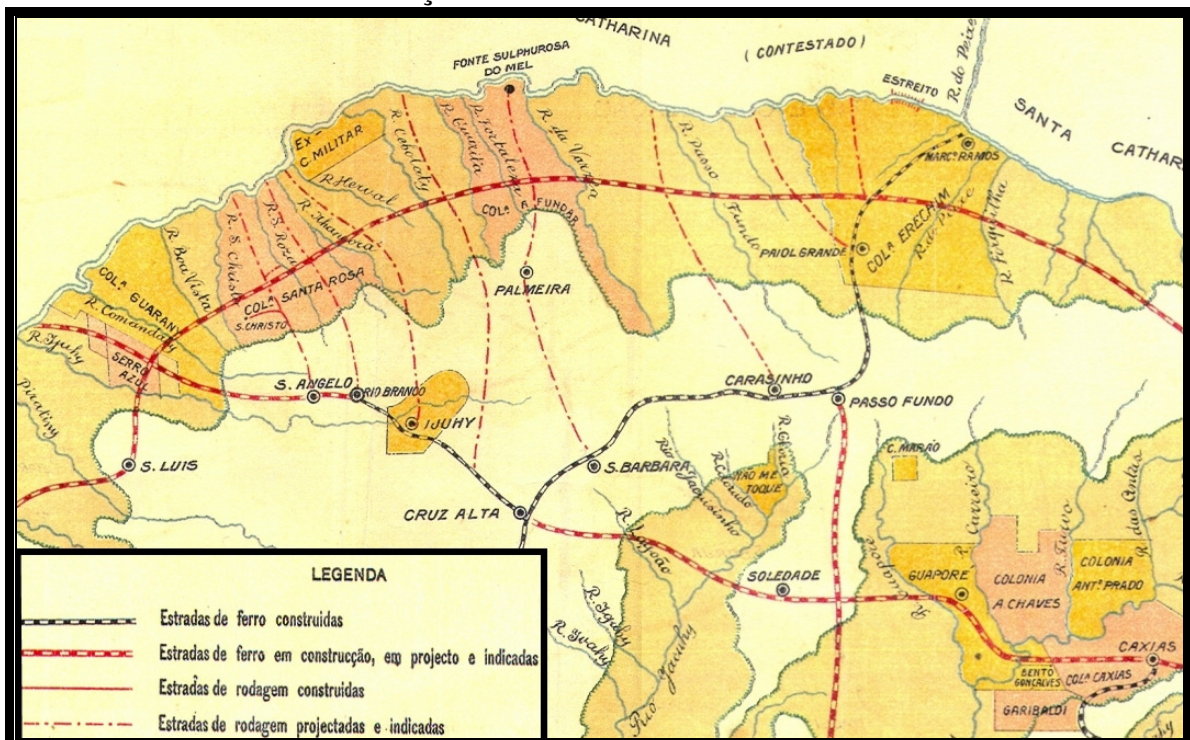
A pressão demográfica nas colônias velhas torna-se a cada dia mais evidente em fins do século XIX. Então, diante da demanda por novas terras, aliada à necessidade de ocupação das terras fronteiriças com a Argentina, o governo gaúcho criou a Colônia Guarani no ano de 1891. Essa colônia era dividida em dois núcleos (Comandá e Uruguai) na região noroeste do Rio Grande do Sul, as margens do Rio Uruguai, conforme descrição de Nilo Bernardes (1950, p.33). Entretanto, devido à precariedade das vias de comunicação deste período (a estrada de ferro mais próxima se localizava em Cruz Alta, a mais de 270 km de distância), e a “disposição retangular do sistema de propriedades” que não favorecia a fixação dos colonos, pois não levava em consideração as condições do relevo (como o acesso aos cursos d’água, a declividade do terreno, ...) essas primeiras colônias instaladas no Alto Uruguai não corresponderam as expectativas de desenvolvimento imaginadas por seus planejadores.

A chegada da ferrovia em Ijuí (1911) e em Santo Ângelo (1915) forneceu as condições mínimas de comunicação para que as colônias do noroeste do Rio Grande do Sul se desenvolvessem e obtivessem êxito econômico, além de motivar a criação da Colônia Santa Rosa (1915). Ao mesmo tempo, na porção leste do Alto Uruguai, a Colônia Erechim (fundada em 1908) recebe os trilhos da ferrovia no ano de 1910, que atravessam o rio Uruguai e atingem o estado de Santa Catarina. Este se encontra conectado, pelos ramais ferroviários, ao estado de São Paulo.

Nas figuras 5, 6 e 7 (páginas 36, 37 e 39, respectivamente) percebemos a distribuição dos ramais ferroviários e o projeto de um traçado paralelo ao rio Uruguai, conectando todas as colônias do Alto Uruguai. A existência de ramais ferroviários (ou proximidade a eles) era tão importante no início do século XX a ponto de ser destacado nos anúncios de colônias a venda a proximidade deles. Zarth (1997, p.83) expressou o seguinte comentário sobre um destes anúncios:

Nota-se no anúncio a importância da ferrovia, sem a qual a produção teria dificuldades de escoamento. Nesse particular, fica evidente que a colonização e a agricultura desenvolvida nesses núcleos eram estreitamente veiculadas ao mercado de alimentos do país. Outros anúncios de colônias sempre destacavam a localização em relação à ferrovia São Paulo-Rio Grande, principalmente as do município de Passo Fundo, por onde a ferrovia passava [...].

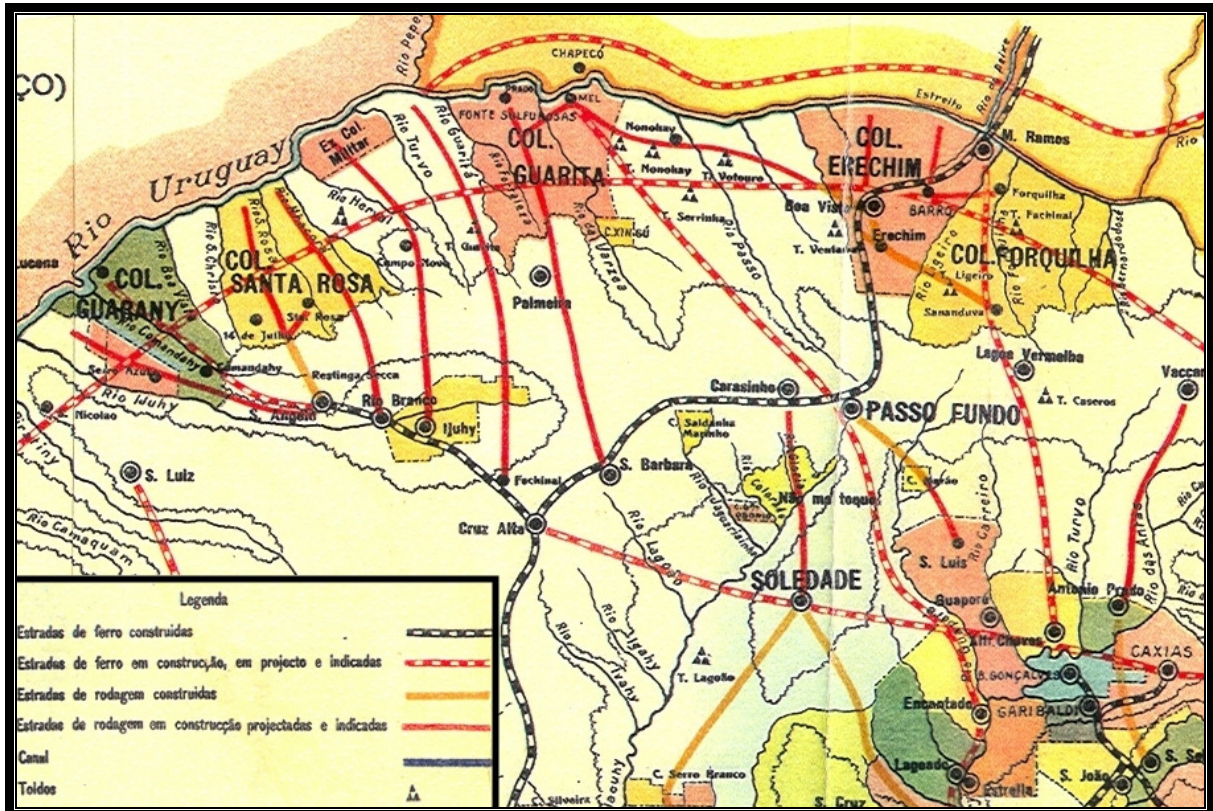
Figura 5: Parte do mapa das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização/Secretaria das Obras Públicas-1916.



FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen. **ADAPTAÇÃO:** Edilson W. Pedroso Jr.

De acordo com a figura 5 (p.36), as áreas de mata de Palmeira das Missões ainda não haviam sido utilizadas/ocupadas nos projetos da Diretoria de Terras e Colonização do Norte, conforme a indicação de “Colônia a fundar” assinalada no mapa, confirmando a condição de ocupação tardia por parte da colonização planejada pelo estado. Esta ocupação só vem a acontecer a partir de 1917 com a criação da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira e a nomeação do engenheiro Frederico Westphalen para a coordenação desta Comissão, ou seja, 417 anos após o descobrimento do Brasil e 180 anos após o início colonização oficial do Rio Grande do Sul, iniciada a partir do município de Rio Grande.

Figura 6: Parte do mapa das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização/Secretaria das Obras Públicas-1918.



FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen. ADAPTAÇÃO: Edilson W. Pedroso Jr.

Nas figuras 5 e 6 também estão assinalados alguns caminhos a serem construídos que permitiriam o trânsito de animais e carroças. Estes caminhos foram traçados, principalmente, no sentido norte-sul, conectando a zona florestal aos terminais ferroviários. A existência de fontes de águas termais foi um atrativo a mais para que fosse dado início ao planejamento de uma ligação entre Palmeira das Missões e

Iraí que indicava, inclusive, a construção de um ramal ferroviário partindo de Iraí com destino à Passo Fundo¹².

No relatório da Secretaria das Obras Públicas de 1918, Carlos Torres Gonçalves expõe em linhas gerais o planejamento dessa obra de interiorização de recursos humanos levada a efeito com tanta sabedoria nos primórdios do século XX no Rio Grande do Sul. Uma de suas metas fundamentais era a criação de povoados coloniais convenientemente distribuídos, que pudessem cumprir a contento seu papel de centros coletores e distribuidores de mercadorias próprias e de importação, bem como de núcleos elaboradores de pequenas indústrias de necessidades locais. Ponderava a necessidade de não serem muito afastados uns dos outros, “tomando os particulares a iniciativa de fundá-los arbitrariamente, quando as administrações não o fazem”. Sua implantação devia corresponder a conveniências múltiplas, sanitárias, estéticas, econômicas. Os projetos começavam pelo estudo prévio do relevo do terreno.

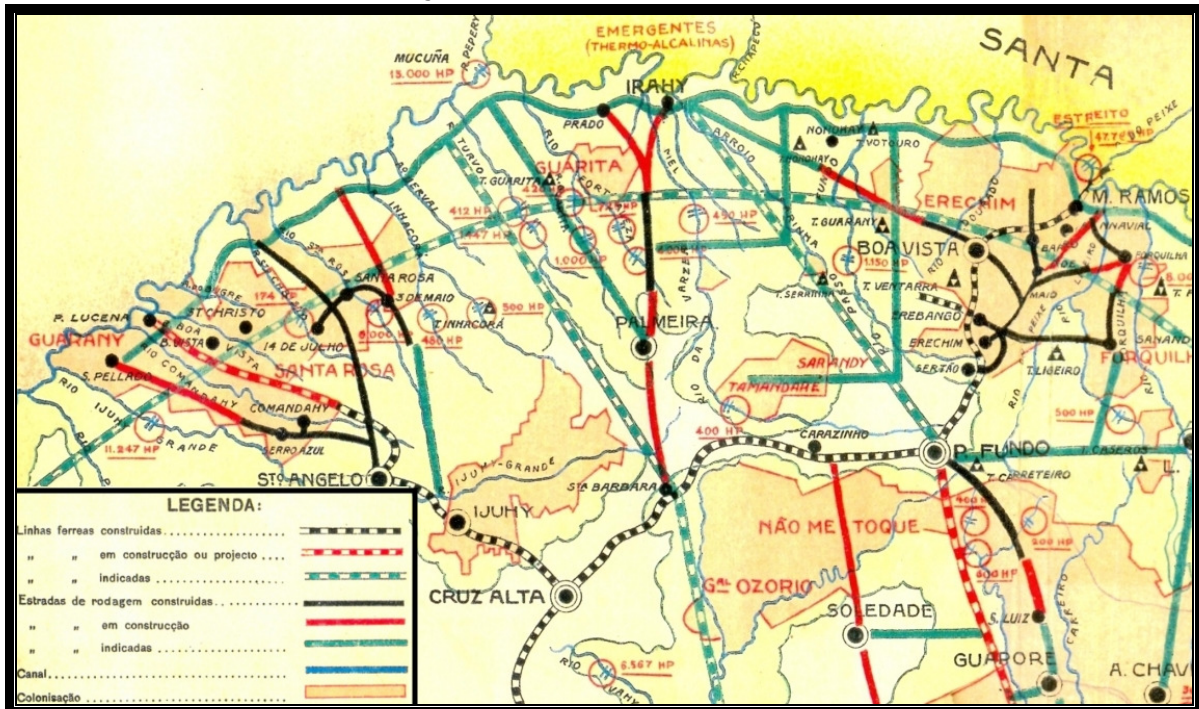
Convenientemente escolhidos os locais e metodicamente instalados os núcleos urbanos, seriam eles germens de cidades futuras. Prevendo seu desenvolvimento, reservavam-se grandes áreas junto dos mesmos. (SOARES, 2004, p.253)

A partir da análise da figura 7 percebemos que a construção de rodovias começa a ser mais privilegiada quando comparada com os projetos de ramais ferroviários então elaborados. O que nos permite fazer esta afirmação é o aumento da densidade de projetos de rodovias e a baixa evolução da implantação dos ramais ferroviários. Esta mudança que privilegia o transporte rodoviário é compreensível em virtude dos menores custos de implantação das estradas e das facilidades de capilarização das rodovias. Além disso, a melhoria dos veículos (com destaque para os caminhões), permitiu um aumento na eficiência do transporte de mercadorias.

A rodovia que ligou a sede do município de Palmeira das Missões até as fontes de água mineral de Iraí, passando pelos distritos de Fortaleza e Barril, teve sua construção iniciada no ano de 1918 e foi inaugurada no ano de 1928 por Getúlio Vargas, presidente do estado do Rio Grande do Sul nesta data. No mapa datado do ano de 1925 (figura 7) estão demonstrados os trechos concluídos (linhas contínuas na cor preta) e os que ainda estavam em construção (linha contínua na cor vermelha) entre a sede de Palmeira e Iraí. Esta rodovia é, atualmente, um dos principais acessos do Rio Grande do Sul ao oeste catarinense e ao oeste paranaense, onde é possível encontrar muitas famílias de migrantes com proveniência do estado do Rio Grande do Sul.

¹² No Capítulo III detalharemos ocorreu a descoberta dessas fontes.

Figura 7: Parte do mapa das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização/Secretaria das Obras Públicas-1925.



FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen. ADAPTAÇÃO: Edilson W. Pedroso Jr.

A distância entre as colônias fundadas na faixa florestal, pertencente ao município de Palmeira das Missões, foi um fator determinante para que esta área se tornasse a última grande reserva de terras do Rio Grande do Sul. Somente a abertura de estradas e a demarcação de lotes e sedes de povoados não foram suficientes para impulsionar a ocupação das terras. Nilo Bernardes descreve de forma resumida (porém muito clara) a importância dos povoados e algumas das dificuldades enfrentadas pelos colonizadores na ocupação do interior da mata, ressaltando a importância das “sedes das colônias” como ponto de referência e de suporte à economia colonial:

Com o centro de expansão nas chamadas ‘sedes’ das colônias, origem de muitas cidades atuais, os povoadores iam penetrando pelas ‘picadas’ e ocupando seus lotes. O progresso do povoamento acompanhava o progresso das demarcações, que só terminavam onde terminava a mata. [...] Havendo necessidade constante de vias para o transporte dos produtos coloniais, desenvolveu-se então uma rede numerosa de caminhos vicinais e estradas de rodagem. Na sua origem, geralmente planejada pelo agente colonizador, esses caminhos nada têm de comum com aqueles trilhos, indecisos como um rio divagante, que originaram as estradas nos campos. Quase sempre são elas um dos limites comuns às propriedades que servem. As condições econômicas exigiram, posteriormente, uma rede rodoviária mais importante nas regiões coloniais, sendo numerosas as vilas que surgiram nos cruzamentos.

A existência de numerosos povoados nas zonas agrícolas realça os contrastes com as zonas pastoris. Muitas vezes estes povoados tornam-se mais importantes e assumem a categoria de vila ou de cidade. Neste caso surge então um distrito ou um município. E pela rede dos distritos e municípios pode-se acompanhar a intensidade do povoamento nas zonas florestais. Enquanto as unidades administrativas das zonas de campo se tornaram estáveis, há muitos decênios, as zonas de mata, enquanto se vai processando o povoamento, estão em contínua cissiparidade. (BERNARDES, 1997, p.93 e 99)

Além das observações feitas sobre a ocupação diferenciada do campo e da mata, Leo Waibel faz uma distinção entre as duas formas, por ele encontradas, de concentração dos colonos nas áreas de matas, que são: o “povoamento rural disperso” e os “povoados aglomerados”. Analisando de forma mais detalhada sua explicação, é possível extrair que dos “povoados aglomerados” surgiram muitas de nossas atuais cidades, a partir do momento em que foram sendo incorporadas novas funções a estes espaços.

Por toda parte nas terras de mata do sul do Brasil temos ‘povoamento rural disperso’. As propriedades, entretanto, não são espalhadas irregularmente, como acontece no *Middle West* dos Estados Unidos, mas são dispostas ao longo de certas linhas. Estas linhas são as picadas, abertas pelos pioneiros na mata original e que logo desde o princípio serviram como linhas de comunicação e estradas. Nas zonas serranas de colonização antiga, as linhas coloniais seguem normalmente os fundos dos vales fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, a distância de algumas centenas de metros. Algumas linhas coloniais têm 10 ou 20 quilômetros de extensão e centenas de lotes se distribuem ao longo delas. Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas.

Os ‘povoados aglomerados’ estão localizados a distâncias de 8 ou 10 quilômetros, geralmente em cruzamentos de estradas. As casas se distribuem em volta de uma igreja e um cemitério, a escola e uma ou duas lojas e bares. Há freqüentemente um moinho, um ferreiro ou um fabricante de rodas. Em outras palavras, esses núcleos aglomerados são centros culturais, sociais e comerciais, muito característicos das áreas coloniais, são inteiramente desconhecidos nas regiões habitadas por luso-brasileiros e ocupados pelo sistema de latifúndios. (WAIBEL, 1949, p.197)

Em muitos dos pequenos municípios existentes no Alto Uruguai poderíamos tentar estabelecer uma diferenciação entre o tipo de povoamento (rural disperso ou aglomerado) relacionando a direção predominante do fluxo migratório (lotes rurais ou sedes de distritos) com o período em que ocorrem esses fluxos. Ou seja, identificar se o interesse desses imigrantes é o de se estabelecerem nos lotes rurais e sobreviver da agricultura ou, de se estabelecerem nas sedes distritais e obter rendas

a partir do comércio, prestação de serviços ou alguma outra função relacionada a um modo de vida mais urbano. Assim, podemos fazer uma análise qualitativa (em função do local onde esses imigrantes se estabelecem) e não só quantitativa (número de imigrantes que se estabelece em uma determinada área).

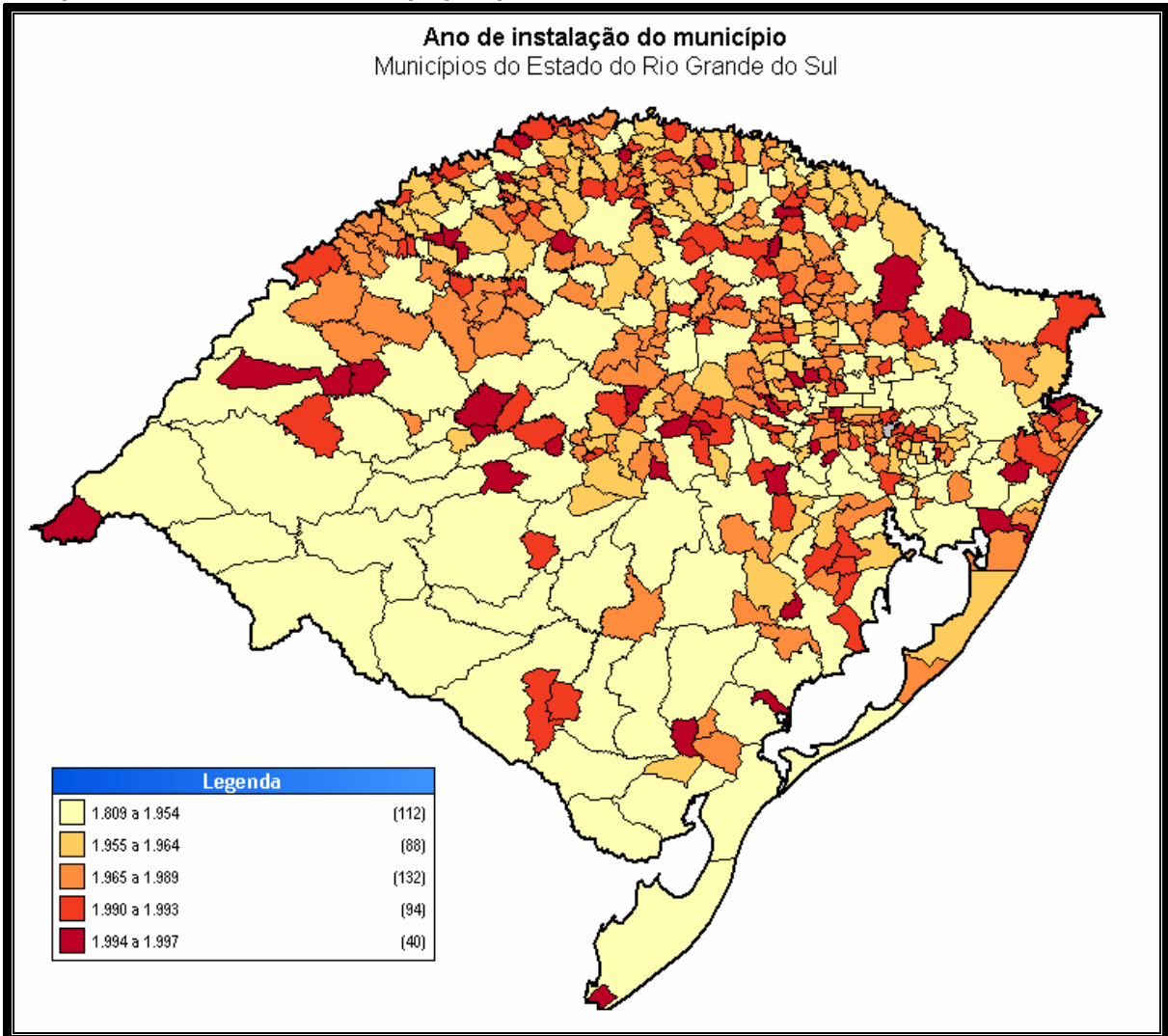
Talvez a explicação para a criação de vários desses pequenos municípios possa ser dada pela concentração de novos agentes economicamente mais ativos (comerciantes, artesãos, industriais, médicos, advogados,...) nas sedes dos distritos. Ao reivindicarem maior autonomia para exercerem suas atividades, passam a contestar a dominação política de agentes que não possuem identificação com os colonos e os problemas que atingiam esses grupos sociais.

Nas áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que juntamente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra e estabelecido lares de tipo europeu. Nos campos vizinhos vive o fazendeiro, de origem luso-brasileira, que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades e tem como empregados negros e mulatos, descendentes de antigos escravos. Com freqüência, conservam um modo de vida quase medieval, de tipo feudal e aristocrático; consideram o colono laborioso como inferior, e são arrogantes e presunçosos nos seus contatos com ele. (WAIBEL, 1949, p.165)

Na figura 8 (p.42) observa-se a grande quantidade de municípios no norte do estado que obtiveram emancipação política após o ano de 1955. Esta é uma das conseqüências mais evidentes decorrentes da forma de ocupação ocorrida nas áreas florestais do norte do estado gaúcho a partir do início do século XX.

Diante da formação de um número considerável de municípios formados a partir do território de um único município (Palmeira das Missões), em um espaço de tempo inferior à 50 anos e sob um contexto de processos gerais semelhantes, busca-se, a partir de agora, as especificidades que levam a formação do território do município de Seberi.

Figura 8: Agrupamento de municípios do Rio Grande do Sul de acordo com os anos em que obtiveram sua emancipação política.



FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

CAPÍTULO 3

DUAS FASES DE DEPENDÊNCIA DE PALMEIRA DAS MISSÕES

(de 1879 à 1925 e de 1925 à 1948)

A porção territorial que hoje constitui o município de Seberi pertenceu ao município de Palmeira das Missões até o ano de 1959, quando obteve sua emancipação. Entretanto, desde o final da década de 40 e início de 50, o então distrito de Seberi já apresentava indícios de maior autonomia em relação à sede (assunto que abordaremos no capítulo 4). Entre os anos de 1879 e 1948, porém, este distrito dependia da sede para realizar diversas atividades, desde a aquisição de produtos de primeira necessidade como sal, ferramentas, tecidos, passando pela comercialização de seus produtos, que poderiam ser a erva-mate, excedentes agrícolas, mel, carnes de caça, ou, até mesmo a busca de serviços de saúde pedidos de registro de terras, pagamento de impostos, registros civis,...

Porém, entre os anos de 1878 e 1948, é possível identificar duas fases com dinâmicas distintas no distrito de Seberi. A primeira fase (que compreende o período entre os anos de 1879 e 1925) marcada pelos conflitos bélicos das revoluções de 1893 e 1923, e pela pequena presença de população existente na zona florestal de Palmeira das Missões.

No ano de 1917 foi fundada a Colônia Guarita, última colônia pública oficial formada no estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de incrementar a densidade populacional através da migração de colonos das áreas das antigas zonas coloniais do estado. Diante da situação de tensão política existente no início da década de 20, resultando na eclosão da Revolução de 23, os trabalhos de colonização iniciados em 1917 foram praticamente paralisados e muitos dos colonos que haviam ali chegado, sofreram diante da falta de assistência do estado (que se ocupava com os confrontos contra os revoltosos) e com os constantes assaltos realizados pelos grupos de chimangos e maragatos.

A segunda fase (compreendendo o período entre os anos de 1925 e 1948) tem início a partir da retomada dos trabalhos da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, após término dos conflitos da Revolução de 23, e se estende até a inauguração da usina hidroelétrica do grupo Zanchet, ocorrida no ano de 1948.

O grande diferencial entre as duas fases analisadas está na atuação de determinados agentes sobre a porção territorial que deu origem ao município de Seberi. Na primeira fase destacava-se a atuação coronelística dos líderes políticos de Palmeira das Missões que tinham interesse nos ervais nativos da zona florestal. Na segunda fase o controle das terras da zona florestal passa para as mãos do Estado, através da sua Comissão de Terras e Colonização. Apesar de ainda exercerem alguma interferência, os coronéis de Palmeira possuíam uma capacidade muito reduzida de intervir no processo de colonização chefiado pelo governo do estado. Assim, justificamos a análise dos acontecimentos históricos que resultaram, posteriormente, na formação do município de Seberi.

3.1 1ª FASE (1879-1925): “A TERRA É DE TODOS; A TERRA É DE NINGUÉM”¹³

3.1.1 Situação da ocupação territorial do Alto Uruguai a partir dos relatos do explorador Maximiliano Beschoren

Acredita-se que o engenheiro agrimensor e explorador Maximiliano Beschoren tenha atravessado toda a área de matas no norte do Rio Grande do Sul. Em seus relatos menciona sua passagem pelos municípios de Santa Cruz do Sul, Lagoa Vermelha, Soledade, Passo Fundo, Nonoai, Palmeira das Missões e região missioneira, o que nos leva a fazer esta suposição. Por muitos anos ele percorreu campos e matas, executando seu trabalho como agrimensor, e fazendo observações a respeito de recursos naturais, condições climáticas, vegetação, relevo e caracterizando o meio social através da descrição das relações sociais e do uso da terra.

¹³ LIRA, José Paes da. **Profecia (ou Testamento da Ira)**. Recife: RecBeat, 2001. 1 disco compacto: digital. Música integrante do álbum intitulado Cordel do Fogo Encantado. Com este título, tentamos expressar a situação das terras florestadas ao norte do município de Palmeira das Missões antes da criação da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira. Os matos nativos de erva-mate foram considerados, por algum tempo, como sendo de domínio público. Ao mesmo tempo, muitos luso-brasileiros passaram a reivindicar e controlar vastas áreas deste território, mesmo sem possuírem, em alguns casos, os registros de propriedade legal das terras.

Ao permanecer certo tempo no povoado de Palmeira das Missões (na época, conhecido como Vilinha), Beschoren (1989, p.78) teceu o seguinte comentário em meados de fevereiro do ano de 1879:

Agora estou quase naturalizado e desejo e espero ainda por muito tempo ser um morador provisório da região.

O lugar não é o que eu supunha ser e daria para viver muito bem aqui, se não fosse a constante competição partidária, com as conseqüências intrigas e rixas, de tal modo, que viver em paz é quase impossível. Quem quiser tranqüilidade terá que tapar os ouvidos, para não escutar, vendar os olhos para não enxergar.

Não passou despercebido pelo agrimensor o clima de tensão política existente em Palmeira que, mais tarde, ganhará contornos de maior violência através da Revolução de 1893 entre republicanos (chimangos) e maragatos (liberais). As divergências políticas neste município eram tão acentuadas que até mesmo a localização das residências na cidade refletia o posicionamento político de seus habitantes:

Os primeiros habitantes escolheram a maior das coxilhas próximas e aí contruíram os ranchos a uma distância bem grande das águas do afluente do rio da Várzea, situado a leste, e do afluente do rio Guarita, a oeste. [...]

Alguns povoadores mais tarde começaram a construir numa coxilha vizinha, pouco mais baixa, e separada por um vale, da primeira coxilha. Assim, surgiram duas cidades, fortemente divididas, não só pelo vale, mas pelas opiniões políticas aí dominantes. [...] uma das partes é exclusivamente habitada por liberais, enquanto a outra é por conservadores. Os liberais possuem a Vila Nova, situada na coxilha alta, logo avistada pelos viajantes. Os conservadores estão localizados na Vila Velha. [...] o número de habitantes da Vila está em torno de 400 a 500 e os de todo o município, em 9.000 pessoas. (BESCHOREN, 1989, p.84-85)

O número de habitantes apresentado por Beschoren, em seus relatos, é um pouco maior do que o obtido no recenseamento realizado no ano de 1872 pelo governo imperial, que recenseou 7.160 almas (conforme terminologia utilizada pelo órgão recenseador da época¹⁴). Também é interessante observar o predomínio de brasileiros (7.000) em relação ao número de estrangeiros (160), indicando que a “colonização européia” – expressão utilizada por Leo Waibel – ainda não havia sido direcionada para esta região. Entre os recenseados, 1553 (ou aproximadamente 21% da população total) declararam serem caboclos. Chamamos a atenção para esta informação uma vez que os caboclos serão os principais responsáveis por

¹⁴ A formação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocorreu através do Decreto nº 218 de janeiro de 1938, com a unificação do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia. Ou seja, o primeiro recenseamento geral do Brasil coordenado pelo IBGE foi realizado em 1940.

começar a inserir a zona florestal ao circuito da economia municipal, fornecendo mel, caças (carne e peles) e seus excedentes agrícolas. Além disso, os caboclos eram uma reserva de mão-de-obra utilizada em atividades sazonais, como na colheita da erva-mate.

Nas matas ao norte do município de Palmeira das Missões ainda habitavam populações indígenas nômades. Esses indígenas teriam sua origem em outras regiões do Brasil, mas foi na mata fechada do Alto Uruguai que essa população obteve refúgio. Eram, em sua grande maioria, índios caingangues (também conhecidos como “coroados” devido ao corte de cabelo característico que utilizavam e que lembrava uma coroa). De acordo com estudos feitos por Soares (2004, p.56) “os caingungues não figuravam entre os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Só apareceram em nossas matas da margem esquerda do Uruguai no alvorecer do século XVIII, quando os lagunistas e paulistas de São Vicente desceram com suas *entradas* em nosso território”. Em um mapa da Diretoria de Terras e Colonização, com data de 1924 é mencionada a existência de 12 toldos¹⁵ indígenas (10 toldos de índios coroados e 2 de índios guaranis) em todo o Rio Grande do Sul, que agrupavam uma população total de 2.600 indígenas. No mapa estão assinaladas as localizações desses toldos, que ocupam as áreas setentrionais do estado. Os toldos Guarita e Nonoi agruparam os índios que habitavam a zona florestal de Palmeira das Missões.

Do ponto de vista da propriedade legal das terras, a região do Alto Uruguai era a última grande reserva de terras de domínio do estado, uma vez que os indígenas não possuíam documentos de propriedade legal da terra. Mesmo que lhe fossem dadas grandes propriedades de terras, logo buscariam outras que oferecessem melhores condições de caça e outros recursos necessários para sua sobrevivência, ou, simplesmente, para evitar a proximidade dos colonizadores. Dessa maneira, a população indígena era vista como um entrave para o bom andamento dos projetos de colonização do estado. Aceitando o fato de que o nomadismo era o principal problema oriundo dos povos indígenas (uma vez que se tornava impossível saber a localização exata desses povos), o governo precisava encontrar uma forma de fixar essa população nômade e delimitar áreas que pertenceriam legalmente aos índios.

¹⁵ Toldo: Aldeamento de índios de grau mediano de aculturação. *In*: HOUAISS, Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa. Versão 2.0a. Editora Objetiva, 2007.

A forma encontrada para fixar o índio à terra foi catequizando-os e ensinando-os a cultivar o solo. Foi assim que se originaram os aldeamentos ou toldos indígenas.

O Governo da Província tomou medidas para a instrução dos indígenas. Iniciou-se a catequese, e para esse fim foram enviados três missionários italianos, acompanhados por vários operários, trazendo roupas, sementes e utensílios para a lavoura.

Os selvagens mostravam-se altamente hostis em relação aos primeiros colonos, tentando impedi-los de se assentarem nas terras, ao passo que eram pacíficos com os missionários que os catequizavam. [...]

Os selvagens dedicavam-se à caça e um pouco à lavoura, mesmo de modo primitivo e com critérios limitados. Não foi difícil para os missionários fixá-los à colônia e acostamá-los à vida sedentária.

Enquanto a maior parte submetia-se às ordens dos religiosos, outros preferiram a liberdade, emigrando para a Província do Paraná¹⁶, onde, com suas caçadas, exploraram as imensas florestas entre o rio Uruguai e o Paraná.

Foi assim que no início de 1850, fundou-se o Aldeamento de Nonoai, o ponto de encontro dos selvagens que povoavam as regiões próximas. As poucas tribos restantes, espalhadas no Distrito, foram domiciliadas e formaram pequenos Toldos. (BESCHOREN, 1989, p.43)

A questão da fixação dos povos indígenas em áreas delimitadas era de importância fundamental para o projeto de demarcação, ocupação e valorização das terras da zona florestal com colonos europeus e os excedentes populacionais que estavam se formando na área das antigas colônias como, por exemplo, Caxias, Alfredo Chaves, Guaporé, Silveira Martins, São Leopoldo, Estrela, entre outras.

No último quartel do século XIX as últimas áreas de campo e as matas de ervais nativos foram sendo apossadas por luso-brasileiros de São Paulo, chegando, principalmente, pelos municípios de Cruz Alta e Passo Fundo, onde já não havia áreas maiores de terras disponíveis.

Explicam os antigos moradores que os campos de Fortaleza, hoje Seberi, desde o século passado, foram sendo ocupados por luso-paulistas, os quais, desinteressando-se de São Paulo, vieram tentar a fortuna na lida do campo. [...]. Na gíria, aqueles paulistas eram chamados "biribas". Entre os mais conhecidos estavam os Galvão, Pôncio, Pires de Lima, Moura, Felício, João Rodrigues da Silva, Domingos Padilha de Camargo, Venâncio Pires de Lima e Antônio Conceição da Cunha, vulgo "Mico", apelido que passou ao Lajeado

¹⁶ Corresponde, hoje, a parte do oeste catarinense. Essa porção territorial do oeste catarinense fez parte da chamada região do Contestado, disputada por muitos anos entre os estados do Paraná e Santa Catarina, resolvendo-se a disputa em favor do estado catarinense no ano de 1916.

do Mico, porque, à beira deste, tinha mandado fazer roças. Todos foram se apossando de vastas áreas de campo, marcando as divisas a dedo, como era de praxe nos velhos tempos. Só mais tarde, aos poucos, passaram a requerer títulos de posse. A posse dos Pôncio, por exemplo, nas imediações da sede atual, tinha 16 milhões de metros quadrados. O mais antigo proprietário local, Vicente Antônio de Oliveira, instalou-se nela com título expedido pelo Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República de 1910 a 1914. (BATTISTELLA, 1969, p.12)

A base da economia do município de Palmeira das Missões estava assentada, quase que exclusivamente, sobre dois produtos principais: a erva-mate e a produção pecuária. A agricultura praticada servia basicamente para a subsistência. Esta afirmação é quase um consenso em toda a bibliografia consultada e em relatos da época. Porém, devemos observar que em todas as propriedades era necessário haver a elaboração de, pelo menos, um produto comercializável. Assim, o agricultor conseguiria obter produtos elaborados fora dos limites de sua propriedade como tecidos, sal, ferramentas de trabalho e outros alimentos. Citaríamos como exemplo as plantações de cana-de-açúcar e os produtos dela derivados como o açúcar, a rapadura e a aguardente, onde uma fração da produção era separada para o consumo familiar, sendo o restante comercializado ou trocado por outros produtos.

Entretanto, em suas observações sobre o típico riograndense (luso-brasileiro que exerce a atividade pecuária) ele constatou a baixa aptidão para a prática da agricultura e expõe uma previsão imbuída de um posicionamento determinista:

A cultura do solo está muito atrasada, porque o riograndense não é para este tipo de atividade. Ele prefere dedicar-se à criação de gado e a produção de erva-mate. A agricultura é explorada em nível suficiente para os gastos da casa. [...]

Pelo fato da Província do Rio Grande sempre se dedicar somente a criação de gado, houve um atraso em relação à agricultura. Devido à expansão da colonização, aos poucos se valorizou o solo, fazendo-se notar também o desenvolvimento da indústria, como consequência natural por determinadas culturas. Só criando gado, nunca teremos indústrias. O nosso campeiro, “verdadeiro rei da coxilha”, nunca será um industrial. (BESCHOREN, 1989, p.28)

Esta falta de uma aptidão do luso-brasileiro pela prática da agricultura é justificada pelo histórico de bons rendimentos e pelo reconhecimento social e político proporcionados pela atividade pecuária. Por isso se criou uma certa resistência por parte da classe pecuarista em experimentar outras atividades além da pecuária.

Outro fator desmotivador para que os pecuaristas de Palmeira das Missões se tornassem agricultores estava na precariedade dos meios de comunicação da época

que ocasionavam um isolamento do município. Isto inviabilizava a introdução de lavouras comerciais com capacidade de competir com os agricultores das áreas das colônias velhas. Uma descrição da forma como esses de luso-brasileiros chegavam a esta região e da situação sócio-econômica dos mesmos, foi feita por Beschoren (1989, p.86-87) em sua passagem pela borda na mata do Alto Uruguai:

Os campos como pequenas lingüetas vão penetrando na serra. São campos primorosos e preferidos pelos compradores de São Paulo e Paraná. Como os campos pertencem aos melhores da região alta, também as matas do Uruguai e seus afluentes oferecem o melhor solo, o terreno mais fértil para as lavouras. As florestas erva-teiras são as mais ricas das Missões.

No entanto, a população é pobre, pobre junto aos recursos que não se esgotam. O município está muito distante dos grandes centros comerciais, isolado e abandonado no longínquo noroeste da Província.

A facilidade em se obter posses de terras aliada a necessidade de baixos investimentos para a exploração da erva-mate e das criações pecuárias contribuíram para que estes produtos se destacassem na economia local neste momento. Além desses dois produtos, poderíamos destacar outro recurso importante: as reservas de madeiras nobres existentes na zona florestal¹⁷. Entretanto, se o escoamento da erva-mate e a obtenção de produtos de primeira necessidade já eram um grande desafio aos habitantes dessa região, como imaginar o transporte de toras de madeira vindas do meio da mata?! A madeira cortada, neste período, era utilizada unicamente para suprir as necessidades locais. Não havia serrarias e o beneficiamento era feito de forma artesanal¹⁸. O único meio de transporte possível era realizado no lombo de mulas ou puxado por juntas de bois. Produtos de grande peso, perecíveis ou muito frágeis dificultavam a viagem. Em compensação, o gado era transportado ainda vivo para seus mercados consumidores, enquanto a erva-

¹⁷ De acordo com Soares (2005, p.42) eram encontradas as seguintes espécies de madeiras de lei: angico (*Piptadenia rigida*), cedro (*Cedrela fissilis*), diversas espécies de canelas (gêneros *Ocotea*, *Nectandra*, *Cryptocarya*), guajuvira (*Patagonula americana*), cabriúva (*Myricarpus frondosus*), grápia (*Apuleia leiocarpa*), louro (*Cordia hypoleuca*), ipês diversos (*Tabebuia ssp*), canjerana (*Cabralea glaberrima multijuga*), cambará (*Moquinia polymorpha*), guatambu, pessegueiro-do-mato (*Prunus subcoriacea*), alecrim, cambui, guamiri m.

¹⁸ Battistella (1969, p.221) assim relatou as dificuldades de construção da primeira capela do povoado de Osvaldo Cruz: “Sendo a vida religiosa a preocupação mais sentida nas comunidades cristãs em formação, os pioneiros, como alhures, trataram logo de construir sua igreja. Mas como fazer, si não havia engenhos de serra? As madeiras foram serradas a poder de braços, em estaleiros, e aplainadas à mão, com infinita paciência. Os trabalhos, iniciados em 1922, sofreram os contratemplos da revolução, e a capela só pôde ser concluída em Julho de 1924”. Dessa forma, somos levados a imaginar que não haviam locais específicos para beneficiamento de madeira no entorno do povoado, pelo menos até o ano de 1922.

mate era um produto de baixo peso e de grande tolerância aos “solavancos” das mulas.

Todos os transportes terrestres eram efetuados ou por mula ou carrêtas de duas rodas, puxadas por vários pares de bois. O vagar e a pouca capacidade desses meios constituíam óbices à expedição dos produtos. Mulas e carretas seguiam caminhos temporários – pois não havia estrada alguma – e transpunham os rios a vau (ROCHE, 1969, p.31)

Deve-se ressaltar que a folha da erva-mate não era comercializada sem antes passar pelo beneficiamento. Para a conservação adequada da folha era necessário secá-la. Beschoren (1989:20) descreve o processo de fabricação de erva-mate através do sistema do Carijo¹⁹. Ele detalha o cuidado com a melhor época para se cortar e/ou colher as folhas de mate; a forma de reunir essas folhas para secagem; o melhor tipo de madeira a ser utilizado no carijo (“a madeira utilizada para o fogo é de muita importância para determinar a qualidade e o gosto do produto. [...] Dá-se preferência à Guabiroba, Goamirim, Araçá e Sassafrás.”); e o grande cuidado com o manejo do fogo na fase final de secagem das folhas para evitar que todo o carijo se perca num incêndio. Conforme o seu relato, o ato de “matear” (termo utilizado por Beschoren que remete ao ato de sorver o chimarrão) já era uma característica marcante da cultura do riograndense:

O prazer de “matear” é comum no Sul do Brasil, principalmente na região montanhosa, na campanha e nos estados espanhóis. A influência da bebida é bastante salutar. Atua principalmente na digestão sendo propícia nas regiões onde a carne é o alimento principal. [...]

O gosto da bebida é amargo. É servida num porongo (cuia), geralmente enfeitado com guarnições prateadas, por meio de um tubo de prata (bomba) em cuja extremidade inferior fica uma peneira. [...]

A primeira coisa que se oferece, em qualquer casa, seja rica ou pobre, é o mate chimarrão. Durante o agradável “chupar” (de outra forma não se pode caracterizar), o mate é como um “cachimbo da Paz”, passa por toda a roda enquanto as pessoas conversam. A arte de matear é um ótimo meio de passar o tempo. (BESCHOREN, 1989, p.21)

¹⁹ O “Carijo” é um tipo de construção onde a erva-mate colhida é pendurada sob o calor de uma fogueira controlada para a secagem das folhas da erva-mate. Esta construção possui uma cobertura (geralmente de folhas de palmeira) e assemelha-se, conforme relato de Beschoren, a um alpendre. Outro sistema de secagem da folha é o do “Barbaquá”. Neste sistema não há o contato direto da fumaça da fogueira com as folhas de erva-mate, o que dá origem a um produto de sabor mais puro. Porém, por exigir equipamentos específicos e a edificação de um galpão para esta atividade, não era viável para a maioria dos ervateiros e exigia uma estrutura logística (entre o local da colheita e o do beneficiamento) mais complexa. (**Tipos e aspectos do Brasil: ervateiros**. In: Revista Brasileira de Geografia, Ano V, nº 1, p.129, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1943).

Depois de secas, as folhas da erva-mate podiam ser transportadas. Parte dessas folhas ainda poderia passar por mais um processo de beneficiamento antes de serem exportadas. Este outro processo se caracteriza pela trituração da folha que era feita no monjolo, um tipo de “máquina brasileira” que não é encontrada nas colônias alemãs (BESCHOREN, 1989, p.26). O “monjolo” é um equipamento cujo movimento é semelhante ao do pilão. É movimentado através da força da água que, ao encher uma “gamela” em uma extremidade, movimentava um pilão na outra extremidade. A figura 9 apresenta uma das formas mais comuns de um monjolo, que poderia sofrer algumas adaptações conforme o produto a ser moído e/ou triturado. Era utilizado, principalmente, para a obtenção de farinha de milho e para a trituração da folha da erva-mate.

Figura 9: Desenho ilustrativo de um monjolo.



FONTE: <<http://www.terrabrasileira.net/folclore/regioes/4modos/sd-monjolo.html>>

A produção ervateira tinha uma grande importância para os cofres municipais devido ao fato de que os tributos originados de sua comercialização eram recolhidos pelos municípios.

A erva-mate, ao lado da pecuária, foi um dos principais produtos da região serrana durante o século XIX. Particularmente, o mate

tinha especial importância por ser a principal fonte de recursos das câmaras municipais, através do tributo que incidia sobre a exportação do produto. Embora o gado fosse o principal produto regional, o tributo sobre sua exportação para outras províncias ou para o exterior era arrecadado pelo governo provincial. (ZARTH, 1997, p.56)

As matas nativas de erva-mate chegavam a ser consideradas como sendo de domínio público, permitindo, assim, que pequenos agricultores, pudessem explorar este recurso e evitando que essas áreas passassem para o domínio de posseiros. A Lei de Terras de 1850 transformou a terra em mercadoria, ocasionando uma corrida pela regularização de vastas áreas de ervais nativos a posseiros que possuíam alguma influência dentro do governo imperial. Os interesses do governo imperial e dos municípios sobre o uso da terra começaram a entrar em conflito. De acordo com Zarth (1997, p.65-68):

Era corrente o confronto entre o poder municipal e o imperial no processo de privatização das terras. A execução da Lei de Terras era responsabilidade do governo imperial através da presidência da província, que se encarregava de nomear os juizes-comissários para atuarem nos municípios. No caso das terras de ervais, as câmaras, por uma questão política e devido à importância do mate na receita municipal, procuravam manter o controle e normalmente defendiam os ervateiros. [...]

Por outro lado, a disputa de terras não se limitava a uma discussão entre o poder local e as instâncias superiores do poder. Num época em que o caciquismo político era muito forte no Rio Grande do Sul, as lutas de terra passavam também pela luta no seio da própria oligarquia local, dessa forma saindo parcialmente do terreno de simples batalha entre grupos sociais diferentes.

Uma das conseqüências deste embate foi a expulsão de contingentes populacionais das áreas de ervais nativos. Estas pessoas se transformaram nos agregados das grandes fazendas, buscaram algum outro tipo de ocupação ou migraram em busca de terras ainda livres, ou seja, se deslocaram para a zona florestal e abriram roçados no meio das mata a fim de evitar conflitos com os pecuaristas. De acordo com Battistella (1969, p.13), “o gado de campo vivia solto, e os posseiros, para ter o direito de cobrar danos, deviam, por lei municipal, fazer as plantações meia légua longe dos campos considerados zonas de criação”.

Entretanto, a produção pecuária (principalmente de mulas que eram utilizadas no transporte de carga), o outro pilar da economia de Palmeira das Missões no fim do século XIX e início do XX, já estava perdendo parte de seu mercado consumidor. A implantação de um novo meio de transporte de carga no estado de São Paulo, utilizado para o escoamento da produção cafeeira, fez com as exportações de mulas

do Rio Grande do Sul para São Paulo fossem negativamente afetadas. Por muito tempo as mulas foram o principal meio de transporte de carga utilizado no Brasil, porém, os trilhos das ferrovias foram, paulatinamente, substituindo os caminhos traçados pelos tropeiros e suas tropas de mulas.

O movimento na Estrada Reiuana, que atravessa a Vila, é bem intenso²⁰. Nos meses de verão, a vida torna-se bem animada. O número de cavalos e mulas enviados ao Paraná e São Paulo, por essa estrada, tem diminuído. No ano de 1867, exportaram 15.168 cabeças aumentando em 1871 para 35.000. Entretanto, mais tarde a remessa diminuiu para 10.000 cabeças. Quanto aos motivos dessa enorme redução de animais, disse-me o coletor:

– “Em São Paulo estão construindo muitas ferrovias e por isso as pessoas não precisam mais tantos cavalos e mulas”. (BESCHOREN, 1989, p.46)

3.1.2 A revolução de 1893 e o início da ocupação da zona florestal de Palmeira das Missões

No ano de 1893 teve início o conflito armado entre dois grupos políticos do Rio Grande do Sul: os chimangos (republicanos conservadores), e os maragatos (liberais). Alguns anos mais tarde, mais precisamente no ano de 1923, estes dois grupos voltam a se enfrentar, mas os motivos já não são os mesmos que motivaram o primeiro conflito.

A Revolução de 1893 rebelou-se contra este estado das coisas. Foi esta a razão ideológica dessa heróica revolução de 1893, que não se pode confundir com a de 1923, [...].

Basta observar que a Revolução Federalista de 1893, iniciou-se com Gumerindo Saraiva, invadindo o Rio Grande do Sul, partindo do Uruguai e com Gumerindo terminou quando ele foi atingido por uma bala traiçoeira em Cruz Alta, no ano de 1894.

Esta Revolução tinha por chefe supremo Gaspar Silveira Martins, contra Júlio de Castilhos, ao passo que a de 1923, contava, de um lado, com Assis Brasil e, do outro, Borges de Medeiros, visando tirá-lo do governo, enquanto a Revolução ideológica de 1893 não tinha como objetivo apeiar a quem a quem quer que fosse do poder, mas apenas exigir que esse fosse exercido com justiça e liberdade, velha e surrada bandeira dos maragatos. (GRASSI, 1996, p.86)

E é por conta deste primeiro momento de embates entre chimangos e maragatos que a zona florestal de Palmeira se torna mais “movimentada”. A busca de

²⁰ A Vila citada era a Vila de Nonoai, enquanto a Estrada Reiuana ligava Passo Funda à, então, Província do Paraná, atual estado de Santa Catarina.

refúgio para os rebeldes maragatos e suas famílias obrigou alguns grupos a embrenharem-se mata adentro e a formar verdadeiros povoados florestais.

A revolução de 93, como de resto em todo o Rio Grande, deixou profundos ressentimentos entre federalistas e republicanos na Vila da Palmeira. Mas aqui para agravar tinha acontecido a hecatombe do Boi Preto, com a degola de mais de 350 maragatos a mando de Firmino de Paula, assim como nessa ocasião muitos palmeirenses tiveram que emigrar para terras longínquas deixando familiares passando necessidades, da mesma maneira outros conheceram a dor do luto, das perseguições, da humilhação e dos campos despovoados. Eis por que mesmo a refrega cessada, os ódios e malquerenças permaneceram latentes nos anos que se seguiram entre os dois partidos oponentes. (OLIVEIRA, 1974, p.35)

E foi justamente a um grupo de maragatos cruzaltenses e de moradores do Rincão da Fortaleza, atual Seberi, que haviam se embrenhado na mata em busca de refúgio, que se atribui a descoberta de um dos principais motivadores da futura ocupação da zona florestal de Palmeira das Missões: as águas termo-minerais de Iraí²¹.

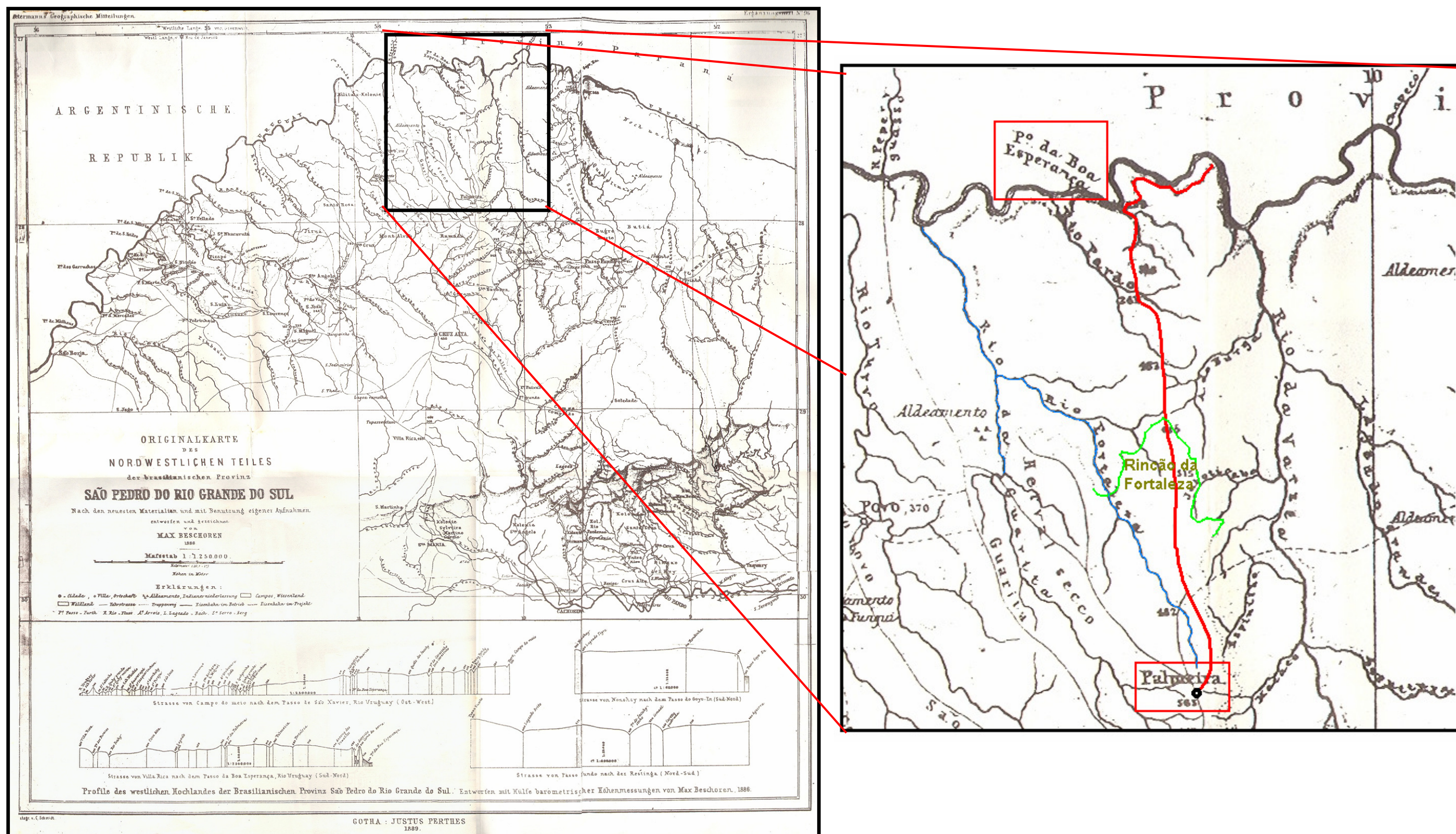
Moradores antigos de Fortaleza e Prado contaram-me que desde os tempos da revolução de 1893 era conhecido o “Sítio dos Galvão”, velha vivenda da qual ainda hoje restam vestígios, entre laranjais, à margem esquerda da barra do Rio da Várzea. O Govêrno havia mandado certo engenheiro abrir um pique, em linha mais ou menos reta, desde o “Fundo da Fortaleza” [atual município de Seberi] até ali, talvez para fins militares. Por aquele pique mais tarde passavam os Galvão, a saber, o velho Galvão de Souza Bueno e seus filhos Domingos, Marcelino e Donarte, vindos do Rincão da Fortaleza, entre Seberi atual e Jabuticaba, para fundar o mencionado sítio, que, por isso, se chamou dos Galvão. (BATTISTELLA, 1969, p.15)

Talvez o “certo engenheiro” (como foi mencionado por Battistella) tenha sido Maximiliano Beschoren, pelo fato de ter sido ele o responsável pela abertura do primeiro pique (caminho aberto na mata) ligando o Rincão da Fortaleza às margens do Rio Uruguai (ver figura 10). No estudo realizado por Grassi (1996, p.104) encontramos afirmação semelhante à de Battistella:

O dito “Sítio dos Galvão”, inicialmente era muito mais do que uma simples moradia improvisada. Tratava-se de um acantonamento, quase paramilitar, de revolucionários à espera de nova organização para, eventualmente, prosseguir em outras incursões semi-bélicas ou, então, aguardar o comando de “parar e dispersar”. O líder do contingente, Domingos Galvão, era por demais conhecido como revolucionário maragato, envolvido, sempre que pudesse, em escaramuças ou aventuras refregas.

²¹ “A denominação de Arroio do Mel provém da existência de inúmeras colméias, que forneciam mais um alimento à parca mesa dos caçadores: inicialmente, o nome era Barreiro do Mel. Mais tarde recorreu-se ao idioma nativo, resultando daí o nome de Iraí – águas do mel – por sugestão do Dr. Tôrres Gonçalves”. (IBGE, 1959-a, p.278)

Figura 10: Mapa elaborado por Maximiliano Beschoren datado de 1886. No detalhe, a porção norte do município de Palmeira-RS. A linha vermelha indica o caminho percorrido por Beschoren entre Palmeira e o rio Uruguai. Este caminho foi denominado de “Picada de Exploração” e chegava ao “Passo da Boa Esperança”. A linha verde mostra o limite entre a zona de campos naturais e a zona de mata fechada, além da provável localização do Rincão da Fortaleza.



FONTE: Beschoren, 1989 (mapa em anexo). Adaptação: Edilson W. Pedroso Jr.

Esse fato é tão importante para o desenvolvimento de colonização das matas de Palmeira que Battistella (1969, p.14) chega a afirmar que “não se compreenderá plenamente a presença dos primeiros colonizadores de nossa terra sem que se conheça a história das águas medicinais de Iraí”.

Poderíamos dizer que Iraí foi a “menina dos olhos” do projeto de colonização elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização do Norte (através da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira sob a chefia do engenheiro Frederico Westphalen) para a zona florestal de Palmeira das Missões. Mesmo com a descoberta das fontes de águas termais, a criação da Comissão de Terras de Palmeira só ocorreu no ano de 1917, o que não significa que alguns grupos de bravos aventureiros não tenham se organizado em caravanas e, em alguns dias de viagem pela estreita picada ligando o Rincão da Fortaleza às Águas do Mel, atingissem a fonte de águas milagrosas.

[...] pela madrugada de um dia qualquer desse mês naquele longínquo ano (mês de janeiro de 1914), esse grupo de palmeirenses no lombo do cavalo e em busca de tratamento, deixava a vila da Palmeira em direção ao arroio do Mel em pleno sertão do Rio Uruguai. Nas primeiras vinte e quatro horas de viagem os caravaneiros, um atrás do outro, foram até a Boca da Picada do Mel, hoje Seberi, local em que morava Domingos Galvão, e aí pernoitaram. No outro dia cedo tomaram à direita já em pleno sertão. Não havendo nem estrada nem caminhos definidos a viagem se tornava difícil; mas, mesmo assim, os viajantes passaram onde nos dias atuais é Frederico Westphalen e, no fim desse dia, foram dar às margens do rio da Várzea no lugar em que Osório Martins era morador bem no ponto em que o rio Braga faz a sua barra. Aí pernoitaram para na madrugada seguinte poder atravessar o rio Várzea, o que foi feito através de canoas. (OLIVEIRA, 1974, p.42)

Percebendo a necessidade de intervir no ordenamento da ocupação e exploração da zona florestal de Palmeira, o governo do estado criou, no mês de março do ano de 1917, a Comissão de Terras e Colonização de Palmeira com a seguinte finalidade:

A Comissão de Terras e Colonização de Palmeira constituía-se num órgão estatal que tinha como função discriminar, demarcar e efetivar a colonização das terras públicas do município de Palmeira das Missões, bem como solucionar processos de legitimação de posse das terras que se achavam no domínio privado. (JACOMELLI, 2004, p.24)

Sob a responsabilidade de Frederico Westphalen estava o ordenamento territorial de uma vasta porção de terras florestais definidas e delimitadas (em um pri-

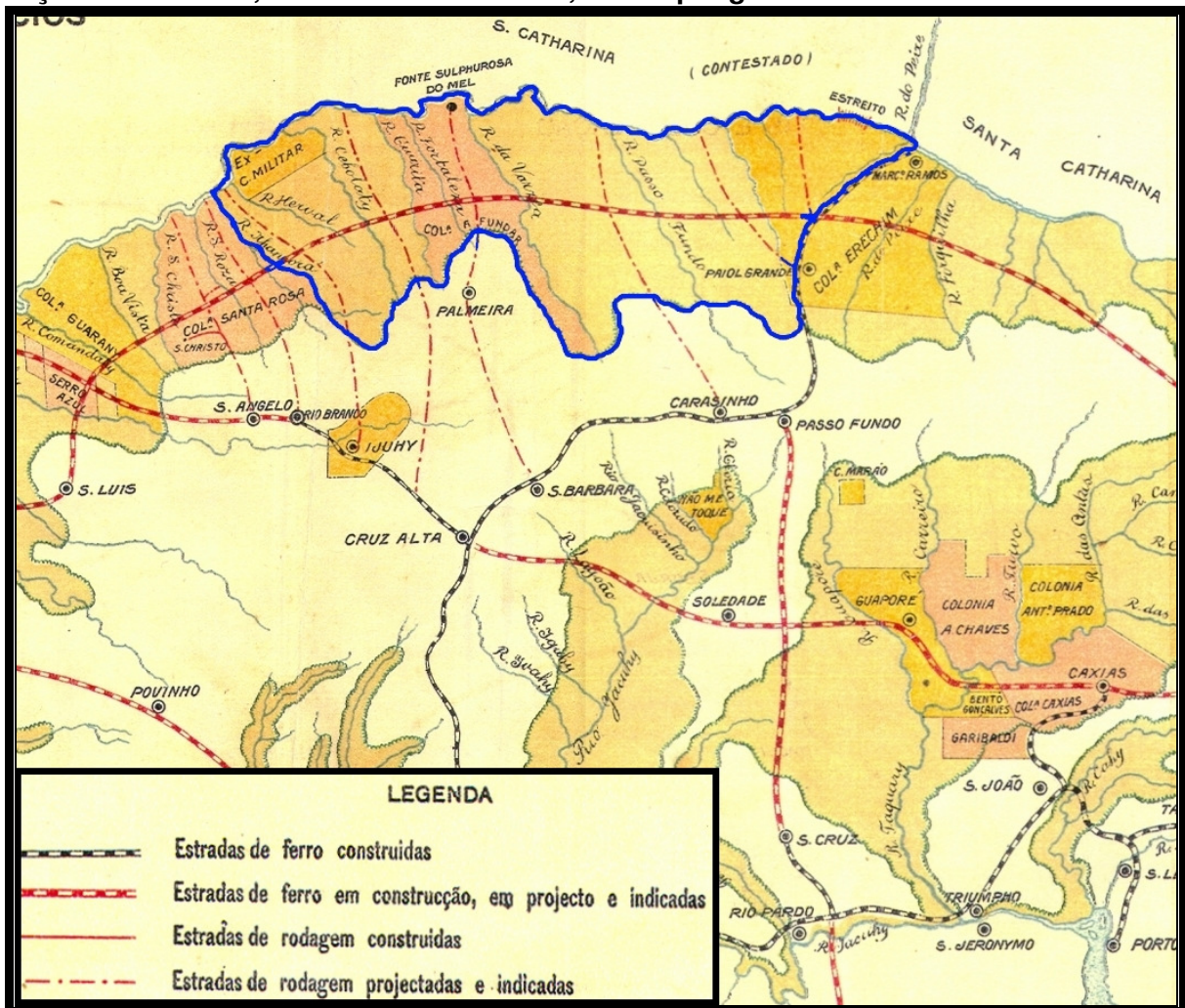
meiro momento) pelo Rio Inhacorá (a oeste), rio Uruguai (ao norte), linha férrea de Passo Fundo (a leste) e ao sul, era a borda da floresta que definia o limite. Dentro desses limites, esta porção de terras ainda foi dividida em duas grandes regiões, ficando o rio da Vázea como divisor (figura 11, p.58). Dentro da Comissão de Terras de Palmeira foram criadas duas Inspetorias de Terras: a Inspetoria de Palmeira (que, em 1928 foi transferida para o distrito de Barril – distrito este que, neste mesmo ano, teve sua denominação modificada para Frederico Westphalen) e a Inspetoria de Nonoai (que ora está vinculada à Comissão de Palmeira, ora à Comissão de Passo Fundo). A criação da Comissão de Terras de Palmeira trouxe profundas alterações na dinâmica sócio-econômica de Palmeira das Missões, interferindo, inclusive, nas relações de poder até então existentes e centradas nos coronéis pecuaristas e ervateiros.

Ao estudar as ações da Comissão de Terras no âmbito administrativo e em relação aos agentes de ocupação-desocupação, observa-se que a estrutura organizacional não fugiu à regra de centralização do poder vigente no estado, refletindo no local a prática do clientelismo. Nos trâmites em torno da terra e suas correlações, os funcionários do Estado agiam como novos coronéis, com a função de efetivar pequenas mudanças mantendo a ordem estabelecida e a legitimidade do Estado. (JACOMELLI, 2004, p.50)

A respeito do planejamento feito para a sede de Iraí, alguns mapas já apresentados no capítulo 2 (figuras 5, 6 e 7, das págs. 36, 37 e 39, respectivamente) mostram a intenção de se construir um ramal ferroviário que partiria de Iraí, ligando-se a Passo Fundo, além da proximidade de outro ramal que ligaria São Borja à Torres, cujo traçado acompanhava os limites fronteiriços entre o Rio Grande do Sul e o estado de Santa Catarina, acompanhando, também, o curso do Rio Uruguai. Além destes mapas, a bibliografia regional consultada é unânime em destacar o metódico trabalho de planejamento feito para Iraí. Nas obras de Grassi (1996, p.188) e Sponchiado (2005, p.292) encontramos até mesmo uma planta do planejamento urbano elaborado para a sede de Iraí, já contendo, inclusive, a denominação de ruas. Sponchiado (2005) fez um aprofundado estudo sobre a influência do positivismo na colonização do norte do estado do Rio Grande do Sul, e, sobre a escolha dos nomes das ruas de Iraí ele afirma que “no caso de Iraí, Torres Gonçalves teve especial cuidado na escolha dos nomes. Quando se tratou de organizar a futura estação balnear, preocupou-se em fazer ‘intervir as condições estéticas na escolha dos no-

mes das avenidas, ruas e praças'. Para o engenheiro, havia certos princípios que deviam nortear a escolha". (SPONCHIADO, 2005, p.290)

Figura 11: Parte de um mapa elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização, com data de 1916. Como este mapa definia a borda da zona florestal, demarcamos sobre o mesmo a área aproximada que ficou sob a jurisdição da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, criada no ano de 1917, com o polígono na cor azul.



FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen. **ADAPTAÇÃO:** Edilson W. Pedroso Jr.

Mesmo não tendo sido executado grande parte dos projetos feitos (o que inclui o ramal ferroviário), muitos recursos foram investidos na sede de Iraí, proporcionando que este fosse o primeiro distrito a conseguir sua emancipação política no ano de 1933. "Pelo Decreto nº. 5 368, de 1º de agosto de 1933, Iraí era desmembrado de Palmeira, constituindo-se em município, sendo nomeado Intendente o Dr. Vicente de Paula Dutra, que assumiu o cargo a 13 de agosto de 1933. O urbanista

engenheiro Saturnino de Brito²² dirigiu os trabalhos do desenvolvimento da cidade”. (IBGE, 1959-a, p.278)

Sobre o financiamento para este grande empreendimento planejado para a sede de Iraí, Jacomelli (2004, p.45) afirma que:

No projeto de colonização apresentado por Torres Gonçalves ao diretor das Obras Públicas do Estado em 1917, constavam o autogerenciamento da construção da linha férrea até Iraí e a organização do balneário do local a partir da dinâmica da colonização. Neste, propunha como garantia para a obtenção de empréstimo referente à construção da linha férrea os lucros do comércio das terras entre os rios Uruguai, Passo Fundo, Guarita e orla de mato, totalizando 550 mil hectares de terra. Subtraindo-se desse total os 50 mil hectares referentes a posses legitimadas e por legitimar e mais 200 mil hectares relativos às reservas florestais, restariam 300 mil hectares para garantir o financiamento. Divididos em 25 ha, estes dariam 12 mil lotes, correspondendo ao primeiro grupo de lotes a serem demarcados na nova colônia de Iraí.

Os grandes investimentos planejados se justificam pelo fato de que a estas fontes eram atribuídas propriedades terapêuticas e curativas para diversos males. Isto rendeu à Iraí a fama de possuir águas curativas e milagrosas. Além de possuir este importante atrativo, o fato de estar situada às margens do Rio Uruguai proporcionava uma via de transporte alternativa ao transporte rodoviário. Isso justifica que o início da exploração madeireira se iniciasse em Iraí, às margens do Rio Uruguai, e não na borda entre o campo e a mata, mais próxima a cidade de Palmeira das Missões. Além de proporcionar um acesso por via fluvial, o rio Uruguai (e seus afluentes) viabilizou o início da exploração madeireira em larga escala no município de Palmeira das Missões. As madeiras eram levadas para os mercados consumidores da Argentina, principalmente para o município de Santo Tomé. Além de ter o transporte facilitado pelo rio (figuras 12 e 13, nas págs. 60 e 61 respectivamente), os madeireiros também encontravam melhores preços pagos pelas toras de madeira (Battistella, 1969, p.59).

²² Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864-1929). Era engenheiro civil por formação, mas, é considerado como o primeiro engenheiro sanitário brasileiro. Seguidor das idéias positivistas, realizou projetos de urbanismo para aproximadamente 40 cidades brasileiras, entre os anos de 1896 quando realizou o projeto de saneamento e melhoramentos para o Novo Arrabalde em Vitória, capital do Espírito Santo, até o ano de 1929, quando morreu no Rio Grande do Sul, elaborando um trabalho de saneamento para Pelotas. O alcance de suas idéias foi muito grande, tendo influenciado, através de seus tratados técnicos, até mesmo engenheiros da Europa e Estados Unidos. De acordo com Sponchiado (2005, p.303), o eng. Saturnino de Brito entregou os projetos de água e esgoto de Iraí em maio de 1924, ou seja, cinco anos antes de sua morte ocorrida no município de Pelotas-RS.

Mas, de que forma o desenvolvimento de Iraí influenciou no desenvolvimento de Seberi?

Por estar situado no limite entre a zona florestal e a zona de campos naturais, a área onde hoje está assentada a sede do município de Seberi já contava com algumas pessoas que habitavam e se concentravam neste local, o que incluía a existência de alguma atividade de comércio de produtos básicos (principalmente sal, tecidos e ferragens).

Os primeiros comerciantes na zona de campo, precisamente no chamado Rincão da Fortaleza, foram Domingos Galvão Bueno e Dulce Chaves. Em 1918 chegou de Ijuí *Antônio Marino Zanatto*, estabelecendo casa de comércio. [...] Com a chegada de Antônio Zanatto, homem esperto e empreendedor, o lugar principiou a despertar para o progresso e a ter nome. Não tardaram a chegar de Tapera, 1918, *Ricieri Pértile*, e de Ijuí, 1919 e 1920, numerosos colonizadores, entre os quais devem ser lembrados Ciotti, Bonadiman, Caponi, Linsbinski, Markoski, Carlinski, Cecowicz. Conheci quase todos eles. (BATTISTELLA, 1969, p.13) [*grifo nosso*]

Figura 12: Transporte de madeira pelo rio Uruguai (fotografia sem data definida).



FONTE: Grassi (1996:182).

Figura 13: Transporte de madeira pelo rio Uruguai (fotografia sem data definida).

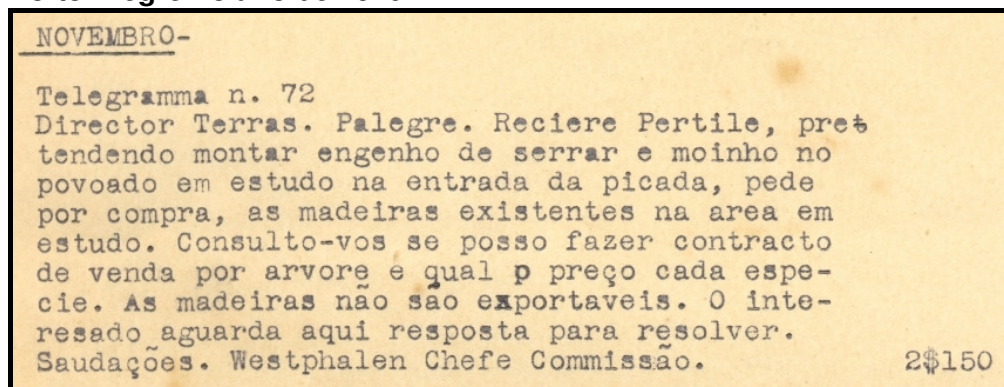


FONTE: Soares (2005, p.45)

O Sr. Antônio Marino Zanatto era o responsável pelo fornecimento de mantimentos para as equipes de trabalho que estavam trabalhando na melhoria da estrada de acesso à Iraí. Sua casa comercial se tornou uma importante referência aos viajantes que cruzavam esta área com destino à Iraí, uma vez que o “Seu Zanatto” estava sempre atualizado sobre as condições da estrada.

Sobre a atividade econômica exercida por Ricieri Pértile, encontramos o seguinte texto de um telegrama emitido no ano de 1920 (figura 14) que comprova ser ele um dos pioneiros no beneficiamento de madeira no então distrito de Fortaleza:

Figura 14: Telegrama enviado pelo eng. Frederico Westphalen ao Diretor de Terras em Porto Alegre no ano de 1920.



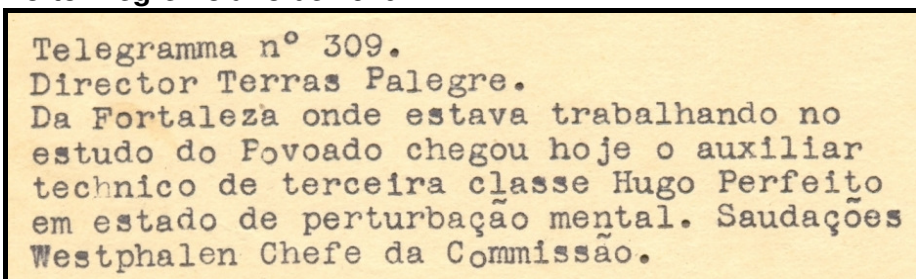
FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen.

Além das vantagens logísticas desta área, a existência de uma picada já aberta até as fontes de Iraí fez com que a Inspetoria de Terras de Palmeira instalasse no Rincão da Fortaleza seu posto avançado. Este posto avançado tinha a finalidade de proporcionar suporte aos trabalhadores encarregados de aumentar a largura da picada, ao ponto de permitir, no mínimo, o trânsito de carroças, uma vez que até aquele momento, somente filas de pessoas, cavalos e mulas conseguiam cruzar a picada.

Em fevereiro de 1918 foi criado o distrito de Fortaleza, enorme, eis que tinha como divisas os rios Uruguai, Várzea, Braga, Fortaleza e Guarita. A medição feita pela Inspetoria de Terras de Palmeira, dividiu-o em oito seções, às quais se faz referência ainda hoje nas escrituras de terra. [...] Em outubro de 1918 começou a abertura da picada para construção da estrada rumo às Águas do Mel. Por isso passou a chamar-se Boca da Picada. Era a denominação mais em uso quando aqui cheguei em 1932. Depois foi designado simplesmente como Fortaleza, e só bem mais tarde tomou o nome oficial de Seberi, têrmo guarani que significa Rio Guarita. (BATTISTELLA, 1969, p.12-13)

Discordamos de Battistella quando este afirma que somente depois de 1932 o povoado passou a ser conhecido pelo topônimo de Fortaleza. Em telegrama enviado no ano de 1920 por Frederico Westphalen a seu superior, em Porto Alegre, ele já menciona o topônimo (figura 15).

Figura 15: Telegrama enviado pelo eng. Frederico Westphalen ao Diretor de Terras em Porto Alegre no ano de 1920.



Telegramma n° 309.
Director Terras Palegre.
Da Fortaleza onde estava trabalhando no estudo do Povoado chegou hoje o auxiliar tecnico de terceira classe Hugo Perfeito em estado de perturbação mental. Saudações Westphalen Chefe da Comissão.

FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen.

Porém, até hoje não há um consenso sobre a explicação da origem deste topônimo. Em nossa pesquisa, encontramos nos relatos de Beschoren a explicação para a atribuição deste topônimo ao rio que hoje define os limites entre os municípios de Seberi e Erval Seco.

Até pouco tempo pensou-se que o rio Fortaleza afluía diretamente até o Uruguai, porém, numa excursão de pesquisa constatei que não. É o seguinte: para cima da foz do rio Guarita, no Uruguai,

encontra-se a foz de um afluente, erguendo-se um íngreme rochedo. Os primeiros que desceram o rio Uruguai, vindos de Nonoai, denominaram esse rochedo de “Fortaleza”, e o afluente de “rio Pardo”. Considerando a largura de sua foz, esse afluente parecia vir de mais longe.

O nome “Fortaleza” foi aceito por uma comissão de engenheiros que sob a direção do primeiro-tenente José Maria, explorou a região em 1858, e o afluente “rio Pardo” é a foz do “rio Fortaleza”, constando no mapa oficial da Província “rio Fortaleza”, na sua foz denominado de “rio Pardo”. (BESCHOREN 1989, p.86)

De acordo com seus relatos, houve um equívoco sobre a confluência de alguns rios. Na realidade é o rio Fortaleza que deságua no rio Guarita, e não o rio Pardo. Sabe-se, hoje, que a afirmação de Beschoren estava correta. Entretanto, segundo os relatos de Beschoren, o mesmo descreve algumas características do Rincão da Fortaleza, e atribuí a origem do topônimo deste lugar a uma outra explicação:

Entre o rio Fortaleza e a “serra”²³ do rio da Várzea, acham-se os campos do “Rincão da Fortaleza”. Os primeiros habitantes que se estabeleceram nesses campos, sentiram a necessidade de se resguardar dos constantes ataques dos índios, cercando suas casas com paliçadas. Daí surgiu o nome de “Rincão da Fortaleza”. (BESCHOREN, 1989, p.88)

Num primeiro momento, estes relatos podem parecer contraditórios. Entretanto, analisando-os melhor, percebe-se que apesar dos topônimos serem idênticos, a origem dos mesmos tem gêneses diferenciadas. O nome do povoado não está relacionado ao nome do rio neste momento, e nem o do rio ao povoado. Há apenas a coincidência dos topônimos, mas que se referem a objetos diferentes.

No início deste capítulo mostramos que Beschoren estimou que que população de Palmeira das Missões era de aproximadamente 9 mil pessoas no ano de 1879 (próximo do valor do recenseamento feito em 1872). Nos dados do recenseamento geral de 1920, realizado pelo governo federal, a população de Palmeira passa dos 45 mil habitantes (Tabela 1). Destes, 899 tem origem estrangeira e representam aproximadamente 2% da população do município. A proporção estadual é de aproximadamente 6,9% estrangeiros para um total de 2.182.714 habitantes no estado, sendo, entre estes, 151.025 estrangeiros. Levando em consideração que uma grande área territorial de Palmeira foi destinada aos

²³ Pequena observação sobre o significado do termo “serra” para Maximiliano Beschoren: “SERRA são montanhas, que na região baixa subentende-se também como sub-elevação. [...] Na região alta, entende-se sob o termo ‘serra’, o alongamento de florestas, extensas ou estreitas, ao lado de um rio, cujo terreno pode ser bem plano, embora isso não ocorra, pois no mínimo a sub-elevação para o rio é mais ou menos íngreme.” (BESCHOREN, 1989, p.89)

projetos coloniais, a proporção de estrangeiros pode ser considerada baixa quando comparada com a proporção estadual.

Analisando os dados populacionais por distrito, constatamos que o distrito de Nonoai é o que apresenta o maior número de estrangeiros (347), seguido pelo distrito de Fortaleza (158). Esses dados se tornam ainda mais interessantes quando levamos em consideração que o distrito de Palmeira, apesar de apresentar uma população total maior do que a dos distritos de Fortaleza e Nonoai juntas, possui apenas 117 estrangeiros. Além disso, ainda há um grande número de habitantes de nacionalidade ignorada no distrito de Nonoai (354).

Tabela 1: Informações populacionais do município de Palmeira e de seus distritos no Recenseamento do Brasil realizado no ano de 1920.

MUNICÍPIOS	DISTRITOS	BRASILEIROS			ESTRANGEIROS			NACIONALIDADE IGNORADA		
		<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>
	1º Palmeira	6.461	6.404	12.865	83 (11)	34 (2)	117 (13)	4	3	7
	2º Campo Novo	2.553	2.345	4.898	30 (2)	11	41 (2)	---	---	---
	3º Nonohay	2.990	2.913	5.903	188 (127)	159 (114)	347 (241)	203	151	354
Palmeira	4º New-Wurttemberg (ou Ramada)	1.350	1.262	2.612	51 (31)	30 (9)	81 (40)	---	---	---
	5º Alto Uruguay	919	824	1.743	39 (2)	26	65 (2)	---	---	---
	6º Guarita	3.014	2.776	5.790	13 (4)	3 (1)	16 (5)	1	---	1
	7º Herval Secco	1.177	1.165	2.342	6 (2)	3 (1)	9 (3)	---	---	---
	8º Fortaleza	2.564	2.389	4.953	102 (10)	56 (5)	158 (15)	3	1	4
	9º Serrinha	2.135	1.937	4.072	40 (1)	25	65 (1)	---	---	---
	TOTAL	23.163	22.015	45.178	552 (190)	347 (132)	899 (322)	211	155	366

FONTE: Recenseamento do Brasil - 1920 - Censo Demográfico.

Nota: Os números que estão entre parêntesis representam a totalidade de estrangeiros que adotaram a nacionalidade brasileira.

Concluindo nossa análise sobre o recenseamento do ano de 1920, encontramos a quantificação dos estrangeiros de acordo com o país de origem para o município de Palmeira (figura 16).

Figura 16: Informações populacionais do município de Palmeira e de seus distritos no Recenseamento do Brasil realizado no ano de 1920.

PAIZES PAYS	Palmeira				
	Homens Hommes	Mulheres Femmes	Total		
Europa..... Europe	Allemanha..... Allemagne	122	66	188	
	Austria..... Autriche	5	2	7	
	Belgica..... Belgique	—	1	1	
	Dinamarca..... Danemark	—	—	—	
	França..... France	3	1	4	
	Grecia..... Grèce	—	—	—	
	Hespanha..... Espagne	16	2	18	
	Hollanda..... Pays-Bas	4	2	6	
	Hungria..... Hongrie	1	—	1	
	Inglaterra..... Angleterre	—	—	—	
	Italia..... Italie	205	152	357	
	Polonia..... Pologne	26	24	50	
	Portugal..... Portugal	5	—	5	
	Russia..... Russie	39	27	66	
	Servia..... Serbie	3	2	5	
	Suecia..... Suède	5	1	6	
	Suissa..... Suisse	3	—	3	
	Outros paizes..... Autres pays	5	9	14	
	America..... Amérique	Argentina..... Argentine	60	41	101
		Bolivia..... Bolivie	—	—	—
		Canadá..... Canada	—	—	—
		Chile..... Chili	—	—	—
Cuba..... Cuba		2	—	2	
Estados Unidos..... États-Unis		—	—	—	
Mexico..... Mexique		—	—	—	
Paraguay..... Paraguay		10	3	13	
Perú..... Pérou		—	—	—	
Uruguay..... Uruguay		24	7	31	
Venezuela..... Vénézuéla		—	—	—	
Outros paizes..... Autres pays		—	—	—	
Asia..... Asie		Japão..... Japon	—	—	—
	Turquia-Asiatica..... Turquie-Asiatique	13	7	20	
Paizes diversos ou indeterminados..... Pays divers ou indéterminés	1	—	1		
TOTAL DE ESTRANGEIROS (*)..... TOTAL D'ÉTRANGERS	552	347	899		

FONTE: Recenseamento do Brasil - 1920 - Censo Demográfico.

Constatamos que o maior número de estrangeiros possui origem italiana (357), seguido por alemães (188), argentinos (101), russos (66), poloneses (50) e uruguaios (31), entre outros (106). Estes dados têm uma relativa coerência quando consideramos que os grupos populacionais de origem italiana e alemã foram os mais volumosos a ingressar no estado.

Porém, a partir do ano de 1923, estes estrangeiros e os nacionais que habitavam esta área, presenciaram e/ou sofreram com as atrocidades cometidas na chamada Revolução de 1923.

3.1.3 A Revolução de 1923 e sua interferência nos fluxos migratórios

Neste momento, não pretendemos expor detalhadamente o que foi a Revolução de 1923 devido, principalmente, ao complicado jogo político que estava em curso no período desta revolução²⁴. Destacaremos os reflexos desta revolução que interferiu nos fluxos migratórios para o Alto Uruguai e no desenvolvimento dos colonos já instalados em sua zona florestal. Entretanto, em linhas gerais, podemos afirmar que a Revolução de 1923 foi um conflito armado ocorrido no Rio Grande do Sul, no ano de 1923, envolvendo em campos opostos (novamente), chimangos e maragatos. Originou-se do descontentamento dos maragatos com a política fiscal imposta pelo governo federal e do clima de instabilidade política e econômica que se instalou após mais uma reeleição de Borges de Medeiros pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) para a presidência do estado.

Palmeira das Missões foi palco de conflitos e perseguições políticas que são, até hoje, utilizados como exemplos das atrocidades cometidas por chimangos e maragatos em suas disputas pelo controle político do estado gaúcho. A arregimentação de homens dispostos a sacrificar suas vidas, em nome de uma causa política, estava sob responsabilidade de grandes proprietários de terras, que utilizavam de seu poder e prestígio econômico na agregação de homens dispostos a se alistarem em seus batalhões de “voluntários”. Entretanto, o município de Palmeira das Missões

²⁴ Para entender melhor a dinâmica da Revolução de 23 na escala estadual e nacional (e não só local, como iremos destacar em nosso estudo) estudamos os trabalhos de: ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições & a revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. - PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. - FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. - AXT, Gunter. **Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder**. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T (coordenadores). **República Velha (1889-1930)**. Volume 3. Tomo 1. Passo Fundo: Méritos, 2007

apresentou um conjunto de especificidades do arranjo político local que resultaram em disputas dentro do partido governista, favorecendo o fortalecimento do partido de oposição. De acordo com Félix (1996, p.119)

Na maioria dos municípios serranos foi relativamente fácil a instalação e consolidação do castilhismo na fase da instalação da República, quando a política praticada foi a de substituir as lideranças locais identificadas com os monarquistas, ou, então, a da cooptação política dos coronéis do município, integrando-os ao partido, e dando-lhes a idéia (que variou de grau) de participação no poder. Em geral esse processo foi mais fácil quando era menor o número de coronéis, isto é, quando já havia de forma clara o predomínio de um coronel no município. No caso de Palmeira deu-se o contrário. Ali a luta coronelista sempre foi maior. A extensão territorial do município e a diversificação de produção econômica (sobretudo erva-mate e pecuária, além das diferentes culturas como o feijão, o milho, a mandioca e a batata, nas áreas coloniais) facilitaram também a proliferação de lideranças distritais que disputavam entre si o prestígio ao nível municipal. Havia momentos de relativo consenso na aceitação de um ou de outro nome para a intendência, o conselho, a presidência do diretório político local, etc., mas a regra foi uma intensa disputa de nomes nas prévias para a escolha dos candidatos.

Não era somente o poder político local que estava em disputa, mas, principalmente, o prestígio pessoal desses líderes diante de seus protegidos. O coronel não podia perder uma disputa, mesmo que fosse para um correligionário. Uma derrota poderia ser encarada como um sinal de enfraquecimento de seu prestígio social.

Além das disputas internas do PRR palmeirense havia, ainda, a presença de lideranças maragatas que gozavam de certa simpatia das pessoas contrárias à política coronelística praticada. Esse clima constante de disputa do poder local foi dividido em fases, por Félix (1996, p.117), conforme oscilava o poder político em Palmeira das Missões.

Podemos perceber nitidamente na história local, de mais ou menos 1890 a 1937, ciclos que acompanharam as etapas do processo coronelístico. Houve um primeiro momento, correspondente ao período de 1889 a 1904, caracterizado por uma luta política intensa no município; dissensões dentro do PRR, devido a disputas internas entre os coronéis e oposições maragatas. Num segundo momento, aproximadamente de 1905 a 1915, houve uma relativa estabilização na vida política, produto da “ação reguladora” do general Firmino Paula que interviu no município em 1904; da administração de Júlio Pereira Santos (1904-1911), escolhido por Castilhos, pouco antes de morrer; e da cooptação política dos coronéis que já se conseguira. Num terceiro momento, mais ou menos de 1915 a 1923, se reiniciaram as dissensões internas na luta política e, essencialmente, aumentaram os relatos da existência da política coronelística, que se avolumava

até a explosão da Revolução de 1923. Finalmente, o período de 1923-1937, em que Palmeira é o “feudo” do Coronel Vazulmiro Dutra, com o beneplácito dos governos estaduais (Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e Flores da Cunha).

Diante deste constante enfrentamento entre os coronéis pelo poder local, os eventos ocorridos nos anos de 1893 e 1923 ganharam, no município de Palmeira das Missões, doses de exagero no enfrentamento físico entre republicanos e federalistas (ou, respectivamente, chimangos e maragatos). Um cronista da história palmeirense, ao relatar a situação do município durante a Revolução de 1923, aparenta certo descaso com seu passado ao afirmar que no período anterior a 1923 a cidade era uma “pacata vila”, sendo a Revolução de 1923 a reponsável por alterar essa situação.

A partir da revolução federalista de 23, até 1925, a *pacata vila da Palmeira* se tornou um verdadeiro acampamento militar. Resalte-se que durante esse período, mais precisamente em 1924, quando Prestes se levantou em rebelião, convulsionando a região missioneira e se dirigindo posteriormente a este grande município – onde se deu o sangrento Combate da Ramada – para depois passar em direção ao norte do país, que de fato aconteceu, esta cidade se tornou nessa ocasião, num abrir e fechar de olhos, num centro de operações bélicas de amplitude nacional, com cerca de 10 mil militares, acampados em seu perímetro urbano e arredores, pertencentes a muitas corporações da Brigada e Exército de outros pontos do Rio Grande e, também, de vários Estados da Federação. (OLIVEIRA, 1974, p.71) [*grifo nosso*]

Já na zona florestal, onde começavam a se concentrar os grupos de migrantes vindos de outras áreas coloniais, o clima de insegurança trouxe prejuízos aos projetos coloniais, conforme constatamos nos relatos de Battistella (1969) e Oliveira (1974).

Realmente o povoamento de vários núcleos coloniais havia começado já há anos: S. José, 1920; Taquarassú, Oswaldo Cruz e Vista Alegre, 1921; S. Paulo, 1924; Palmitinho e Pardo, 1925; Boa Vista, 1926, com a chegada dos primeiros colonos das terras velhas. Mas, todos eles sofreram as conseqüências da revolução de 1923, estagnando-se e reiniciando a marcha do seu desenvolvimento só mais tarde, por volta de 1927, com a vinda de novas levas de colonizadores, os quais, porém, de início toparam com as maiores dificuldades, ... (BATTISTELLA, 1969, p.45)

Todavia é de bom alvitre lembrar, também, que essa colonização além de ter sido tardia no tempo – na época que recém se iniciava e logicamente dava seus primeiros passos – com o surgimento dos movimentos revolucionários, a partir de 1923, mais ela se tornou demorada. Destarte, em plena década de vinte deste século, Palmeira ainda possuía terras virgens e sertões inóspitos. E com esses movimentos sediciosos o território palmeirense se tornou um fácil escondido

derijo dentro do Rio Grande; onde os fugitivos políticos, bandidos e outros desajustados sociais se homiziavam. Talvez esteja aí parte da explicação da má fama que tinha Palmeira num passado não muito distante. (OLIVEIRA, 1974, p.18)

Entretanto, é difícil apontar os verdadeiros responsáveis pelos atos de violência cometidos na zona florestal. Alguns autores pesquisados (Félix, 1996; Soares, 2005; Reátegui, 1988) apontam que muitas pessoas residentes na zona florestal simpatizavam com a causa maragata, o que nos leva a imaginar que os maragatos não atacariam seus simpatizantes²⁵. Porém, os chimangos representavam o poder do Estado e, neste momento, o que buscavam era a restauração da ordem (mesmo que pelo uso da violência). Assim, deveriam evitar ataques aos colonos que não estavam envolvidos diretamente nos conflitos. A explicação que consideramos como a mais viável para a elucidação da origem destes ataques foi dada por Battistella (1969, p.25):

Parece certo, entretanto, por tudo quanto li e ouvi, que os saques, roubos e banditismos não partiam em geral dos contingentes realmente revolucionários, comandados por chefes qualificados; nem das forças governistas empenhadas em dominar a revolução. As desordens derivavam de grupos isolados de aproveitadores, verdadeiras matilhas de ladrões e salteadores que usando da confusão, se apresentavam ora cá, ora lá, como maragatos ou como governistas, amedrontando os tímidos e desarmados colonos, extorquindo-lhes o que tinham e levando tudo, sem dó e nem piedade.

Outra hipótese é a de que alguns comandantes de batalhões autorizassem seus homens a efetuar saques como forma de recompesá-los pelos combates travados. Assim era mais fácil engrossar os contingentes de “voluntários” que lutavam sem saberem, exatamente, os verdadeiros motivos do conflito. Sem ter a quem recorrer, restava aos colonos a resignação e a tentativa de inventar formas para proteger alguns bens de valor ou de grande necessidade.

Não havia sossego nem de dia e nem de noite. Para salvar alguma coisa era preciso encaixotá-la, escondê-la ou enterrá-la no mato. Os homens que ousassem discutir, opor-se ou defender o que era seu, horas depois deviam fugir apressadamente, conservando-se

²⁵ “O ambiente convulsionado continuou, já como um preâmbulo para a preparação da Revolução de 23. O fundamental é termos presente a força do coronelismo em Palmeira, produto do atraso geral em que vivia o município somado a uma grande extensão territorial que dificultava medidas efetivas para superá-lo. Tal atraso histórico permitiu que se desenvolvessem em redutos isolados identificados em geral com distritos longe da sede focos de poder dos coronéis que, ao se reunirem na sede, disputavam o poder. Por outro lado, temos a evidência de um poder estadual forte, consciente da necessidade de manter um dos maiores municípios do estado (em extensão territorial) sob controle do PRR, quando exatamente proliferavam lá não só o domínio dos potentados locais mas também o da oposição maragata, sede do líder federalista Leonel Rocha, possuidor de forte contingente eleitoral entre os marginalizados do poder oficial, os pequenos lavradores, chacareiros e ervateiros”. (FÉLIX, 1996, p.125)

no mato semanas e meses. Por isso corria a anedota de que o General Taquara e o Coronel Cipó tinham muita gente ao seu mando. O medo converteu-se em terror quando se tornaram públicas certas atrocidades e assassinatos ocorridos com pessoas conhecidas. (BATTISTELLA, 1969, p.26)

Mesmo que já estivessem informados da existência dos combates em Palmeira, algumas pessoas tentavam manter algumas atividades necessárias à manutenção de seu modo de vida. Se dentro dos limites de suas propriedades os colonos já sofriam com ataques da bandidagem, quando se viam na necessidade de se deslocarem a fim de comercializarem sua produção ou adquirir produtos básicos, o risco de serem atacados era ainda maior.

Fomos buscar mantimentos e estavam brigando na revolução e não deixavam passar. Ficamos um mês na estrada. Eram os chimangos contra os maragatos. Era 'coisa braba'. Se nós passássemos morreríamos também.

Uma vez, eu já estava com o filho nos braços e fomos a Palmeira buscar sortimentos. Os chimangos nos atacaram e apontaram as armas para não seguirmos. Um deles chegou até a carroça e pediu para comprar sal. Meu marido deu o sal. Em troca nos ofereceram uma manta de carne de rês. Muita gente passava com a carroça carregada e não cediam a eles. Aí tiravam tudo. Foi o que se passou com a finada Emília Johan. (depoimento de Emilia Kopeski Santana in REÁTEGUI, 1988, p.43)

Diante da exposição desta pequena amostra de fatos que eram rotineiros na zona florestal de Palmeira pode-se perceber os motivos que levaram muitos colonos migrantes a buscar outras áreas para se estabelecerem. No livro organizado por Reátegui (*Seberi: 109 anos de história*, publicado no ano de 1988)²⁶ constam muitos relatos de pessoas que vivenciaram este período e foram, em alguns casos, vítimas desses ataques. Nesses relatos, os entrevistados recordaram histórias que se passaram com vizinhos, amigos, ou, que haviam se passado em outros locais mais afastados, mas seus fatos se espalhavam pela zona colonial. Em um desses relatos o Sr. Osvaldo Sabino fala sobre a origem da padroeira do município, que possui o sugestivo nome de Nossa Senhora Rainha da Paz: “me consta que foi o Zanatto, devido à Revolução. A gente dele foi saqueada e perderam tudo, então, pedindo a

²⁶ O livro citado foi elaborado a partir de entrevistas feitas para o Projeto Raízes executado por um grupo de professores do município de Seberi. O Projeto Raízes foi um trabalho de resgate da memória de fatos ocorridos no município através da busca de depoimentos de pessoas que acompanharam fatos importantes da história do município. O conjunto de entrevistas e a compilação de outros dados resultou na publicação de um livro, financiado pela prefeitura municipal de Seberi no final da década de 80, intitulado “Seberi: 109 anos de história”. Tivemos acesso às entrevistas originais (já convertidos para arquivos em formato de áudio digital) na Secretaria de Educação e nos foi fornecida uma cópia com todas as entrevistas completas para que pudéssemos esclarecer algumas dúvidas sobre possíveis equívocos cometidos no momento da transcrição dessas entrevistas.

paz para a Fortaleza ele fez a promessa e foi juntando dinheiro para comprar a imagem” (depoimento de Osvaldo Sabino Silva *in* REÁTEGUI, 1988, p.33). Através da fé dos colonos buscava-se algo que o distrito de Fortaleza não conhecia: a paz!

3.2 2ª FASE (1925-1948): A INTENSIFICAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS APÓS A REVOLUÇÃO DE 1923

3.2.1 A retomada dos fluxos migratórios em Palmeira após 1925 e a atuação da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira.

A partir do ano de 1925 um clima de paz voltou a vigorar em Palmeira. Mas essa tranquilidade não podia ser considerada muito estável. O que se conseguiu, realmente, foi uma maior união do PRR no município de Palmeira das Missões em relação ao período anterior à revolução. Entretanto, em sua zona florestal, ainda resistiam alguns grupos de maragatos. Félix (1996, p.121) explica o fator de coesão política do PRR em Palmeira:

[...] é importante termos presente que a legitimação do PRR, que ali ocorreu, fez-se à força, sem lastro de aceitação social maior, o que nos explica por que Palmeira teve sempre, ao longo de grande parte da República Velha, uma oposição política mais tenaz (ao lado de uma forte atuação coronelística), muito embora o PRR venha a ter, depois de 1923, a liderança de um coronel saído de seus quadros no município, e, portanto, com aceitação local: a do coronel Vazulmiro Dutra.

A qualquer momento novas lutas entre governistas e oposição poderiam ter início, então, duas formas distintas para apaziguar os ânimos dos revoltosos entram em cena: primeiramente, o poder coercitivo do aparelho militar do Estado, Brigada Militar e seus Corpos Auxiliares, comandados pelo coronel que se destacou na Revolução de 1923: Vazulmiro Dutra²⁷. E a segunda forma de atuação do Estado para acalmar a tensão política local, foi através do clientelismo exercido por Frederico Westphalen como chefe da Comissão de Terras e Colonização. Por terem origem semelhante (ambas emanam do PRR), estas duas formas de atuação podiam ser

²⁷ Em algumas bibliografias consultadas (Jacomelli, 2004; Sponchiado, 2005; e Taglietti, 2006) o nome deste coronel é descrito como Valzumiro, já em outras bibliografias (Soares, 2005; Félix, 1996; e Reátegui, 1988) é apresentado com outra grafia: Vazulmiro. Optamos pela segunda opção, levando em consideração que um dos autores estudados (Soares) conheceu e conviveu com Vazulmiro.

consideradas complementares no território palmeirense. Onde uma não obtinha sucesso, a outra entrava em cena:

Existia na Fortaleza naquela época (período pós-revolução) outros maragatos que não se entregaram. Maragatos aporriados que viviam nas margens do rio da Várzea, do Lajeado do Pôncio e que não deram trégua aos republicanos apesar da revolução já estar acabada. Era prefeito de Palmeira o saudoso Dr. Frederico Westphalen, homem bem intencionado que também foi chefe da Colonização da cidade que hoje tem o seu nome. Ele queria realmente que a paz voltasse. Mas o Cel. Vazulmiro mandava gente, não para acomodar os fortalezenses. Mandava para corrigí-los, o que não estava dando certo. Os homens não aceitavam. Mandaram o Cap. Vicentino Pereira que nem conseguiu falar com os maragatos. Ele foi com cinquenta homens e teve que abandonar a Fortaleza. Os líderes dos maragatos eram: Felício Bueno, José Pedroso, Deocleciano de Oliveira, Pedro Lemes de Camargo, Domingos Galvão. Aí o Dr. Frederico Westphalen falou com o meu pai, José Pedro Rodrigues, o Juca Lau. Meu pai foi homem que serviu o Partido Republicano, contra os maragatos, mas não era obcecado pela luta, não era fanático. Então ele foi escolhido em 1924 para sub-prefeito e adotou o seguinte sistema: não intimava ninguém a comparecer. Ele e um companheiro encilhavam um cavalo e iam até a casa dos maragatos. Iam sem medo. O primeiro que visitou foi o Pedro Domingos e consegui doutriná-lo. Nomeou-o Inspetor. Depois passou a visitar o Felício, e assim foi conquistando a todos, até que a paz voltou. (depoimento de Altivo José Rodrigues *in* REÁTEGUI, 1988, p.35)

Destacamos também, no início desta fase, a atenção dispensada ao desenvolvimento do Balneário Iraí. O eng. Carlos Torres Gonçalves, que ocupou por muitos anos (1909 à 1928, de acordo com Sponchiado, 2005) o cargo máximo da Diretoria de Terras e Colonização (órgão intermediário entre as Comissões de Terras e Colonização e a Secretaria das Obras Públicas) visitou a área onde se localizavam as fontes sulfurosas antes mesmo de criar a Comissão de Terras e Colonização de Palmeira. Traçou, para esta área, um planejamento minucioso das infra-estruturas necessárias ao aproveitamento racional das fontes. Neste planejamento constava, inclusive, uma explicação de que os vultosos investimentos valorizariam os lotes coloniais, garantindo um retorno financeiro ao Estado.

No projeto de colonização apresentado por Torres Gonçalves ao diretor das Obras Públicas do Estado em 1917, constavam o autogerenciamento da construção da linha férrea até Iraí e a organização do balneário do local a partir da dinâmica da colonização. Neste, propunha como garantia para a obtenção de empréstimo referente à construção da linha férrea os lucros do comércio das terras entre os rios Uruguai, Passo Fundo, Guarita e orla de mato, totalizando 550 mil hectares de terra. Subtraindo-se desse total os 50 mil hectares referentes a posses legitimadas e por legitimar e mais 200 mil hectares relativos às reservas florestais, restariam 300 mil hectares

para garantir o financiamento. Divididos em 25 ha, estes dariam 12 mil lotes, correspondendo ao primeiro grupo de lotes a serem demarcados na nova colônia de Iraí. (JACOMELLI, 2004, p.45)

A figura 17, do ano de 1926, nos mostra um exemplo dos investimentos feitos neste balneário e do interesse em desenvolvê-lo em um período em que se retomavam os trabalhos de colonização da zona florestal de Palmeira das Missões (lembrando que durante a Revolução de 23 os trabalhos de colonização em Palmeira das Missões foram paralisados).

Figura 17: Fotografia da construção de uma casa de banhos no povoado de Iraí, no ano de 1926.



FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen

A influência positivista no projeto elaborado por Carlos Torres Gonçalves é inegável. De acordo com Taglietti (2006, p.108):

Iraí constituiu-se na primeira “cidade” criada a partir de um planejamento metódico, de cunho positivista, no Rio Grande do Sul, chegando a ter um serviço de água e esgoto. As estratégias para se criar um ambiente planejado e organizado, preocupando-se com os mais variados detalhes, tinham como princípio tornar o local um espaço de bem-estar, que despertasse o desejo nas pessoas de se beneficia-

rem das condições naturais que a natureza oferecia e contribuir para o desenvolvimento local e regional.

A execução do projeto elaborado por Carlos Torres Gonçalves ficou sob a responsabilidade do engenheiro Frederico Westphalen, através de sua nomeação como chefe da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, criada no ano de 1917. Para Taglietti (2006, p.104) “a instalação da Comissão de Terras e Colonização em Palmeira foi fruto do contexto que o Rio Grande do Sul apresentava nas primeiras décadas do século XX, com um aumento vertiginoso da população das zonas coloniais”. Jacomelli (2004) descreve muito bem a forma como atuava o eng. Frederico Westphalen ao gerir cargos subordinados à Comissão (fiscais, inspetores, agrimensores, desenhistas, guardas florestais, ...), conceder privilégios e distribuir lotes coloniais na zona florestal de Palmeira:

Em torno da terra, do contrabando, da exploração clandestina dos recursos vegetais, como a madeira e a erva-mate, dos cargos públicos, desenvolveram-se relações de poder pautadas pelo paternalismo e pelo clientelismo e sob a direção de Frederico Westphalen. Concomitantemente, tendo o mesmo núcleo de atenção, as divergências políticas evidenciavam-se em manifestações de contestação. Na ocasião, tecendo redes de micropoderes, a Comissão de Terras conduziu e desenvolveu a colonização na Grande Palmeira tendo como referencial prático de observação, controle e organização do espaço o processo de ocupação/desocupação. (JACOMELLI, 2004, p.19)

Controlar o acesso e a permanência na terra, aplicar os recursos e as leis eram condições básicas no desenvolvimento dos trabalhos das comissões. Assim, tendo presente a área de abrangência e a necessidade do controle da região, recomendava-se aos chefes das comissões que procedessem à subdivisão das regiões coloniais em seções de lotes. Para cada subdivisão era prevista a escolha de um inspetor, cuja função era fazer a “ponte” entre o diretor da colônia e moradores da seção, o que, no estudo, corresponde a poderes paralelos subordinados à Comissão de Terras e Colonização. Além das tarefas pertinentes ao cargo, os inspetores eram agraciados com benefícios, como a dispensa da prestação dos seis dias de serviço na abertura de estradas. (JACOMELLI, 2004, p.66)

Antes de iniciar os trabalhos de melhoria do Balneário de Iraí, foi necessária a melhoria das condições de acesso viário através da floresta.

Um dos primeiros trabalhos chefiados pelo engenheiro Frederico Westphalen, chefe da Comissão de Terras de Palmeira, foi a construção de uma estrada que ligaria Fortaleza (atual Seberi) às Águas do Mel (Iraí). Para a construção dessa estrada, foi utilizada a mão-de-obra de migrantes que estavam interessados em se fixar na região e de caboclos já fixados que pretendiam regularizar suas posses em troca de serviços. (TAGLIETTI, 2006, p.145)

Além de facilitar o acesso à Iraí, a construção das estradas visavam a regularização fundiária através do trabalho de demarcação dos lotes coloniais que, devido a ausência do Estado, estavam sendo invadidas por *intrusos*²⁸. Essa ausência do Estado na zona florestal de Palmeira, antes do ano de 1917, é manifestada pela “preocupação com a legitimação das terras intrusadas e a necessidade de regularizar aquelas ainda pendentes, pois se fazia necessário esclarecer onde começavam as terras devolutas, para que não ocorresse o apossamento de terras particulares, como ocorrera em outras regiões do estado” (Taglietti, 2006, p.106), ou seja, o próprio Estado desconhecia a situação (ocupado/desocupado) de seu território.

Como grande parte desses intrusos era composta por caboclos (afirmação esta baseada na leitura das obras de Rückert (1997), Zarth (1997), Soares (2004), Jacomelli (2004) e Taglietti (2006)), é importante fazer uma observação a respeito deste tipo social existente em praticamente todo o território nacional. Nesse sentido, estamos de acordo com o posicionamento de Furtado (2005, p.126) sobre a origem dos caboclos e da agricultura rudimentar por eles praticada:

Tem-se repetido comumente no Brasil que a causa dessa agricultura rudimentar está no “caboclo”, quando o caboclo é simplesmente uma criação da economia de subsistência. Mesmo que dispusesse de técnicas agrícolas muito mais avançadas, o homem da economia de subsistência teria que abandoná-las, pois o produto de seu trabalho não teria valor econômico. A involução das técnicas de produção e da forma de organização do trabalho com o tempo transformariam esse homem em “caboclo”.

Em nosso trabalho de pesquisa identificamos que, em uma área situada entre a zona florestal e a zona de campos naturais (numa espécie de zona de transição), posses com áreas de tamanho superior ao dos lotes coloniais foram concedidas a luso-brasileiros (Figura 18). Dentro do território do município de Seberi emancipado no ano de 1959 encontramos posses com áreas entre 1.724.312m² (concedida a Francisco Machado Frazão) e 84.587.330m² (concedida a Silvestre da Silva Gualarte). A menor posse citada tem área sete vezes superior à de um lote colonial de 25 hectares (aproximadamente) e a maior corresponde a mais de 320 lotes coloniais.

O processo de ocupação da região não seguiu um modelo-padrão. [...] a intrusão por lavradores nacionais ou caboclos foi determinante, porém houve a ocupação pelas chamadas “posses”, co-

²⁸ De acordo com Taglietti (2006, p.104) “intrusos seriam indivíduos nacionais ou estrangeiros que, sem medo de serem reprimidos, abandonavam colônias antigas e superpovoadas e apossavam-se de terras desocupadas. Faziam isso tanto para conseguir um direito de posse que lhes permitisse ficar com a terra, como por hábito adquirido de uma vida nômade”.

Figura 18: Mapa elaborado pela Diretoria de Terras e Colonização indicando os distritos, sedes de distritos e lotes coloniais da porção de terras localizada na zona forestal do município de Palmeira das Missões, além de grandes áreas de posse e seus requerentes. A linha amarela mostra os limites da área emancipada de Seberi no ano de 1959. A linha branca mostra os limites atuais (ao norte e ao sudeste de Seberi os limites não sofreram alterações, por isso parte das linhas amarelas mostram limites ainda em vigor). Mapa sem data definida, mas pode-se afirmar que foi elaborado em data posterior ao ano de 1944 pela identificação de topônimos que passaram a vigorar após esta data.



FONTE: CEDOPH-URI. Adaptação: Edilson W. Pedroso Jr.

mo garantia a lei. A maioria daqueles que se beneficiaram da vantagem que a lei lhes concedia caracterizava-se como brasileiro e bem instruído. Como modelo-padrão para a jurisdição da terra, somente se levou em conta a efetiva atuação da Comissão de Terras. Várias extensões de terra garantidas pelas posses foram, aos poucos, fragmentando-se em pequenos lotes para a comercialização com os imigrantes. (TAGLIETTI, 2006, p.125)

Dessa forma percebemos a importância da Comissão de Terras na regularização de terras da zona florestal de Palmeira das Missões e a forma pela qual Frederico Westphalen reforçava seu prestígio. Porém, atuação de Frederico Westphalen como chefe da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira durou somente até o ano de 1928, quando foi transferido para a Comissão de Terras de Passo Fundo. Antes de ser transferido, ainda inaugurou a estrada ligando Palmeira das Missões à Iraí no mês de fevereiro de 1928, com a presença do então presidente do Estado, Getúlio Vargas, percorrendo a nova via (Jacomelli, 2003, p.48). Sua atuação a frente dos trabalhos de colonização em Palmeira foi muito marcante na história local, chegando, em alguns momentos, a não ser possível separar o que era reconhecimento profissional ou pessoal. Essa afirmação está embasa no relato de Oliveira (1974, p.17) em que o mesmo demonstra essa confusão em diferenciar o profissional que seguia normas institucionais e a postura pessoal de Frederico Westphalen:

Não obstante essa região da antiga Palmeira ser constituída de férteis terras, como bem comprova hoje a grande produção agrícola do Alto-Médio Uruguai, ela foi a última zona fisiográfica do nosso Estado a ser colonizada. No entanto, em 1917 começava a funcionar na Vila da Palmeira a Inspetoria de Terras e Colonização sob a chefia do eng^o. Frederico Westphalen; conseqüentemente se dava início a colonização dos sertões deste município²⁹. Começaram, então a partir dessa data, as levas de imigrantes lentamente a povoar os distantes rincões das úberes terras que margeiam o Rio Uruguai e seus afluentes. *Frize-se que da ação do dr. Frederico Westphalen a fixação dos colonos alemães, italianos e poloneses, neste solo foi feita de uma maneira racional; com o que se evitou nesta região os quis-tos raciais, tão prejudiciais a qualquer desenvolvimento.* (OLIVEIRA, 1974, p.17) [*grifo nosso*]

²⁹ Com o propósito de diminuir confusões de nomenclaturas, consideraremos, em nosso estudo, que as Comissões de Terras e Colonização tinham as mesmas funções das Inspetorias de Terras e Colonização. A diferença entre as duas está nos períodos de atuação. “A partir de abril de 1938, as Comissões de Terras e Colonização passaram a se chamar de ‘Inspetorias de Terras’. No mesmo ano, foram criadas no estado cinco inspetorias. Para atuar no Médio Alto Uruguai, foi instalada a Inspetoria de Terras do Norte em Palmeira das Missões, depois transferida para Frederico Westphalen; do Nordeste, em Erechim; do Centro, em Passo Fundo do Oeste, em Torres; do Noroeste, em Santa Rosa”. (TAGLIETTI, 2006, p.147)

No entanto, uma das mais significativas homenagens prestadas ao eng. Frederico Westphalen por seu trabalho em Palmeira das Missões foi feita através da denominação, ao povoado antes denominado de Barril, com o seu nome³⁰.

A homenagem que lhe foi prestada, através da denominação dada ao município em que trabalhou, teve origem no governo municipal de Valsumiro Dutra (1928-1930), em 15 de novembro de 1928, com o ato n.30, que criava o 13º Distrito, com o nome de Frederico Westphalen, passando o povoado de Barril à categoria de “vila”. (JACOMELLI, 2003, p.48)

No período em que permaneceu na chefia da Comissão de Palmeira, Frederico Westphalen realizou importantes trabalhos como a abertura de estradas, planejamento da localização de povoados, e estabeleceu diretrizes para que a divisão e a distribuição dos lotes coloniais se desse de maneira racional, com o propósito de evitar a concentração étnica e a dilapidação dos recursos naturais, principalmente pela exploração da madeira.

3.2.2 A importância da atividade madeireira

Com o início da chegada dos colonos, após o ano de 1917, a mata (e as árvores de madeiras nobres nela existentes) representava um obstáculo à produção agrícola colonial. Talvez pela falta de condições adequadas para a extração da madeira e seu beneficiamento o uso da queimada para abertura de roças foi uma prática muito comum nesta área.

[...] tudo era mata espessa, forrada de denso tapete de folhagem seca, samambaias, grimpas, taquarais. Os povoadores, à medida que chegavam, foram ocupando as terras aqui, lá e acolá. Para plantar era necessário derrubar o mato. Aos golpes do machado a selva milenária foi caindo, aí, para nunca mais levantar! Clareiras rasgavam-se no meio do deserto verde! E depois veio a queima. Assim faziam todos, nem se podia pensar doutra maneira. O mato era tanto que ninguém se dava o menor cuidado, não se tomava a menor precaução; nem acêros, nem vigilância, nem cooperação de vizinhos que não havia. [...]

O fogo, entretanto, lambia o pé das árvores, tostava-lhes a casca e elas acabavam secando, morrendo, tombando. De roças de poucos hectares partia o incêndio não raro, queimando muitos al-

³⁰ Sobre a origem do topônimo Barril citamos Sponchiado (1989, p.26): “A denominação advém de um barril, recipiente colocado na nascente do Lageado Perau, no setor norte da atual cidade, para facilitar o aproveitamento da água pelos transeuntes e montarias que passavam pela estrada que conduzia para as ‘Águas do Mel’. Isto teria acontecido em 1919. O ‘Barril’ marcou o lugar e emprestou o nome à futura povoação que se iniciava.”

queires e colônias inteiras. Dezenas e centenas de árvores nobres, tão antigas como a floresta, reduziam-se a tições acesos. Patrimônio que hoje valeria fortuna incalculável! Restos de cedros, louros, cabriúvas, enegrecidos e fumegantes, eram empurrados de novo ao fogo, a fim de se consumirem de uma vez, para não estorvar a lavoura. Não se sabia o que fazer dêles! (BATTISTELLA, 1969, p.61)

Lembramos, também, que no estado do Rio Grande do Sul a madeira era menos valorizada do que nos países vizinhos (Uruguai e Argentina), justificando o baixo interesse por este recurso pelos colonos. Nas serrarias que começaram a se instalar na zona colonial de Palmeira, e que passaram a aproveitar este recurso, eram beneficiadas, principalmente, madeiras que não podiam ser exportadas através dos rios pelo fato de não flutuarem (motivo este que inviabilizava o seu transporte).

O maior coeficiente desta imponente riqueza era representada pelo cedro, seguindo-se na ordem de procura, o louro, a cambriúva e o ipê e depois o anjico, a guajuvira, a canela guaicá, a caljerana, a caroba, a grápia amarela, o açoita-cavalo, o guatambú. A exportação por via fluvial pelo Rio Uruguai e seus afluentes, em tempos de cheia, limitava-se às madeiras flutuantes, cedro em maior quantidade, e semi-flutuantes, como o louro e a cambriúva. O demais era industrializado nos engenhos, à medida que êstes foram aparecendo, para consumo interno ou exportação por via terrestre. (BATTISTELLA, 1969, p.58)

Essa exportação de madeiras só foi possível devido à presença de rios que favoreciam este tipo de atividade próxima as suas margens. Alguns afluentes do rio Uruguai permitiam que toras de madeira fossem deslocadas do interior da zona florestal, a algumas dezenas de quilômetros do rio Uruguai.

A exploração da madeira no Médio Alto Uruguai teve início muito antes do movimento migratório de descendentes de italianos e alemães para essa região. De acordo com depoimento de Arlindo Bassi, seu sogro, Ortêncio de Paula Costa, que se instalara às margens do rio da Várzea (atual município de Rodeio Bonito), contava que, por volta de 1930, já era grande o volume de balsas que desciam para Santo Tomé (Argentina).

[...] Ortêncio foi um dos que trabalharam nessa atividade, desde a derrubada da mata à condução das toras para a Argentina, num processo que durava até sessenta dias entre ida e volta. (TAGLIETTI, 2006, p.161)

Aliás, é a presença de uma rede hidrográfica favorável à exportação da madeira um dos principais diferenciadores da atividade madeireira entre municípios próximos que se aproveitavam da proximidade de ramais ferroviários para exportar a

madeira já beneficiada, principalmente para centros consumidores do sudeste brasileiro.

A indústria da madeira atuou em grande escala nos municípios de Passo Fundo, Carazinho, Sarandi, e o que chama a atenção é que isso ocorreu após já existirem leis que procuravam coibir essa devastação, pois estamos nos referindo às primeiras décadas do século XX. Porém, há que se ressaltar que o grande impulsionador da indústria madeireira foi a ferrovia, além de outras facilidades que a região do Planalto oferecia.

Já a região do Médio Alto Uruguai e a do Alto Uruguai foram privilegiadas com o rio Uruguai e alguns de seus afluentes para o escoamento de madeiras. (TAGLIETTI, 2006, p.165)

Entre os engenhos de madeira que se instalaram no distrito de Fortaleza com a finalidade de aproveitar este recurso, destacamos a instalação da serraria da família Gemelli. O depoimento de um dos filhos do fundador desta serraria segue o mesmo raciocínio da citação anterior de Battistella:

No ano de 1927 meu pai vindo de Passo Fundo, construiu uma serraria na Boca da Picada e começou a fazer casas para os empregados. Só havia mata virgem. Passou a derrubar o pinhal. [...]

Junto ao trabalho da serraria nós tirávamos madeira para levar pelo Uruguai e rio da Várzea para a Argentina [...]. A madeira era cedro, pinho e louro. No Brasil não valorizavam a madeira. Derrubavam para fazer roça. A serraria era tocada por uma máquina a carvão. Lá na serraria nós tínhamos uma cantina e vendíamos alguma coisa para os moradores das redondezas. Naquela época os Zanchet vieram de Guaporé e nós fizemos a sociedade "Serraria Gemelli Zanchet", em 1946. (depoimento de Antônio Carlos Gemelli *in* REÁTEGUI, 1988, p.29)

Essa serraria, de acordo com o mesmo Antônio Carlos Gemelli, era movimentada por uma locomóvel (máquina a vapor ou de motor a explosão montada sobre rodas, adaptável à necessidade de mudanças de localização). Dessa forma, a falta de energia elétrica, para movimentar o maquinário, era minimizada. Essa informação está presente na gravação de sua entrevista, mas foi suprimida no processo de edição do livro publicado. Percebe-se, também, que a atividade econômica dessa família não ficou restrita apenas à serraria. A atividade comercial também fazia parte do cotidiano familiar. Aliás, é o pequeno comerciante (o vendista ou o bodegueiro) o maior responsável pela comercialização da produção agrícola colonial. Em seu ramo de atividade, era necessário manter contato freqüente com viajantes e fornecedores, que lhe informavam as demandas e os valores pagos pelos produtos em centros

maiores. Taglietti (2006, p.118) comenta, com muita propriedade, a atuação dos comerciantes na zona colonial:

Embora a produção agrícola tenha sido a tônica da ocupação regional, devemos levar em conta as demais atividades econômicas que se processaram nesse contexto colonial, ou seja, atividades que se atrelavam para o pleno funcionamento do mundo rural que estava em formação. Aliado a este entendimento destacamos as atividades dos comerciantes e as artesanais. [...]

O comerciante tornou-se uma referência para o produtor rural, pois era ele que, na maioria das vezes, orientava o colono e influenciava até mesmo na produção colonial ao aconselhá-lo a produzir ou a plantar determinado produto que tinha demanda de venda.

Na obra de Battistella (1969, p.60) encontramos a descrição de como se dava a exploração da madeira nas matas do entorno de Seberi:


O procedimento comum do madeireiro era o seguinte: escolhido o setor da floresta, rico de madeiras exportáveis, requeria licença do Serviço Florestal ou da Inspetoria. Se as terras eram do Estado, pagava o preço ao Estado; se tinham ocupantes o negócio era tratado com êstes e o preço pago ao Serviço Florestal ou à Inspetoria, creditando-se a importância ao ocupante como prestação da terra e entregando-se-lhe recibo. O proprietário vendia a quem e como quisesse. Para um e para outro, entretanto, era bom negócio, pois permitia pagar a terra com facilidade e arranjar dinheiro que de outra maneira, então, era difícil.

No Museu Municipal de Frederico Westphalen encontramos uma carta-compromisso, com data de janeiro de 1943 (figura 19), de um madeireiro que ilustra exatamente o processo descrito acima por Battistella. Esta carta apresenta detalhes das espécies que serão aproveitadas, valores a serem recolhidos para impostos, compensações de reflorestamento e penalidades passíveis em caso de descumprimento do acordo. Já a figura 20 mostra o controle exercido sobre os proprietários/ocupantes dos lotes coloniais “Uma das grandes preocupações relativas às áreas que estavam sendo colonizadas foi a questão das florestas. O serviço de proteção florestal estava sob o comando da Comissão de Terras e Colonização. O desmatamento fazia-se necessário, mas o que não podia ocorrer era a devastação dos matos” (TAGLIETTI, 2006, p.161).

Sobre a instalação da serraria da família Gemelli, ela é importante, em nosso estudo, porque marca a chegada de membros importantes na criação do grupo Zanchet-Gemelli (formado no ano de 1946). O êxito das atividades econômicas desenvolvidas por este grupo afetou diretamente o desenvolvimento e crescimento da Vila de Seberi com destaque para a produção e distribuição de energia hidroelétrica para

esta vila após o ano de 1948. Sabe-se que em Iraí já se produzia energia elétrica pelo menos desde o ano de 1931 e na Vila de Frederico Westphalen desde o ano de 1942, conforme recibos de pagamento desses serviços (figuras 21 e 22, p.84 e 85, respectivamente). De acordo com Soares (2005, p.195), Palmeira das Missões passou a contar com o fornecimento de energia elétrica a partir do ano de 1919.

Figura 19: Carta-compromisso autorizando a exploração de madeira - janeiro de 1943.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Diretoria de Terras e Colonização
Inspetoria de Terras do Norte

Vila Frederico Westphalen, 1º de Janeiro de 1943.

COMPROMISSO

Assumo com a Inspetoria de Terras do Norte o compromisso de recolher aos cofres da mesma Inspetoria, o valor das madeiras a serem estridas dos lotes já concedidos aos colonos adiante relacionados e destinado ao pagamento das prestações devidas:

Angelina Blaquevski lote nº 68, José Mazonetto lote nº 55, ambos f da 2ª seção Fortaleza, Dorvalino Pereira Ramos lote nº 173 da 7ª seção Fortaleza, Alberto Carvalho lote nº 174, Paulino José Dorigon lote nº 94, Carlos Oldoni lote nº 268 todos da 8ª seção Fortaleza, Silvano Neto dos Santos lote nº 124, José Carmin lote nº 184 e Ricardo da Silva Policeno lote nº 167 da 9ª seção Fortaleza.

Os preços para as madeiras fica assim estipulado: cedro, cabriuva, louro e ipé em setenta cruzeiros para as madeiras dos lotes da 7ª seção e 2ª seção Fortaleza e oitenta cruzeiros para as dos lotes da 8ª e 9ª seções; as madeiras de grapia, angico e semelhantes sofrerão um desconto de 25% e as de canela, timbauva, suta cavalo e semelhantes um desconto de 50%. Além desses preços pagarei mais o de um cruzeiro para cada viga marcada, destinado ao serviço de fiscalização e marcação das madeiras.

Comprometo-me a não transportar as madeiras de dentro das divisas dos respectivos lotes sem que estejam devidamente marcadas e contadas - pelo Serviço Florestal ou pela Inspetoria, com a assistência do concessionário do lote.

Obrigo-me a recolher as importancias devidas, até, no maximo, oito dias após terem sido marcadas.

Comprometo-me a fazer com que o concessionario cumpra as exigencias de reflorestamento de acordo com o Código Florestal Federal, bem como quanto á proibição do corte de madeiras com menos de trinta centímetros de diametro.

O pedido para a marcação de madeiras deverá ser feito a Inspetoria com oito dias de antecedencia.

No caso do não cumprimento das condições acima estipuladas sujeito-me a perda de todo o trabalho realizado e indenização do dano causado, sem direito a indenização alguma.

Fica marcado o prazo de seis meses a contar desta data, para a realização deste contrato.

Vila Frederico Westphalen, 1º de Janeiro de 1943.

Luciano Borges

Figura 20: Autorização concedida pela Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen, no ano de 1941, para derrubada de mato branco.

DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO
INSPETORIA DE TERRAS DO NORTE

LICENÇA

O agricultor Antonio Alves de Souza ~~concessionário ou~~
ocupante do lote n.º 93 da 9ª Secção Fortaleza tem licença
para derrubar uma quartas de mato branco para roças

A presente licença é concedida, por não haver no lote, capoeiras suficientes para estabelecer suas plantações.

OBRIGAÇÕES DO AGRICULTOR

1a. — Fazer a prestação regulamentar dentro de 20 dias;

2a. — Aproveitar as capoeiras existentes, fazer a capina dos cultivados, conservando-os completamente limpos, isto é, sem inço;

3a. — Conservar limpos, de acordo com o art. 38, capítulo 2º. do Regulamento de Terras em vigôr, as estradas correspondentes á frente de seus lotes, os marcos e linhas divisórias dos mesmos.

4a. — **As madeiras** das derrubadas só poderão ser vendidas para pagamento dos lotes.

5a. — As derrubadas de mato não poderão exeder á metade da área total do lote, enquanto não estiver pago por saldo, mesmo assim, o concessionário deverá conservar uma reserva florestal correspondente á quarta parte do lote, de acordo com o art. 39, capítulo 2º. do Regulamento de Terras em vigôr.

6a. — O agricultor não poderá fazer derrubadas nas nascentes dos cursos d'água num raio mínimo de 100 métrros e ao longo dos mesmos numa largura de 30, salvo quando se tornar necessaria a derrubada, para estabelecer sua casa de moradia.

Nóte Bem

1º. — **O homem vadio**, quando planta, não limpa os cultivados, pouco produz, não cuida as matas, vive de pequenos ganhos, alimenta mal sua família, seus filhos são fracos, não paga os impóstos e a terra. **NÃO COOPÉRA PORTANTO, PARA A RIQUEZA E GRANDEZA DE SUA PÁTRIA.**

2º. — **O bom patrióta** aumenta progressivamente a sua plantação, os cultivados são limpos, as matas bem cuidadas, seus filhos são sadios e trabalhadores, tórna-se proprietário e paga os impóstos. **COOPÉRA PARA TER UMA PÁTRIA RICA E PODEROSA.**

Vila Frederico Westphalen 6 de Dezembro de 1941

[Assinatura]
Chefe da Inspetoria de Terras do Norte

Essa dinâmica comercial em torno dos trabalhos de colonização e das novas atividades realizadas na zona florestal de Palmeira (como a exploração da madeira e a agricultura colonial) nos fornecem as características essenciais da formação de uma zona pioneira, conforme descrição de Waibel (1979, p.280):

A expressão *pioneiro* é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “batedor”. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da *frontier* sertão a dentro. [...] E, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira.

Figura 21: Recibo de pagamento do serviço de fornecimento de energia elétrica em Frederico Westphalen, no ano de 1942.

USINA ELETRICA	
de	
Verginio Cerutti & Irmãos	Nº 02478
Frederico Westphalen (Barril)	
Mun. Palmeira	
MÊS DE	<i>Novembro</i> DE 194 <i>2</i>
RECEBEMOS do Snr.	<i>Inspetoria de Terras do Norte</i>
por fornecimento de energia elétrica:	
Marcação atual do contador	<i>644</i> Kw.
„ anterior	<i>630</i> Kw.
Consumo durante <i>30</i> dias	<i>44</i> Kw.
á <i>1,10</i> o Kw.	<i>48,40</i> \$
Taxa minima mensal	\$
Aluguel do contador	<i>2,00</i> \$
<i>1 motor</i> lampadas á <i>—</i> velas	<i>50,00</i> \$
_____ lampadas á _____ velas	\$
_____ lampadas á _____ velas	\$
_____ lampadas á _____ velas	\$
Imposto de consumo, 10 réis por Kw.	<i>0,50</i> \$
Idem 5% o s/consumo forfait	<i>2,50</i> \$
Total Rs.	<i>103,40</i> \$

FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen

Figura 22: Recibo de pagamento do serviço de fornecimento de energia elétrica em Iraí, no ano de 1931.

Comissão de Aguas de Irahý (Luz Electrica)

N.º _____ Rs. 0,5000

NOTA para o Sr. Flaviano Souza
da quantia de seus mil reais
pelo fornecimento de corrente electrica no mez de _____ de
1931, correspondente a _____ lampadas.

Por contador: { Marcação actual. Kw. _____
Marcação anterior. Kw. _____

Material Rs. _____ \$ _____
Rs. _____ \$ _____

TOTAL Rs. 6,5000

Irahý, 5 de 6 de 1931

Alcides
Encarregado

FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen

Em Palmeira das Missões, Iraí e em Frederico Westphalen a energia era produzida através de geradores elétricos alimentados por combustíveis derivados do petróleo (querosene, gasolina e diesel). Dessa forma, havia uma demanda por fornecedores e/ou representantes de combustíveis, diversificando a economia regional. Na figura 23 há quatro recibos vinculados ao fornecimento de combustíveis entre os anos de 1930 e 1931. Destes, constatamos que outras atividades e/ou serviços são oferecidos em três dos quatro estabelecimentos comerciais representados (figura 23: A, B e D). Uma das notas (23-C) foi emitida por um representante comercial de dois produtos específicos (querosene *Aurora* e gasolina *Energina*) da *Anglo Mexican Petroleum Ltda.*

Figura 23: Recibos de fornecedores de combustíveis para Palmeira das Missões e seus distritos. Casas comerciais localizadas em Panambi (A), Palmeira das Missões (B) e Iraí (C e D).

A

Agencia Ford de Leopoldo Hepp
Neu Württemberg
 Agente da „Standard Oil Comp. of Brasil“ e Loteria do Estado do Rio Grande do Sul

Nota N. _____ Neu Württemberg, *25* de *Julho* de 19*30*
 O Snr. *Willy Hepp*
 Condições de Venda a dinheiro

B

OTEL DO COMMERCIO
 de **WILLY KOPP** Palmeira-R. G. do Sul
 Praça J. de Castilhos-C. Postal 19

Situado no ponto mais central da Villa
 Cosinha alemã e brasileira
 Adega bem sortida
 Garage para autos

AGENCIA
Anglo-Mexican Petroleum Co. Lid.
AGENCIA
 Cerveja Montenegro, tendo sempre em deposito as marcas “Montenegrina”, “Primor”, “Pilsen” e “Rival”

Palmeira, *25* de *Julho* de 193*0*
 O Snr. *Marciano Freitas*

C

ANGLO-MEXICAN PETROLEUM COMPANY, LTD.
 No. *30*

KEROSENE “AURORA” MARCA  REGIST GASOLINA “ENERGINA”

PRACA QUINZE DE NOVEMBRO 10 RIO DE JANEIRO PRODUCTOS OLEO COMBUSTIVEL - ASPHALTO OLEO DIESEL - PETROLEO REFINADO OLEOS LUBRIFICANTES ENDEREÇO TELEGRAPHICO “MEXPRODUX”

AGENTES EM *Alfredo Cerutti* *Tracy*
 AO ILLM. SNR. *Commissario Torres*
 LOCALIDADE *Tracy* DE *18* DE *Fevereiro* DE 192*0*

D

CASA CERUTTI de A. L. CERUTTI & IRMÃO
 Fazendas, Ferragens, Miudezas, Louças, Calçados, Seccos e Molhados, etc.
 Agentes de GAZOLINA e OLEO = COMPRAM E VENDEM PRODUCTOS COLONIAES

IRAHY — 11. districto de Palmeira — Rio Grande do Sul

IRAHY, *6* de *Janeiro* de 193*1*
NOTA para o Sr. *Cordeiro*

FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen

3.2.3 A formação da zona pioneira com intrusos e colonos

Abordando, especificamente, a formação de zonas pioneiras coloniais no Rio Grande do Sul, Waibel descreve as atividades que transformam a paisagem da zona florestal e também caracteriza o tipo social responsável pela expansão das fronteiras econômicas no estado:

[...] não foi um produto valorizado de exportação que levou à expansão da agricultura e ao povoamento das matas até então intactas, mas apenas a produção de gêneros de consumo para abastecer o mercado interno. Além disso, o pioneiro não era o latifundiário luso-brasileiro, mas o imigrante europeu, que explorava a sua pequena propriedade com o auxílio apenas do trabalho de sua família. (WAI-BEL, 1979, p.292)

Pela análise de um requerimento de lote do distrito de Fortaleza (figura 24) percebe-se que apenas parte das afirmações de Waibel pode ser aplicada em nosso estudo, pois esta área é caracterizada como sendo de colonização mista e, por isto, não é ocupada exclusivamente por colonos europeus. A figura 24 também mostra o uso do solo na zona colonial de Palmeira quando descreve como se dará o aproveitamento do lote e quais são os possíveis mercados consumidores da produção agrícola.

Nas entrevistas feitas para o Projeto Raízes alguns dos entrevistados relataram ter se deslocado para as colônias do distrito de Fortaleza em grupos. Era comum que uma família viesse sozinha inicialmente e, depois de comprovada a qualidade e/ou a fertilidade das terras, avisasse parentes e amigos para que também viessem. Quando o grupo chegava, procurava logo terras próximas aos amigos que chegaram primeiramente. Por este motivo, mesmo que se evitasse a concentração étnica, era muito comum que grupos de uma mesma região do estado, se aglomerassem nas proximidades de seus amigos. Como exemplo, temos a concentração de descendentes de italianos no povoado de Oswaldo Cruz³¹, entre os atuais municípios de Seberi e Frederico Westphalen, e de poloneses na Linha Pinhal, em Seberi, com base nos relatos do Projeto Raízes e no relato do neto de Francisco Hemie-

³¹ “Remonta ao mês de Maio de 1919 a chegada dos primeiros pioneiros: Domingos Trezzi, Joaquim e Daniel Ortigara de Nova Roma; Arthur Milani e João Garrafa, de Bento Gonçalves; seguidos, em 1920, de Domingos Cadoná e João Tamanini; em 1921 de Pedro Trezzi, Santo Pazuch, Jacó Bortolotti e João Meneguzzi, todos de Nova Roma; Tomaz Girardi, de Ijuí e Ângelo Dallanora, de Palmeira. Em 1922, também de Nova Roma, chegaram Agostinho Trezzi e Giacomo Tamanini, e, sucessivamente, tempos depois, de várias procedências, José Pazuch, Henrique Canzi, Alberto Bonadiman, José Fortunato, Eugênio Natali, José Trentinaglia, Sétimo Peruzzato, Luiz Turchetto, João Bonadiman, Romano Zanatta e outros” (BATTISTELLA, 1969, p.221).

lewski (que possui o mesmo nome) sobre a migração da sua família e de vizinhos do distrito de São Luiz da Casca, município de Guaporé, para Palmeira:

No início do ano de 1926, o seu vizinho Tomas Koproski, veio à Palmeira e comprou terras em Fortaleza, na Linha Chico Domingos. No retorno a Casca, ele contou as notícias e gabou muito as terras. De tanto elogio e da fertilidade das terras, o Francisco Hemielewski e o José Kalinoski, também vieram à Palmeira e compraram as terras em Fortaleza, na Linha Pinhal. [...] Os dois eram amigos do peito, um confiava muito no outro³².

Figura 24: Requerimento de um lote colonial no distrito de Fortaleza. Sem data.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	
Diretoria de Terras e Colonização	
INSPETORIA DE TERRAS DO NORTE	
Decreto-Lei N.º 1968 de 17 - 1 - 1940	FICHA N.º.....
<u>Informações Sobre o Requerente:</u>	
Nome	Joaquim Telles Bueno
Nacionalidade	Brasileiro
Idade	28 anos
Estado civil	Solteiro
Reservista	Não
Numero de pessoas da família	- - -
Indicações sobre a mulher e filhos	- - -
<u>Situação do Lote:</u>	
Município	Palmeira
Distrito	Fortaleza
Secção	4ª Fortaleza
Poligono	
Numero	138
Area	250.000 m ²
Distancia da fronteira do Pais	50 quilometros (aproximados)
Condições da concessão	Artº 29 letra A do Decreto nº 7677 de 9-ã-1939.
<u>Aproveitamento do Lote:</u>	
Regime do trabalho	Pequena lavoura
Natureza da exploração	Agrícola industrial
Destino que terão os produtos	Palmeira-SªBarbara-SªAngelo-Ijuí
<u>Documentos Apresentados:</u>	
1 - Certidão de nascimento	
Vila Frederico Westphalen,	de
	de 194

FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen

³² Esse relato faz parte de um estudo (não publicado) sobre a família Hemielewski elaborado por Francisco Agostinho Hemielewski no ano de 2002. O primeiro nome de Francisco é igual ao de seu avô, que migrou para o Brasil, vindo de uma região então pertencente à Rússia e que hoje faz parte do território polonês.

Também foram encontrados evidências da migração de descendentes de açorianos para o Distrito de Fortaleza logo no início dos projetos de colonização desta área. Detectamos que alguns desses migrantes saíram de áreas próximas ao rio Taquari que, atualmente, correspondem aos municípios de Taquari e Triunfo. Em Seberi esses migrantes ficaram conhecidos como “taquarianos”, devido a sua origem. Alguns deles teriam vindo para lutar na Revolução de 1923 e acabaram se estabelecendo em lotes coloniais.

Podemos dizer que a colonização polonesa e “taquariana” começou por volta de 1915. [...]. Os taquarianos eram gente vinda da margem do rio Taquari. As famílias Queiroz, Martins, Padoan, Reis, Rocha, Angélico são todos taquarianos. [...]. Eles vinham também de Triunfo, lutando na revolução. (depoimento de Altivo José Rodrigues *in* REÁTEGUI, 1988, p.34)

Uma maneira simples, que utilizamos, para identificar a origem étnica dos grupos sociais foi a observação da grafia dos sobrenomes. Entre os descendentes de alemães, italianos e eslavos encontramos padrões gráficos que podem ser facilmente identificados. Entretanto, quando este método foi utilizado com o propósito de diferenciar os biribas dos açorianos, não obtivemos o mesmo êxito. Sendo assim, precisamos admitir que este é um dos nossos limitantes de investigação neste momento. Por isso consideraremos esses dois grupos como um só, sob a denominação de luso-brasileiros, unicamente pela dificuldade em diferenciá-los em nossa área de estudo. Sabemos, porém, que os açorianos possuem maior afinidade com a prática da agricultura em relação aos biribas. Conseguimos uma relação de nomes de concessionários de lotes coloniais, existente na seção Fortaleza, onde constatamos o predomínio de luso-brasileiros e de considerável índice de abandono de lotes - quase 50%. Estas informações estão presentes na tabela 2.

A presença de italianos e de seus descendentes no povoado de Oswaldo Cruz merece destaque por um fato relacionado ao topônimo escolhido para este povoado no ano de 1928, comentado por Battistella (1969, p.80):

Oswaldo Cruz – Antes se chamou “Trezzi” por consideração à família Agostinho Trezzi, ou “Tamanini”, por causa da família Giácomo Tamanini. Por volta de 1928 Agostinho Trezzi propôs e foi apoiado o nome de Vila Mussolini, homenagem da colônia italiana ao Duce da Itália Benito Mussolini, que, então, gozava da mais justa e alta fama mundial. Quando em 1944 o Brasil entrou em guerra contra as potências do Eixo, Alemanha-Itália-Japão, o lugar, por razões de ordem política, tomou o nome de Oswaldo Cruz, celebridade médica brasileira.

Tabela 2: Relação de concessionários de lotes coloniais e informações complementares, elaborada pela Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen. Sem data do levantamento dos dados.

(continua)

CONCESSIONÁRIOS					DATA DA CONCESSÃO	CARACTERÍSTICO DO LÓTE					DOCUMENTOS APRESENTADOS	OBSERVAÇÕES
NOMES	Nacionalidade	Idade	Estado civil	Nº de pessoas da família		Nº	SECÇÃO	NOME DO DISTRITO	MUNICIPIO	Área em m²		
Alexandre Queiroz	Brasil.	-	-	-	29/03/1931	4	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Joaquim Candido da Silva	Brasil.	57	casado	4	21/02/1936	5	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos; Título de eleitor	(Nasc. no Brasil)
Feliciano Pires de Lima	Brasil.	46	casado	7	01/09/1924	7	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Josepha Pereira de Melo	Brasil.	-	-	-	01/09/1924	8	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Agenor Ribeiros Santos	Brasil.	37	casado	9	04/04/1925	54	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Antonio Pedro Pereira	Brasil.	39	casado	9	05/06/1926	56	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de casamento; certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Querino Pastorio	Brasil.	53	solteiro	13	18/09/1927	57	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nasc. dos filhos	(Idem, idem.)
Francisco dos Santos	Brasil.	41	casado	5	15/09/1925	58	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de casamento	(Idem, idem.)
Marcelino dos Santos	Brasil.	61	casado	10	15/09/1925	60	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nasc. dos filhos	(Idem, idem.)
Francisco da Silva	-	-	-	-	30/11/1926	61	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Juvenal Nascimento	-	-	-	-	09/02/1935	62	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	(Idem, idem.)
Sadi Missel	Brasil.	35	casado	5	09/02/1935	63	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos; Certidão de casamento; Certificado de reservista.	(Nasc. no Brasil)
Antonio Miranda	Brasil.	66	casado	11	21/12/1938	72	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	125.000	Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Anastacio de Lima	Brasil.	-	-	-	02/09/1927	74	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos e Certidão de casamento	(Nasc. no Brasil)
Gaudencio de Souza	Brasil.	33	casado	6	10/01/1926	83	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de casamento e de nascimento dos filhos.	(Nasc. no Brasil)
Aparicio Machado	Brasil.	35	solteiro	4	10/06/1925	114	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	260.000	Caderneta de reservista	
Luciano de Souza	-	-	-	-	10/01/1926	138	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
José Sverino Machado	Brasil.	54	casado	10	11/03/1940	143	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Guerino Girardi	Brasil.	22	casado	2	01/09/1938	171	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de casamento	(Idem, idem.)
Josepha Maria Rosa	Brasil.	59	viuva	3	22/11/1938	172	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento de 2 filhos	(Nasc. no Brasil)
Heitor Lemes da Silva	-	-	-	-	01/08/1925	173	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Henrique de Jesus	-	-	-	-	24/02/1926	174	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	(Idem, idem.)
Luis Jesus de Oliveira	-	-	-	-	17/06/1926	177	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	(Idem, idem.)
Sebastião Caetano Brito	-	-	-	-	31/10/1927	179	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	(Idem, idem.)
Amadeu Antonio de Brito	-	-	-	-	31/10/1927	180	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	(Idem, idem.)
Florentino de Souza	Brasil.	39	solteiro	5	16/12/1938	181	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
José Antunes de Brito	-	-	-	-	13/11/1928	182	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Serafim dos Santos	-	-	-	-	Requerido	184	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	(Idem, idem.)
João Antonio de Moura	-	-	-	-	13/04/1926	189	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	(Idem, idem.)
Juvenio Antonio Camargo	-	-	-	-	15/09/1924	193	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	(Idem, idem.)
Pedro Alves Fontoura	Brasil.	33	solteiro	6	01/09/1927	198	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Libando Bento Carvalho	-	-	-	-	28/08/1935	202	4ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Estefanio Cador	-	-	-	-	01/01/1918	7	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Delcântão Baptista	Italiano	61	casado	14	05/06/1925	17	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidões de nascimento dos filhos; Certidão de casamento e Salvo conduto	(Nasc. no Brasil)
Vicente Andreatto	-	-	-	-	10/01/1926	30	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Alfredo Garcia dos Anjos	Brasil.	20	solteiro	-	28/02/1940	36	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	162.000	Certidão de nascimento	(Nasc. no Brasil)
Manoel Justino da Rosa	-	-	-	-	31/05/1933	38	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	184.300	-	Lóte abandonado
Manoel Rodrigues Freitas	Brasil.	56	casado	11	31/03/1933	46	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	198.000	Certidões de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Adelino Vieira da Silva	Brasil.	44	casado	12	17/09/1932	48	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	229.000	Certidões de nascimento dos filhos e título de eleitor	(Idem, idem.)
Carlos Vieira da Silva	Brasil.	-	-	-	16/08/1932	52	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	203.400	-	Lóte abandonado
Marcolino de Souza	-	-	-	-	23/03/1940	54	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	210.000	-	Lóte abandonado

Tabela 2: Relação de concessionários de lotes coloniais e informações complementares, elaborada pela Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen. Sem data do levantamento dos dados.

(conclusão)

CONCESSIONÁRIOS					DATA DA CONCESSÃO	CARACTERÍSTICO DO LÓTE					DOCUMENTOS APRESENTADOS	OBSERVAÇÕES
NOMES	Nacionalidade	Idade	Estado civil	Nº de pessoas da família		Nº	SECÇÃO	NOME DO DISTRITO	MUNICIPIO	Área em m²		
Jardelino de Souza	-	-	-	-	11/09/1937	55	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Angelo Carlos Louvis	Brasil.	36	casado	10	17/12/1938	57	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidões de nascimento dos filhos; Certidão de casamento	(Nasc. no Brasil)
João Matias	-	-	-	-	31/03/1933	59	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	219.200	-	(Nasc. no Brasil) aband.
Severo Manoel dos Santos	-	-	-	-	31/10/1922	60	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	191.200	-	(Nasc. no Brasil) aband.
Licino José Andrade	Brasil.	40	casado	7	28/02/1933	62	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	85.700	Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Maria Pereira da Luz	-	-	-	-	22/05/1933	62-A	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	85.700	-	(Nasc. no Brasil) aband.
João Ferreira Gomes	Brasil.	49	casado	10	20/12/1932	64	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Angelina Blascwik	Brasil.	31	casado	7	17/12/1938	68	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos; Certidão de casamento	(Nasc. no Brasil)
Luiz Cocco	Brasil.	25	solteiro	2	03/04/1940	70	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	225.600	Caderneta de reservista; Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
João Cocco	Brasil.	32	solteiro	8	29/11/1939	76	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Caderneta de reservista; Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Leopoldo José de Souza	Brasil.	35	casado	7	20/03/1940	77	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos; Certidão de casamento	(Nasc. no Brasil)
Cantidio de Souza	Brasil.	42	casado	10	22/05/1932	78	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos; Salvo conduto	(Nasc. no Brasil)
Arsenio Pinheiro	-	-	-	-	20/03/1933	80	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Luiz Barbosa e Francisco Cavalheiro	-	-	-	-	03/11/1938	81	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Aurelio Pereira Duarte	-	-	-	-	28/02/1933	88	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	190.000	-	Lóte abandonado
Eleuterio Telipin	Brasil.	33	casado	7	07/04/1938	90	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos; Certidão de casamento	(Nasc. no Brasil)
Domenido Dalmedico	Brasil.	53	casado	10	09/08/1934	92	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos; Certidão de casamento	(Nasc. no Brasil)
Ambrosio Ignacio Oliveira	-	-	-	-	23/03/1938	95	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	-	Lóte abandonado
Maximo Buzatto	Brasil.	23	casado	4	05/05/1938	96	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)
Julio Buzatto	Brasil.	-	-	-	31/05/1932	100	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	200.000	Não tem	Lóte abandonado
Julio Milani	Brasil.	-	-	-	31/12/1927	107-A	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	270.000	Não tem	Lóte abandonado
Misseslau Blasquevis	Polonês	34	casado	7	05/05/1938	114-A	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	326.000	Registro de Estrangeiro; Certidão de nascimento dos filhos	(Filhos nasc. no Brasil)
José Pelisan	Italiano	63	viuvo	11	09/01/1939	115	2ª Fortal.	Fortaleza	Palmeira	250.000	Certidão de casamento; certidão de nascimento dos filhos	(Nasc. no Brasil)

FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen.

Devido à grande extensão de áreas a serem controladas por um número de funcionários inferior ao necessário para tal tarefa, aliado ao constante fluxo de novos colonos recém chegados e aos acertos “de boca” (onde os funcionários responsáveis orientavam verbalmente os procedimentos que os colonos deveriam seguir para regularizar sua situação) entre funcionários da Comissão e colonos, acredita-se que ocorriam alguns problemas na forma de controle sobre a distribuição de terras. Como exemplo desses acertos verbais encontramos dois bilhetes (figuras 25 e 26) endereçados à Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen, órgão subordinado à Comissão de Terras e Colonização.

Figura 25: Licença concedida para uso das terras de um lote rural mediante compromisso de regularização posterior de sua situação - fevereiro de 1941.

INSPETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE PALMEIRA

Nº 12

Frederico Westphalen (Barril), 24 de Fevereiro de 1941

L I C E N Ç A

O colono Natalicio Rodrigues da Silva obteve licença para ocupar o lote nº 170 da 7ª Seção Fortaleza, obrigando-se a requerê-lo até Maio do corrente ano.

Artur Ambros
Chefe da Inspetoria

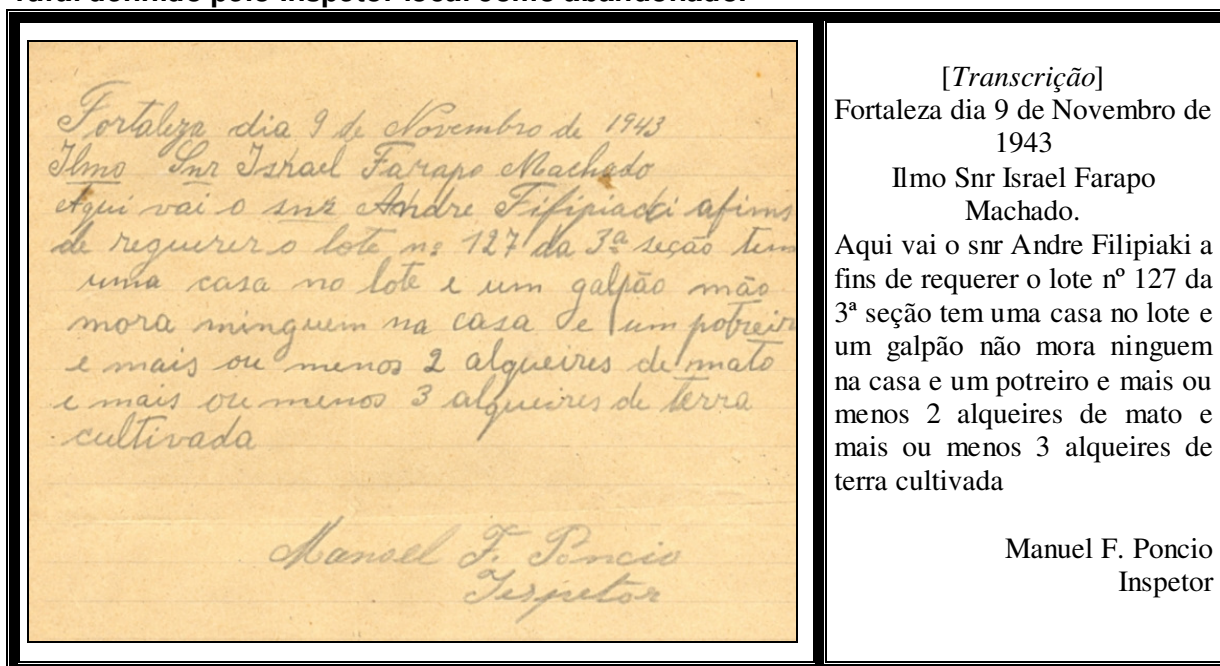
FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen

Como já mencionado no início deste sub-capítulo, era comum a escolha de moradores das seções coloniais para exercerem a função de Inspetores Coloniais, com a função estabelecerem comunicações com os chefes das inspetorias de terras e assim manter certo controle no processo de uso e ocupação do lotes coloniais. Sendo assim, a figura 26, além de demonstrar um acerto verbal, também ilustra uma das tarefas incumbidas aos inspetores.

Taglietti (2006, p.122) comenta que nas décadas de 30 e 40 do século XX a região do Médio Alto Uruguai foi rapidamente ocupada. Um indicador desse processo é o trecho de um Relatório de Serviços (*apud* TAGLIETTI, 2006, p.122) que deveria ser executado a partir do ano de 1940 pela Inspetoria de Terras e Coloni-

zação de Frederico Westphalen: “Seja feita separadamente por município, um levantamento sobre as plantas das áreas que seriam transformadas em lotes, locais onde existiam ou poderiam vir a existir estradas e a legalização de futuros centros urbanos, escolas e tudo mais que interessasse ao assunto”.

Figura 26: Bilhete de encaminhamento de um colono interessado em terras de um lote rural definido pelo Inspetor local como abandonado.



FONTE: Museu Municipal de Frederico Westphalen

A análise dos dados dos censos populacionais realizados nas décadas de 20, 40, 50 e 60 comprova que entre as décadas de 40 e 50 houve uma intensificação dos fluxos migratórios em direção ao distrito de Fortaleza (tabela 3). Os dados do ano de 1960 também indicam um crescimento populacional, entretanto, a área que em 40 e 50 abrangia somente o distrito de Fortaleza, em 1960 passa a contemplar, também, áreas dos distritos de Rodeio Bonito e Erval Seco que passaram a fazer parte do município de Seberi, como consequência do processo emancipatório iniciado no ano de 1957 e finalizado no ano de 1959.

A tabela 4 apresenta dados populacionais do município de Palmeira e de seus distritos. Sabendo que o território do município é dividido em terras de campo e de matas (zona florestal), e que esta característica influenciou na dicotomia pequena propriedade e grande propriedade, podemos entender porque alguns distritos possuem uma quantidade de população quase igual a do distrito-sede. Os distritos de Erval Seco e Seberi possuíam terras de posse e lotes coloniais. Já os distritos de

Frederico Westphalen e Três Passos eram formados exclusivamente por lotes coloniais. Dessa forma, a densidade populacional dos distritos era diretamente afetada pela maneira como estava distribuída a terra. No ano de 1944, o distrito de Três Passos consegue sua emancipação com áreas de outros distritos a ele anexadas (Alto Uruguai, Redenção, Santo Augusto e Santa Terezinha). Por este motivo, no censo populacional de 1950 o município de Palmeira das Missões apresenta população inferior em relação à década de 40.

Tabela 3: Dados populacionais do RS, Palmeira das Missões e Seberi

Ano	RIO GRANDE DO SUL			PALMEIRA DAS MISSÕES			SEBERI		
	homens	mulheres	total	homens	mulheres	total	homens	mulheres	total
1920*	1.103.986	1.078.727	2.182.713	23.163	22.015	45.178	2.564	2.389	4.953
1940*	1.664.058	1.656.631	3.320.689	54.850	52.540	107.390	2.759	2.684	5.443
1950**	2.081.249	2.083.572	4.164.821	43.128	41.767	84.895	5.252	5.262	10.514
1960***	2.631.532	2.649.369	5.280.901	28.458	27.354	55.812	10.559	9.703	20.262

FONTE: Censos Populacionais dos anos de 1920, 1940, 1950 e 1960. ORGANIZAÇÃO: Edilson W. Pedroso Jr.

Notas:

* Nos dados censitários de 1920 e 1940 aparece o topônimo Fortaleza, e não Seberi. Seberi era distrito de Palmeira das Missões.

** Pela primeira vez aparece o topônimo Seberi que continua sendo distrito de Palmeira das Missões.

*** O distrito de Seberi se emancipa acrescentando áreas dos distritos de Erval Seco e Rodeio Bonito. Em 1963 esses dois distritos se separaram de Seberi e formaram dois municípios mantendo os mesmos topônimos.

Neste mesmo ano, por determinação do IBGE, muitos topônimos brasileiros foram alterados com o propósito de evitar problemas decorrentes do fato de duas ou mais localidades serem identificadas com o mesmo topônimo. Sendo assim, o distrito de Fortaleza recebeu o nome de Seberi³³; o município de Palmeira foi modificado para Palmeira das Missões; e o rio Fortaleza recebeu a nomenclatura de Ogaratim. Os topônimos Seberi e Palmeira das Missões forma aceitos pela população, entretanto, o rio é, até hoje, conhecido pelo topônimo Fortaleza, sendo que até mesmo alguns mapas hidrográficos do estado do Rio Grande do Sul identificam o rio pela nomenclatura antiga, desconsiderando o nome Ogaratim.

³³ “As instruções do Conselho Regional de Geografia determinavam que na escolha dos novos nomes se desse preferência aos nomes de origem tupi-guarani, por essa razão nosso distrito e a vila passaram a se chamar Seberi, que na língua tupi-guarani era o antigo nome do rio Guarita” (depoimento de Sadi Missel in REÁ-TEGUI, 1988, p.13).

Tabela 4: População de fato, por sexo e situação do domicílio, segundo os municípios e distritos no ano de 1940.

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	TOTALS			PESSOAS PRESENTES EM DOMICÍLIOS SITUADOS NOS QUADROS INDICADOS					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PALMEIRA	107 390	54 850	52 540	2 294	2 272	906	1 050	51 650	49 218
<i>Palmeira</i>	18 419	9 237	9 182	735	724	366	517	8 136	7 941
<i>Alto Uruguai</i>	6 463	3 396	3 067	88	95	30	21	3 278	2 951
<i>Campo Novo</i>	7 717	3 941	3 776	144	127	27	31	3 770	3 618
<i>Erval Sêco</i>	3 800	1 965	1 835	43	45	54	57	1 868	1 733
Fortaleza	5 443	2 759	2 684	221	207	126	122	2 412	2 355
<i>Frederico Westphalen</i>	16 665	8 411	8 254	470	421	118	119	7 823	7 714
<i>Liberdade</i>	4 840	2 584	2 256	73	95	33	35	2 478	2 126
<i>Redenção</i>	13 109	6 551	6 558	39	53	17	17	6 495	6 488
<i>Santa Teresinha</i>	11 107	5 841	5 266	138	140	9	10	5 694	5 116
<i>Santo Augusto</i>	5 150	2 635	2 515	143	133	19	23	2 473	2 359
<i>Tesouras</i>	6 336	3 255	3 081	57	59	42	40	3 156	2 982
<i>Três Passos</i>	8 341	4 275	4 066	143	173	65	58	4 067	3 835

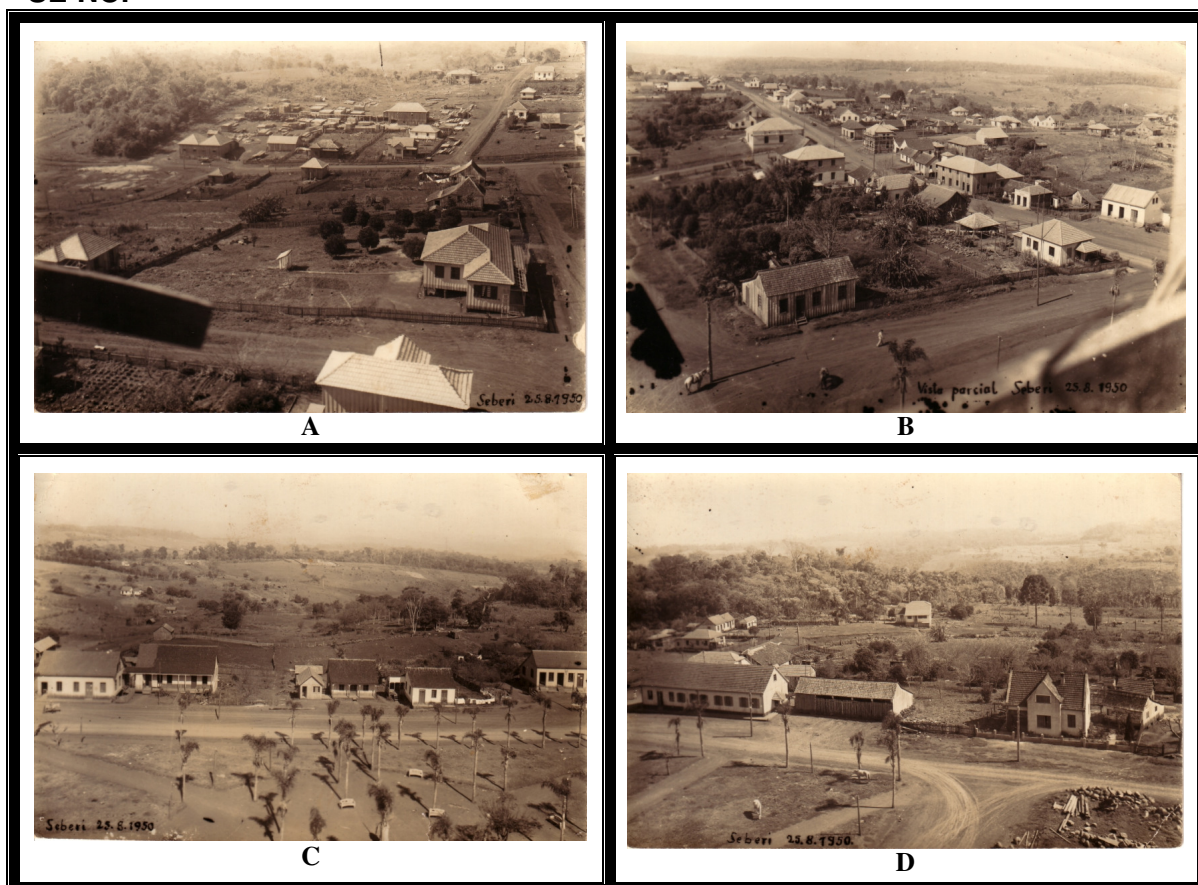
FONTE: IBGE, Recenseamento Geral do Brasil-1940, Série Regional: Parte XX - Rio Grande do Sul-Tomo 1. Censo Demográfico - População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Ao analisar os motivos que levam a fragmentação do território de Palmeira das Missões, principalmente a partir da década de 50, em um considerável número de municípios com pequenas áreas territoriais, estamos de acordo com a afirmação de Taglietti (2006, p.124) de que “a migração é fenômeno determinante para a constituição desses municípios e das formas como se desmembraram de Palmeira. A terra é o fator convergente [...]”. Ou seja, a migração e a territorialização de agricultores em pequenas propriedades rurais no município de Palmeira das Missões é diretamente proporcional ao crescimento vegetativo nas regiões das antigas colônias (tornando insustentável a permanência de parte deste contingente

populacional nestas áreas) e ao oferecimento de lotes coloniais em sua zona florestal.

A figura 27 apresenta quatro fotografias da Vila de Seberi no ano de 1950 onde podemos observar a serraria do grupo Zanchet (ao fundo da fotografia 27-A), a estrada de ligação entre Palmeira das Missões e Iraí atravessando a Vila de Seberi (figura 27-B), a praça (figura 27-C) e uma das primeiras casas de alvenaria da vila (figura 27-D). A figura 27-B chama a atenção pelo fato de um poste de eletricidade também estar servindo de ponto para amarrar cavalos.

Figura 27: Fotografias do povoado de Seberi no ano de 1950, obtidas do alto da torre da igreja católica. A: Direção NO-SE; B: Direção N-S; C: Direção NE-SO; D: Direção SE-NO.



FONTE: Acervo pessoal de Rosinha Bertinatto

CAPÍTULO 4

3ª FASE (1948-1959): O DESENVOLVIMENTO DO GRUPO ZANCHET E O MOVIMENTO EMANCIPATÓRIO

4.1 OS SINAIS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS INDÚSTRIAS NATURAIS DO DISTRITO DE SEBERI

No ano de 1947 formou-se, na então Vila de Seberi, o que consideramos, neste estudo, um grupo econômico³⁴, sob a razão social de “GEMELLI, ZANCHET & Cia Ltda”. Como algumas alterações/modificações ocorreram na estrutura deste grupo (incluindo a transformação de Companhia Limitada para Sociedade Anônima) optaremos por denominá-los, simplesmente, como grupo Zanchet. Este grupo foi constituído, inicialmente, por quinze pessoas, onde quatro destes tinham sobrenome Zanchet e seis faziam parte da família Gemelli. Os outros cinco componentes pertenciam a diferentes famílias. O quadro 2 apresenta a relação dos fundadores deste grupo e um breve resumo cronológico de alguns acontecimentos e alterações ocorridas dentro do mesmo (desde a formação da sociedade na então Vila de Seberi, no ano de 1947, até um momento em que se menciona o grande êxito econômico atingido, conforme ata de reunião do ano de 1972) e que foram relatados em documentos aos quais tivemos acesso. Nesta cronologia consta, inclusive, a transferência da matriz instalada inicialmente em Seberi para o município de Francisco Beltrão no estado do Paraná, no ano de 1967.

No capítulo anterior vimos que a família Gemelli chegou ao então distrito de Fortaleza no ano de 1927, vindo de Passo Fundo, e instalou uma serraria e uma casa comercial no povoado. A família Zanchet, fundadora da sociedade junto com a família Gemelli, migra do município de Guaporé para o distrito de Fortaleza (denomi-

³⁴ “O grupo econômico é definido como o conjunto de empresas que, ainda quando juridicamente independentes entre si, estão inteligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, e cuja propriedade (de ativos específicos e, principalmente, do capital) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas” (GONÇALVES, 1991, p.494)

nado de Seberi somente após o ano de 1944) na década de 40, já com o propósito de formar o grupo econômico. É provável que alguns membros desta família tenham visitado o distrito diversas vezes para analisar a viabilidade técnica e econômica de seus projetos. Uma cláusula do contrato de constituição deste grupo deixa evidente a intenção de atuar em diversos ramos de atividades econômicas:

3ª - A sociedade tem por fim a exploração de Indústria e Comércio em Geral, como seja, INDÚSTRIA: a instalação da Usina Elétrica, Moinho de Cereais, Frigorífico, Serraria e beneficiamento de madeiras, Olaria, Curtume, etc. COMÉRCIO: de Mercadorias em geral, Cereais e outros produtos agrícolas, Importação e Exportação, Comissão, Consignação e conta própria, Despachos e redespachos, Representações, bem como a exploração de atividades complementares ao serviço conexos de Comércio e tudo quanto possa convir no campo da atividade comercial.³⁵

Quadro 2: Cronologia do grupo Zanchet.

(continua)

Ano	Acontecimento	Fonte
1947	Formação de uma sociedade comercial e industrial por cotas de responsabilidade limitada sob a razão social de "GEMELLI, ZANCHET & Cia. Ltda." com capital social de dois milhões de cruzeiros (Cr\$2.000.000,00). Firmaram este contrato as seguintes pessoas com as respectivas contribuições: Pedro Gemelli (Cr\$140.000,00), Romano Zanchet (Cr\$320.000,00), Lourenço Albino Nardin (Cr\$175.000,00), Marcelo Zanchet (Cr\$290.000,00), Armando Bottan (Cr\$70.000,00), Albino Zanchet (Cr\$200.000,00), Genuíno Bertinato (Cr\$125.000,00), Luiz Julio Gemelli (Cr\$70.000,00), Adelino Zanchet (Cr\$125.000,00), Paulo Danuzio Gemelli (Cr\$70.000,00), Antonio Spiler (Cr\$175.000,00), Salvador Guilherme Gemelli (Cr\$70.000,00), Constante Luiz Gemelli (Cr\$70.000,00), Antonio Carlos Gemelli (Cr\$70.000,00) e Guerino Bottan (Cr\$30.000,00). Composição da diretoria: Presidente de honra-Pedro Gemelli; Diretor comercial-Romano Zanchet; Diretor gerente-Marcelo Zanchet.	Contrato de constituição de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, arquivado na junta comercial do estado do Rio Grande do Sul em 26 de agosto de 1947, sob o número 48033.
1948	Alteração do contrato da firma. Antônio Spiler retirou-se da sociedade e Frederico Piccinin foi admitido como novo sócio. Houve um aumento das cotas como forma de compensar a diferença existente entre a saída de Antônio Spiler e a admissão de Frederico Piccinin. Nova composição e cotas: Pedro Gemelli (Cr\$150.000,00), Romano Zanchet (Cr\$330.000,00), Lourenço Albino Nardin (Cr\$195.000,00), Marcelo Zanchet (Cr\$305.000,00), Armando Bottan (Cr\$75.000,00), Albino Zanchet (Cr\$210.000,00), Genuíno Bertinato (Cr\$135.000,00), Luiz Júlio Gemelli (Cr\$80.000,00), Adelino Zanchet (Cr\$135.000,00), Paulo Danúzio Gemelli (Cr\$75.000,00), Salvador G. Gemelli (Cr\$75.000,00), Constante Luiz Gemelli (Cr\$75.000,00), Antonio C. Gemelli (Cr\$75.000,00), Guerino Bottan (Cr\$35.000,00) e Frederico Piccinin (Cr\$50.000,00).	Alteração do contrato social da firma, arquivado na junta comercial em 19 de julho de 1949.

³⁵ Contrato de Constituição da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, junho de 1947. Fonte: Acervo pessoal de Ione Nardin.

Quadro 2: Cronologia do grupo Zanchet.*(conclusão)*

1950	Alteração do contrato da firma. Retiraram-se da sociedade: Pedro Gemelli, Luiz Julio Gemelli, Constante Luiz Gemelli, Salvador Guilherme Gemelli, Antonio Carlos Gemelli, Paulo Danuzio Gemelli, Armando Bottan e Guerino Bottan. Nova composição e cotas: Romano Zanchet (Cr\$490.000,00), Marcelo Zanchet (Cr\$440.000,00), Albino Zanchet (Cr\$300.000,00), Lourenço A. Nardin (Cr\$300.000,00), Genuíno Bertinatto (Cr\$200.000,00), Adelino Zanchet (Cr\$200.000,00), Frederico Piccinin (Cr\$70.000,00). Alteração da razão social para: Zanchet & Cia.Ltda.	Alteração do contrato social da firma, arquivado na junta comercial em 1º de julho de 1950.
1954	Participações financeiras: Ações do Frigorífico Santo Antônio S.A. de FW (Cr\$390.000,00), Ações do Comércio e Rep.União Oeste Ltda (Cr\$30.000,00)	Balanço Geral do ano de 1954.
1955	Participações financeiras: Ações do Frigorífico Santo Antônio S.A. de FW (Cr\$390.000,00), Ações do Comércio e Rep.União Oeste Ltda (Cr\$30.000,00), Ações da Metalúrgica Wallig S.A. (CR\$35.000,00), Ações da Cia.Industrial de Adubos (Cr\$3.000,00)	Balanço Geral do ano de 1955.
1956	Alteração do contrato social. Criação da filial em Francisco Beltrão-PR.	Alteração do contrato social da firma, em 14 de junho de 1956.
1959	Alteração da razão social da sociedade para Zanchet S/A. Indústria, Comércio e Exportação e distribuição de ações conforme valor das contribuições financeiras dos sócios (cotas). Marcelo Zanchet deixa o cargo de diretor comercial, pelo motivo de ter sido eleito prefeito do município de Seberi, e Edylio Zanchet assume o cargo. O cargo de diretor presidente ficou com Romano Zanchet.	Circular 02/59 da Zanchet S/A.
1960	Aumento do capital social do grupo, de 10 milhões de cruzeiros para 20 milhões de cruzeiros. Parte dos recursos necessários é proveniente do próprio fundo de reserva (60%) e o restante foi arrecadado através da subscrição de novas ações. Foi destinado o montante de 5 milhões de cruzeiros para investimentos na filial de Francisco Beltrão-PR.	Ata nº 2 - Assembléia geral extraordinária da firma Zanchet S/A Indústria Comércio e Exportação - Seberi (RS) - Realizada em 20 de outubro de 1960.
1964	Aumento do capital social, em virtude de reajuste monetário, constando remessa de recursos para uma filial do grupo em Curitiba.	Ata nº 3 - Assembléia geral extraordinária realizada em 14 de outubro de 1964.
1965	O segundo item da pauta de discussões da reunião aventa sobre a possibilidade de transferência da matriz do grupo de Seberi para Francisco Beltrão, mas, o aprofundamento do assunto ficou para ser discutido em reuniões futuras.	Ata nº 6 - Assembléia geral extraordinária realizada em 06 de setembro de 1965.
1966	Formalização, pela diretoria, da proposta de transferência da matriz de Seberi para Francisco Beltrão e apresentação de parecer favorável do conselho fiscal.	Ata da 7ª Assembléia geral extraordinária realizada em 5 de setembro de 1966
1972	Na ata da 9ª reunião extraordinária é ressaltado o êxito econômico pelo qual o grupo passou nos últimos anos.	Ata da 9ª Assembléia geral extraordinária realizada em 30 de julho de 1972.

FONTE: Documentos do acervo pessoal de Ione Nardin.

Apesar de esta sociedade ter sido firmada no ano de 1947, foi somente a partir do ano de 1948 que sua atuação ganha destaque quando da inauguração de sua própria usina de geração de energia, capaz de abastecer todos os empreendimentos

do grupo e ainda produzir um excedente comercializável. Esta usina foi construída no rio Fortaleza (Ogaratim) e foi uma das primeiras usinas hidroelétricas instaladas no município de Palmeira das Missões. A sede do município e alguns distritos (como, por exemplo, o de Frederico Westphalen) produziam energia através de motores movidos a combustível fóssil. O diferencial entre os geradores hidroelétricos e os geradores de motores a combustível está no baixo custo de manutenção para a movimentação desses. No sistema a motor, era comum que o abastecimento de energia fosse interrompido a partir de determinado horário da noite, como forma de economizar os gastos com combustíveis, enquanto no sistema hidroelétrico a produção era contínua, pelo aproveitamento da força natural das águas do rio Fortaleza.


As pessoas que vinham para cá eram atraídas pela cidade, pois aqui havia luz. Lá em Frederico Westphalen tinha um motor movido a óleo. Era muito caro. O frigorífico tinha uma caldeira a vapor. A nossa luz era elétrica-hidráulica, mais barata, por isso Seberi cresceu ligeiro. [...]. A turbina para as máquinas da firma veio de Taquara, mas era importada da Alemanha. O gerador era Bromberg. Os Zanchet colocaram luz em todas as casas. Só tiraram quando veio a CEEE. (depoimento de Lourenço Albino Nardin *in* REÁTEGUI, 1988, p.30)

No balanço geral de 1954 o lucro obtido com a geração e distribuição de energia foi de Cr\$110.198,50 e, entre as diversas fontes de renda do grupo, representou a quarta maior fonte de renda. No ano de 1955, com o monopólio da distribuição de energia da CEEE, o grupo perdeu esta importante fonte de renda e que não consta na relação das fontes de renda da sociedade. O comércio de madeira se torna a atividade mais rentável em 1955, atrás do comércio de farinha de trigo, principal atividade do ano de 1954.

A intervenção do estado gaúcho na geração e distribuição de energia, através da criação de uma estatal (a CEEE), teve início a partir da década de 40 do século XX com a finalidade de melhorar a infra-estrutura de energia do estado e, assim, dinamizar o desenvolvimento das indústrias nele instaladas. Conforme trabalho de Ueda (*in* BOEIRA 2007, p.182) “os conflitos entre os proprietários (das empresas de geração de energia) e o estado eram imensos”. De acordo com a mesma autora, em janeiro de 1943 foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica com o propósito de realizar estudos do potencial hidráulico do estado em função da falta de combustíveis (como consequência da Segunda Guerra Mundial) empregados na geração de energia que afetava a expansão das indústrias gaúchas. A partir de 1952 a CEEE foi transformada em autarquia e várias usinas foram construídas a partir desta década,

além de ocorrer a encampação de usinas particulares e de redes de transmissão. Um documento fornecido por Zanchet & Cia Ltda (figura 28) no ano de 1958 informa que a CEEE encampou a rede urbana do grupo em novembro de 1955, mas permitiu que a usina continuasse sendo utilizada para o abastecimento dos empreendimentos do grupo e para algumas residências de sócios do mesmo. Assim, o estado interfere nas relações comerciais estabelecidas pelo grupo Zanchet através do fornecimento de energia elétrica aos moradores do distrito de Seberi. Neste mesmo documento, é possível observar as principais atividades econômicas exercidas pelo grupo e exibidas em uma coluna, localizada na lateral esquerda deste.

Figura 28: Informações fornecidas à Comissão Pró-Emancipação de Seberi sobre a usina hidroelétrica do grupo Zanchet, em 5 de abril de 1958.

					
<p>MOLINO DE TRIGO "SEBERI" Moinho pneumático com quatro cilindros</p> <p>CASA "ZANCHET" Comércio em geral Compra e Venda de Produtos Coloniais</p> <p>SERRARIAS com depósito de madeira de Pinho e de Lei</p> <p>BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS Com depósito de tábuas de ferro e assoalho</p> <p>MARCNARIA Cadeiras, esquadrias, cabos de vassoura, etc.</p> <p>OLARIA</p> <p>USINA HIDRO-ELÉTRICA</p>	<p style="text-align: center;">Zanchet & Cia. Ltda. INDÚSTRIA E COMÉRCIO <i>SEBERI — PALMEIRA DAS MISSÕES — RIO GRANDE DO SUL</i></p> <p style="text-align: center;">-Continuação-</p> <p>Um transformador G. E. tipo H.T. nº B - 15067, de 50/60 ciclos, 100 KVA AT 5700/6600/11430 volts, BT 127/220/254/440/.. 380/220 volts, 305 litros de óleo, ligado em 11.400 volts, .. 60 m de cabos Wp de 3 cm de diâmetro externo.</p> <p>Rêde de Distribuição a diversas indústrias e residências particulares, da zona urbana da Vila.-</p> <p style="text-align: center;"><u>APROVEITAMENTO:</u></p> <p>Logo após a sua inauguração, isto é, em outubro de 1948, o seu aproveitamento era total em vista do contrato que esta - Firma mantinha com a Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões, até novembro de 1955. A partir desta última data, a rêde da C.E.E.E., vinda da Usina da Guarita, alcançou esta localidade, e, por determinação oficial foi encampado a rêde urbana, sendo que, de acôrdo com convênio firmado entre a Firma e a C.E.E.E., aquela sbmente aproveita a força e luz, exclusivamente para o consumo nas suas indústrias e em algumas residências de sócios.-</p> <table style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td>Resumo: Aproveitamento</td> <td style="text-align: right;">70%</td> </tr> <tr> <td>Sobra</td> <td style="text-align: right;">30%</td> </tr> </table> <p>Na expectativa de wordens, colhemos o ensejo para reassegurar a V.S. e aos demais Membros da Comissão Pró-Emancipação de Seberí, os nossos protestos de elevada estima e aprêço, subscrevendo-nos</p> <p style="text-align: right;">CORDIALMENTE.</p> <p style="text-align: right;"><i>Zanchet & Cia Ltda.</i> Zanchet & Cia. Ltda.-</p> <p>(ár)</p> <p style="text-align: right;"><i>Reconheço assinaturas e firma supra de Zanchet & Cia Ltda</i></p>	Resumo: Aproveitamento	70%	Sobra	30%
Resumo: Aproveitamento	70%				
Sobra	30%				

FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

Para Müller (1993, p.372), a situação da infra-estrutura de energia e das rodovias do estado, entre os anos 30 e 60, era um problema que deveria ser encarado com grande urgência pelo Estado como forma de impulsionar os grupos industriais que estavam se destacando no cenário econômico do Rio Grande do Sul.

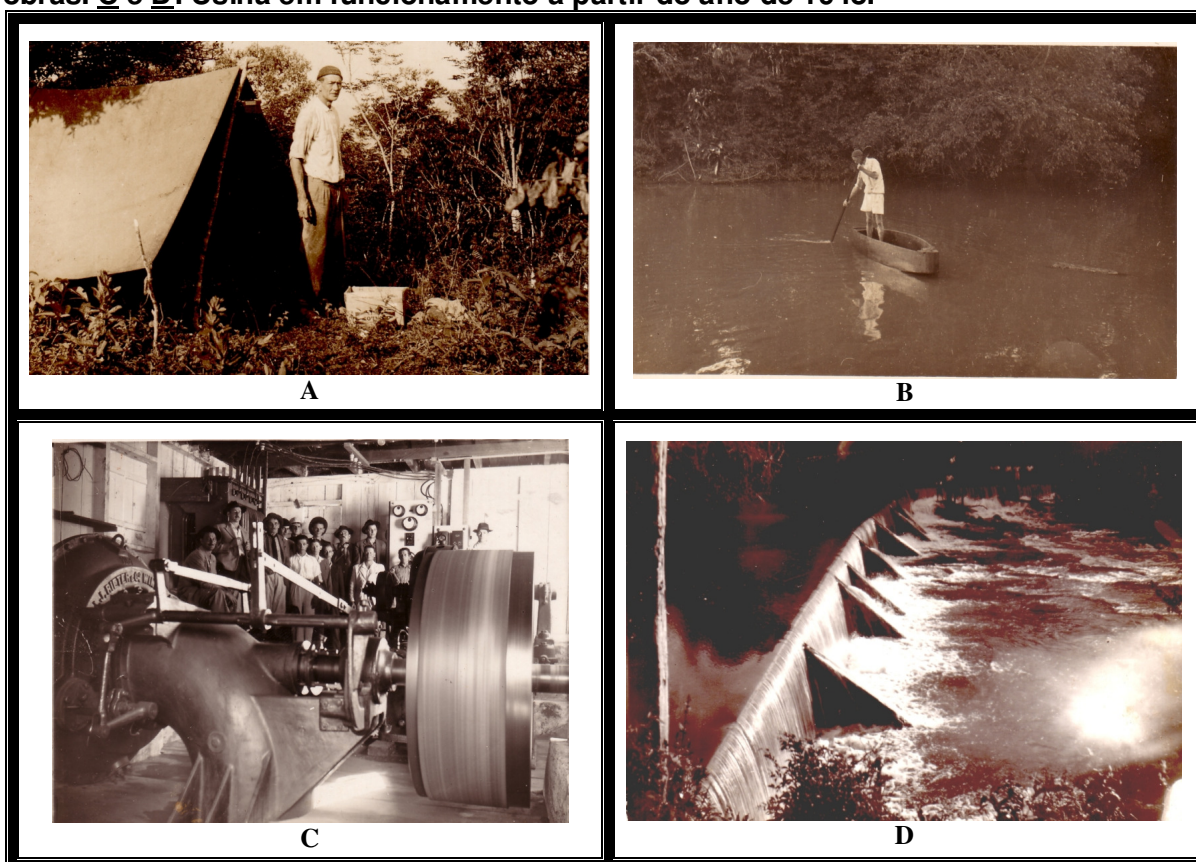
Ao ver da fração industrial e de algumas autoridades governamentais, o problema do RS – problema que converte esse Estado em sócio menor da industrialização que ocorre no país – é um problema de energia elétrica. Assim, a luta da fração modernizante da classe dominante gaúcha, e também dos governos, será transporte, com ênfase cada vez maior no rodoviário, e, principalmente, energia elétrica. Nisso, residia a saída das dificuldades postas pela realidade, através do entendimento do interesses desta fração e dos governos, cujo resultado deveria ser a continuação do desenvolvimento orgânico sul-rio-grandense. (MÜLLER, 1993, p.372)

A construção da usina particular do grupo Zanchet ficou sob a responsabilidade de Lourenço Nardin, que também era um dos sócios do grupo. Ele foi o responsável pela construção da usina ocorrida entre os anos de 1947 e 1948 e se tornou o encarregado por sua manutenção até meados da década de 70, quando, então, abandonou a sociedade. Antes de se transferir para Seberi, Lourenço Nardin residiu no município de Guaporé-RS sendo convidado, por membros da família Zanchet, a migrar para Seberi já com a incumbência de construir a usina e fazer parte da sociedade que se firmou no ano de 1947. Na figura 29-A, o mesmo está em frente da barraca na qual dormiu muitas noites durante este trabalho. Como este local ficava distante mais de 6 quilômetros da atual cidade de Seberi, e com estradas de difícil acesso, não era possível realizar o deslocamento diário para o pernoite. A figura 29-B mostra a coleta de dados sobre o volume de água represada para realizar os cálculos do potencial hidroelétrico. Relacionado a isto, é importante ressaltar que o Sr. Lourenço Nardin não possuía nenhum tipo de formação técnica sobre mecânica ou elétrica. De acordo com correspondências trocadas entre ele e a empresa H.Wirz & Cia, os engenheiros desta lhe repassavam as fórmulas matemáticas para o cálculo da vazão e do potencial hidráulico³⁶. Esses dados eram importantes para a

³⁶ **Turbinas Wirz** – De acordo com informações da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959) sobre o município de Estrela, a indústria H. Wirz & Cia foi inaugurada próximo ao período da proclamação da República no Brasil (1889) com as atividades de fundição e fabricação de turbinas hidráulicas e acessórios. No cadastro industrial da FIERGS de 1994 constam algumas informações diferentes, como segue: **Razão social:** Turbinas Hidráulicas Wirz Ltda; **Ano de fundação:** 1936; **Endereço:** rua Joaquim Nabuco, 97; **Funcionários empregados:** 69; **Produtos:** comporta de represa – condensador – conduto forçado – moinho de bola – peça em ferro fundido – peça para turbina – polia – prensa – regulador automático para turbinas – tanque metálico. No

escolha dos equipamentos a serem adquiridos, o que não poderia ser feito sem a utilização das fórmulas repassadas. Na figura 29-C é possível visualizar a sala de máquinas da usina já em operação, enquanto na figura 29-D temos uma visão da barragem (localizada a mais de 900 metros da sala de máquinas) onde um canal desvia parte do volume de água.

Figura 29: A e B: O responsável pela construção da usina hidroelétrica do grupo Zanchet, Sr. Lourenço Nardin (no ano de 1947, aproximadamente), durante a fase de obras. C e D: Usina em funcionamento a partir do ano de 1948.



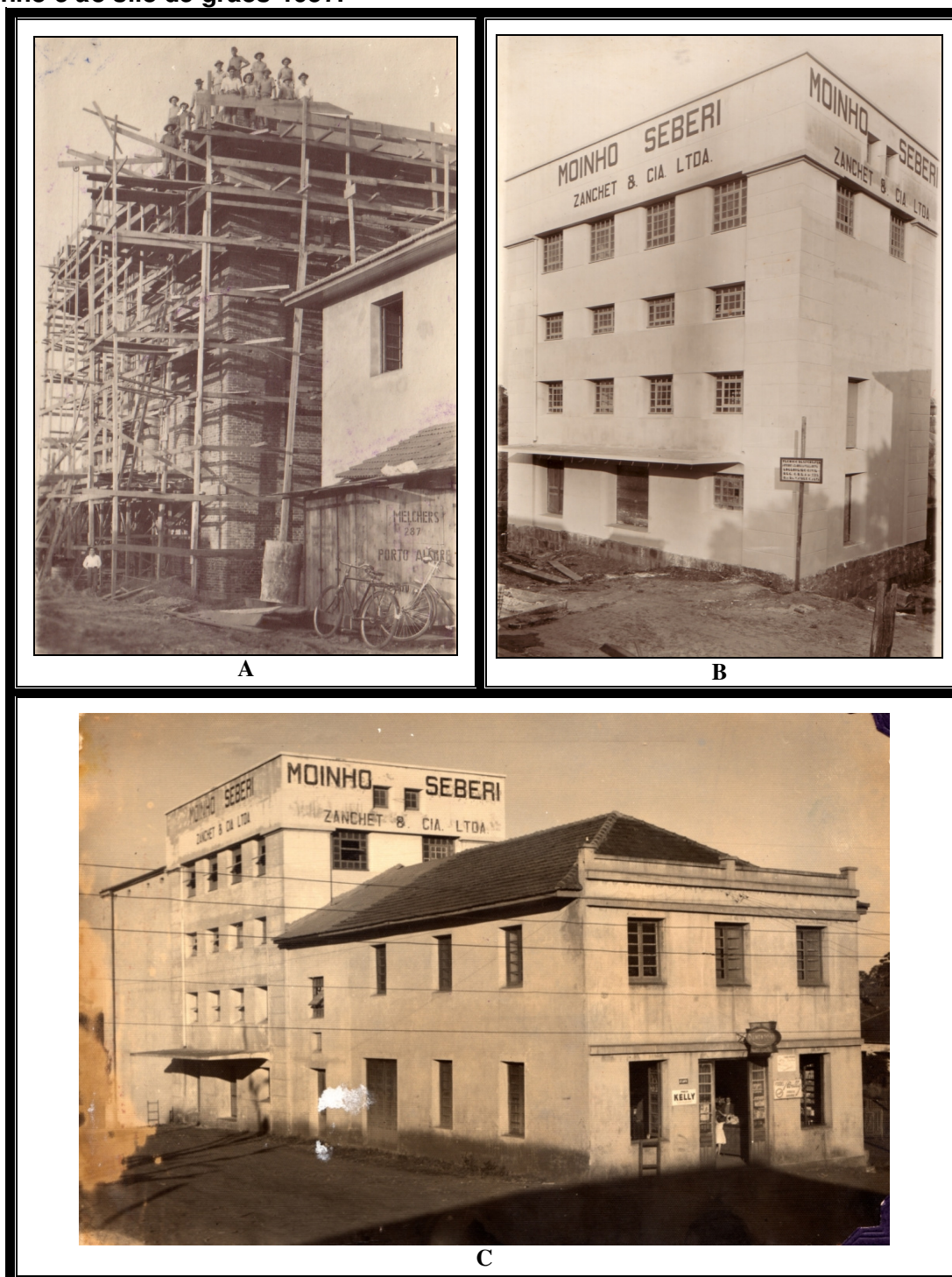
FONTE: Acervo pessoal de Ione Nardin

A construção desta usina permitiu que o grupo ampliasse e diversificasse suas atividades industriais (uma vez que conseguiam obter energia elétrica com baixo custo) junto com a utilização de alguns de seus próprios produtos como tijolos e madeiras. Ampliaram a serraria de onde podiam aproveitar a madeira beneficiada para a sua própria fábrica de móveis, onde fabricavam os móveis de escritório, aber-

ano de 1996 a razão social da empresa é alterada para Bee Indústria e Comércio de Equipamentos Ltda., e a sede da empresa foi transferida para o estado do Paraná. No ano de 2008 o grupo MECAMIDI (de origem francesa) incorporou a Bee Indústria e Comércio de Equipamentos Ltda., mantendo a indústria de motores, turbinas hidráulicas, peças e acessórios no município de Estrela e alterando o nome da empresa para Mecamidi Wirz Indústria e Comércio de Equipamentos Ltda.

turas, esquadrias e outros móveis necessários ao grupo. Da olaria saíram os tijolos do moinho que começou a ser construído no início da década de 50 e que em 1955 já estava em funcionamento. Nas figuras 30-A, B e C, podemos observar algumas etapas da construção do moinho.

Figura 30: A e B: Evolução da construção do moinho do grupo Zanchet & Cia Ltda entre os anos de 1950 e 1955. C: Casa de comércio do grupo Zanchet integrada ao moinho e ao silo de grãos-1957.



FONTE: Acervo pessoal de Rosinha Bertinatto

A exploração da madeira foi uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo através da serraria, beneficiamento de madeiras e marcenaria. Foi a atividade madeireira que fez com que o grupo expandisse suas atividades até o município de Francisco Beltrão, no estado do Paraná, onde foi aberta uma filial que tinha, como atividade principal, a exploração de madeira, além de atividades comerciais. Neste município também era comercializada parte da farinha de trigo processada em Seberi, expandindo seu mercado consumidor. Assim como Seberi, o município de Francisco Beltrão se constituía em área de colonização recente, tendo obtido sua emancipação no ano de 1951. A madeira de Francisco Beltrão era serrada no próprio município, mas, para receber maior beneficiamento, era enviada para Seberi por caminhão. A figura 31 mostra uma seqüência de fotos relacionadas com a exploração madeireira do grupo Zanchet.

Na década de 50, no distrito de Seberi, o grupo passou a investir na lavoura comercial de trigo para a produção de farinha de trigo e, na mesma propriedade onde plantavam trigo, também plantavam milho para produção de farinha de milho e para alimentar os suínos existentes em suas granjas. Suínos estes que eram abatidos em seu próprio matadouro localizado na sede do distrito (próximo à serraria) ou comercializados ainda vivos para serem abatidos em Frederico Westphalen (no frigorífico Santo Antônio) ou em Rio Grande (no frigorífico Swift), conforme depoimento do Sr. Lourenço Nardin (*in* REÁTEGUI, 1988, p.30):

Lá na Boca da Picada havia um posto de compra de porcos: a Swift de Rio Grande. Era um frigorífico. Aqui tinha o Sr. Batistela, que era o comprador registrado. A colônia fornecia de seus chiqueirões e os animais eram transportados de caminhão até Santa Bárbara. De Santa Bárbara iam para Rio Grande de trem.

A ligação entre o distrito de Seberi e a estação férrea de Santa Bárbara era realmente feita através de caminhões pertencentes à VFRGS como podemos visualizar na figura 32. Também constatamos, através de consulta à Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume 34 (IBGE, 1959-b, p.129), que o frigorífico Swift (Companhia Swift do Brasil SA) produzia banha de porco refinada no município de Rio Grande-RS, o que nos fornece o embasamento do depoimento de Lourenço Nardin. É importante destacar que apesar da grande distância existente entre o distrito de Seberi e o município de Rio Grande (aproximadamente 700 quilômetros) e das condições de transporte existentes na década de 50 (modais rodoferroviários

com as rodovias sem qualquer tipo de pavimentação), o transporte de carga viva fosse economicamente viável.

Figura 31: **A:** Extração de madeiras das matas de Seberi-sem data; **B:** Serraria e marcenaria do Grupo Zanchet-1957; **C:** Caminhões carregados de madeira em frente à casa comercial do Grupo Zanchet em Seberi-1957.



FONTE: **A:** Acervo pessoal de Lurdes Tamanini Hemielewski; **B:** Acervo pessoal de Rosinha Bertinatto; **C:** Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação).

Porém, há alguns questionamentos que não conseguimos responder em nossas pesquisas e que consideramos que mereçam um estudo específico: por que os suínos eram transportados de Seberi até Rio Grande se no município de Frederico Westphalen (distante 15 km da sede do distrito de Seberi) havia um frigorífico capaz de receber esses suínos? Será que o frigorífico Santo Antônio não tinha condições

de abater todos os suínos ofertados? Ou havia uma grande demanda por banha refinada que justificasse tal deslocamento? De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume 33 (IBGE, 1959-a, p.213), ao abordar a produção de suínos no município de Frederico Westphalen “a produção suína é quase toda consumida pelo frigorífico Santo Antônio, para industrialização e este estabelecimento se constituiu na principal indústria e fonte de renda municipal”.

Figura 32: Frota de caminhões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul no distrito de Seberi, vindos da estação de Santa Bárbara-RS.



FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

O grupo Zanchet também possuía cotas de ações deste frigorífico (rever quadro 2, nos anos de 1954 e 1955). Além disso, entre os anos de 1954 e 1955, Marcelo Zanchet exerceu o cargo de diretor administrativo do mesmo. De acordo com Battistella (1969, p.171), o frigorífico foi fundado no ano de 1941 como uma cooperativa de banha e produtos suínos, mas, por falta de condições financeiras, teve de ficar paralisado até que alguns empreendedores vindos de Porto Alegre transformaram a cooperativa em uma sociedade anônima e trouxeram outros equipamentos.

Por volta de 1941, Vergínio Cerutti, com a cooperação de João Reis e outros, percebendo a importância da indústria da banha, e desejando incrementar o interesse da colônia pela suinocultura, promoveu a fundação de uma cooperativa de banha e produtos suínos.

Valendo-se do seu prestígio, conseguiu reunir os elementos indispensáveis para enfrentar o problema. Mas, após o sucesso inicial, o empreendimento teve de ficar paralisado por falta de meios, resurgindo em 1943, quando elementos de Pôrto Alegre, como Tranqüilo Damo, José Zamproga e José Zambenedetti, propuseram e foi aceito transformar a cooperativa em Frigorífico Santo Antônio Ltda., transferindo para cá o maquinário de uma indústria da Linha 11 de Guaporé. Para diretor administrativo da construção do prédio e das instalações foi nomeado João Pinto que, após dois anos, [...], passou o cargo a João M. Reis, o qual nele se manteve desde 1946 a 1950. Seguiram-se sucessivamente no cargo Leopoldo Friedrich, 1950; João Muniz Reis, 1951 a 1953; Joviniano Zambenedetti, 1953; Ampélio Damo, 1953; Marcelo Zanchet, 1954 a 1955; Ampélio Damo, 1955 a 1969. (BATTISTELLA, 1969, p.171)

A partir destas modificações, o frigorífico Santo Antônio obteve grande crescimento, a tal ponto de figurar entre os maiores frigoríficos do estado como podemos observar pela afirmação de Battistella (1969, p.174):

Tal é a magnitude e a importância deste frigorífico que, em 1967 se classificou em segundo lugar entre os 52 existentes no Estado, com 124.338 suínos abatidos, enquanto o Frigorífico Ideal S/A de Serafina Corrêa coube o primeiro lugar com 133.143 abates e ao Frigorífico Borella de Marau o terceiro com 113.453.

É possível afirmar que entre os fatores que favoreceram o surgimento de uma quantidade considerável de indústrias naturais no distrito de Seberi e em toda a zona colonial de Palmeira das Missões foi a produção agrícola e a existência de recursos naturais (como a madeira e a erva-mate) da zona colonial. Em nosso processo de pesquisa, obtivemos relatos de antigos moradores sobre a existência de pequenos moinhos movidos por rodas d'água e atafonas (um tipo de moinho para elaboração de farinha de mandioca) no interior do atual município de Seberi. Em alguns desses depoimentos, tomados de maneira informal, mencionava-se apenas a expressão "engenho" que poderia servir para o beneficiamento de trigo, milho, erva-mate, cana-de-açúcar ou outro produto agrícola. Para essas pessoas, já de idade avançada, o engenho era algum tipo de máquina de beneficiamento, que poderia até mesmo servir para o beneficiamento de madeira. Como a escala de produção desses engenhos era muito pequena (não muito superior às necessidades da própria família), não houve registros oficiais destas construções. Porém, a partir da década de 50, a implantação de novas técnicas e equipamentos na agricultura do município de Palmeira das Missões e do distrito de Seberi, aumentou a produção agrícola e justificou o investimento em indústrias de beneficiamento de maior escala.

De acordo com Rückert (2003, p.42) a produção de trigo em moldes capitalistas vem a ser assumida a partir, principalmente, da década de 50, pela fração de classe capitalista representada pelos comerciantes-industrialistas e com o apoio do Estado. Especificamente sobre Palmeira das Missões, é possível afirmar que:

Em 1951, entrou em funcionamento a primeira lavoura mecanizada; daí, lentamente, na base de duas a mais em cada ano, foram se desenvolvendo com recursos próprios até 1955, quando já se contavam em número superior a uma dezena. Nesse ano foi instalada na cidade uma agência do Banco do Brasil, que passou a financiar aos agricultores o cultivo do trigo, [...]. Antes da mecanização da lavoura, já a agricultura ocupava o primeiro lugar na economia do município e a produção total anual de trigo atingia mais de 200 mil sacos, alcançando, atualmente, 700 mil. Também a mandioca, milho e feijão-soja tiveram a sua produção aumentada, pois os plantadores de trigo têm se dedicado ao cultivo desses produtos. Dos centros consumidores dos produtos agrícolas do município conta-se a Capital do estado em 70% e mais os seguintes municípios: Cruz Alta, Ijuí, Carazinho, Capital Paulista e Distrito Federal. (IBGE, 1959-b, p.13-14)

Como mencionado na citação acima, antes mesmo do processo de mecanização da agricultura ter início, a cultura de trigo já se destacava junto com a produção de outros produtos agrícolas. Dessa forma, podemos afirmar que foi através da pequena produção mercantil que a zona colonial de Palmeira das Missões começa a se destacar economicamente. Os agricultores que passaram a ocupar os lotes coloniais necessitavam de alguns produtos, tais como, sal, ferramentas de trabalho (facão, enxada, machado, serra, ...) e tecidos. Para isso era necessária a produção de algum excedente comercializável. Nem sempre o agricultor possuía dinheiro (papel-moeda) em mãos, mas sua produção poderia ser aceita como pagamento dos bens de que necessitava. Diante destas necessidades básicas dos colonos surgiram as primeiras bodegas que propiciaram ao pequeno produtor rural o saciamento de suas necessidades e, ao mesmo tempo, a comercialização sua produção.

Instalei minha casa no meio do mato. A estradinha para chegar até lá fui eu mesmo que abri. [...]. Fiz um pique de mais ou menos quinhentos metros para poder puxar a **madeira** e fazer um paiol. Morei dois anos neste dito paiol e, então, fiz uma casinha de madeira. Comecei a derrubar mato para fazer **roça de feijão, milho, trigo**. A lavoura era feita à mão. Depois fui plantando **batata, abóbora e criava leitão para o gasto**. Todas as espécies de frutas: **parreiras, laranjeiras, bergamoteiras** que também foram plantadas por nós. As mudas e sementes vinham de Santa Bárbara quando os motoristas da empresa da viação férrea traziam de caminhão numa frota que pertencia à VFRGS. Fui capataz da granja de abacateiros dos irmãos Raitter, Ferdinando e Leopoldo, por 12 anos. Aí ganhava um pouco para sustentar a família. **Vinha a cavalo fazer compras em Seberí na casa**

do pai do Getúlio Schmidt, o “Seu” Roberto. Ali tinha de tudo, **prego, farinha, arame, sal, tecidos, querosene. Pagava com o que ganhava na granja e às vezes com a safra.** (depoimento de Silvino de Mello *in* REÁTEGUI, 1988, p.36). [grifo nosso]

Apesar da aproximação do nível de subsistência, o agricultor visava sempre a produção de um excedente comercializável. Dessa forma ele poderia melhorar as condições de vida de sua família, melhorar sua residência e adquirir os produtos que não podiam ser produzidos no interior de sua propriedade.

Há uma diferença qualitativa entre os colonos que se instalam nos lotes coloniais entre 1920 e 1940, e alguns colonos que adquirem lotes coloniais no período pós-1940. O primeiro grupo de colonos, onde se destacam os nacionais, tinha na pequena produção agrícola, a base de seu sustento. Sua produção era diversificada, com baixo emprego de equipamentos de produção e utilização de mão-de-obra familiar na grande maioria das propriedades, mas, sempre buscava a produção de excedentes comercializáveis para a obtenção de outros produtos nas vendas, bodegas, casas de secos e molhados. O segundo grupo, que se destaca no período pós-década de 40, pratica uma agricultura mais sintonizada com as necessidades de mercado, empregando novas técnicas e ferramentas com o propósito de melhorar seus índices produtivos. Percebiam a agricultura como uma maneira de ascender economicamente e não apenas manter/sustentar a família.

A partir da década de 40 o segundo grupo de produtores rurais começa a procurar terras no distrito de Seberi ou em áreas próximas. Concomitantemente com a chegada desses novos colonos, muitos agricultores nacionais abandonam seus lotes e passam a migrar para o oeste catarinense, onde ainda restavam áreas de menor pressão demográfica. Esse abandono de lotes é demonstrado na tabela 2, já apresentado no capítulo 3 (págs. 91 e 92) e é atribuído à pressão econômica exercida pela busca de terras por colonos das antigas colônias, em virtude do crescimento demográfico e da inexistência de terras disponíveis nestas áreas que também já se mostravam escassas em algumas das novas colônias como, Santa Rosa, Ijuí, Erechim, Passo Fundo e Panambi. O processo migratório das áreas de antigas colônias para as novas colônias atingiu tamanha intensidade que recebeu a denominação de “enxamagem” por Jean Roche (1969-a, p.319) que relacionou a intensa mobilidade dos colonos com a mobilidade das abelhas.

Especificamente sobre o distrito de Seberi e os processos de modernização da agricultura, destacamos a figura 33 que mostra um histórico de atividades de uma lavoura mecanizada implantada no distrito, exemplificando as mudanças que se operavam pelo processo de modernização da agricultura. É possível observar que o responsável pela administração da propriedade mencionada na figura 33 (ou “granja”, conforme expressão empregada no documento) está vinculado ao grupo Zanchet, confirmando a idéia anterior de interligação das atividades produtivas deste grupo. Declaração semelhante foi fornecida pelo Sr. Luiz Júlio Gemelli sobre a produção da Granja Zilmar Ltda, uma das maiores produtoras de trigo no distrito de Seberi. A Granja Zilmar iniciou suas atividades neste distrito no ano de 1953 e a Granja Santa Terezinha no ano seguinte, sendo que ambas utilizavam maquinário agrícola extraindo de suas propriedades o mesmo tipo de produção agropecuária (trigo, milho, soja e suínos). Nas figuras 34-A e B visualizamos o maquinário utilizado na colheita de trigo da Granja Zilmar.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959-b, p.14), o Sr. Luiz Gemelli cultivou 600 ha de trigo no ano de 1955, figurando entre os maiores plantadores deste cereal no município de Palmeira das Missões. Sua produção de trigo era comprada pelo grupo Zanchet para a produção de farinha de trigo no moinho do grupo que, desde o ano de 1950, não possuía mais nenhum membro da família Gemelli em seu quadro de associados.

Nas figuras 34-C e D, visualizamos as criações de suínos desta mesma granja que, além da comercialização da carne, também eram importantes para a produção de banha. Neste sentido, é importante ressaltar que a banha foi um produto muito utilizado no Brasil para o preparo e conservação de alimentos, pois ainda não eram utilizados óleos vegetais. Roche (1969, p.183) chegou a chamar a banha como o “ouro branco” para os colonos alemães do sul do Brasil. Com o passar do tempo, a banha foi perdendo seu mercado para o óleo de soja. As plantações de soja começaram a se destacar ainda na década de 40, principalmente no município de Santa Rosa-RS. No distrito de Seberi as primeiras plantações datam de meados da década de 50, o que coloca o distrito entre os pioneiros desta cultura agrícola no Brasil. De acordo com Brum (1988), as culturas de soja e trigo foram fundamentais no processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul.

Figura 33: Histórico das atividades da "Granja Santa Terezinha", administrada por Marcelo Zanchet.

Seberí, 5 de Abril de 1.958

Ilmo. Snr.
 Presidente da Comissão Pro-Emancipação de Seberí
N/Localidade.

Prezado Snr.

Atendendo ao pedido por V.S. formulada em nome da Comissão Pró-Emancipação de Seberí, passamos a fornecer os dados relativos às atividades da "Granja Santa Terezinha" no ano de 1.957.-

HISTÓRICO:
 Fundada em 1.954.

RAMO EXPLORADO:
 Agricultura e Suinicultura.

AGRICULTURA:
 Principal Cultura é o Trigo, sendo cultivados também o milho e o feijão soja.


ÁREA CULTIVADA:
 Duzentos e trinta Hectares.

Semente Empregada:
 Em 1.957 foram semeados 400 sacos de trigo, 5 sacos de milho híbrido e 60 sacos de feijão soja.

COLHEITA:
 Em 1.956 foram colhidos 3.500 sacos de trigo no valor aproximado de Cr\$ 1.400.000,00; e em 1.957 foram colhidos 2.000 sacos com o valor aproximado de Cr\$ 800.000,00.
 Em 1.957 colhemos 400 sacos de Milho e 100 sacos de Feijão Soja, Sendo que a safra em geral foi prejudicada em 80% devido às condições climáticas.

MAQUINÁRIA:
 Uma Automotriz com 12 pés de corte; Um trator International com grade e arado; Um trator Oliver com Grade e arado; Uma Semeadeira com 17 linhas; dois arados completos.

Na expectativa de Vv.novas ordens, aproveitamos a oportunidade para reafirmar a V.S. e aos demais membros da Comissão Pró-Emancipação de Seberí, os nossos protestos de elevada estima e apreço, subscrevendo-nos

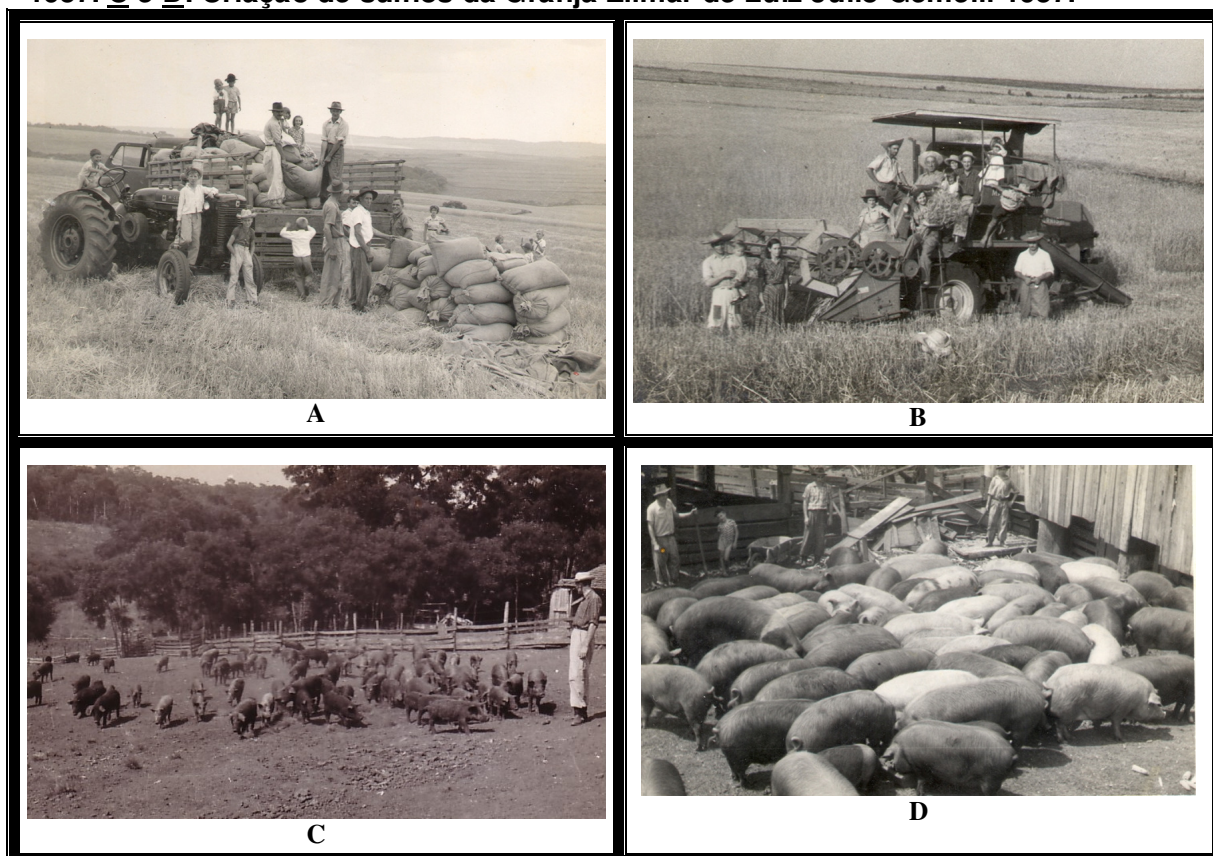
ATENCIOSAMENTE

 Marcelo Zanchet
 Sócio Administrador.-

FONTE: Prefeitura Municipal de Seberí (Relatório do processo de emancipação)

Ainda sobre as informações contidas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a criação de bovinos no município de Palmeira das Missões estava voltada para o abastecimento interno do município, enquanto a produção de suínos já buscava atender a mercados externos. A justificativa apresentada era de que o município não possuía pastagens de boa qualidade para a criação de bovinos.

A pecuária do município tem na suinocultura uma das suas principais fontes de renda. No entanto, os bovinos são criados mais para atender às necessidades locais, no que tange ao abastecimento de carne verde³⁷, leite e animais para o trabalho, do que propriamente com o fito pecuarista propriamente dito. Esse fato se justifica pelas péssimas qualidades das pastagens, onde predomina a “barda-de-bode”. (IBGE, 1959-b, p.14)

Figura 34: A e B: Colheita de trigo na Granja Zilmar, no distrito de Seberi, no ano de 1957. C e D: Criação de suínos da Granja Zilmar de Luiz Júlio Gemelli-1957.



FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

Os produtos primários e a existência de um mercado consumidor local influenciaram fortemente na instalação de indústrias naturais nas zonas coloniais e, tam-

³⁷ A expressão “carne verde” se refere à carne que não passa por beneficiamento industrial. É a carne comumente comercializada *in natura* nos açougues e casas de carne.

bém, no distrito de Seberi. Entre as 14 maiores indústrias de Palmeira das Missões citadas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 3 delas estavam localizadas no distrito de Seberi, e todas realizavam algum tipo de beneficiamento em matérias-primas existentes no município. No quadro 3 estão listadas estas indústrias (as indústrias grifadas estavam localizadas no distrito de Seberi) e, novamente, os sobrenomes Gemelli e Zanchet são destacados.

A relação de dependência existente entre as matérias-primas produzidas e/ou encontradas em Palmeira das Missões (erva-mate, madeira, trigo e suínos) e as indústrias citadas pelo IBGE é evidente. Nenhuma das indústrias mencionadas depende de matéria-prima externa, porém, alguns insumos (principalmente combustíveis e óleos lubrificantes) são buscados em outras regiões do estado, do Brasil ou em outros países.

Quadro 3: Principais indústrias de Palmeira das Missões e seus ramos de atividade, em 1955.

<i>Indústrias</i>	<i>Ramos de atividade</i>
Eduardo A. S. Forte	Erva-mate
Felipe Willibaldo Stefens	Tábuas
Constante Luiz Gemelli	Tábuas
José Posini	Tábuas
Knorr & Cia. Ltda.	Ripas e tábuas
Lorenzoni & Cia. Ltda.	Tábuas
Adilno Pereira Melo	Pranchas e tábuas
Ricardo Dequi	Tábuas
Zanchet & Cia Ltda.	Pranchas e tábuas
Indústria Palmeirense do Mate Ltda.	Farinha de trigo e erva-mate
Zanchet & Cia Ltda.	Farinha de trigo
Frigorífico Palmeira Ltda.	Banha de porco
Serafim de Moura Reis Neto	Erva-mate
Turíbio Nery da Veiga	Erva-mate

FONTE: IBGE (1959-b, p.14)

No ano de 1958 o IBGE forneceu à Comissão Pró-Emancipação de Seberi uma relação de 28 indústrias encontradas no distrito de Seberi (quadro 4). Entre as principais matérias-primas utilizadas por estas indústrias encontramos: o barro, a madeira, a cana-de-açúcar, e os cereais (com destaque para o milho e o trigo). As matérias-primas das duas fábricas de calçados (o couro, a cola e as solas dos sapatos) eram trazidas de outras regiões do estado e os sapateiros apenas montavam o calçado de acordo com as necessidades e as medidas de seus clientes. Entre as indústrias listadas na tabela 6 destacamos a gasosaria do Sr. Zanoni Hemielewski,

pois, a análise da evolução desta indústria nos fornece alguns elementos importantes para a compreensão da forma como Seberi vai se inserindo na rede de comércio regional/nacional.

Quadro 4: Lista das indústrias existentes no distrito de Seberi e principal matéria-prima encontrada no distrito, baseado no documento fornecido pelo IBGE, em 28 de março de 1958, à Comissão Central Pró-Emancipação de Seberi.

Razão Social	Indústrias	Matéria-prima existente no local
Albino Anselmo Sauer	Fábrica de mausoléus	-----
Alexandre Bonadiman	Serraria de madeira	madeira
Alcides Wilsen	Serraria de madeira	madeira
Antônio Baldin	Olaria	barro/argila
Armando Argenta	Fábrica de aguardente	cana-de-açúcar
Balestrin & Polesso	Moinho	trigo-milho-arroz
Braga e Pereira	Fábrica de aguardente	cana-de-açúcar
Braga e Pereira	Serraria de madeira	madeira
Carlos Trehnepohl	Serraria de madeira	madeira
Edgar Wolf	Marcenaria	madeira
Egídio F. Maglia	Serraria de madeira	madeira
Ernani & João Schimdt	Serraria de madeira	madeira
Francisco Sidloski	Moinho	trigo-milho-arroz
Frederico Daroldi	Serraria de madeira	madeira
Hermes e Felício	Fábrica de calçados	-----
João Sminko	Fábrica de móveis de madeira	madeira
Lucas & Queiroz	Padaria	farinha de trigo
Miguel Koproski	Fábrica de calçados	-----
Olaria Santo Antônio	Olaria	barro/argila
Oscar Rening	Olaria	barro/argila
Oswaldo Sabino da Silva	Fábrica de aguardente	cana-de-açúcar
Oswaldo Schneider	Serraria de madeira	madeira
Osvino Schneider	Moinho	trigo-milho-arroz(descascar)
Rosalino Cadore	Fábrica de calçados	-----
Zanchet & Cia Ltda	Fábrica de móveis de madeira	madeira
Zanchet & Cia Ltda	Olaria	barro/argila
Zanchet & Cia Ltda	Moinho de trigo	trigo-milho-arroz(descascar)
Zanoni Hemielewski	Fábrica de gazona	água potável

FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação). Adaptação e organização: Edilson W. Pedroso Jr.

O surgimento desta gasosaria está relacionado à chegada, no distrito de Seberi, de um imigrante de origem polonesa que já havia residido no município de Ijuí-RS, o Sr. Miguel Wodzick. A data de sua chegada não é definida, mas alguns indícios nos permitem afirmar que foi anterior à década de 40 do século XX. Sobre a escolha do local onde foi instalada a gasosaria, o depoimento do Sr. Avelino Padoan (*in* REÁTEGUI, 1984, p.37) é bem elucidativo:

[...] veio um polonês de Ijuí, ficou nosso vizinho. Disse que era 'gaseiro' em Ijuí. Só não sabia fazer cerveja. Então foi olhar um lugar ali

em abaixo do Getúlio Schmidt. Achou uma vertente com água muito limpa e colocou uma 'gasosaria' ali. Logo em seguida o Roberto Schmidt abriu um 'bolicho' lá. Onde é o centro agora, não havia nada. Tudo deserto ainda.

Este polonês formou uma sociedade com um grupo de irmãos da família Hemielewski no ano de 1948 e, no ano de 1950, vendeu a parte da sociedade que possuía aos irmãos Hemielewski. No ano de 1956 a sociedade é desfeita e apenas o Sr. Zanoni Hemielewski assume a responsabilidade de tocar adiante a gasosaria. A partir do início da década de 50, os irmãos Hemielewski haviam investido em maquinário moderno para a gasosaria. Isto só foi possível porque o grupo Zanchet fornecia a energia elétrica necessária para o funcionamento destas máquinas. Porém, uma das máquinas adquiridas nunca chegou a entrar em funcionamento por possuir voltagem diferente da fornecida em Seberi, gerando prejuízo aos irmãos. Outra máquina, utilizada para lavar garrafas, era tão eficiente que só entrava em funcionamento por alguns dias em cada mês. Sua capacidade de lavar garrafas era muito maior do que o volume de bebidas comercializado pela gasosaria. Outra máquina de grande importância para os negócios da gasosaria era a máquina de gelo. Junto com a bebida fornecida, principalmente, para festividades, bailes e reuniões familiares, também era necessário o fornecimento de gelo.

O refrigerante conhecido como "Laranjinha" era o principal produto da gasosaria do Sr. Zanoni Hemielewski que também chegou a iniciar a fabricação de cerveja. Como a cerveja não teve grande aceitação, continuou apenas com a fabricação de refrigerantes e se tornou um distribuidor da cerveja Brahma, fabricada no município de Passo Fundo. No início da década de 60 a gasosaria Hemielewski encerrou a produção de refrigerantes atendendo às imposições da cervejaria Brahma (figura 35). A Brahma também possuía uma linha de refrigerantes, e para que o Sr. Zanoni continuasse sendo um distribuidor da cerveja precisava, também, distribuir os refrigerantes da Brahma. Ele não poderia distribuir somente a cerveja e continuar concorrendo com a linha de refrigerantes da Brahma.

É preciso levar em consideração que a atividade de representar comercialmente as grandes marcas de bebida do centro do país (como a Brahma e a Antártica) proporcionava um retorno financeiro satisfatório e maior estabilidade comercial pelo motivo de estar representando uma marca de grande aceitação no mercado (enquanto na condição de proprietário de uma pequena gasosaria, era necessário

concorrer com empresas que estavam ganhando cada vez mais o gosto dos consumidores), além do fato de que esta atividade assegurava um grande destaque na economia local. Deve-se destacar que a Brahma (paulista), assim como a Antártica (carioca) adotaram práticas agressivas de expansão de seus produtos através da aquisição de marcas das fábricas regionais e forçaram as cervejarias tradicionais do Rio Grande do Sul a encerrar sua produção.

Figura 35: A: Gasosaria de Zanoni Hemielewski (ano aproximado da fotografia: 1957); B: Distribuidora das bebidas da Brahma (cerveja e refrigerante), de Zanoni Hemielewski e Sobrinhos, no ano de 1966.



FONTE: A: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação); B: Acervo pessoal de Lurdes Tamanini Hemielewski.

De acordo com Pesavento (1983, p.136), o Rio Grande do Sul possuía, no ano de 1913, 134 cervejarias espalhadas pelo estado sendo que as maiores se localizavam próximas à Porto Alegre ou nos municípios de Rio Grande e Pelotas. Como estratégia de manutenção de algumas cervejarias, formou-se, na década de 20, a cervejaria Continental através da união das cervejarias Bopp & Irmãos, Bernardo Sassen & Filho, e H. Ritter, formando a maior cervejaria do estado. No ano de 1946 a Brahma incorporou a cervejaria Continental. Outro caso ilustrativo se deu no município de Getúlio Vargas onde havia, desde 1953, a Maltaria da Serra Ltda que, no ano de 1957 passou a fabricar a cerveja Serramalte. Em 1980 a Serramalte foi incorporada pela Antártica. No ano de 2000 as marcas Brahma e a Antártica se fundem formando a AmBev (Companhia de Bebidas das Américas).

Atualmente, o setor de bebidas-cervejas no Brasil tem uma alta taxa de concentração do capital, hoje representado pela AmBev, que é proprietária de marcas

nacionais e internacionais de cerveja e de refrigerantes. Entre as cervejas nacionais temos a Brahma, Antártica, Skol, Bohemia, Original, Serramalte, Polar, Caracu, Stella Artois e Kronembier. Como marcas internacionais citamos Belle-Vue (belga), Hoegaarden (belga), Leffe Blonde (belga), Família Franziskaner (alemã), Löwenbräu (alemã), Spaten (alemã), Patricia (uruguaia), Norteña (uruguaia), Pilsen (uruguaia), Quilmes Cristal (argentina), Labatt Blue (canadense) e Beck's (alemã) além das linhas de refrigerantes Pepsi, Sukita, Soda Antártica, Teem, Guaraná Antártica e H2OH! e outras bebidas como Gatorade, Lipton Ice Tea e Fratelli Vitta³⁸. No ano de 2008 a Companhia de Bebidas das Américas AmBev foi classificada no setor de bens de consumo e é apontada como a maior empresa deste setor em volume de vendas e a sexta maior empresa quando considerados todos os outros setores. Já AmBev Brasil Bebidas Ltda está classificada na 13ª colocação somente do setor de bens de consumo considerando o volume de vendas e na posição 126 quando considerados todos os outros setores³⁹. Ambas são controladas por investidores belgas. Essas informações demonstram a importância econômica das indústrias de cerveja no Brasil.

Sobre o início do processo de industrialização no Rio Grande do Sul, destacamos que desde meados do século XIX o Rio Grande do Sul foi o responsável por fornecer aos estados do sudeste uma variedade de produtos (cereais, vinho, banha,...) para alimentar a população urbana que aumentava nestes estados em decorrência do processo de concentração industrial que se dava, principalmente, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A dificuldade de transporte desses produtos até os mercados consumidores, foi um grande problema que impedia uma maior inserção dos produtos gaúchos nos mercados do sudeste. Entretanto, a partir do momento em que alguns estados (principalmente São Paulo) se industrializam e iniciam a produção de alguns produtos antes fornecidos pelas indústrias gaúchas, passam a disputar mercados consumidores de forma competitiva. Porém, neste momento, a distância e a precariedade dos meios de transporte no interior, tornaram-se uma barreira de proteção às indústrias gaúchas. Castro (1971, p.126) demonstra

³⁸ Informação obtida através do site da AmBev acessado em julho de 2009 e disponível em: <<http://www.ambev.com.br>>

³⁹ Informações sobre as maiores empresas por vendas em 2008 obtidas através do site do Portal Exame (Maiores & Melhores) acessado em julho de 2009 e disponível em: <<http://mm.portalexame.abril.com.br>>

muito bem como os problemas de transporte no interior do estado acabaram protegendo as pequenas indústrias artesanais pulverizadas em seu território.

A ameaça constituída pelo poder competitivo das demais regiões era neste caso muito inferior. Ao invés de ter contra si custos de transporte, eles são agora uma barreira em favor dos estabelecimentos da região. Outros fatores ainda favorecem as indústrias regionais notadamente, certas facilidades derivadas da comercialização *in loco* e da adaptação ao gosto regional.

Na obra de Furtado (1999), é possível destacar que o desenvolvimento das indústrias brasileiras foi diretamente influenciado por crises mundiais (como a 1ª e a 2ª Guerra Mundial) e pelas flutuações de câmbio da moeda brasileira que ora favoreceu a importação de bens de produção, ora favoreceu as exportações de produtos agrícolas, permitindo a acumulação de divisas. Dessa maneira, as crises mundiais favoreciam uma constante substituição das importações. Durante o período da 2ª Guerra Mundial a moeda brasileira passou por um processo de grande valorização cambial. Isso incentivava a importação de equipamentos industriais, mas também, favorecia a importação de bens de consumo. A solução encontrada pelo governo brasileiro foi à implantação de um controle seletivo de importações que aplicava uma tributação alta para bens de consumo.

[...] a consequência prática da política cambial destinada a combater a alta de preços foi uma redução relativa das importações de manufaturas acabadas de consumo, em benefício da de bens de capital e de matérias-primas. O setor industrial era assim favorecido duplamente: por um lado, porque a possibilidade de concorrência externa se reduzia ao mínimo através do controle das importações; por outro, porque as matérias-primas e os equipamentos podiam ser adquiridos a preços relativamente baixos. (FURTADO, 2005, p.226)

A existência de grande número de pequenas propriedades coloniais nas mãos de imigrantes europeus (e seus descendentes) que produziam uma variada gama de produtos agrícolas e a existência de demanda por alimentos nos centros urbanos do sul e sudeste que se industrializavam, favoreceu o surgimento, no Rio Grande do Sul, de muitas indústrias naturais espalhadas pelo interior do estado. A maioria dessas pequenas indústrias buscava apenas o atendimento de uma demanda local ou regional, aproveitando-se de uma precária proteção fornecida pela carência de meios de transporte eficientes, o que minimizava o impacto da concorrência externa.

Voltadas para o atendimento de mercado regional, as indústrias gaúchas de substituição de importações tentavam desenvolver uma estrutura de oferta compatível com um mercado relativamente amplo e inatendido. Não podendo obviamente manter o passo com a região

central em seu acelerado processo de diversificação, buscavam, não obstante, reproduzir em miniatura e com muitas falhas a estrutura industrial que ali vinha sendo montada. Tal propósito contribuía para dispersar recursos e multiplicar posições de controle monopolístico do mercado. Dada a insuficiência crônica da oferta, tudo era permitido: escalas de produção normalmente insatisfatórias, processos técnicos ultrapassados, formas arcaicas de comercialização, propriedade em regra familiar, notoriamente “fechada” etc. As próprias deficiências da infraestrutura regional de serviços básicos eram pouco sentidas. (CASTRO, 1971, p.127)

É importante lembrar que o projeto de industrialização nacional proposto por Vargas (no período posterior à 1930) privilegiou o estado de São Paulo como palco da concentração industrial e da consolidação de uma burguesia urbano-industrial. Em sua proposta de integração nacional, o papel destinado ao Rio Grande do Sul, de acordo com Pesavento (2002, p.106-107), seria o de fornecer produtos de subsistência para um mercado consumidor nacional. Dessa maneira, o tipo de indústria possível de surgir nesse momento deveria estar quase que diretamente relacionada com a produção agropecuária (trigo, milho, suínos, mandioca) ou aos recursos naturais locais (madeira e erva-mate). No contexto mundial, o início da segunda guerra mundial proporcionou um aumento da circulação de diversos produtos gaúchos pelo interior do país.

Ainda que, durante os primeiros quinze anos do período pós-30, tenha havido uma visualização clara das questões econômicas sul-riograndenses, inclusive no que respeita aos transportes produtivos e energia elétrica para o parque fabril, a principal questão da economia-política gaúcha aparece claramente delineada a partir de meados da década de 50. Até o final de segunda guerra mundial, o surto econômico por que passou o país e o RS – graças ao bloqueio sofrido no comércio internacional durante quase todo o período – permitiu que se encaminhassem as questões que se punham na órbita das forças de produção gaúchas. (MÜLLER, 1993, p.360)

Diante deste cenário foi possível o surgimento de diversos pontos dinâmicos, do ponto de vista econômico, através dos fluxos locais/regionais de produtos agropecuários, que propiciaram o surgimento e o fortalecimento de grupos de comerciantes e industriais. Dessa forma é possível compreender e justificar a formação de grupos industriais nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul e, especificamente, na área que deu origem ao município de Seberí.

Em sua passagem pelo interior do estado, no final da década de 40, Nilo Bernardes retratou a grande dinâmica existente em algumas cidades de origem colonial e destacou um fator importante dessa dinâmica que ressalta ainda mais o

contraste existente entre o tipo de colonização das áreas de campos naturais e das áreas de matas: a influência da densidade populacional das zonas coloniais.

Na sua maior parte, as cidades, bem como muitas vilas, das regiões coloniais originaram-se de núcleos planejados pelos demarcadores das terras. Mas a circulação intensa entre as 'linhas' de lotes, o intercâmbio comercial que naturalmente floresce em uma região de povoamento denso, a necessidade de um local em que se façam os contatos sociais e, ainda mais, a capela exigida pelo espírito religioso dos colonos, protestantes ou católicos, são os principais fatores que determinam a formação dos numerosos povoados na zona colonial. Normalmente um colono pode ir, a pé, ao povoado próximo e voltar, quer numa manhã quer numa tarde. Ora, essas condições não existem nas zonas pastoris, daí a ausência normal de pequenos povoados no espaço entre as grandes cidades, muito distanciadas umas das outras. Tais povoados, quando existem, correspondem, como assinalamos, a estações das ferrovias que cortam estas regiões em vários sentidos. (BERNARDES, 1997, p.99)

Bernardes também mencionou, de forma simplificada, um processo que ocorreu quase que de forma homogênea em todos os distritos e cidades das zonas coloniais quando afirma que “ao lado da atividade comercial, quase todas estas vilas e cidades desenvolvem um artesanato e uma indústria variada, para atender às necessidades dos colonos.” (BERNARDES, 1997, p.99)

Para Rückert (2003, p.42), o comerciante das áreas coloniais possuía uma capacidade diferenciada para acumular capital, o que o transformou no único elemento, dentro das áreas coloniais, capaz de investir no desenvolvimento das indústrias naturais. A maneira pela qual este autor descreve relação entre colono e comerciante e, como este comerciante capitalizado passa a diversificar seus investimentos, pode ser facilmente observada nas antigas áreas coloniais.

Nas colônias do Rio Grande do Sul – sejam públicas ou privadas, tanto nas antigas do início do século passado nas proximidades da capital do Estado quanto nas da *serra* (planalto) do final do século passado – o camponês colono sempre é subordinado ao capital, seja das companhias de colonização, seja dos comerciantes presentes em todas as colônias. O comerciante encontra-se presente entre os colonos desde o início de qualquer colônia atuando como fornecedor dos produtos que o colono necessita (tecidos, enxada, sal, etc.) e comprando-lhe a produção a preços baixos. Ele se torna logo o financiador do colono, através da venda *a fiado*, adiantando o valor do produto a ser entregue após a safra. Através dos comerciantes, os colonos ligam-se ao exterior, já que aqueles vendem seu produto para fora. De origem camponesa, localizados em pontos estratégicos (as chamadas encruzilhadas ou as esquinas) os comerciantes reúnem melhores condições que os demais para negociar, rompendo com isso, o relativo isolamento em que vivem os colonos. (RÜCKERT, 2003, p.42)

Essa informação ganha importância quando analisamos que as pessoas mais atuantes no processo de emancipação de Seberi residiam na área urbana e tinham como atividade econômica principal o comércio, a indústria e, também, as profissões liberais. Porém, o surgimento e a sustentação destes comerciantes e industriais estavam diretamente associados à produção agrícola colonial. Esta é uma característica evidenciada através da constatação da importância dos agricultores pelo duplo papel que desenvolviam enquanto fornecedores (de produtos agrícolas) e consumidores nas casas de comércio. Analisando a relação de firmas comerciais do então distrito de Seberi (quadro 5) podemos observar a grande quantidade de armazéns, casas comerciais, e fazendas de secos e molhados existentes no distrito.

Quadro 5: Firmas comerciais e industriais existentes no distrito de Seberi de acordo com dados fornecidos pela exatonia estadual no ano de 1958

continua

Nome do contribuinte	Local	Espécie de negócio
Antonio Carlos Gemelli	Séde	Acessórios p/automóveis
Fabris, Wodzik & Cia. Ltda	Séde	Açougue-Secos e molhados
Ermindo Bronzatti	Séde	Alfaiataria
Antônio Colognese	Séde	Alfaiataria
Lauro Araujo	Laj.Pinhal	Armazém
Ilário Sprandell	Barra Pinhal	Armazém
Bertulino Alves de Borba	Laj.Mico	Armazem
Luiz Blanco Alves	Linha Weiss	Armazem e Produtos
Adolfo Hemielewski	Séde	Artefatos de couro
Silvino de Melo	Lagoa Grande	Atafona
Antônio José de Borba	Interior	Atafona
Severino Capuani	Séde	Bar
Guinther Heringer Filho	Séde	Bar
Armando Bottan	Séde	Bar
Júlio Simões da Costa	Séde	Bar
Paulo Borges Pereira	Séde	Bar
Péricles Campos Missel	Séde	Bar
José Milani Sobrinho	Séde	Bar e churrascaria
Guilherme Argenta & Filho	Séde	Bar, restaurante e churrascaria
Zanoni Hemielewski	Séde	Bebidas
João Zminko	Séde	Carpintaria
Ricieri Pertile & Filhos	Séde	Carpintaria e Serraria
Romualdo Freitas	Laj.Mico	Casa Comercial
Romano Markoski	Séde	Casa Comercial
João Markoski Sobrinho	Séde	Casa Comercial
Laura Pereira de Freitas	Laj.Mico	Casa Comercial
Alvaro Galvão Bueno	Galvões	Casa Comercial
Estevan Kozel	Laj.Pôncio	Comércio
Pedro Moreira de Almeida	Lg.Galvão	Comércio e Varejo

Quadro 5: Firmas comerciais e industriais existentes no distrito de Seberi de acordo com dados fornecidos pela exatonia estadual no ano de 1958

continua

Ulmerindo Queiroz	Séde	Comércio em Geral
Érico Caxambú	L ^a Caxambú	Comércio em Geral
Malachias Sabino as Silva	Séde	Comércio em Geral
Braga & Sobrinho	séde	Comércio em Geral
Luiz E. Gemelli	Séde	Comércio em Geral
João Pereira Duarte	Laj.Bonito	Comércio em P.Escala
João Czarnobai	Laj.Meio	Comércio em P.Escala
Jesus Mendes de Camargo	Braga	Comércio em P.Escala
Carlos Grahl e Filho	Interior	Compra de Produtos
Dorval Carlos da Costa	Séde	Compra de Produtos
Dal Nolin & Cia. Ltda	Séde	Compra de trigo
Rosalvino Inácio dos Santos	Laj.Pinhal	Compra e venda de Produt.
Giacomo Menegat	Séde	Compra e venda de Produt. e Transporte
Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros	Séde	Compras de suínos
Brasil Rodrigues dos Santos	Séde	Concertos de Calçados
Bruno Schneider	Séde	Confecções e louças
Drogaria São Luiz	Séde	Drogaria
Boaventura L. Pereira	Séde	Fábr. Aguardente
Martin Nabaro Silva	Interior	Fábr. Aguardente
Eurico Pokulat	Interior	Fábr. Aguardente
João Markoski Sobrinho	Interior	Fábr. Aguardente
Ermelindo Pinto Martins	Interior	Fábr. Aguardente
Oswaldo Sabino da Silva	Interior	Fábr. Aguardente
Cezar de Namen	Eng.Queimado	Fábr. Aguardente
Antonio Padoan	Séde	Fábr. Aguardente
Balduíno F. Maglis	Séde	Fábrica de Parquet
Afonso Gomes Pedroso	Séde	Farmácia
Hospital N.S.das Graças	Séde	Farmácia
João Martins de Borba	Laj.Mico	Fazend.Secos e Mol.
Pery Elisbão dos Reis	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Armando Oswaldo Kerber	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Olavo Vilanova Bastos	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Wenceslau R. Schmidt	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Mateus da Rocha e Silva	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Arlindo Lasch e Cia.	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Avelino Beltramin	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Henrique Rittebusch	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Adão Elói Martins	Interior	Fazend.Secos e Mol.
Nicanor da Silva Bueno	Lagoa Grande	Fazend.Secos e Mol.
Leopoldo Bruno Sauressig	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Fioravante Pereira Cesar	Braga	Fazend.Secos e Mol.
Artur Sotili	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Irmãos Markoski	Séde	Fazend.Secos e Mol.
Edgar Wolf	Séde	Ferraria
José Adrião Dalla Nora	Séde	Ferraria
Ervino Wolf	Séde	Fotógrafo
Oswaldo Schaffazik	Séde	Funilaria

Quadro 5: Firmas comerciais e industriais existentes no distrito de Seberi de acordo com dados fornecidos pela exatonia estadual no ano de 1958

continua

Irmãos Raiter	Mundo Novo	Granja de Abacates
Ramão Cañellas Sobrinho	Séde	Hotel
Oswaldo Schaffaczick	Séde	Hotel
Günter Heringer	Séde	Lapidaria
Gustavo Heringer Sobrinho	Séde	Lapidaria
Albino Anselmo Sauer	Séde	Lapidaria
Axel Evaldo Tornquist	Séde	Livraria
Marcenaria Reunida Ltda	Séde	Marcenaria
Zanchet & Cia. Ltda	Séde	Moinho
Balestrin & Bolesso	Interior	Moinho colonial
Oswaldo Schneider	Séde	Moinho-Compra Produ.
Automecânica Seberense Ltda	Séde	Oficina Mecânica
Irmãos Gemelli	Séde	Oficina Mecânica
Ewaldo Elsembach	Séde	Oficina Mecânica
Arno Elsenbach	Séde	Oficina Mecânica
Paulo Danúbio Gemelli	Séde	Oficina Mecânica
Antônio Baldin	Osw.Cruz	Olaria
Oscar Ronning	Interior	Olaria
José Karpinski	Séde	Olaria
Oracy Polidório Pereira	Séde	Olaria
Nilo Fábris	Lagoa Grande	Olaria-Secos e molhados
Otávio Dalla Valle	Séde	Ouriversaria
Arno Arnildo Weidle	Séde	Padaria-Casa Comercial
Lucas & Queiroz	Séde	Padaria-Secos e molhados
Cereais Santa Rosa Ltda.	Séde	Posto de compra
Benedito Hamerski	Séde	Rádios
Otávio Dalla Valle	Séde	Relojoaria
Francisco Czarnobai	Séde	Representação tecidos
Rosalino Cadore	Séde	Sapataria
Felício & Hermes	Séde	Sapataria
Miguel Koproski	Séde	Sapataria
Deoclides de Vargas Reis	Lag.Mico	Secos e Molhados
Harry S. Tornquist	Séde	Secos e Molhados
Andréa Filipiaki	Séde	Secos e Molhados
Vv. Barros e Filhos	Osw.Cruz	Secos e Molhados
Adão Rodrigues do Rocha	Séde	Secos e Molhados
Achiles Tamanini	Lag.Bonito	Secos e Molhados
Pedro Felício Bueno Sobrinho	Lagoa Grande	Secos e Molhados
Roberto Schmidt	Séde	Secos e Molhados
Emílio Wiczoreck	Mundo Novo	Secos e Molhados
Amaro Francisco Martins	São José	Secos e Molhados
Onório Bottene	Séde	Secos e Molhados
João Biesek	Interior	Secos e Molhados
Ladislau Ubinski	Séde	Secos e Molhados
Natal Markoski Sobrinho	Interior	Secos e Molhados
Geraldo da Silva Pereira	Interior	Secos e Molhados
Herculano Vieira	Séde	Secos e Molhados
Balduíno Maglis	Séde	Secos e Molhados

Quadro 5: Firmas comerciais e industriais existentes no distrito de Seberi de acordo com dados fornecidos pela exatoria estadual no ano de 1958

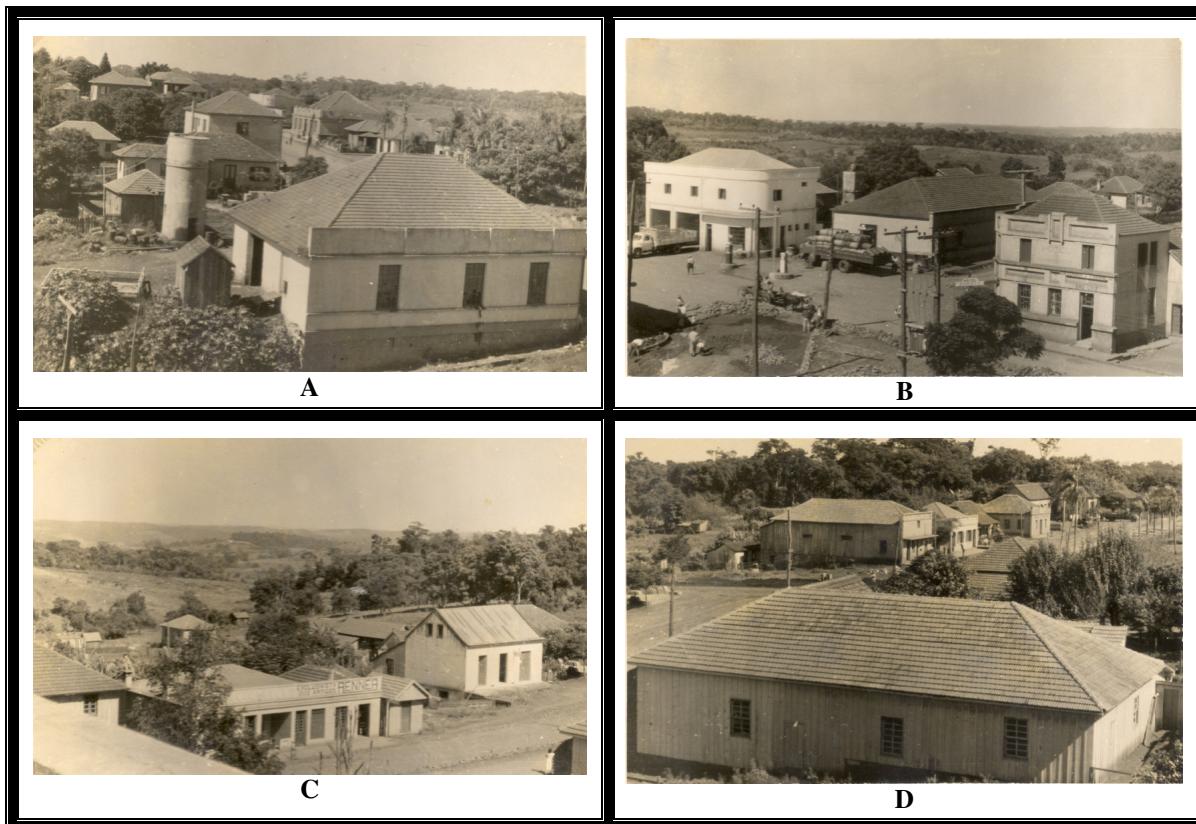
conclusão

Antônio Lisbinski	Lag.Tesoura	Secos e Molhados
João Ubinski Segundo	Mundo Novo	Secos e Molhados
Roberto Babinski	Braga	Secos e Molhados
Nelson André Spada	Séde	Secos e Molhados
Izidoro Studzinski	Interior	Secos e Molhados
Micena Sales de Souza	Interior	Secos e Molhados
Francisco Klieczez	Botucatú	Secos e Molhados
Dionísio Francisco Chionha	Laj.Bonito	Secos e Molhados
Henrique Brizola da Silva	Lagoa Grande	Secos e Molhados
João Carvalho	Laj.Mico	Secos e Molhados
José Ortiezeck	4ª Secção	Secos e Molhados
Analísio Bossoni	Séde	Selaria
Armando Argenta	Séde	Selaria
Avelino Padoan	Séde	Selaria
Carlos Trennepohl	Séde	Serraria
Pedro Gemelli	Séde	Serraria
Frederico Darold	Séde	Serraria
Oswino Schneider	Séde	Serraria
Jerônimo Vitério Girardello	Interior	Serraria
Pantaleão Lemos de Camargo	Interior	Serraria
Schmidt & Agustini	Laj.Pôncio	Serraria
Braga & Pereira	Laj.Mico	Serraria
Raiter & Mello Ltda	Lagoa Grande	Serraria
Maglia & Cia.Ltda.	Séde	Serraria
Alexandre Bonadiman & Cia.	Lagoa Grande	Serraria

FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

A figura 36 mostra uma seqüência de fotos da área urbana do distrito de Seberi no ano de 1957, tiradas do telhado do moinho do grupo Zanchet. Analisando estas fotografias, e considerando declarações de moradores da atual cidade de Seberi, podemos afirmar que a evolução da ocupação urbana da sede se consolidou ao longo da estrada que ligava Palmeira das Missões à Iraí, característica essa que permanece até os dias atuais. Porém, em meados da década de 70 foi inaugurada a nova ligação entre Palmeira das Missões e Iraí, a BR-386, que, em seu novo traçado, contorna a área urbana. O traçado anterior foi transformado em duas avenidas, a Av. Fortaleza e a Av. General Flores da Cunha, sendo esta última a principal avenida da cidade.

Figura 36: Fotografias do povoado de Seberi no ano de 1957 tiradas do alto do moinho Zanchet. **A**: Direção N-S; **B**: Direção NE-SO; **C**: Direção E-O; **D**: Direção SE-NO.



FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

4.2 A COMISSÃO PRÓ-EMANCIPAÇÃO DE SEBERI

No dia 18 de setembro do ano de 1957 foi formada a Comissão Central Pró-Emancipação de Seberi, em reunião pública realizada em salão (local destinado à realização de festas e bailes) na sede do distrito, de propriedade do Sr. Guinther Heringer. Também participaram desta reunião moradores dos distritos de Erval Seco e Rodeio Bonito que demonstraram interesse no assunto. De acordo com depoimento de Serafim Graciano Trentin (*in* REÁTEGUI, 1988, p.95) “quando iniciou o movimento emancipatório, fazia dois anos que me encontrava aqui com minha família. A idéia da emancipação empolgou a maioria dos habitantes, exceção feita a algumas autoridades subordinadas ao município de Palmeira das Missões”. A formação desta Comissão era necessária para a viabilização da proposta de emancipação recebendo as seguintes atribuições: formação de subcomissões nos distritos de Erval Seco e Rodeio Bonito; realização de reuniões de mobilização e discussão

da causa levantada; representar os interesses do movimento junto ao governo do estado com o propósito de dar os encaminhamentos necessários ao processo de emancipação; realizar levantamento de dados e estudo de viabilidade para a criação do novo município.

A figura 37 mostra a composição da comissão formada. Na reunião para formação desta, o Padre Augusto Kolek foi escolhido como presidente de honra, porém, alegando motivos de força maior, solicitou que seu nome fosse excluído. Mas, somente pelo fato do padre do distrito apoiar o movimento emancipacionista, já demonstrava a força com que surgia a mobilização, pois, como manifestado por Waibel (1949, p.214) “muito importante para qualquer colônia é a personalidade do padre. Ele dever ser um verdadeiro chefe em todos os assuntos que se referem à colônia”.

Na análise da documentação levantada para o processo de emancipação, o Sr. Cyrio Campani (médico do distrito de Seberi) assinou a maior parte dos documentos, porém, nos períodos em que permaneceu afastado dos trabalhos da Comissão, foi representado por Marcelo Zanchet, o vice-presidente.

O fator de maior relevância na análise da comissão criada é que, entre os 25 membros citados, nenhum deles possui a atividade agrícola como fonte principal de renda. Em uma área onde 90% da população residente (abrangendo os distritos a serem emancipados) têm moradia fixa na zona rural e extraem renda, principalmente, de atividades rurais, foram escolhidos para compor a Comissão: um líder religioso, comerciantes, profissionais liberais, prestadores de serviços e industriais. Entre os comerciantes do distrito que faziam parte da Comissão estão: Antônio Gemelli (comércio de peças para automóveis), Arlindo Lasch (fazendas, secos e molhados), Axel Evaldo Tornquist (escritório comercial), Luiz Miotto (farmácia), Fidêncio Fabris e Antonio Wodzick (sociedade em: ferragem, miudezas, fazendas, secos e molhados), Francisco Czarnobai (representação dos tecidos Renner), José Alves de Souza (secos e molhados), Oswaldo Schaffazick (hotel e comércio de artefatos de latão), Romano Markoski (miudezas, fazendas, secos e molhados).

Além dos comerciantes, também compunham a Comissão um médico (Cyrio Campani), um escrivão distrital (Peri Missel), um dentista (Walter Geller), um agrimensor (Dionísio Lucas) e um líder religioso (padre Augusto Kolek). Não foi possível identificar a atividade exercida por todos os membros da Comissão, mas sabemos que alguns outros membros faziam parte de associações comerciais e industriais

(como Lourenço Nardin, Marcelo Zanchet e Romano Zanchet, que faziam parte do grupo Zanchet).

Figura 37: Circular, datada de 30 de setembro de 1957, informando a criação da Comissão Pró-Emancipação de Seberi.

**SECRETARIA DA COMISSÃO CENTRAL
PRÓ-EMANCIPAÇÃO DE SEBERÍ**

Seberi, 30 de outubro de 1957.

01. Circular N. 1

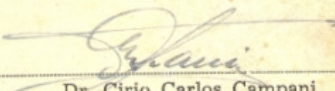
Presado Senhor:

Temos a satisfação de levar ao conhecimento de V. S. que, o Snr. Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. João Castilhos, informa ter sido devidamente arquivada naquela Secretaria, por despacho do Sr. Presidente da Assembléia, a comunicação de que aos dezoito dias do mês de setembro do ano em curso, fôra constituída em assembléia popular, aqui realizada, a COMISSÃO que deverá tratar oficialmente, perante quaisquer autoridades judiciárias ou administrativas, dos interesses emancipacionais das zonas territoriais de Seberi, parte de Herval Seco e Rodeio Bonito, composta dos Snrs.:

Pe. AUGUSTO KOLEK	Presidente de Honra	Marcello Zanchet	Membro
Dr. Cyrio C. Campani	Presidente	Avelino R. Almeida	Tesoureiro
Peri Missel	Secretário	Avelino Pedro da Rosa	Sec. Geral
Arlindo Lasch	Membro	Romano Zanchet	»
Francisco Czarnobai	»	Luiz Miotto	»
José Alves de Souza	»	Olívio Antônio Nunes	»
Axel Evaldo Tornquist	»	Antônio Gemelli	»
Fidêncio Fabris	»	Nilo Schmidt	»
Mário Pokulat	»	- Romano Markoski	»
Dionísio Lucas	»	- Antônio Wodzick	»
Oswaldo Schaffazick	»	- Jorônimo Hemielewski	»
Vergílio Kerber	»	Walter Geller	»
Lourenço A. Nardin	»		

Colhemos o ensejo para expressar, em nome da Comissão, a certeza de encontrar em V. S. a melhor acolhida e solidariedade ao empreendimento que, apoiados na Lei e na vontade do povo, confiantes no valor de nossas liberdades democráticas e com auxílio de Deus, pretendemos realizar.

Atenciosamente


Dr. Cirio Carlos Campani
Presidente

Avelino Pedro da Rosa
Secretário Geral — Nomeado p/Comissão

AO
ILMO. SNR.

FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

Outro dado que demonstra a influência dos agentes urbanos é o fato de que os dois primeiros prefeitos eleitos do município de Seberi possuíam o sobrenome Zanchet e pertenciam ao grupo econômico da família. Marcelo Zanchet, um dos membros mais atuantes do grupo Zanchet, foi prefeito de Seberi entre os anos de 1959 e 1964. Túlio Luiz Zanchet, filho de Romano Zanchet (outro membro destacado do grupo) e sobrinho de Marcelo Zanchet, era bacharel em Direito, administrou o município de Seberi entre os anos de 1964 e 1969. Acreditamos que estas informações demonstrem a importância da família Zanchet no processo de emancipação do município e, indiretamente, a influência das atividades econômicas e industriais como alavancadores do movimento emancipacionista. De acordo com Ione Nardin, “os Zanchet” foram os pais de Seberi, e quando estes se mudaram para Francisco Beltrão, Seberi teria se tornado um órfão⁴⁰.

Dessa forma, podemos afirmar que o movimento emancipacionista teve origem a partir do fortalecimento de agentes urbanos, que despontaram como líderes locais através do prestígio social que adquiriram ao se destacarem no contexto econômico no qual estavam inseridos. A elaboração de um discurso de que o distrito necessitava de maior autonomia para continuar a crescer era defendido até mesmo nos sermões das missas do padre Augusto Kolek, presidente de honra da Comissão Pró-Emancipação. Além disso, municípios vizinhos (como Frederico Westphalen) incentivavam a busca pela emancipação do distrito.

O povo começou a fazer a Palmeira algumas reivindicações que achava que tinha direito, e Palmeira não queria conceder. Foi aí que surgiu o movimento. Frederico Westphalen venceu a emancipação antes de nós e nos deu força neste sentido. A cúpula da administração de Palmeira – Executivo e Legislativo – veio para cá nos fazer desistir do intento e tentar nos convencer. Mandou construir um trecho do calçamento. Mas nós já estávamos com a idéia em andamento. Queríamos a nossa independência. Naquela época todos os recursos eram difíceis, inclusive a comunicação entre as pessoas. [...] Os frederiquenses e outros municípios nos deram apoio e incentivaram-nos a ir adiante até conseguirmos o plebiscito. Palmeira não queria nos liberar por motivos econômicos e políticos [...]. Indiretamente quem ajudou muito foi o Pe. Augusto Kolek. Ele participava das reuniões e dava idéias. No interior ele fazia campanhas pelo SIM. (depoimento de Jerônimo Hemielewski *in* REÁTEGUI, 1988, p.98)

⁴⁰ Declaração feita em março de 2007 enquanto ela nos mostrava diversos documentos de seu pai (Lourenço Albino Nardin) que também fazia parte do grupo Zanchet em Seberi.

Do depoimento acima podemos extrair a informação de que Palmeira das Missões tentava intimidar e persuadir o movimento emancipacionista a abandonar a idéia de separação e evitar nava fragmentação de seu território. No ano de 1944 já havia se emancipado o município de Três Passos, subtraindo grande extensão de terras de Palmeira das Missões. No ano de 1954 ocorrem novos desmembramentos que deram origem aos municípios de Panambi e Frederico Westphalen. No intento de dissuadí-los da idéia, os dirigentes de Palmeira das Missões procuravam os líderes das comissões emancipadoras e tentavam convencê-los a desistir da emancipação através da concessão de benefícios aos distritos. Conforme relato de Battistella (1969, p.116) (um dos membros da comissão de Frederico Westphalen):

[...] o Dr. Pompílio Gomes, então prefeito [*de Palmeira das Missões*], pôsto a par de nosso movimento, resolveu pleitear um encontro com nossa Comissão Emancipadora. O Dr. Ênnio [*médico em Frederico Westphalen e presidente da comissão emancipadora*] neste interim, solicitara licença de quarenta dias, ausentando-se e deixando-me na presidência. O Dr. Pompílio e seus assessores foram recebidos na Canônica. Por meio de tentadoras concessões ao distrito procuraram nos induzir a abandonar o movimento. Confesso para a verdade histórica ter tido momentos de hesitação, tal que eles partiram certos de ter ganho a jogada. No dia seguinte encontrei na rua o João Francescatto, ardoroso partidário da emancipação. Falou-me da ansiedade existente no seio do povo pela presença dos emissários de Palmeira. Disse-me da convicção popular de que se deveria prosseguir a campanha a todo pano até a vitória final, porque, se se perdesse esta oportunidade, outra não surgiria tão logo. Semelhante breve palestra tirou-me todas as dúvidas e afastou minhas vacilações.

No mesmo ano em que Seberi buscava emancipar-se de Palmeira das Missões, o distrito de Chapada também realizava o mesmo movimento. Isto significa que Palmeira das Missões perdeu, num período de 15 anos (de 1944 à 1959), mais da metade de sua extensão territorial com a formação de novos municípios. Todos os municípios formados estavam localizados na chamada zona colonial e haviam atingido o auge da ocupação de áreas até poucas décadas atrás desabitadas. A dinâmica econômica dos povoados havia atingido maturidade suficiente para que se destacassem, internamente, grupos capazes de fornecer a coesão política necessária ao surgimento de novos municípios. Os dirigentes políticos de Palmeira das Missões não conseguiam atender às novas necessidades dos povoados da zona colonial e, por isso, não eram mais capazes de manter sob seu domínio distritos que se desenvolviam de forma, praticamente, autônoma. A intervenção do poder municipal se preocupava, basicamente, apenas com a arrecadação de impostos de seus

distritos. Battistella (1969, p.114) assim relata a tensão existente no distrito de Frederico Westphalen em momento próximo ao da emancipação:

[...] o movimento lavrava em surdina e a ameaça de incêndio se alastrava. Este era o estado de ânimo que, em contínua efervescência, alimentada pela omissão de não poucas administrações, desatentas aos nossos problemas, e pela intuição de que na emancipação encontraríamos o remédio para nossas aflições e o caminho certo para o nosso porvir, acabou levando o movimento à sua eclosão.

Tensão semelhante se formava a cada novo grupo emancipacionista que surgia, pois Palmeira das Missões sabia que perderia área territorial, população e arrecadação de tributos. Porém, se apenas a área do distrito de Seberi viesse a buscar a emancipação, o objetivo não teria sido alcançado pela quantidade insuficiente de habitantes e de arrecadação de tributos do distrito. De acordo com correspondências trocadas entre a Comissão e o deputado estadual Romeu Scheibe, este fez quatro questionamentos no sentido de dar viabilidade ao processo:

1 – Já tem as credenciais da Assembléia?

2 – A área a ser emancipada possui população superior a 12 mil habitantes?


3 – Tem renda superior a Cr\$1.500.000,00?

4 – Afinal, o que é que lhes falta para marchar à frente o movimento?

Todas as perguntas foram respondidas de maneira positiva, sendo que a resposta da quarta pergunta mencionava e agradecia a valorosa ajuda e orientação do deputado. Como podemos observar na figura 38, somente o distrito de Seberi não atingiria o número de 12 mil habitantes necessários para reivindicar a emancipação. Os dados fornecidos pelo IBGE, para o ano de 1950, acusam um total de 10.514 habitantes somente neste distrito. Por isso a união de frações territoriais de outros distritos foi necessária, o que forneceu um total de 15.823 habitantes. Os dados do Censo Demográfico de 1960 (um ano após a obtenção da emancipação) apontam um total de 20.382 habitantes para o município de Seberi.

O distrito de Erval Seco era um importante produtor de erva-mate e possuía a única área de colonização particular dentro do município de Palmeira das Missões, o que criou uma fragmentação social bem marcada entre ervateiros e colonos. Os ervateiros eram favoráveis a manutenção da subordinação à Palmeira, enquanto os

Figura 38: População do distrito de Seberi e de parte dos distritos de Erval Seco e Rodeio Bonito. Dados fornecidos pelo IBGE à Comissão Pró-Emancipação de Seberi.


 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 I. B. G. E. — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
 AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento da COMISSÃO PRÓ-EMANCIPAÇÃO DE SEBERI, que reverendo nos arquivos desta repartição, verifiquei no compêndio publicado pelo I.B.G.E., sobre o VI Recenseamento Geral do Brasil, CENSO DEMOGRÁFICO, Estado do Rio Grande do Sul, constar o seguinte:

POPULAÇÃO DO DISTRITO DE SEBERI

Quadro urbano	442 habitantes
Quadro suburbano	589 "
Quadro rural	<u>9.483</u> "
SUB-TOTAL	10.514

POPULAÇÃO DO DISTRITO DE ERVAL SÊCO
(Zona abrangida pela pretensão emancipanda):

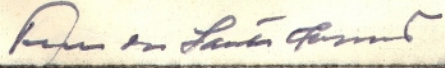
Quadro urbano	210 habitantes
Quadro suburbano	132 "
Quadro rural	<u>3.696</u> "
SUB-TOTAL	4.038


POPULAÇÃO DO DISTRITO DE RODEIO BONITO
(Zona abrangida pela pretensão emancipanda):

Zona rural	<u>1.271</u> habitantes
TOTAL GERAL NO ANO DE 1950	15.823 "

(Quinze mil oitocentos e vinte e três).
 O referido é verdade, e para constar assino.

PALMEIRA DAS MISSÕES, 15 DE ABRIL DE 1956.-


 Pedro dos Santos Capelão
 CHEFE DA AGENCIA DE ESTATISTICA



FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

colonos (em sua grande maioria de origem alemã-protestante) estavam mais propícios a apoiar a emancipação junto com o distrito de Seberi.

Fomos a Erval Seco com o prof. Vital. Havia poucos carros aqui e ele nos levou. Quando chegamos a Erval Seco, a polícia nos atacou e não queria nos liberar. Aí dissemos: 'nós viemos aqui a procura de uma empregada'. [...] A população de Erval Seco tinha que nos apoiar também. [...] Em Erval Seco, o pessoal só falava alemão, naquele tempo quase ninguém falava português. Eu servia de intérprete. A gente visitava todos os lugares aqui por perto, casa por casa e, às vezes, eram marcadas reuniões. O pessoal comparecia. (depoimento de Irene Miotto in REÁTEGUI, 1988, p.97)

A colonização particular em Erval Seco foi feita pela empresa colonizadora de Hermann Mayer (como atesta a figura 39), a mesma que fundou a colônia de Neu Württemberg (atual município de Panambi-RS). Os lotes coloniais de Erval Seco foram ocupados por teuto-brasileiros provenientes das antigas colônias e da colônia Panambi, além de alemães que fugiram da Alemanha antes do início da Segunda Guerra Mundial. A influência alemã na sede do distrito de Erval Seco era visível através da influência no estilo arquitetônico das construções e das atividades econômicas exercidas (comércio, cooperativa de agricultores e moinho) como fica demonstrado através da figura 40.

Muitos dos teuto-brasileiros residentes no distrito de Seberi são provenientes de Panambi que trouxeram consigo o culto à Igreja Evangélica de Confissão Luterana. De acordo com depoimento de Evaldo Elsenbach (*in* REÁTEGUI, 1988, p.104) esta igreja “foi trazida para Seberi pelos Senhores Gustavo e Ginter Heringer nas quais uniram-se em comunidade as famílias de Carlos Heringer, Arlindo Lasch, Osvaldo Schaffazick e Leopoldo Sauressig. A maioria veio de Santa Cruz ou de Panambi, em lombo de burros ou em carroças”.

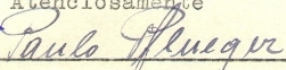
Figura 39: Correspondência emitida à Comissão Pró-Emancipação de Seberi por Paulo Pflueger (responsável pela empresa colonizadora Mayer), em abril de 1958, informando a entrega de um mapa da área urbana e sub-urbana da Vila de Erval Seco.


Panambi, 23 de Abril de 1.958
 Illmo. Sr. Dr.
 Cyrio Carlos Campani
 DD. Presidente da Comissão Central Pró-Emancipação de Seberi
SEBERI
 Presado Senhor

Nesta data, estou passando as vossas mãos um mapa da área urbana e sub-urbana da Vila de Erval Seco, em resposta a solicitação feita por o Sr. Avelino Rodrigues de Almeida, Membro da Comissão.

Como um dos últimos remanescimentos da Colonizadora Mayer, solicito seja-me devolvido o referido mapa, pois é o único ainda existente.-

Sem outro motivo, colho o ensejo para reassegurar a essa Comissão meu propósito bem servi-la, subscrevendo-me,

Atenciosamente

 Paulo Pflueger - Colonizador de Erval Seco.-



FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

Analisando a proporcionalidade entre as etnias da área a ser emancipada, chega-se a conclusão de que o projeto de estabelecer uma colonização de tipo mista foi bem sucedida. Porém, ao detalhar a análise encontramos áreas de concentração de determinadas etnias em uma ou outra localidade, como por exemplo, os alemães em Erval Seco. Na localidade denominada de Linha Pinhal, distrito de Seberi, há uma concentração de poloneses (de acordo com estudo realizado por Francisco Hemielewski em 2001 sobre a história de sua família e de declarações de moradores de Seberi). Os ítalo-brasileiros, como já abordamos no capítulo 3, se concentraram nas proximidades da localidade de Osvaldo Cruz.

Figura 40: Fotografias da sede do distrito de Erval Seco no ano de 1957. A: Moinho colonial; B: Casa comercial; C: Cooperativa dos agricultores de Erval Seco.



FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

O padre Augusto Kolek forneceu a seguinte declaração sobre a formação étnica da população da área a ser emancipada (declaração esta que consta nos autos do processo de emancipação):

Atesto em fé de meu cargo que, consultando os dados estatísticos existentes no arquivo paroquial referentes À população de Seberi, inclusíveis as áreas territoriais de Herval Seco e Rodeio Bonito, bem como as seguras informações que possuo, resulta que, sob o ponto de vista étnico, as populações aqui existentes acham-se assim distribuídas:

$\frac{1}{2}$ - Ítalo-Teuto Brasileiros, divididos em partes iguais.

$\frac{1}{2}$ - Luso-Eslavo Brasileiros, divididos 70% e 30%, respectivamente.⁴¹

Como forma de garantir o apoio da população de Erval Seco à causa emancipacionista, a Comissão Pró-Emancipação de Seberi prometeu isentar a Cooperativa dos Agricultores de Erval Seco do pagamento de impostos municipais se Seberi obtivesse sua emancipação. Esta promessa foi registrada em um documento que foi devidamente assinada pelo presidente da Comissão, o Dr. Cyrio Campani, e demais membros, o que demonstra a necessidade de estabelecer arranjos políticos como contrapartida pelo engajamento ao movimento emancipacionista.

No dia 30 de novembro de 1958 realizou-se o plebiscito para se saber, realmente, qual era o posicionamento da população da área afetada, sobre a emancipação de Seberi. Foram distribuídas 18 urnas dentro da área do futuro município, abrangendo os 3 distritos afetados (distrito de Seberi: 12 urnas; parte do distrito de Rodeio Bonito: 1 urna; parte do distrito de Erval Seco: 5 urnas).

No distrito de Seberi, de um total de 2.149 eleitores inscritos, foram contabilizados 1.682 votos favoráveis e apenas 15 contrários à proposta de emancipação. Houve uma abstenção de 416 eleitores e 36 votos nulos, brancos ou anulados.

Em parte do distrito de Rodeio Bonito, atingiu-se a marca de 164 votos favoráveis, dentro de um total de 227 eleitores inscritos. Houve 8 eleitores contrários e seis abstenções, além de 49 votos nulos, brancos ou anulados.

E, em parte do distrito de Erval Seco, houve um total 497 votantes favoráveis e 50 contrários à emancipação. Houve uma abstenção de 339 eleitores, além de 35 votos nulos, brancos ou anulados. Mesmo com todos os acertos que foram firmados,

⁴¹ “Composição étnica da população da área emancipada de Seberi”, elaborado pelo padre Augusto Kolek. In: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação).

foi o distrito de Erval Seco que apresentou o maior número de votos contrários à emancipação. Porém, esse número não atingiu nem 6% do total de eleitores inscritos que chegavam a 921.

A figura 41, de um documento anexado ao processo de emancipação, mostra detalhadamente o resultado do plebiscito sobre a proposta de emancipação de Seberi, de onde extraímos os dados que acabamos de apresentar.

Através da Lei N° 3.696, de 30 de janeiro de 1958, Leonel Brizola (então Governador do Estado do Rio Grande do Sul) criou o município de Seberi. A figura 18 (na página 76) mostra os limites da área do município emancipado no ano de 1959, e a área, no ano 2000, definida pelo IBGE em virtude da realização do Censo Demográfico realizado neste mesmo ano.

Figura 41: Resultado final do plebiscito, realizado em 30 de novembro de 1958, sobre a emancipação de Seberi e parte dos distritos de Erval Seco e Rodeio Bonito.

MUNICÍPIO DE SEBERI												
RESULTADO DO PLEBISCITO REALIZADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 1.958												
URNA	LOCAL	EDIFÍCIO	ELEITORES	VOTARAM	SEPARADOS	ANULADOS	NULOS	BRANCOS	SIM NÃO	SEDE SEBERI	BRANCOS	OBSERVAÇÕES
1	SEBERI	Sub-Prefeitura	217	172	2	0	0	2	168	4	172	2
2	"	Grupo Escolar	200	174	3	0	0	0	176	1	170	7
3	"	Cine Vera Cruz	211	174	2	1	0	0	173	2	164	12
4	"	Bar Guilherme Argenta	222	195	2	0	0	0	196	1	194	3
5	"	Edifício Biancon	158	121	3	0	1	0	123	0	121	3
6	"	Edifício Bottan	205	160	4	1	0	4	159	0	161	3
7	"	Bar Paulo Pereira	204	147	5	0	2	0	148	2	141	11
8	"	Hotel Fortaleza	207	137	5	1	1	1	135	1	132	10
9	"	Clube Recreativo Fort.	207	133	3	0	0	6	128	2	133	3
10	"	Escola Neco	102	85	5	0	3	0	87	0	83	7
11	"	Escola Botucati	141	122	6	0	6	0	120	2	118	10
12	"	Escola Galvão	75	67	6	4	0	0	69	0	67	6
13	LINHA SECA	Escola Municipal	227	201	20	20	28	1	164	8	163	58
14	HERVAL SECO	Hotel Olívio Santos	202	152	0	0	8	9	117	18	120	32
15	"	Hotel Lauresen	220	164	4	0	3	2	151	12	150	18
16	"	Sub-Prefeitura	211	128	2	4	0	2	119	5	117	13
17	"	Casa Hélio Koch	179	82	3	5	0	0	68	12	67	18
18	"	Grupo Escolar	109	44	3	1	1	0	42	3	39	8
TOTALS			3.297	2.458	78	37	56	27	2.343	73	2.312	294
TOTALS GERAIS				2.536			2.536				2.536	
VOTOS A FAVOR												
SEBERI		1.682	2.149	45	13	16	7	416	19,5%			0,9%
LINHA SECA		164	227	20	1	28	20	6	2,7%			0,5%
HERVAL SECO		421	921	12	13	12	10	332	36,8%			10%
TOTAL		2.343	3.297	78	27	56	37	761	Abetenção Geral 23%			Abetenção Geral 3,1%

FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação)

CAPÍTULO 5

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO POSTERIOR À OBTENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO

ALGUNS DADOS SOBRE SEBERI APÓS A EMANCIPAÇÃO

De acordo com os dados do IBGE referentes à Contagem da População 2007, o município de Seberi apresenta uma população residente composta 10.870 indivíduos. Este número representa, praticamente, a metade da população contabilizada no Recenseamento Geral da População realizado em 1960 (no primeiro recenseamento em que Seberi aparece como município). Devemos levar em consideração que Seberi perdeu partes de sua área territorial original com a emancipação dos municípios de Erval Seco (1963), Rodeio Bonito (1963), Boa Vista das Missões (1992) e Cristal do Sul (1995). A emancipação de Erval Seco e Rodeio Bonito depois de apenas quatro anos após terem se emancipado de Palmeira das Missões como partes integrantes do novo município de Seberi levanta a hipótese de que possa ter havido algum acordo entre os membros da Comissão Emancipacionista de Seberi e alguns grupos de pessoas das respectivas áreas de Erval Seco e Rodeio Bonito.

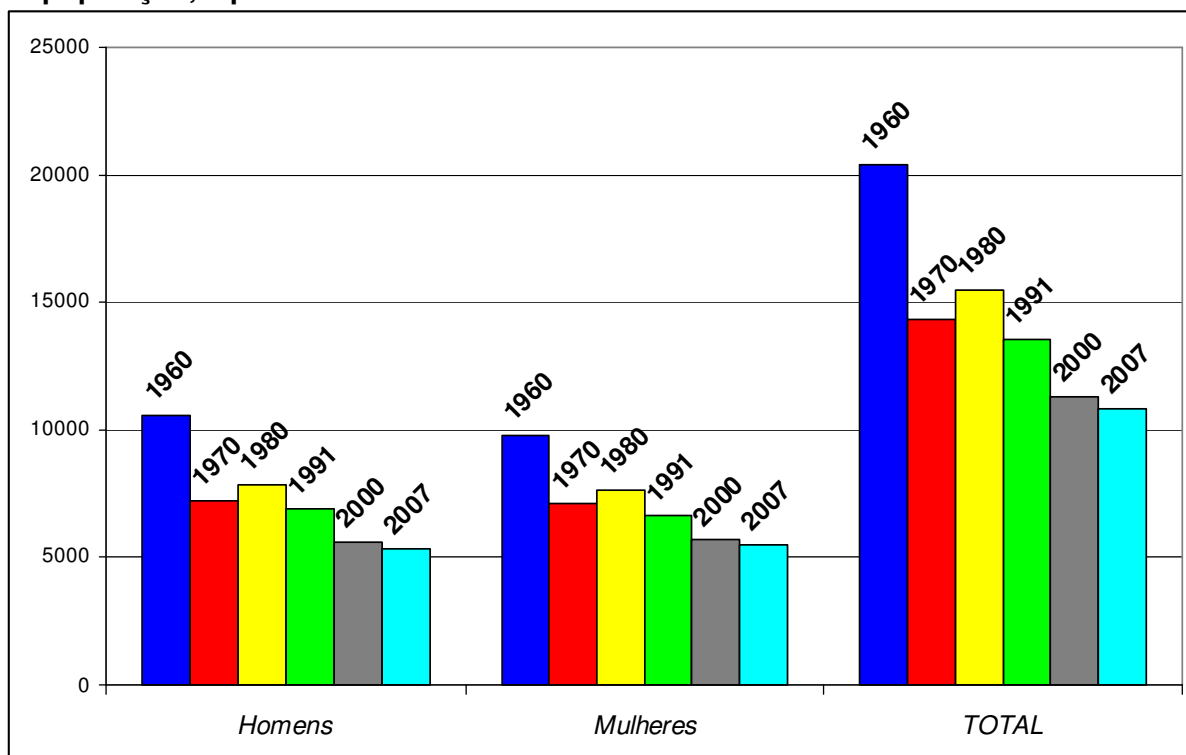
Entretanto, analisando os dados populacionais de forma mais detalhada, observamos algumas peculiaridades do município de Seberi. O quadro 6 (ilustrado pelo gráfico 1) mostra uma perda gradual de população no município, excetuando-se os dados do ano de 1980 onde houve um pequeno aumento da população em comparação com os dados de 1970. No relatório do processo de emancipação foi constatado que na área de Seberi emancipada em 1959, residiam 15.823 indivíduos, demonstrando que os dados referentes ao ano de 1960 indicam um aumento da população superior à 25%. O ápice populacional atingido na década de 60 indica a completa ocupação dos lotes coloniais do município, pois, os dados dos anos seguintes indicam uma diminuição do número de habitantes em Seberi.

Quadro 6: Evolução dos dados populacionais do município de Seberi, por sexo e total da população, a partir de 1960 até 2007.

Ano	Descrição	Total
1960	Homens	10610
	Mulheres	9772
	TOTAL	20382
1970	Homens	7254
	Mulheres	7072
	TOTAL	14326
1980	Homens	7864
	Mulheres	7631
	TOTAL	15495
1991	Homens	6876
	Mulheres	6656
	TOTAL	13532
2000	Homens	5656
	Mulheres	5693
	TOTAL	11349
2007	Homens	5342
	Mulheres	5528
	TOTAL	10870

FONTE: Censos demográficos do IBGE (1960, 1970, 1980, 1991 e 2000) e Contagem da População (2007).

Gráfico 1: Evolução dos dados populacionais do município de Seberi, por sexo e total da população, a partir de 1960 até 2007.



FONTE: Censos demográficos do IBGE (1960, 1970, 1980, 1991 e 2000) e Contagem da População (2007).

Analisando os dados de evolução da população de Seberi pela situação do domicílio (rural ou urbano), a partir do ano de 1970, percebemos uma contínua perda de população rural e um contínuo acréscimo da população urbana⁴². Estes dados podem ser visualizados no quadro 7 e no gráfico 2. Também percebemos que no ano de 1970, quase 75% da população residia na área rural do município. Somente no ano de 2007 a população urbana do município supera o total da população rural com uma pequena margem de diferença.

Quadro 7: Evolução dos dados populacionais do município de Seberi, por situação do domicílio, a partir de 1970 até 2007.

Ano	Descrição	Total
1970	Urbano	2251
	Rural	12075
	TOTAL	14326
1980	Urbano	3956
	Rural	11539
	TOTAL	15495
1991	Urbano	4357
	Rural	9175
	TOTAL	13532
2000	Urbano	5432
	Rural	5917
	TOTAL	11349
2007	Urbano	5657
	Rural	5213
	TOTAL	10870

FONTE: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991 e 2000) e Contagem da População (2007).

Para tentar explicar estas modificações na estrutura da população de Seberi, existem alguns fatores (internos e externos) que irão variar ao longo do tempo e que influenciaram, em alguns casos, a migração de grupos específicos de população. Especificaremos, agora, alguns desses fatores internos e externos:

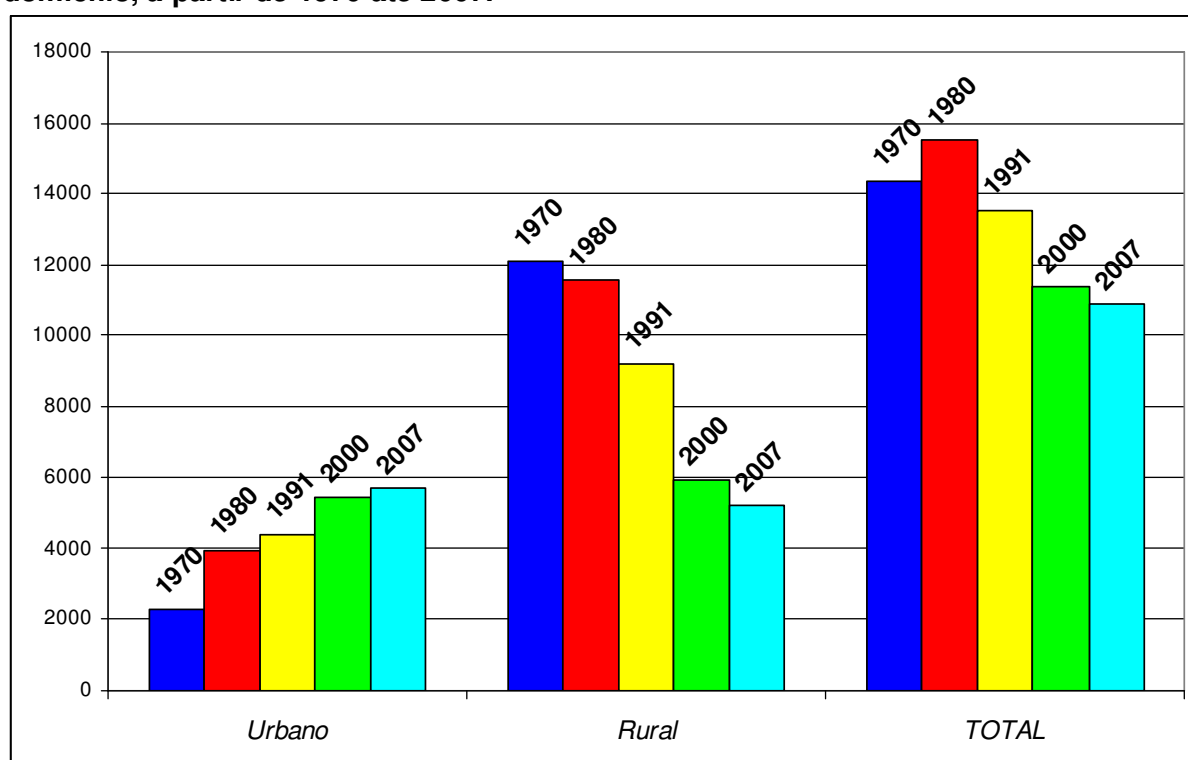
Fatores internos:

Migração campo-cidade: atraiu, principalmente, grupos de pequenos agricultores que buscavam, na cidade, trabalho assalariado. Este tipo de migração deu origem à algumas das “vilas” do município, onde a história da origem de seus habitantes mos-

⁴²Os dados disponibilizados pelo IBGE, em seu *site*, sobre os dados do Recenseamento Geral da População de 1960 não contemplou a situação do domicílio. Por este motivo as informações sobre a população rural e urbana de Seberi no ano de 1960 não estão presentes nos dados analisados e apresentados.

tra muitas semelhanças. Atualmente, destaca-se o fluxo migratório das mulheres da zona rural para a cidade. Estas mulheres buscam a carreira do magistério através dos cursos de licenciatura oferecidos em universidades próximas (como a URI de Frederico Westphalen, a UPF em Palmeira das Missões) ou no próprio município (cursos de EAD como os oferecidos pela UNOPAR e a UAB). Após a conclusão dos cursos, algumas mulheres continuam residindo na cidade enquanto outras voltam a morar no interior devido à possibilidade de lecionar nas escolas de ensino básico do município espalhadas pela área rural.

Gráfico 2: Evolução dos dados populacionais do município de Seberi, por situação do domicílio, a partir de 1970 até 2007.



FONTE: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991 e 2000) e Contagem da População (2007).

Diminuição da taxa de natalidade: Não possuímos dados estatísticos específicos para o município de Seberi, porém, em nossas pesquisas de campo, era comum ouvirmos relatos a respeito do grande número de filhos que as mulheres tinham nas décadas de 40 e 50 em Seberi. As fotos de família demonstravam isso através do número de crianças presentes nas fotografias. Além disso, a diminuição do número de filhos por família é algo já comprovado pelos dados e publicações do IBGE, e de pesquisadores do tema.

Fatores externos

Migração para municípios industriais: destacam-se, principalmente, os fluxos migratórios para os municípios de Novo Hamburgo, Sapiranga e Parobé (onde se localizam as indústrias calçadistas) e para a região metropolitana (em busca de empregos no setor da construção civil). Neste tipo de migração destacam-se os grupos de jovens que migraram com seus pais da zona rural para a cidade e que, devido às poucas possibilidades de emprego existentes, se vêem forçados a buscar empregos em outras cidades. Normalmente esses jovens já possuem algum parente ou amigo que tenha migrado e, por isso, buscam nesta referência uma esperança de buscar emprego em outras cidades. Em alguns casos, há jovens que migram da zona rural de Seberi buscando emprego nas cidades à pouco mencionadas. Quando não atingem o objetivo almejado, retornam para novamente auxiliar seus pais nas atividades da pequena propriedade rural.

Migração para frentes pioneiras ou fronteiras agrícolas: neste grupo estão inseridas pessoas que migram buscando o aproveitamento de uma oportunidade de incrementar suas atividades econômicas e pessoas que buscam apenas a garantia de um trabalho assalariado. Podemos citar o exemplo da família Zanchet que transferiu suas atividades de Seberi para o município de Francisco Beltrão, onde a dinâmica econômica era maior e favorecia uma das principais atividades do grupo: o comércio de madeira. Também existem diversos casos de pessoas que saíram de Seberi e se instalaram em municípios do estado do Mato Grosso, como Sorriso, Primavera do Leste, Água Boa, Querência, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, entre outros. Todos os anos, próximo ao período do Natal, o município de Seberi é “invadido” por carros com placas de várias cidades do Mato Grosso. São os migrantes bem sucedidos que voltam para festejar o Natal com os familiares que ficaram em Seberi.

Migração em busca de cursos universitários: apesar existirem cursos universitários nas cidades de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões, que permitem aos estudantes de Seberi o deslocamento diário entre a universidade e suas casas, muitos estudantes buscam universidades federais já sabendo que dificilmente retornarão a residir em Seberi devido as baixas possibilidades de crescimento profissional. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destaca-se pela quantidade de estudantes seberenses que buscam, anualmente, ingressar em seus cursos universitários ou cursos preparatórios para o vestibular. A UFSM também

disponibiliza uma forma alternativa de ingresso ao ensino superior (o PEIES⁴³) aplicando provas ao final de cada um dos anos do ensino médio. Em Seberi as provas são aplicadas no único estabelecimento de ensino do município que fornece o ensino médio: o Instituto Estadual de Educação Madre Tereza. Este pode ser um dos motivos que aproximam os estudantes do ensino médio de Seberi a buscar um curso superior na cidade de Santa Maria.

Os movimentos migratórios em Seberi atingem, de maneira mais expressiva, os grupos mais jovens da população. Isso pode ser constatado pela análise da população por grupos de idade. A tabela 5 apresenta os dados do total da população divididos por grupos de idade para os anos de 2000 e 2007. Os gráficos 3 e 4 ilustram de maneira mais clara os dados apresentados na tabela 5. Pode-se perceber que os grupos de população acima de 50 anos aumentaram, enquanto os grupos de 20 à 29 e de 40 à 49 mantiveram-se estáveis. Já os grupos de 0 (zero) à 19 anos e de 30 à 39 anos tiveram seus números reduzidos. Podemos afirmar, então, que Seberi está se tornando um município de idosos.

Tabela 5: População recenseada, por grupos de idade, no município de Seberi nos anos de 2000 e 2007.

Grupos de idade	2000	2007
0 a 4 anos	930	686
5 a 9 anos	1 002	838
10 a 19 anos	2 256	1 871
20 a 29 anos	1 546	1 593
30 a 39 anos	1 630	1 388
40 a 49 anos	1 562	1 577
50 a 59 anos	1 071	1 333
60 anos ou mais	1 352	1 584

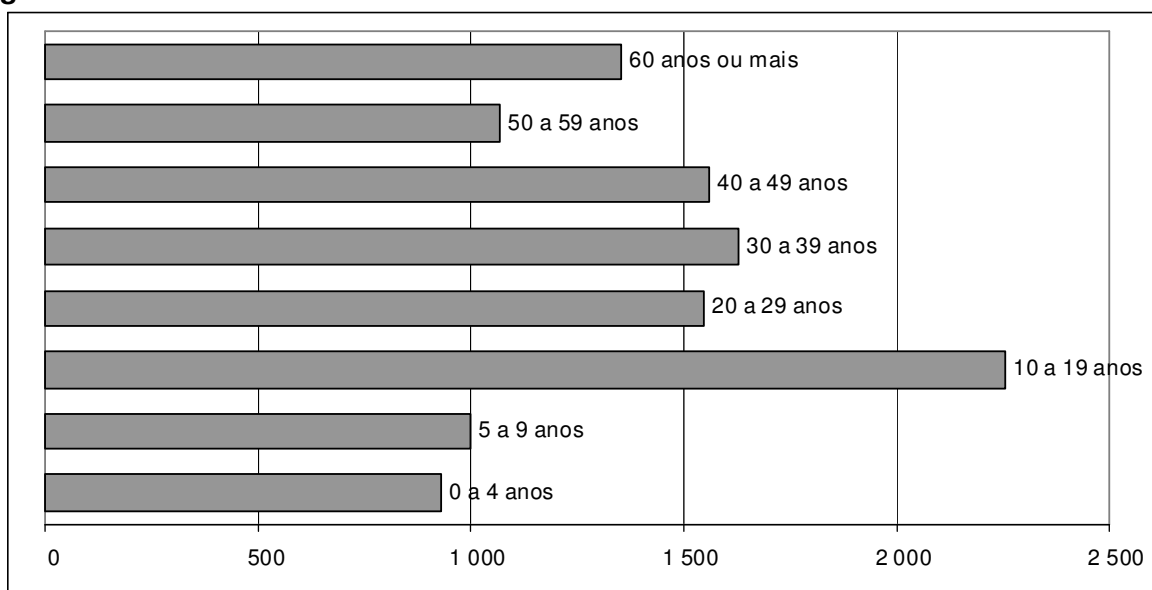
FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem da População 2007.

Do ponto de vista econômico, o município de Seberi apresenta o setor primário (produção agropecuária) como a base de sua economia, com destaque para as lavouras de soja que ocupam a maior parte das terras cultivadas, pouco à frente

⁴³ O PEIES (Programa de Ingresso ao Ensino Superior) foi criado no ano de 1995 e passou a abranger o município de Seberi a partir do ano de 1997. Nesta modalidade alternativa de ingresso ao ensino superior são oferecidas 20% das vagas de todos os cursos disponibilizados pela UFSM.

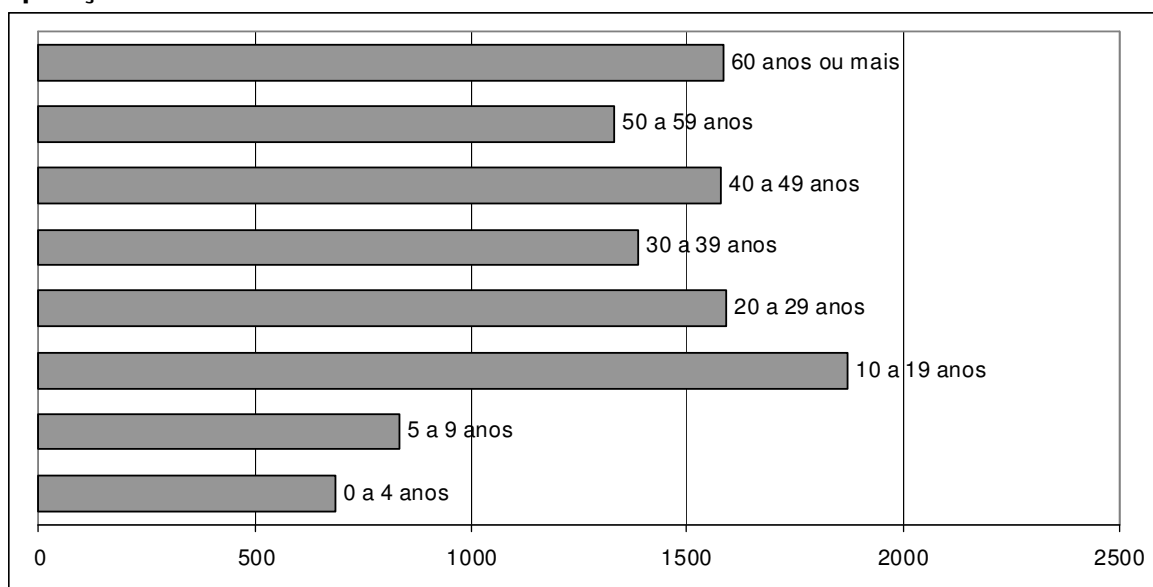
das lavouras de milho, como demonstra a tabela 6. O trigo também ocupa uma área considerável, o que o situa na terceira colocação de áreas plantadas. Apesar de não apresentar uma grande área cultivada, o fumo é uma importante cultura, principalmente para os pequenos agricultores que possuem terras em áreas com declividades que não possibilitam o uso de maquinário agrícola.

Gráfico 3: População recenseada, por grupos de idade, em Seberi no Censo Demográfico 2000.



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 4: População recenseada, por grupos de idade, em Seberi na Contagem da População 2007.



FONTE: IBGE, Contagem da População 2007.

Tabela 6 - Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção dos principais produtos das lavouras temporárias e permanentes, em ordem decrescente de área colhida, segundo os Municípios Rio Grande do Sul – 2006.

Municípios e principais produtos das lavouras temporárias e permanentes	Área plantada ou destinada à colheita (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1 000 R\$)
<i>Seberi</i>	27 644	27 642	32 028
<i>Lavouras Temporárias</i>	27 092	27 092	29 927
<i>Lavouras Permanentes</i>	552	550	2 101
Soja (em grão)	11 000	11 000	25 245	2 295	9 204
Milho (em grão)	10 000	10 000	34 000	3 400	7 473
Trigo (em grão)	2 500	2 500	1 575	630	654
Feijão (em grão)	1 000	1 000	1 048	1 048	906
Aveia (em grão)	750	750	1 125	1 500	281
Mandioca (2)	500	500	11 200	22 400	6 929
Fumo (em folha)	480	480	830	1 729	2 447
Erva-mate (folha verde)	393	391	3 910	10 000	972
Arroz (em casca)	330	330	1 370	4 151	712
Cana-de-açúcar (2)	300	300	9 900	33 000	788
Girassol (em grão)	130	130	234	1 800	94
Laranja	75	75	1 350	18 000	456
Amendoim (em casca)	25	25	30	1 200	45
Cebola	25	25	125	5 000	70
Banana	24	24	192	8 000	119
Tangerina	20	20	425	21 250	159
Uva	17	17	204	12 000	188
Batata-doce	14	14	210	15 000	120
Batata-inglesa	14	14	62	4 428	35
Melancia	8	8	200	25 000	61
Alho	7	7	28	4 000	50
Pêssego	6	6	48	8 000	43
Abacate	4	4	71	17 750	36
Ervilha (em grão)	4	4	28	7 000	18
Figo	3	3	12	4 000	11
Pera	3	3	55	18 333	41
Tomate	3	3	45	15 000	36
Caqui	2	2	35	17 500	26
Limão	2	2	43	21 500	16
Melão	2	2	14	7 000	4
Goiaba	1	1	31	31 000	26
Mamão	1	1	6	6 000	3
Noz (fruto seco)	1	1	5	5 000	5

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2006.

A especialização produtiva do setor agropecuário que se estabelece em algumas áreas do território brasileiro não está bem caracterizada no município de Seberi. Apesar da soja se destacar pela grande extensão de terras que ocupa, outras culturas e atividades são importantes para o setor agrícola municipal apesar de não ocuparem grandes extensões de terra. Alguns produtos visam apenas o atendimento à uma demanda local, como pode ser o caso do arroz, batata-doce, batata-inglesa e frutas.

É importante destacar que o desempenho da agricultura do município afeta diretamente a setor de comércio. Os trabalhadores rurais representam significativa parcela dos clientes do setor comercial e de serviços de Seberi. As lojas de vestuário, móveis, eletrodomésticos e supermercados, se caracterizam por pertencerem à moradores do próprio município e que, em muitos casos, possuem como funcionários os próprios membros da família. No município de Seberi não possui lojas das grandes redes de comércio de reconhecimento estadual e/ou nacional.

No município de Frederico Westphalen podem ser encontradas lojas de móveis e eletrodomésticos pertencentes às grandes redes nacionais e/ou estaduais (Colombo, Quero-Quero, Eletrolar, Magazine Luiza e Becker), porém, com relação aos supermercados, nem mesmo o município de Frederico Westphalen conseguiu atrair um nome de reconhecimento estadual ou nacional.

O município de Palmeira das Missões é referência para o setor agropecuário de Seberi, principalmente pelo comércio de máquinas e implementos agrícolas, comércio de adubos e defensivos, comercialização de cereais e por possuir uma unidade da Nestlé, inaugurada no ano de 2008, responsável por receber a produção leiteira de agricultores dos municípios próximos à Palmeira das Missões.

Os municípios de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões também atraem os seberienses por outro motivo: as universidades. Em Frederico Westphalen há um campus da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) que possui sua sede administrativa em Erechim e um campus avançado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) inaugurado há menos de 5 anos, no mesmo local onde sediava, há mais tempo, o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (CAFW) que fornece um curso técnico na área agrícola. Palmeira das Missões possui um campus da Universidade de Passo Fundo (UPF). O fluxo de estu-

dantes universitários para esses municípios é diário através do fretamento de ônibus por parte desses estudantes.

Os habitantes de Seberi também se deslocam diariamente ao município de Passo Fundo buscando os serviços de saúde que este município disponibiliza. Os serviços de ortopedia e hemodiálise são os mais requisitados por quem se desloca de Seberi até Passo Fundo. Exames de alta complexidade também estão na lista dos serviços buscados.

Além da agricultura e do setor de serviços, outro setor de grande importância para a economia do município são os servidores públicos. O funcionalismo público é um fator que assegura, ao comércio local, um fluxo mínimo de dinheiro no município. A garantia de um salário mensal e do 13º salário no final do ano, possibilitam condições facilitadas de pagamento no comércio local aos funcionários públicos, principalmente aos “bons pagadores”. Dentro deste grupo se destacam, em quantidade, os professores e o funcionalismo público municipal.

Porém, muitos agricultores de Seberi ainda preferem fazer suas compras no comércio local pelo motivo de conhecerem o proprietário da loja e por poderem negociar prazos e formas diferenciadas de pagamento, normalmente relacionadas com os períodos de colheita e venda das safras agrícolas. Entretanto, quando o desempenho da agricultura não é bom (por quebras de safra ou valores pagos abaixo dos custos de produção), o comércio local sente os reflexos. Ou seja, o comércio local serve como indicador do desempenho agrícola. Em algumas famílias residentes na zona rural também podem existir um dos membros da família com uma renda fixa, como a aposentadoria rural, o salário da esposa que leciona na escola da localidade ou o salário de algum dos filhos que trabalha no comércio da cidade.

Além da produção agropecuária propriamente dita, algumas famílias têm investido em agroindústrias como forma de agregar valor à sua produção. Este tipo de indústria remete a questão já levantada no capítulo 4 sobre a origem das indústrias naturais (novamente surgem indústrias ligadas à produção primária do município). Algumas das indústrias hoje existentes em Seberi estão ligadas ao setor de embutidos e frigoríficos, laticínios, erva-mate, e conservas de frutas e legumes. O quadro 8 apresenta uma relação de indústrias hoje existentes no município.

Quadro 8: Informações sobre indústrias existentes no município de Seberi em 2009.

continua

CNPJ	TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	NOME EMPRESARIAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
08.493.399/ 0001-00	*****	BAUER & BAUER LTDA	- Fabricação de produtos de carne	- Comércio varejista de carnes - açougues	Sociedade Empresaria Limitada
07.059.351/ 0001-17	*****	ROGERIO A . CONSANTER	- Preparação de subprodutos do abate	Não informada	Empresario (individual)
06.555.073/ 0001-26	ERVA MATE NATIVA MGM	LUIZ VALMOR DE SOUZA	- Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	Não informada	Empresario (individual)
03.555.951/ 0001-15	*****	ERVA MATE SEBERIENSE LTDA	- Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	Não informada	Sociedade Empresaria Limitada
09.665.861/ 0001-63	*****	ERVA MATE ALTO URUGUAI LTDA	- Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	- Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	Sociedade Empresaria Limitada
03.771.713/ 0001-47	*****	MARLI CARVALHO DA SILVA	- Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	Não informada	Empresario (individual)
05.928.428/ 0001-12	*****	J.A.P.CAMARA & CIA LTDA	- Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	Não informada	Sociedade Empresaria Limitada
07.210.713/ 0001-29	*****	INDUSTRIA DE ERVA- MATE PROVINCIA LTDA	- Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	Não informada	Sociedade Empresaria Limitada

Quadro 8: Informações sobre indústrias existentes no município de Seberi em 2009.

continua

05.490.835/ 0001-90	*****	LATICINIO SEBERI LTDA	- Fabricação de laticínios	- Comércio atacadista de leite e laticínios - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados - Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	Sociedade Empresaria Limitada
03.834.521/ 0001-32	DOCES E CONSERVAS KINKAS	INDUSTRIA DE DOCES E CONSERVAS KINKAS LTDA	- Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	- Fabricação de conservas de palmito	Sociedade Empresaria Limitada
04.072.848/ 0001-87	GIONGO PAPEIS	GIONGO COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA	- Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	Não informada	Sociedade Empresaria Limitada
05.781.057/ 0001-99	*****	ANGELO V. ALBARELLO	- Frigorífico - abate de bovinos	- Fabricação de produtos de carne - Preparação de subprodutos do abate	Empresario (individual)
04.829.105/ 0001-09	INDUSTRIA DE BATERIAS TECNOBAT	LISIANI C. DE OLIVEIRA RIBAS	- Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	Não informada	Empresario (individual)
08.882.806/ 0001-62	PLANTA SUL INSUMOS AGRICOLAS	PLANTA SUL INSUMOS AGRICOLAS LTDA	- Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	- Comércio varejista de materiais de construção em geral - Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e grammas - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral - Atividades de pós-colheita	Sociedade Empresaria Limitada

Quadro 8: Informações sobre indústrias existentes no município de Seberi em 2009.

continua

04.063.227/ 0001-37	PRE MOLDADOS SEBERI	ARTEFATOS DE CONCRETO BIASIBETTI LTDA - ME	- Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	Não informada	Sociedade Empresaria Limitada
05.054.608/ 0001-12	BONFANTI TELHAS	TELHAS DE CONCRETO COLORIDAS BONFANTI LTDA	- Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	- Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	Sociedade Empresaria Limitada
10.900.712/ 0001-10	URIEL CONFECÇOES	AL GIUSTI CONFECÇOES LTDA - ME	- Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	- Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios - Comércio atacadista de artigos do ves- tuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho - Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especifica- dos anteriormente	Sociedade Empresaria Limitada
91.008.805/ 0001-37	*****	FERRAGENS SANTO IGNACIO LTDA - ME	- Fabricação de esquadrias de metal	Não informada	Sociedade Empresaria Limitada
07.363.412/ 0001-35	*****	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GESTAO DE RESIDUOS SOLIDOS - CIGRES	- Atividades de associações de defesa de direitos sociais	- Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte - Atividades associativas não especificadas anteriormente	Outras Formas de Associação
02.598.319/ 0001-96	*****	ANTONIO MARCOS DA SILVA-PECAS	- Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	- Comércio a varejo de peças e aces- sórios novos para veículos automotores	Empresario (individual)

Quadro 8: Informações sobre indústrias existentes no município de Seberi em 2009.

conclusão

91.226.134/ 0001-80	*****	CLAUDINO VARGAS ANTUNES	- Fabricação de estruturas pré- moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	Não informada	Empresario (individual)
00.372.327/ 0001-94	*****	CONFECÇOES QUEDA D'AGUA LTDA ME	- Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	- Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	Sociedade Empresaria Limitada
02.040.953/ 0001-09	MOVEIS LANG	GUIDO ILARIO LANG	- Fabricação de móveis com predominância de madeira	Não informada	Empresario (individual)
91.381.616/ 0001-05	*****	OLARIA BALDIN LTDA-ME	- Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	Não informada	Sociedade Empresaria Limitada
92.607.688/ 0001-90	*****	SERRALHERIA METAL FORTE LTDA ME	- Fabricação de esquadrias de metal	Não informada	Sociedade Empresaria Limitada

FONTE: Site da Receita Federal – Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp>

Em visita à duas dessas indústrias obtivemos algumas informações interessantes: No Laticínio Seberi fomos informados que esta indústria opera em seu limite produtivo e que consegue inserir seus produtos na rede de supermercados Wall Mart existente no Rio Grande do Sul. Porém, uma das funcionárias informou que não há uma intenção de aumentar a produção, pois isto exigiria algumas alterações em seu registro, aumentando a carga tributária. É justamente pelo seu pequeno tamanho que eles conseguem obter uma carga tributária menor e assim competir com marcas mais fortes no mercado. Na agroindústria de conservas Kinkas constatamos a instabilidade gerada pelas mudanças políticas no governo do estado. Esta agroindústria surgiu durante o governo de Olívio Dutra-PT (1999-2003) devido à criação de políticas de incentivo e fomento deste tipo de atividade. Os produtos Kinkas chegaram a receber uma premiação na Expoiner de Esteio para suas conservas no ano 2000 ou 2001. Entretanto, durante a gestão de Germano Rigotto-PMDB (2003-2007) os incentivos criados no governo anterior foram sendo retirados, forçando a indústria de doces e conservas Kinkas a funcionar com baixa capacidade produtiva, utilizando apenas a força de trabalho familiar. Na melhor fase desta indústria, foram empregados em torno de 15 funcionários. Na figura 42 observamos parte das instalações onde são preparadas as conservas e uma placa de divulgação dos investimentos do governo do estado no projeto da agroindústria Kinkas.

Figura 42: Fotografias da Agroindústria de Doces e Conservas Kinkas Ltda.



FONTE: Fotos fornecidas por César A. A. Martins

Com relação à estrutura fundiária, obtivemos dados relativos aos anos de 1960, 1970 e 1985 que nos mostram um aumento no número de estabelecimentos com menos de 1 hectare até 20 hectares (tabela 7). Já o número de estabelecimentos entre 20 e 100 hectares sofreu uma diminuição. O número de estabeleci-

mentos entre 100 e 500 hectares manteve-se o mesmo entre os anos de 1970 e 1985, com pequenas alterações nas áreas ocupadas por estes estabelecimentos. Já os dados de propriedade entre 500 e 1.000 hectares indicam um aumento do número de estabelecimentos de 1 para 3, entre os anos de 1970 e 1985.

Tabela 7: Áreas dos imóveis rurais do município de Seberi nos anos de 1960, 1970 e 1985.

<i>Grupos de área</i>	1960		1970		1985	
	Estabeleci.	Área (ha)	Estabeleci.	Área (ha)	Estabeleci.	Área (ha)
<i>Menos de 1 ha</i>	1	0	20	10	24	11
<i>De 1 a 2 ha</i>	10	17	51	63	69	90
<i>De 2 a 5 ha</i>	221	696	261	800	329	1 047
<i>De 5 a 10 ha</i>	603	3 839	366	2 363	629	4 278
<i>De 10 a 20 ha</i>	995	12 806	584	7 542	649	8 627
<i>De 20 a 50 ha</i>	783	20 921	451	12 246	341	9 302
<i>De 50 a 100 ha</i>	126	7 604	66	3 903	40	2 537
<i>De 100 a 200 ha</i>	36	4 470	16	2 090	16	2 104
<i>De 200 a 500 ha</i>	10	2 754	3	980	3	884
<i>De 500 a 1 000 ha</i>	2	1 240	1	600	3	2 160
<i>De 1 000 a 2 500 ha</i>	-	-	-	-	-	-
<i>De 2 500 a 5 000 ha</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Totais</i>	2 787	54 347	1 819	30 597	2103	31 044

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1960, 1970, 1985.

O aumento do número de propriedades com menos de 1 hectare até 20 hectares pode indicar o fracionamento das áreas originais devido ao processo de partilha de heranças. No censo de 1996 as classes de tamanho das propriedades estão organizadas com menor nível de detalhamento (tabela 8) e não trazem a informação da área total ocupada pelos estabelecimentos de cada grupo de classe. Agrupando os dados da tabela 7 para o mesmo formato de agrupamento da tabela 8, constatamos que nos três primeiros grupos de classe por área dos estabelecimentos (compreendendo as propriedades com até 200 ha), o número total de estabeleci-

mentos diminuiu no período de 1995-96 em comparação com os dados de 1985, enquanto o número de estabelecimentos acima de 200 ha manteve-se inalterado. Este fato pode ser explicado pela formação dos municípios de Boa Vista das Missões (1992) e Cristal do Sul (1995) que subtraíram áreas que antes pertenciam ao município de Seberi.

Tabela 8: Estabelecimentos por grupo de área total. Dados do Censo Agropecuário 1995-1996 para o município de Seberi

Município	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
<i>Seberi</i>	727	878	11	3	3	-	-

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1995-96.

Através da observação de campo constatamos que as maiores propriedades do município, em área contínua, se localizam nas áreas planas ou de baixas declividades. Nestas áreas se concentram as plantações de soja, milho e trigo, pois permitem a utilização de maquinário agrícola como tratores e colheitadeiras. Já as áreas de declividade mais acentuada, que não possibilitam a utilização de maquinário agrícola, pertencem, predominantemente, à pequenos agricultores. São nestas áreas onde encontramos as plantações de fumo, mandioca, cana-de-açúcar, uva, amendoim e batata, cultivos estes já mencionados na tabela 6. A declividade das terras é um fator de grande influência no tamanho dos estabelecimentos rurais devido às limitações impostas quanto à utilização de maquinário. Um forte indicador desta afirmação são os dados sobre o uso da força de tração animal e mecânica presentes no Censo Agropecuário 2006 e disponibilizados pelo IBGE. Com base nesses dados, organizamos a tabela 9 que nos mostra que o uso da força de tração mecânica é a mais utilizada no estado e na mesorregião do Noroeste Rio-grandense (onde Seberi está inserido), porém, em Seberi a força de tração animal é mais utilizada do que a força mecânica ou a combinação da força animal e mecânica.

Uma atividade industrial ligada ao setor extrativista do município e que merece ser destacada são as pequenas indústrias ervateiras. Foram identificadas 6 indústrias ervateiras em Seberi que está inserida em uma área tradicionalmente produtora de erva-mate, possuindo áreas com pés de erva-mate centenários. De acordo com informações fornecidas pelo IBGE sobre a Produção Agrícola Municipal

no ano de 2006, Seberi ocupa a 12^a colocação entre os maiores produtores de erva-mate do estado e a 22^a colocação entre os maiores produtores do país. Acredita-se que parte da produção de erva-mate seja vendida para abastecer indústrias ervateiras de fora do município uma vez que as indústrias ali existentes são de pequeno porte e abastecem apenas o comércio local. A figura 43 apresenta a fotografia de uma das ervateiras e, também, o investimento feito em uma agroindústria que irá fabricar suco de uva, aproveitando a produção local.

Tabela 9 - Uso de força de tração animal e/ou mecânica utilizada pelos estabelecimentos, por tipo, segundo UF, Mesorregião, e Município - 2006

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Total de estabelecimentos	Uso de força de tração animal e/ou mecânica utilizada pelos estabelecimentos			
		Total	Tipo		
			Animal	Mecânica	Animal e mecânica
Rio Grande do Sul	441 466	371 525	122 552	160 753	88 221
Noroeste Rio-grandense	185 699	167 363	42 478	86 603	38 282
Seberi	1 455	1 351	627	256	468

FONTE: Censo Agropecuário 2006.

Por tudo que já foi mostrado sobre a situação atual do município, percebe-se que esta área foi perdendo, ao longo dos anos, o dinamismo econômico demonstrado na década de 50. A maioria das edificações fotografadas no levantamento realizado no ano de 1957 para compor o processo de emancipação e que sinalizavam a prosperidade econômica do distrito ainda estão presentes no município, indicando, a estagnação que se seguiu nos anos posteriores à emancipação. A figura 44 mostra 3 dessas edificações registradas no ano de 1957 e a situação destas mesmas edificações no ano de 2008. No local onde se localizava a casa comercial do grupo Zanchet hoje encontramos uma floricultura. No local do Hotel Fortaleza, importante referência para os viajantes, hoje é utilizado como salão de beleza (térreo) e como escritório de advocacia (piso superior). O bar e churrascaria de Guilherme Argenta, ponto de encontro de agricultores que vinham até a vila, deu lugar a pequenos estabelecimentos comerciais (sorveteria, conserto de equipamentos de rádio e televisão, loja de roupas), além de ganhar um novo pavimento utilizado como residência dos atuais proprietários do edifício. Esta ampliação da edificação implicou na descaracterização da fachada original.

Figura 43: Fotografias indicando o investimento em uma agroindústria para produção de suco de uva (fotos superiores); indústria de erva-mate no município de Seberi.



FONTE: Fotos fornecidas por César A. A. Martins

O moinho que pertencia ao grupo Zanchet, hoje é propriedade da família Bertinatto que reside em Seberi. Parte dos equipamentos foi substituída por máquinas mais modernas. No moinho, porém, ainda é produzida farinha, que, por sua baixa qualidade, é enviada ao estado do Paraná para ser utilizada na fabricação de cola escolar. Da serraria e da marcenaria não sobraram nada mais do que fotografias, devido à deterioração da madeira destas edificações. Algumas máquinas da serraria e da marcenaria foram enviadas ao município de Francisco Beltrão quando o grupo mudou a sede da matriz e concentrou suas atividades, relacionadas à atividade madeireira, neste município. O restante das máquinas foi vendida a outras serrarias e marcenarias de Seberi e de municípios vizinhos.

Figura 44: Fotografias de edificações do distrito de Seberi no ano de 1957 e a situação destas mesmas edificações no ano de 2008.



FONTE: Prefeitura Municipal de Seberi (Relatório do processo de emancipação); Acervo pessoal de Rosinha Bertinatto; Fotos do autor (2008).

A antiga usina hidroelétrica do grupo Zanchet foi vendida, em meados da década de 90, à uma Cooperativa de Distribuição de Energia (CRELUZ). Após ter sido reformada, entrou novamente em funcionamento no ano de 1999 como a primeira usina de geração de energia da CRELUZ. Esta cooperativa surgiu no ano de 1966 com a finalidade de facilitar ao produtor rural o acesso à energia elétrica através da construção de redes de distribuição de energia. Sua sede está localizada no município de Pinhal-RS sendo que a atuação desta cooperativa atinge um total de

36 municípios no norte do estado⁴⁴. Atualmente a CRELUZ possui 5 usinas de geração de energia em funcionamento, uma em processo de construção, e está elaborando projetos para mais 3 unidades de geração de energia. Os equipamentos da antiga usina do grupo Zanchet estão em exposição no município de Taquaruçu do Sul-RS onde a CRELUZ possui outra usina de geração de energia. A figura 45 apresenta uma seqüência de 4 fotografias mostrando a usina hidroelétrica do grupo Zanchet que a CRELUZ adquiriu e modernizou. A barragem recebeu um reforço na estrutura antiga e equipamentos para monitoramento da vazão enquanto a casa de máquinas foi totalmente reformada.

Figura 45: Fotografias da usina de geração de energia e barragem da CRELUZ no município de Seberi em janeiro de 2008.



FONTE: Fotos do autor (2008).

⁴⁴ Entre os anos de 1976 e 1997 a CRELUZ também atuou no segmento de lojas de móveis e eletrodomésticos, formando uma pequena rede de lojas na região do médio-alto uruguaí. A partir de 1997 abandonou o segmento de lojas e passou a se dedicar exclusivamente à projetos de geração e distribuição de energia elétrica.

Até mesmo a área do município que, na data de sua emancipação, era de aproximadamente 600 km², já está reduzida praticamente à metade da área inicial. Entre os moradores que acompanharam o período da emancipação e os primeiros anos do município, há um certo consenso de que as décadas de 50 e 60 foram os períodos áureos de Seberi. A falta de perspectivas de desenvolvimento da cidade na atualidade é muito diferente do otimismo demonstrado na documentação levantada para o relatório do processo de emancipação. O dinamismo econômico demonstrado nas décadas de 50 e 60 só foi possível devido à precariedade dos meios de transporte que protegiam esta área da concorrência de produtos externos. Com a gradual melhoria da infra-estrutura de transporte e comunicação, produtos de melhor qualidade e com preços competitivos acabaram com as iniciativas de industrialização locais. A mudança da matriz do grupo Zanchet que sai de Seberi para Francisco Beltrão é emblemática. O município paranaense passou a oferecer maiores possibilidades de crescimento ao grupo do que as possibilidades encontradas em Seberi. O grupo apresentava um ritmo de crescimento maior do que o apresentado pelo município que eles ajudaram a criar, por isso sua mudança era inevitável.

Considerações Finais

Constatamos que a região fisiográfica do Alto Uruguai foi a última área do estado do Rio Grande do Sul a ser, efetivamente, colonizada. A presença de uma zona florestal no norte do estado delimitou a colonização luso-brasileira até o limite entre as áreas de campos naturais e a zona florestal. Somente com o aumento da pressão demográfica das áreas das antigas colônias, junto com a diminuição da fertilidade dos solos destas áreas, criaram-se condições mínimas para que os descendentes das antigas áreas coloniais buscassem novas áreas para colonizar.

Porém, a precariedade dos meios de transporte no final do século XIX e início do século XX, aliado ao tenso momento de disputa política entre chimangos e maragatos, foram fatores que atrasaram a execução dos projetos de colonização na porção norte do município de Palmeira das Missões. Somente após o fim da Revolução de 1923 é que se retomaram, com maior vigor, os trabalhos de colonização. Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas em Palmeira das Missões até o primeiro quartel do século XX, estavam a extração da erva-mate e a criação de bovinos e muares. Do ponto de vista político, esta área era dominada pelo poder coronelístico de representantes dos setores pecuarista e ervateiro. A atuação destes coronéis era sentida, principalmente, pelas áreas de campos naturais até os seus limites com a zona florestal. Assim, a floresta se tornou um refúgio para bandidos e perseguidos políticos (pelo menos até o final da Revolução de 23).

A criação da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira no ano de 1917 visava ordenar a ocupação da zona florestal de Palmeira e diminuir a pressão por novas áreas agrícolas decorrente do crescimento demográfico, mas, foi somente após o ano de 1925 que os trabalhos da Comissão realmente se intensificaram. A inauguração da estrada ligando Palmeira das Missões até as águas termo-minerais de Iraí, em 1928, foi de fundamental importância para a melhoria dos transportes e comunicação da última área colonial criada pelo Estado do Rio Grande do Sul. A nova colônia foi criada para receber migrantes de qualquer origem, caracterizando-se pela ocupação através da migração voluntária, diferentemente do que ocorreu nas áreas das antigas colônias. Os lotes colonias do distrito de Fortaleza chegaram a concentrar colonos de uma mesma etnia (poloneses, italianos, luso-brasileiros),

porém, não chegaram a alterar a proposta inicial de formação de uma área de colonização mista. Acreditamos que muitos colonos também tenham sido atraídos pela possibilidade de construção, por parte do Estado, de um ramal ferroviário que seguiria, paralelamente, o curso do rio Uruguai, ligando as cidades de São Borja à Torres, passando próximo aos atuais municípios de Seberi e Frederico Westphalen. Esse traçado ferroviário esteve presente nos “Schemas de Viação” projetados pela Diretoria de Terras e Colonização que buscava proporcionar as condições de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento das áreas coloniais. Constatamos que as colônias servidas por ramais ferroviários, como Ijuí, Santa Rosa e Erechim, se desenvolveram rapidamente suas indústrias naturais e a agricultura mecanizada. A facilidade de escoar a produção agrícola/industrial e de acessar os insumos necessários são fatores importantes a serem considerados.

Uma das possibilidades consideradas para que os ramais ferroviários planejados para a área colonial de Palmeira das Missões não fossem implantados foi o desenvolvimento do transporte rodoviário. A flexibilidade e os baixos custos de implantação deste tipo de transporte quando comparado com as ferrovias pode ter motivado a substituição dos projetos ferroviários por projetos rodoviários. Porém, as péssimas condições das estradas por conta da lama e dos buracos prejudicavam a qualidade deste tipo de transporte. Além de prejudicar o transporte da produção agropecuária, o transporte de madeira (outro importante recurso existente na zona colonial de Palmeira das Missões) também foi prejudicado. Pelas dificuldades em explorar este recurso, muitas árvores existentes nos lotes coloniais foram queimadas com a finalidade de “limpar as terras” e, através de suas cinzas, aumentar a produtividade das lavouras. O melhor aproveitamento da madeira ocorreu em áreas próximas a cursos d’água que atingissem o rio Uruguai, por onde as toras podiam ser transportadas para serem comercializadas nas cidades argentinas. As primeiras serrarias instaladas em Seberi buscavam atender as necessidades locais sendo que somente com a melhoria dos transportes rodoviários a indústria da madeira ganha o impulso necessário para atingir outros mercados consumidores.

A melhoria das condições de transporte rodoviário e o aumento dos fluxos comerciais atraiu comerciantes, industriais e profissionais liberais para os povoados que surgiam no interior da zona colonial de Palmeira das Missões. Este novo grupo de migrantes se instalou, preferencialmente, nas sedes dos povoados coloniais,

dinamizando os fluxos comerciais locais. Assim, as sedes dos povoados cresceram e ganharam características urbanas. Este crescimento dos povoados tornou a zona colonial economicamente independente da sede municipal. No distrito de Seberi o grupo Zanchet se destaca pela diversidade de atividades econômicas desenvolvidas desde as atividades agrícolas, extrativas, industriais e comerciais. O investimento na construção de uma usina hidroelétrica foi um fator emblemático da capacidade empreendedora deste grupo.

No processo de emancipação de Seberi desencadeado a partir de 1957 a atuação de pessoas ligadas direta ou indiretamente ao grupo foi constatada pelo cruzamento de informações comerciais e de sócios do grupo com as relações dos membros mais atuantes da Comissão Pró-Emancipação de Seberi. Outro fator que atesta a liderança exercida pelo grupo Zanchet foi a escolha dos dois primeiros prefeitos da cidade. Além dos laços familiares, Marcelo Zanchet (prefeito de Seberi entre os anos de 1959 e 1964) e Túlio Luiz Zanchet (prefeito eleito entre os anos de 1964 e 1969) eram sócios do grupo Zanchet.

Os interesses comerciais levaram a família Zanchet transferir a maior parte de seus investimentos para o estado do Paraná no final da década de 60. Algumas atividades ainda foram mantidas no município, porém, com a transferência da matriz de Seberi para Francisco Beltrão o centro dos investimentos foi modificado. Com o passar do tempo as atividades mantidas em Seberi foram sendo extintas.

Os dados recentes demonstram a estagnação do município, principalmente pela perda de população, com destaque para a perda de jovens e o envelhecimento dos que permanecem. Além disso, de acordo com os dados populacionais do IBGE, somente no ano de 2007 a quantidade de população urbana ultrapassou a população rural. Isto demonstra a importância do setor rural para a economia do município. Porém, os dados da produção agropecuária demonstram a inexistência de um produto diferenciado capaz de dinamizar a economia local. Apesar do destaque proporcionado pela produção de erva-mate, a possibilidade de agregar valor a este produto é muito limitada. A produtividade atingida na principal cultura agrícola (a soja) é muito inferior à produtividade obtida nos municípios do centro-oeste brasileiro e em outros municípios do Rio Grande do Sul e do Paraná. A presença de algumas agroindústrias reforça a importância do setor agrícola sem, contudo, assegurar qualquer destaque a este setor produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões**. Passo Fundo: UPF, 2003 (Dissertação de Mestrado).

BATTISTELLA, (Mons.) Vítor. **Painéis do Passado: a história de Frederico Westphalen (em sessenta quadros de literatura amena)**. Frederico Westphalen: Gráfica Marin Ltda., 1969.

BERNARDES, Nilo. **A colonização no município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul**. In: Revista Brasileira de Geografia, Ano XII, nº 3, p.383-390. Conselho Nacional de Geografia: Rio de Janeiro, 1950.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

C.N.G.. **Tipos e Aspectos do Brasil (Ervais; Ervateiros)**. In: Revista Brasileira de Geografia, Ano V, nº 1, p.127-129. Conselho Nacional de Geografia: Rio de Janeiro, 1943.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto - 1**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Vol. 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Vol. 2. 1ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

COMISSÃO CENTRAL PRÓ-EMANCIPAÇÃO DE SEBERI. **Levantamento de dados sócio-econômicos referentes aos distritos de Seberi, Rodeio Bonito e Herval Seco (4 volumes)**. Seberi, 1958.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. **Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica**. In: Revista Brasileira de Economia. Ano 45, nº 4, p.491-518. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GRASSI, Fiorindo David. **Os Maragatos e o Médio Alto Uruguai no Sul do Brasil**. Frederico Westphalen: URI, 1996.

IBGE. **A colonização no planalto médio e alto Uruguai**. In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Grande Região Sul. Volume XII-Tomo II. Páginas 302 à 307. Rio de Janeiro, 1964.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. 33. Rio de Janeiro: IBGE, 1959-a.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. 34. Rio de Janeiro: IBGE, 1959-b.

JACOMELLI, Jussara. **Comissão de Terras: relações de poder em Palmeira**. Passo Fundo: UPF, 2004.

JACOMELLI, Jussara. **Frederico Westphalen na lógiva do Estado Positivista, Castilhistas e Borgistas (1917-1930)**. 2ª edição. Passo Fundo: UPF, 2003.

MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

MARKUSEN, Ann. **Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator**. In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. (orgs.). Economia e território. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

MÜLLER, Geraldo. **A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60.** (358-402) *In*: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S.. RS: Economia e Política. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

NEIVA, Arthur Hehl. **Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil.** *In*: Revista Brasileira de Geografia, Ano IX, nº 2, p.98-114. Conselho Nacional de Geografia: Rio de Janeiro, 1947.

OLIVEIRA, Silvio. **Vilinha da Palmeira – Crônicas comemorativas do primeiro centenário de Palmeira das Missões (1874-1974).** Porto Alegre: Editora Bels, 1974.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História do Rio Grande do Sul.** 9ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **RS: agropecuária colonial e industrialização.** Documenta 17. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Série Temas. Vol.29. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RANGEL, S.S.; VIEIRA, E.F.; NÓBREGA, M.R.; FARINA, F.C. **Distribuição Espacial dos Municípios Emergentes do Processo Emancipatório. Evolução da Territorialidade Municipal: Algumas Considerações.** *In*: Boletim Gaúcho de Geografia (AGB. Seção Porto Alegre). Porto Alegre: EDUNISC, 1998.

REÁTEGUI, D. B.; KERBER, V. J.. **Seberi: 109 anos de história.** Frederico Westphalen: Litoarte Marin, 1988.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no RS.** Tomo I. Porto Alegre: Globo, 1969.

RÜCKERT, Aldomar A.. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RÜCKERT, Aldomar. **A Trajetória da Terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827/1931.** Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 2ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, SP, 1997.

SFEZ, Lucien. **Técnica e ideologia: uma questão de poder.** Coleção Epistemologia e Sociedade. Vol.194. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil.** Presidente Prudente: UNESP, 2003 (Tese de Doutorado).

SOARES, Mozart Pereira. **Santo Antônio da Palmeira: apontamentos para a história de Palmeira das Missões.** 2ª edição. Porto Alegre: AGE, 2004.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Mons. Vitor Battistella na História de “Barril”.** Passo Fundo: Berthier, 1989.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **O positivismo e a colonização no norte do Rio Grande do Sul.** Frederico Westphalen: URI, 2005.

TAGLIETTI, Dáblio Batista. **Leis de terras e a colonização do Médio Alto Uruguai-RS (1917-1960).** Frederico Westphalen: URI, 2006.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

ANEXOS

ANEXO Nº1

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Os abaixo firmados por Pedro Gemelli, viúvo Romano Zanchet, Lourenço Albino Nardin, Marcelo Zanchet, Armando Bottan, Albino Zanchet, Genuíno Bertinato, Luiz Julio Gemelli, Adelino Zanchet, Paulo Danuzio Gemelli, Antônio Spiler, Salvador Guilherme Gemelli, casados e Constante Luiz Gemelli, Antônio Carlos Gemelli, e Guerino Bottan, solteiros, maiores, todos brasileiros, comerciantes, residentes neste município de Palmeira das Missões, Estado do Rio grande do Sul, pelo presente instrumento de constituição de firma, têm justo e contratado entre si, uma sociedade Industrial e Comercial por quotas de responsabilidades limitadas, regendo-se pela lei que for aplicada e pelas Clausulas seguintes:

1ª

Fica adotada a razão social de GEMELLI, ZANCHET & Cia. Ltda.

2ª

O capital social é da importância de DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS (Cr.\$2.000.000,00) já integralizado, tendo entrado para a formação do mesmo como segue:

O sócio Pedro Gemelli, com cento e quarenta mil cruzeiros (Cr.\$140.000,00) Romano Zanchet, com trezentos e vinte mil cruzeiros (Cr.\$320.000,00) Lourenço Albino Nardin, com cento e setenta e cinco mil cruzeiros (Cr. \$175.000,00) Marcelo Zanchet, com duzentos e noventa mil cruzeiros (Cr.\$290.000,00) Armando Bottan, com setenta mil cruzeiros (CR.\$70.000,00) Albino Zanchet, com duzentos mil cruzeiros (Cr.\$200.000,00) Genuíno Bertinato, com cento e vinte cinco mil cruzeiros (Cr.\$125.000,00) Salvador Guilherme Gemelli, com setenta mil cruzeiros (Cr.\$70.000,00) Luiz Julio Gemelli, com setenta mil cruzeiros (Cr.\$70.000,00) Adelino Zanchet, com cento e vinte e cinco mil cruzeiros (Cr. \$125.000,00) Paulo Danuzio Gemelli, com setenta mil cruzeiros (Cr.\$70.000,00) Antônio Spiler, com cento e setenta e cinco mil cruzeiros (Cr.\$175.000,00) Constante Luiz Gemelli, com cem setenta mil cruzeiros (Cr.\$70.000,00) Antônio Carlos Gemelli, com setenta mil cruzeiros (Cr.\$70.000,00) e Guerino Bottan, com trinta mil cruzeiros (Cr.\$30.000,00) perfazendo um total de DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS (Cr.\$2.000.000,00)

3ª

A sociedade tem por fim a exploração da Indústria e Comércio em Geral, como seja, INDÚSTRIA: a instalação de Uzina Elétrica, Moinho de Cereais, Frigorífico, Serraria e beneficiamento de madeiras, Olaria, Curtume, etc. COMÉRCIO: de mercadorias em geral, Cereais e outros produtos agrícolas, Importação e Exportação, Comissão, Consignação e conta própria, Despachos e redespachos, Representa-

ções, bem como a exploração de atividades complementares ao serviço conexos do Comércio e tudo quanto possa convir no campo da atividade comercial.

4ª

A sociedade terá sua Sede nesta Vila Seberi, 4ª distrito do Município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, onde também terá sua administração; e, foro jurídico na Comarca da Cidade de Palmeira das Missões, podendo, no entanto criar filiais e representações onde mais lhe convir, ditar-lhes normas a seguir, bem como extinguir-lhas quando não mais convier a sociedade.

5ª

O prazo de duração da sociedade será de DEZ ANOS (10) a contar da assinatura do presente contrato, considerando-se este prazo automaticamente prorrogado, por iguais períodos, se nenhum dos sócios manifestar-se em contrário.

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá dar aviso prévio, aos demais, por escrito, com antecedência mínima de NOVENTA DIAS (90) hipótese em que seus haveres serão apurados e pagos na conformidade com a Cláusula 19ª. (Décima nona)

6ª

A sociedade tem um presidente de Honra: O sócio Snr. Pedro Gemelli.

7ª

A administração da sociedade, será composta de um Diretor Comercial, o Sócio Snr. Romano Zanchet, um Diretor Gerente, o sócio Snr. Marcelo Zanchet os quase indistintamente representarão a sociedade em Juízo ou fora dele, inclusive assinar contratos, escrituras de compra e venda, procurações, podendo praticar todo os atos de administração, movimentar, requerer, zelar e salvaguardar tudo o que for de interesse da firma, podendo para isso o diretor Comercial Snr. Romano Zanchet, assinar Gemelli, Zanchet & Cia. Ltda, e o sócio diretor Gerente Snr. Marcelo Zanchet, também assinar Gemelli, Zanchet & Cia. Ltda, e aqueles atos que excepcionalmente, criarem relações jurídicas, como sejam na compra de imóveis, maquinários que ultrapasse o valor de Cinquenta Mil Cruzeiros (Cr.\$50.000,00) devendo os sócios Constante Luiz Gemelli ou Armando Bottan, juntamente com os diretores, afirmarem compromissos decorrentes destes últimos.

8ª

A gerencia técnica da parte interna do moinho, será exercida pelo sócio Snr Lourenço Albino Nardin e a parte interna da oficina mecânica será exercida pelo sócio Snr Luiz Julio Gemelli e aos demais sócios serão dados os encargos com a deliberação dos diretores da mesma e assim como o ordenado será resolvido pelos mesmos. Todos os sócios serão obrigados a zelar pela boa conservação dos bens da firma e o sócio que não cumprir fielmente suas obrigações, será excluído do ser-

viço e deixará de receber o ordenado fixado por mês: receberá somente os lucros no fim de cada balanço que será efetuado em 31 de dezembro de cada ano. Cada sócio tem o direito de retirar mensalmente o ordenado fixado por mês e além disso, nos casos imprevistos será auxiliado do necessário, acrescendo juro de oito por cento (8%) ao ano, importância esta que será levada a débito de sua conta corrente.

9ª

Nenhum dos sócios poderá dar carta de fiança ou emprestar dinheiro em nome da firma, salvo em seu nome próprio, contanto que não venha a prejudicar o nome da firma.

10ª

Os sócios que prejudicarem a sociedade, por fraude, serão excluídos como sócios e terão uma multa de VINTE (20%) por cento sobre suas quotas, além de indenizarem integralmente os prejuízos constatados.

11ª

Os lucros e prejuízos de cada balanço anual, procedido em 31 de Dezembro serão repartidos em proporção a quota de cada sócio.

12ª

A criação de fundo de reserva será objeto de deliberação da Sociedade, quando esta julgar oportuno.

13ª

Dos lucros verificados cada ano, será dado uma depreciação de DEZ (10) por cento, sobre os prédios, móveis e maquinários.

14ª

A parte social de cada sócio, é individual e só poderá ser transferida mediante o expresso consentimento da sociedade, ficando reservado aos sócio o direito de preferência em igualdade de preço e condições.

15ª.

É lícito aos sócios, fazerem empréstimos de capital á sociedade, a prazo fixo, nunca inferior á um ano (1). Para as contas de empréstimos dos sócios, serão computados os juros de OITO (8) por cento ao ano, contados nas contas correntes credoras dos mesmos.

16^a

A dissolução da sociedade, só poderá ocorrer pela expiração do período estipulado para a sua duração ou por resolução da maioria absoluta do capital, num e noutro caso, deliberado a forma de seu procedimento pela Assembléia Geral dos Sócios.

17^a

Os casos omissos obedecerão às normas previstas para sociedades de tal gênero, constante do decreto n.º 3.708 de 10 de Janeiro de 1919 e demais leis reguladoras da matéria, que lhe sucederem, como si de cada um delas se fizesse especial menção.

18^a

A responsabilidade dos sócios é, na forma da legislação vigente, limitada á importância total do capital social.

19^a

No caso de morte, inabilitação ou interdição legal de qualquer dos sócios, a sociedade não será dissolvida. Ela continuará entre os demais, podendo nela ingressar os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou impossibilitado, se assim o desejarem e nisso convier os remanescentes.

A apuração do *quantum* a ser atribuído ao sócio afastado será determinado em proporção ao último balanço geral, se entre este e o afastamento, interdição ou inabilitação, não houverem decorrido mais de SEIS (6) meses. Em caso contrário, será levantado balanço especialmente para este fim.

O respectivo pagamento será atendido em VINTE (20) prestações mensais, sucessivas, de igual valores, sem juros, caso as possibilidades da sociedade não permitam a liquidação dentro de prazo mais curto.

E por acharem todos os contratantes, conforme com as estipulações contidas nas presentes cláusulas, contratuais, em perfeita harmonia quanto ao seu conteúdo, assinam este instrumento e demais vias em presença das testemunhas também abaixo assinadas.

[OBS: o documento original apresenta 17 assinaturas que complementam o contrato]

ANEXO Nº2

LEI N° 3.696, DE 30 de Janeiro de 1958

Cria o município de SEBERI

Leonel Brizola, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber em cumprimento ao disposto nos artigos 87, inciso II e, 88 inciso I, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa – Decretou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art.1° - É criado o Município de Seberi, com sede na localidade do mesmo nome, constituído de território do Município de Palmeira das Missões.

Art. 2° - O Território do Município tem as seguintes confrontações:

Ao Norte: Começa na confluência do Rio Guarita com o Rio Ogaratin (ex-Fortaleza), pelo qual sobe até encontrar o limite Norte no lote N° 200 da 4° secção fortaleza, segue por estes limites e pelos lotes N°s 205, 203, 201, 199, 198, 196, 194, 192, 190, 188, 186, 183, 178, 176, 174, 173, 171, 169, 167, 165, 163, 161, 159, e 156, até encontrar a estrada do DAER, Seberi-Oswaldo Cruz, segue por esta em direção Sul do lote N° 84 da 1° secção fortaleza, continuando por este limite até a nascente do Lageado Bonito pelo qual desce até confluir com o Lageado Mico segue por este, águas abaixo, até desaguar no Arroio Ourives (ex- Braga), descendo por suas águas até confluir com o rio da Varzea, sobe por este até a foz do lageado Pinhal; A Leste – Começa na confluência do rio da Várzea com lageado Pinhal, pelo qual sobe, até confluir com o lageado das Pedras, seguindo por este águas acima, até sua nascente, (na divisa dos lotes N°s 218, 217 e 191, até o ângulo Noroeste) na divisa dos lotes N°s 191 e 218, segue por esta divisa, rumo geral oeste, até o fim, de onde continua no mesmo rumo pelo limite entre os lotes N°s 218, 216 e 191, até o ângulo noroeste do lote N° 217, de onde segue rumo ao sul, pela divisa deste lote e dos de N°s (213, 211, 209,207, e 206 descendo por este lageado 216 e 215) até o limite do lageado que limita pelo sul os lotes N°s 213, 211, 209, 207 e 206, descendo por este lageado, até desaguar do lageado Ourives, sobe por este, até confluir com o lageado Napoleão, pelo qual continua subindo até sua nascente, próximo a estrada do DAER, Seberi-Palmeira das Missões, seguindo por esta estrada rumo geral sul, até o ponto mais próximo da nascente do lageado Mathias Bem; Ao Sul – Começa na estrada do DAER, Seberi-Palmeira das Missões no ponto mais próximo da nascente do lageado Mathias Bem, descendo por este até confluir com o rio Ogaratin, pelo qual segue, águas a baixo até a foz do lageado Virapipó (ex-lageado Grande), sobe por este, até confluir na margem direita do lageado Grão de Milho, seguindo por este águas a cima, até a sua nascente, de onde continua por linha seca e reta, rumo norte até um caminho vicinal que conduz ao rio Oragatin, segue por este

viscinal, rumo geral oeste até o entroncamento da estrada Palmeira - Erval Seco com o ramal que segue para o Nilo Fabris, daí por linha seca e reta, atinge a nascente do lageado Pavão, pelo qual desce até confluir com o lageado Frisão, seguindo por este águas abaixo, até sua foz no rio Guarita. Ao Oeste – Divide a propriedade de Cincinato Jose de Azevedo, e sucessores de Balbino Pereira dos Santos, até encontrar um marco, deste segue, por linha seca direção noroeste, até encontrar uma cabeceira de lageado Poli que divide propriedade de Viúva Senhorinha Sesar, e sucessores de Manuel Poli Prestes, por este abaixo, até a confluência com o lageado Pavão, por este abaixo, formando o lageado Frisão, até a confluência com uma sanga que divide passo de Policarpo J. Prestes, por esta acima, até encontrar uma linha que divide a mesma posse, por esta, rumo geral Norte-Sul dividindo posse de João Alberto Borba na parte oeste, seguindo mais ou menos na mesma direção, por uma linha imaginária, até encontrar o marco nº 70 da Secção Erval Seco da parte oeste do mesmo, deste por uma linha seca, até a cabeceira do lageado das Galinhas, por este abaixo, até a confluência do mesmo com o rio Guarita, por este abaixo, até o ponto de partida.

ANEXO Nº3 – Localização das edificações fotografadas no ano de 1957 para a elaboração do relatório do processo emancipatório



FONTE: Software de visualização de imagens de satélite *Google Earth*. **Adaptação:** Edilson W. Pedroso Jr.